MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SILZA FRAGA COSTA BORBA

INDUSTRIALIZAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE FUMO NA BAHIA 1870 — 1930

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
CIÊNCIAS HUMANAS - UFBa.

S A L V A D O R - B A H I A

1975

UNIVERSIDADE DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA
BIBLIOTECA
No. de Tombo 827

Universidade Federal da Bahia - UFBA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Esta obra foi digitalizada no
Centro de Digitalização (CEDIG) do
Programa de Pós-Graduação em História da UFBA

Coordenação Geral: Carlos Eugênio Líbano

Coordenação Técnica: Luis Borges

Junho de 2005
Contatos: lab@ufba.br / poshisto@ufba.br

A G R A D E C I M E N T O S

Este trabalho foi realizado graças à colaboração de pessoas e Entidades, contraindo a autora uma dívida muito superior a que um simples agradecimento pode registrar.

Ao citar os nomes de alguns colaboradores, queremos demonstrar o quanto somos reconhecidos pela ajuda recebida no presente estudo.

Charlotte Boettyer, Dr. Hartmut Mueller, Claudete Mary Alves, José Aurélio Rocha, a família Rodenburg, Renato Furtado de Simas, Fernando Meyer Suerdieck, Zuleica Barretto Santos, Paulo Henrique Borba, Sandra Linhares, Adilson Linhares, Vera Linhares, Roberto Câmera, Raimundo Spínola, Prof. Frederico Edelweiss, Dr. Mário F. F. Barros, José Luís Sampaio Pamponet, Sarah Pondé, José Edelzuito Soares.

Estas pessoas dispensaram esforço e tempo, preparando tabelas, realizando somas, coletando dados, traduzindo documentos manuscritos em gótico, revisando, permitindo o acesso a fontes, ou

possibilitando, de alguma outra forma, a realização deste trabalho.

De modo especial, destaco o apoio recebido de *Isabela Goulart de Sant'Anna* que, durante meses de pesquisas, acompanhou este estudo, desde o levantamento de dados até o final.

A cada um deixamos aqui nosso agradecimento especial.

O Deutscher Akademischer Austauschdienst (D.A.A.D.) proporcionou uma bolsa de estudos de 4 meses, que possibilitou o acesso a fontes, sem as quais não teria sido possível escrever este trabalho.

O Senator fuer Bildung, Wissenschaft und Kunst, de Bremen, prorrogando a bolsa por mais 2 meses tornou realizável a complementação dos dados para a pesquisa.

À I.B.M., na pessoa de *João Nestor Pinho Braga*, agradeço o auxílio na computação de dados.

Mais que a todos, devo gratidão a *Johannes Augel*, pela orientação de amigo, segura e inteligente, tendo enriquecido o trabalho com material bibliográfico, críticas e sugestões, fazendo das palavras de Rodolfo Mondolfo um exemplo vivo: *"a ciência não se recebe como dom gracioso; conquista-se a duras penas, sustentada por vontade firme e enérgica. Em seu difícil caminho, só pode avançar quem está amparado por um caráter firme".*

De modo algum, as pessoas citadas e o orientador são responsáveis pelos defeitos e falhas encontrados.

A meus pais

A Hildegard Behrmann

SUMÁRIO

1. Introdução 01

2. Considerações sobre a economia do Brasil e da Bahia na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX 06

3. Algumas observações sobre a lavoura do fumo 12

4. Situação e problemas da pesquisa de fumo na Bahia. Fontes utilizadas 25

5. Manufaturas de fumo
   5.1. Marcas de charutos e cigarros 31
   5.2. Manufaturas de fumo na Bahia 35
   5.3. O trust anglo-americano de fumo na Bahia 55

6. Exportação de fumo
   6.1. Exportação de fumo 75
   6.2. Comerciantes de fumo 101

7. Estrutura do capital das empresas fumageiras 116

8. Conclusão 140

Fontes utilizadas
   Impressos I
   Documentos XVI

1. I N T R O D U Ç Ã O

INTRODUÇÃO

Sobre o fumo vale repetir as palavras de Fernando Ortiz: "el tabaco es un tesoro legado por el indio, apreciado y recogido en seguida por el negro, pero cultivado y explotado por el blanco..."[1]

Produto originário das Américas, tinha seu uso e cultivo difundido entre os nativos, antes da descoberta do Novo Mundo. Por tabaco, designavam os indígenas o aparelho de fumar e os colonizadores difundiram esse nome para o produto. Os índios brasileiros davam ao fumo o nome de "petum" ou "petym", derivando daí as expressões "pitar" e "pito"[2] e o nome Petiguases, tribo de mascadores de fumo, posteriormente conhecidos com o nome de Potiguases.

O botânico Linné classificou o fumo sob a designação de"Nicotiana Tabacum", em homenagem ao ministro francês Jean Nicot (embaixador francês na corte portuguesa - 1558 - 1561), que levou o artigo de presente para a rainha Catarina de Medicis, como um remédio para as enxaquecas do seu filho, plantando em seguida algumas sementes no seu próprio jardim. Foi utilizado como medicamento contra câncer, dor de cabeça e outros males, antes de se tornar um artigo de prazer e vício. A princípio, foi combatido pela religião e pelos governos, que procuravam impedir a disseminação de um hábito julgado condenável. Contra ele declararam-se papas, reis e imperadores; o papa Urbano VII publicou uma bula na qual proibia as senhoras

[1] Ortiz, Fernando. Contrapunteo Cubano del Tabaco e el Azucar. Cuba. Direccion de Publicaciones Central de las Villas. 1963 p 57.

[2] Os testemunhos de Nóbrega, que veio para o Brasil em 1549 com Tomé de Souza, André Thevet, da ordem dos carmelitas, participante de uma expedição ao Brasil no ano de 1555, do clérico Jean de Lery, do cronista De Bry, provam que o fumo era conhecido pelos índios brasileiros.

e moças de conduzirem caixas de rapé para as igrejas. Uma lei do duque de Lueneburg, no ano de 1591, decretava a pena de morte para aqueles que fossem apreendidos fumando. Um monarca russo, avô de Pedro, o Grande, decretou que as senhoras que fossem encontradas aspirando rapé, teriam o nariz cortado como castigo. Na França, foi seu uso várias vezes proibido, e no ano de 1635 não era permitida a venda pública do produto. Somente as farmácias tinham permissão de vender fumo, mediante a apresentação de uma ordem médica.

Apesar destas e outras proibições, o hábito de fumar difundiu-se por toda a Europa e outras partes do mundo.[3]

Tendo seu uso propagado, o fumo tornou-se objeto de especulação, enriquecendo aqueles que detinham o controle do seu comércio.

Em meados do século XVII, teve início na Bahia o aproveitamento do fumo como mercadoria. Nesta época, já produzia o Recôncavo uma grande quantidade, destacando-se a partir daí como centro de produção fumageira e assim permanecendo até o século XX. Segundo Antonil[4], o lucro proveniente das poucas arrobas enviadas à Lisboa, animou o primeiro que plantou o fumo "a plantar mais devido aos apelos de correspondentes e amigos". Monopólio de Portugal, despertou entre os africanos uma grande paixão, transformou-se em um produto importante para o tráfico dos escravos, sendo responsável pelo intenso comércio entre a Bahia e o golfo de Angola e Benguela.[5]

Classificado inicialmente como "coisa de selvagens", o fumo, artigo de "prazer e vício, uma mercadoria de luxo, como o vinho espumoso", converteu-se, "não obstante seu caráter acessório e frívolo", em um artigo de consumo univer

---

[3]Sobre estes aspectos e os abordados na nota 2, existe uma vasta literatura. Por exemplo: Wolf, Jacob. Der Tabak-Anbau, Handel und Verabeitung. Berlin, 1913. Especialmente os capítulos I e II.
Doeppenschmitt, Edmund. Der Tabak-Anbau in Brasilien. In: Suedamerika, Dreimonatsheft. Buenos Aires, Caderno 1-2, Julho-Dezembro, 1960.

[4]Antonil, Andre João. Cultura e Opulência do Brasil. S. Paulo, 1923. pp 181-204.

[5]Sobre o assunto consultar: Verger, Pierre. Flux et Reflux de la Traite des Negres entre le Golfe de Benin et Bahia de Todos os Santos du XVIIe au XIXe Siècle. Paris, 1968.

sal, "como se fosse artigo de primeira necessidade"[6].

Durante o período em que o Brasil esteve sob o jugo português, o fumo era exportado para a Metrópole, que o reexportava para outros centros europeus, principalmente Espanha, Inglaterra, Alemanha, Holanda e Itália.[7]

Durante o século XIX a cultura do fumo atravessou uma série de dificuldades; a Independência do Brasil em 1822, provocou uma crise na produção do fumo, pois a "desinteligência entre o Brasil e sua antiga Metrópole, privou-nos do considerável mercado de Portugal e Hespanha. O Contrato Real de Lisboa comprava-nos annualmente de 7 a 8 mil rolos, e os espanhoes affeitos ao tabaco negro, recebiam quase a mesma quantidade"[8].

A segunda dificuldade é frequentemente atribuída à supressão do tráfico de escravos. A afirmação de que esta supressão tenha prejudicado sensivelmente a produção do fumo tem que ser acompanhada de estudos sobre a produção antes e depois da referida suspensão, a fim de que se tenha dados exatos sobre a possível diminuição e valor da mesma, após a extinção do tráfico.

Caio Prado Jr., referindo-se à cultura do fumo no século XIX, diz que as restrições impostas ao tráfico africano retiraram um dos nossos principais mercados, prejudicando, a exportação do artigo, que aliás, "tratava-se de um genero de segunda importância econômica..."[9]

Mais próxima à realidade parece ser a opinião de Manuel Correia de Andrade: "A decadência e extinção do tráfico de escravos, entretanto, não trouxe consequências desastrosas à agricultura do fumo no Brasil, uma vez que o hábito de fumar, já então, se generalizara por todo o mundo. Ao contrário, o nosso país passou a fornecer cada vez mais tabaco tanto para o consumo interno, quanto para atender ao mercado externo europeu - Alemanha, França, Dinamarca, Espanha, Suiça,

---

[6] Ortiz, Fernando. op.cit. p 71.
[7] Guimarães, João Silvério. A Cultura do Fumo e seu Preparo. Rio, 1922.
[8] Almeida, Miguel Calmon du Pin e. Memória sobre a Cultura do Tabaco. Bahia, 1835. p 26.
[9] Prado Jr., Caio. História Econômica do Brasil. S. Paulo, 1972. p 157.

Holanda, Bélgica e Luxemburgo; do norte da África - Argélia - e da própria América do Sul - Uruguai".[10]

A importância do fumo no período colonial decorria do tráfico. Entretanto, o fumo destinado a este comércio e ao consumo local era de terceira classe ou refugo, reservando-se o de primeira e segunda classes à exportação para Portugal.[11]

A decadência que ocorreu, parece ter sido no tipo de fumo que antes era destinado à África, e não na cultura em geral, observando-se, também, que a supressão pode ser apontada, talvez, como responsável pelo maior cuidado dedicado às espécies e plantios do fumo. Miguel Calmon diz que "os bárbaros de Zaire e de Gambia aceitavam de bom grado todo o tabaco ou refugo, ou aquelle que pela nossa negligência, ou pelo sistema de curar e beneficiar não seria recebido em paiz algum civilizado..." A perda do mercado africano fez com que os comerciantes não se ocupassem do gênero como antes, uma vez que "não havia esperança de remetter para Guiné a porção que se corrompesse..." Prosseguindo no seu relato afirma que "sem a brutal metamorphose de mangotes em Nagôs, não era hummanamente possível que se podesse achar conta no plantio de tabaco. Pelo menos, taes foram as considerações que determinaram alguns lavradores, ao abandono desta cultura em muitas fazendas do Inhambupe..."

Para reativar a cultura do tabaco, o mesmo autor aconselhava entre outras medidas, reatar a amizade e aliança com Portugal, substituir a cultura da folha que era destinada ao grosseiro fumo de corda pela folha de Virginia, "preparar a mor parte do tabaco em fardo, puro e sem mistura, para o consumo interior do Paiz...", melhor preparo da terra e uma revogação das Posturas das Camaras, que indiretamente limitassem ou embaraçassem a cultura do fumo.[12]

---

[10] Andrade, Manuel Correia de. Considerações Geo-Econômicas sobre a Cultura do Fumo na Bahia. In Boletim Geográfico, ano XXI, vol. 173. Rio de Janeiro, 1963.

[11] Verger, Pierre. O Fumo da Bahia e o Tráfico dos Escravos do Golfo de Benim. Bahia, 1966. p 13.

[12] Almeida, Miguel Calmon du Pin e. op.cit. pp 26 e ss.

Como toda cultura controlada e influenciada pelo mercado externo, as suas crises e ascensões eram motivasas em grande parte por este mercado.

A guerra civil americana afastando a concorrência dos Estados Unidos do mercado, as lutas travadas em Cuba no final do século XIX e o crescente aumento do consumo mundial foram fatores que possibilitaram a revitalização da cultura.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECONOMIA DO BRASIL E DA BAHIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECONOMIA DO BRASIL E DA BAHIA
NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E
PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.

Colônia agrária, entreposto comercial, o Brasil tinha sua economia inteiramente voltada para a exportação. A vinda da Família Real com a consequente abertura dos portos e a suspensão do Alvará proibitivo de 1785 propiciou o surgimento de uma pálida industrialização sem continuidade. Três séculos de regime colonial dentro de um esquema de monopólio metropolitano, transformaram o Brasil em colônia agrícola fornecedora de produtos tropicais, excetuando-se o período de 1700 a 1780, quando predominou a economia mineira[1]. A estrutura econômica do Brasil permanecia agrária-mercantil, baseada na exportação de matérias primas em estado bruto, de um número limitado de produtos. Nelson Werneck Sodré enumera oito produtos café, algodão, açúcar, cacau, herva-mate, fumo, borracha e couros, que totalizavam 91% da exportação em 1850 e 96% em 1920[2].

Às alterações do setor político brasileiro, à Independência e à Proclamação da República não se seguiram transformações estruturais. Com uma economia baseada na exportação de produtos de fácil aceitação no mercado internacional, as fases de prestígios ou declínios decorriam da maior ou menor concorrência que sofressem os nossos produtos, sem condições de suportarem rivais mais bem aparelhados, ou de condi

[1]Pinto, Virgilio Noya. Balanço das Transformações Econômicas no Século XIX. Brasil em Perspectiva, São Paulo, 1973. p 126.
[2]Sodré, Nelson Werneck. Introdução à Revolução Brasileira. Rio de Janeiro, 1963. p 91.

ções internas as mais diversas que interferissem na nossa lavoura. Qualquer que fosse a perturbação sofrida no ramo da exportação, verificava-se uma desarticulação na economia das diversas regiões exportadoras e, portanto, do país. Isto ocorreu com o açúcar, quando do surgimento de novos produtores e do açúcar de beterraba; com o algodão, em virtude da produção dos Estados Unidos; com o arroz pela concorrência do Estado da Carolina; com o couro e a borracha com o surgimento da produção oriental[3]

No caso das regiões produtoras não contarem com substituto para a exportação, após a queda do produto, encerravam "com um colapso sua brilhante e curta trajetória"[4] Observa-se nas economias fundadas na exportação, que as "crises de maior profundidade, via de regra, são desencadeadas a partir do exterior"[5] As dificuldades constantes da economia brasileira, dominada por um mercado externo, são evidenciadas no gradativo endividamento do país com empréstimos estrangeiros, que serviam de paliativo por um expaço de tempo reduzido, aprofundando cada vez mais a situação de dependência em que se encontrava nossa economia.

Caracterizando-se como um país agrícola, a indústria sempre ocupou um plano secundário, e o governo sempre dedicou suas atenções maiores ao setor agrário-exportador.

A crença no destino agrícola do país parecia ser partilhada por elementos proeminentes da área governamental, que acreditavam muito mais nas explorações das riquezas naturais e incentivos à cultura de produtos agrícolas do que na industrialização. "Se, a princípio, foram os interesses britânicos o grande obstáculo ao estabelecimento de um protecionismo alfandegário, a partir dos meados do século XIX, os seus maiores adversários foram, dentro do próprio país, as hostes liberais cujas doutrinas eram tão convenientes aos interesses da lavoura monocultora que, juntamente com a organi

[3] Prado Jr. Caio. História Econômica do Brasil. S. Paulo. pp 79-85 e p 239.
[4] Idem, ibidem. p 81.
[5] Cohn, Gabriel. Problemas da Industrialização no Século XX. In: Brasil em Perspectiva. S. Paulo, 1973. p 284.

zação comercial que apoiava, dirigiam, então, os destinos do Império"[6]

O processo de industrialização necessita de condições internas propícias, que lhe forneçam possibilidades de continuidade e expansão. Estas condições têm que ser acompanhadas de transformações mais amplas, e não apenas de medidas protecionistas. Elas possibilitaram o "surgimento de unidades manufatureiras isoladas do contexto econômico social global e condenadas, por isso, a serem reabsorvidas como se fossem uma mera 'irritação' superficial, ou a desempenharem um papel marginal, nas franjas do sistema"[7] Sem as alterações necessárias, o Brasil continuou a desempenhar o seu destino de país voltado para a exportação de produtos primários. Em 1914, as fábricas existentes no sul do país firmaram-se e surgiram novas com a finalidade de suprir os artigos, cuja importação tinha sido suspensa pela guerra. As várias tentativas de industrialização foram, em sua maioria frustradas pela orientação econômica-política do país, que continuou essencialmente agrícola até a década de 1930, década especialmente significativa para a definição do processo de desenvolvimento industrial no Brasil.

A economia nacional encontrava-se em freqüentes dificuldades nas suas relações com o exterior. Os empréstimos, as emissões constantes, as oscilações da moeda provocaram, por várias vezes, uma acentuada instabilidade financeira.

A dependência agrícola do Brasil é evidenciada pelo comércio importador, que continuava a adquirir toda sorte de produtos manufaturados e mesmo matérias primas, dos seus principais fornecedores, a Inglaterra e a Alemanha, verificando-se que, após a Primeira Guerra Mundial a Inglaterra cede aos Estados Unidos o lugar de primeiro fornecedor de mercadorias para o Brasil.

"A decadência da agricultura tradicional brasileira, determinada pela situação internacional e pela impotência

---

[6] Luz, Nícia Vilela. A Luta pela Industrialização do Brasil. S. Paulo, 1961. p 45.
[7] Cohn, Gabriel. op.cit. p 284.

interna em reestruturar-se (falta de capitais, ausência de renovação de técnicas, carência de mão de obra, etc.) neutralizara em grande parte a região norte-nordeste do Brasil"[8]. A crescentem-se a estas as seguintes causas; a expansão da lavoura e do comércio do café, a procura do produto pelos mercados estrangeiros, o tipo de mão de obra empregado, a destruição dos cafezais do Ceilão.

A Bahia, com uma economia essencialmente agrícola, dependente de mercados exteriores, era diretamente afetada nas suas economias e finanças pela conjuntura internacional, "tornando-se por assim dizer vãos os esforços pela criação de uma indústria que compensasse os prejuízos da agricultura de exportação"[9]; quase que a única fonte de rendas de que era possuidora a Província.

Esta situação preponderantemente agrícola permaneceu por todo o século XIX e meados do século XX. As instabilidades ocorridas nas finanças brasileiras eram naturalmente refletidas na economia da Bahia, e todas as vezes que havia um decréscimo nos valores da exportação este era acompanhado de uma queda do consumo de artigos importados.[10]

Segundo o relatório de Alves Câmara, em 1883, citado por Thales de Azevedo, existiam na Bahia 10 fábricas de tecidos, 1 de chapéus, 4 fundições, se constituindo a Bahia, nas palavras deste último, em "um dos maiores, senão o maior parque manufatureiro do país".[11]

Apesar das crises na sua economia, em 1888, "a província, num esforço para sobrepor-se à ruína" continuava com a exportação de seus produtos, principalmente café, cacau, fumo e açúcar a contribuir "com cerca de um décimo da renda pública nacional".[12]

O cacau, que passou a ser consumido mais amplamente na Europa na segunda metade do século XIX, se transformará

---

[8] Pinto, Virgilio Noya. op.cit. p 145.
[9] Azevedo, Thales. História do Banco da Bahia, 1858-1958. Rio de Janeiro, 1969. p 171.
[10] Azevedo, Thales. op. cit. p 178.
[11] Azevedo, Thales. op.cit. p 178.
[12] Azevedo, Thales. op. cit. p 183

no principal artigo de exportação do Estado. O fumo que, em 1893, se constituía no nosso principal artigo de exportação, continuará contribuindo com as rendas auferidas pela sua exportação na economia do Estado, mesmo quando não usufruía o lugar de destaque ocupado em 1893.

Com uma economia monocultora exportadora, de nada adiantavam os protecionismos aduaneiros para fomentar a industrialização, se esta não contava com outros fatores indispensáveis ao seu processo.

O deslocamento das fontes das riquezas agrícolas para outros centros do Brasil, a inexistência de um mercado interno capaz de impulsionar um processo industrializante, a carência sempre citada de meios de transportes que facilitassem o escoamento da sua produção, contribuíam para impedir o desenvolvimento do Estado.

Na mensagem à Assembléia Legislativa, José Marcelino de Souza, falando sobre a crise econômica da Província, aponta como causadoras "a desvalorização dos nossos produtos de exportação acarretando o retrahimento e decrescimo da produção, sua consequência forçada; a nossa inferioridade nos processos de cultura e de beneficiamento, pela falta de instrução industrial; a dificuldade de transporte, não só pela falta de uma boa e larga viação, como ainda e principalmente, pela taxa elevada das tarifas, ..."[15] A falta de estradas e a imperfeição das existentes eram sempre alegados como obstáculos ao desenvolvimento da Bahia. Já em 1872, Freitas Henriques mencionava que esta carência de comunicações era entre os empecilhos, o que mais força tinha sobre "os produtos da nossa agricultura e indústria, o mais nocivo à prosperidade e mais nocivo às transações commerciaes. Aproximar a produção do consumo, facilitar o acesso das matérias primas nos logares onde devem ser transformados e enviar ao longe os productos manufacturados, multiplicar as permutas, accelerar a circulação dos capitaes, servir os lugares inaccesíveis e li

[15] Souza, José Marcelino de. Mensagem. 1907

gal-os às grandes arterias de movimento commercial..."[16] eram medidas que a Província devia adotar para fomentar o desenvolvimento.

A situação precária das estradas perdurava na Bahia, as que existiam, em geral sem conservação, eram as chamadas "estradas de verão", nas quais só se podia viajar com segurança nas estações de estio.[17]

Após a Primeira Guerra Mundial a situação das indústrias na Bahia é prejudicada não só pela concorrência das indústrias do sul, como também pelas dificuldades financeiras advindas da manutenção nas manufaturas de máquinas obsoletas e falta de novos investimentos de capital por comerciantes, sem mentalidade e experiência expresariais.[18]

Com a inauguração da rodovia Bahia-Feira, em 1918, e o surgimento de outras no interior do Estado, "verifica-se a introdução do camião no aparelho de trocas comerciais e penetram-se áreas férteis para além das pontas de linha das nossas estradas de ferro na região do Centro-Oeste e nas fronteiras com Minas Gerais..."[19]

A lavoura continuava se debatendo com as dificuldades constantes; falta de créditos, de métodos e técnicas adequados de cultivo, instabilidades climáticas, todos fatores de prejuízo para aquela que se constituía na principal riqueza do Estado. Continuando a ser um Estado agrícola, a Bahia, como todos aqueles que detêm uma economia baseada na exportação de produtos primários para o mercado internacional, será atingida pelas oscilações e pressões deste mercado, consolidando sua situação de dependência, para com "um mercado exterior instável caprichoso e espoliador".[20]

---

[16] Henriques, João Antonio de Araujo Freitas. Fala. 1872.
[17] Silva, Pedro Celestino. Cachoeira e seu Município. Revista do Instituto Geográfico e Histórica da Bahia. n 64. p 279.
[18] Azevedo, Thales. op.cit. p 199
[19] Idem. Ibidem. p 199
[20] Idem. Ibidem. p 201

3. ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A LAVOURA DO FUMO

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A LAVOURA DO FUMO

Algumas considerações sobre a lavoura do fumo serão aqui registradas, embora alerte-se previamente que seriam necessários estudos mais aprofundados e específicos sobre a lavoura em questão, a fim de que suficientes dados permitissem conclusões mais amplas.

Tem-se em vista fornecer um quadro geral da lavoura do fumo, com o objetivo de esclarecer aspectos do comércio e da indústria do produto.

Confrontando-se a lavoura do fumo com a da cana, nota-se uma total divergência entre as duas, que se reflete nos planos econômicos e culturais desta e nos seguintes aspectos; a lavoura de um não necessita de altos investimentos, estando, por isso mesmo, ao alcance de pequenos lavradores sem disponibilidade de capitais, a lavoura do outro produto requer uma considerável quantidade de mão de obra nos seus processos de plantio, corte e transporte das safras; a lavoura do fumo, ao contrário do que acontece na lavoura da cana, pode ser realizada pelo lavrador e sua família, que desenvolvem,paralelamente ao plantio do produto importante na economia do Estado, o plantio de subsistência: milho, mandioca e feijão.

A literatura referente à cultura do fumo sempre alude a presença de homens livres, ressaltando a contribuição da mão de obra que surgiu com a libertação dos escravos, uma vez que se transformaram em pequenos lavradores de fumo. Miguel Calmon du Pin e Almeida menciona para o ano de 1833 a existência de pelo menos 8.000 trabalhadores nesta cultura,

"dos quais 1/3 são pessoas livres"[1].

Affonso Glycerio da Cunha Maciel observa que o braço escravo, abandonando "a lavoura da cana que lhe causava tédio, desviou-se para o fumo, fácil, de prompts resultados e por sua natureza appropriada ao pequeno lavrador livre. Foi assim que verificou-se naquele mesmo ano de 1889 na Bahia, apesar do desfavor com que correu a estação, a maior saffra de fumo que até aquela data tínhamos tido"[2].

Freitas Henriques documentou que existem ramos na agricultura "que se tem por sua natureza constituído occupação de gente livre com vantagem para si e para a Provincia, como sejam a plantação do fumo, a dos cereaes e mesmo a do algodão" e explica que esta presença deve-se ao fato de exigirem estas lavouras menos tempo na retribuição do trabalho empregado e ausência de "grandes dispêndios"[3].

Poder-se-ia recorrer a inúmeras outras citações sobre a presença de homens livres na lavoura do fumo. São também constantes as referências acerca das pequenas extensões de terras destinadas ao seu cultivo. Bondar diz ser o fumo plantado em pequenos roçados de 40 a 50 m^2 e que as plantações de 2 a 3 ha são raras; os grandes proprietários quando se dedicam ao fumo têm plantações de 5 ha[4].

Predominam na região do Recôncavo as pequenas propriedades, administradas pelos proprietários ou, mais freqüentemente, pelos empreiteiros. O grupo de pequenos proprietários é formado por aqueles que não dispõem de mais de 2 a 5 ha de terras, constituindo 37,4% do total das propriedades. Especialmente no centro da região fumageira, S. Félix e Muritiba, prevalecem as pequenas propriedades entre 1 e 10 ha. Segundo

---

[1] Almeida, Miguel Calmon du Pin e. Memória sobre a cultura do Tabaco. Bahia, 1835.

[2] Relatório do engenheiro fiscal Affonso Glycerio da Cunha Maciel sobre a estrada de ferro Tram-Road de Nazaré, IN Relatório da Secretaria de Agricultura, Commercio, Industria, Viação e Obras Públicas. Bahia, 1898. pp 167-168.

[3] Freitas Henriques, João Antonio de Araujo. Fala. Bahia, 1872. p 139

[4] Bondar, Gregorio. Fumo na Bahia, Diário Official - Edição do Centenário. Bahia, 1923. p 295.

dados do Censo Agrícola do I.B.G.E.[5] a extensão das propriedades nos principais municípios fumageiros eram em 1960:

MUNICÍPIOS	*1 a 10 ha*	*10 a 100 ha*	*100 a 100.000 ha*
Muritiba	*87,83%*	*11,7 %*	*1,04%*
Cruz das Almas	*82,77%*	*16,19%*	*0,98%*
São Félix	*92,49%*	*6,66%*	*0,80%*
S. Miguel das Matas	*75,01%*	*23,10%*	*1,84%*
Coração de Maria	*76,38%*	*21,48%*	*2,12%*
Castro Alves	*60,53%*	*34,33%*	*5,09%*

No ARQUIVO MUNICIPAL DE CACHOEIRA encontra-se registrada em livros do século XVIII e XIX a presença de escravos no plantio de fumo em terras não tão diminutas na sua estensão[6].

Não duvidamos que o fumo, dado às suas características e natureza, pode adaptar-se ao pequeno e grande cultivo e, portanto, ao grande e pequeno lavrador; mas até que ponto, no século XVIII e mesmo no século XIX, foi realizado em pequenas propriedades e em que medida elas se intensificaram?

Tais indagações, se não têm o propósito de negar a existência da pequena lavoura do fumo, mostram a necessidade de pesquisas que elucidem aspectos ainda não suficientemente claros da nossa história que, por não estarem analisados e revelados, distorcem o nosso passado. Esta lavoura não necessitava, na mesma medida, do braço escravo exigido pela lavoura da cana, nem do capital que a última investia, mas tal constatação não nos permite generalizações mais amplas, quando um imenso material a ser pesquisado permanece inédito na famosa cidade do Recôncavo.

O fato de dispensar inversões de grandes capitais, a cultura de ciclo anual permitindo a produção por uma unidade familiar de nível técnico baixo, a facilidade encontrada

[5] Censo Agrícola de 1960. IBGE, In. Silva, Christine Nentwig. Das Tabakanbaugebiet des Reconcavo von Bahia/Brasilien. Tese de doutorado, Freiburg/Breisgau, 1971. p 47.

[6] Livros de Numeração das Fazendas e Lavouras do Reconcavo e Distrito da Villa de Cachoeira. 1775-1798.
Livros de Cana e Tabaco - séculos XVIII e XIX.

no seu cultivo e a aceitação do produto nos mercados internos e externos são fatores que pesam na escolha dos pequenos lavradores. Muitas destas pequenas lavouras eram arrendadas pelos lavradores que pagavam aos proprietários das terras pela utilização de alguns hectares. Constituem os "meeiros",nos quais muitos escravos libertos transformaram-se e que , juntamente com os pequenos proprietários, formavam o conjunto dos típicos lavradores de fumo.

Se, por um lado, a disponibilidade de capital servia de estímulo aos lavradores de fumo, colocava-os, por outro, em situação de dependência para com aqueles que o detinham: os donos de terras, os comerciantes e os exportadores. Não dispunha o lavrador nem mesmo de condições para secar o produto, fato também observado por Argollo Ferrão, pois, caso os proprietários tivessem bons secadores, "poderiam comprar o fumo verde aos seus roceiros", que o produzem "muito economicamente graças ao trabalho das mulheres e creanças, e o grande lavrador, difficilmente pode obter o fumo pelo mesmo custo, mesmo se elle tiver preparado a terra com o arado"[7].

Não sendo agregados ou meeiros, os lavradores faziam também suas plantações em derredor da casa, constituindo as conhecidas "malhadas de fumo", que são "manchas verdes esparsas, aqui e acolá, nas planuras extensas dos taboleiros"[8]. Com parcos recursos, não dispunham de condições de beneficiar o produto, e o fumo seco em varandas e alpendres, exposto às intempéries, é prejudicado na sua qualidade, sofrendo uma natural desvalorização no preço.

Produto "sempre constante na nossa economia", com um grande contingente humano dedicado ao seu cultivo, não teve a mesma proteção da cultura da cana - cultura dos grandes lavradores.

Já no ano de 1843, uma comissão criada pela lei Provincial número 179, para indicar as causas da decadência

---

[7]Ferrão, Argollo. A Bahia Agrícola. Diário Official, Edição do Centenário. Bahia, 1923. p 96

[8]Nonato Marques, Antonio. Geografia do Fumo na Bahia. Bahia, s/data. p 32.

da lavoura e os meios para remediá-la, sustentou que a situação era proveniente do imposto do dízimo, da extinção do tráfico de escravos, da lei que deixara arbitrário o juro de capitais tomados por empréstimos e da proteção e privilégios concedidos à cultura da cana[9].

Tais privilégios foram algumas vezes criticados por representantes do governo. José Joaquim Rodrigues Saldanha declarou no seu relatório que notava "uma corrente de idéias entre muitos agricultores de cana, no sentido de ser a indústria açucareira socorrida com maiores atenções, além das que já goza", se tendo feito abatimentos no decorrer do último ano "no transporte de cana, lenha, mel, açucar e aguardente na Estrada de ferro de Santo Amaro". Coloca como injusto o "dispensar maiores auxílios ao ramo das mesmas, que mais amparo tem recebido do governo e menos tem cooperado para a formação de fortuna geral e para a satisfação das necessidades públicas, deixando em abandono o fumo, por exemplo, que constitui a maior das nossas riquezas, e que além disso, derivando-se da pequena lavoura, dá ensejo a que os capitais obtidos de sua troca, revertam de pronto à circulação, com enorme vantagem para o comércio"[10].

Nos relatórios do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, são raras as referências feitas ao fumo. Maiores atenções, entretanto, são dedicadas à lavoura da cana. Sobre o fumo, encontram-se dados suficientemente conhecidos sobre seus processos de plantio e descrições, mais ou menos generalizadas, sobre a força da pequena lavoura que só excepcionalmente é cultivada pelo grande proprietário. Em um relatório mais informativo sobre o produto, atribui-se a preferência dos lavradores pelo cultivo do fumo ao prejuízo causado pela criação do gado à lavoura da mandioca, pois a primeira "com qualquer tapagem fica resguardada, visto que os animais a repellem"[11].

---

[9] Milton, Aristides. Ephemerides Cachoeiranas. Bahia, 1903. p 94.

[10] Relatório da Secretaria de Agricultura, Commercio, Industria, Viação e Obras Públicas. Bahia, 1901. p 101.

[11] Relatório do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, IN Relatório do Barão de S. Lourenço. Bahia, 1870. pp 15-16.

O estar resguardada dos perigos da criação do gado não se constituía naturalmente, no motivo maior da preferência pela lavoura do fumo, pois, na verdade, constata-se a falta de proteção que se abate sobre o lavrador e seu plantio, quando este é efetuado em terras que não lhe pertencem, como também a expulsão dos produtos nativos à medida que as atividades agro-pecuárias avançam.

O controle da lavoura era exercido pelos comerciantes e exportadores, que adquiriam o produto em mãos dos lavradores, em sua maioria em estado bruto, portanto mais barato, beneficiavam-no e o exportavam para o exterior e/ou outras regiões do Brasil. Não raro, esse beneficiamento era realizado pelo país importador e de lá reexportado para outros centros comerciais. Comprando a matéria prima em seu estado bruto, os comerciantes e exportadores alcançavam um duplo lucro, pois o produto não era vendido como um produto terminado para o consumo, sofrendo com isto um rebaixamento no preço.

Outro grande exportador mundial de fumo, Cuba, teve durante anos o seu fumo totalmente beneficiado no próprio país, de onde partia o produto para o consumidor estrangeiro completamente pronto, marcando sua procedência: "GENUINO HABANO". Tal quadro foi modificado posteriormente, com a introdução de elementos estrangeiros no controle da sua produção. O fumo brasileiro, controlado a princípio por portuguêses e posteriormente por alemães, ressentiu-se das conseqüências naturais daí decorrentes.

O baixo lucro conseguido pela venda do fumo, agravado no caso do "meeiro" pela divisão do produto do trabalho, deixa para o lavrador e sua família uma quantia insignificante. "O pequeno lavrador planta sua roça e nella trabalha com a sua família, sem fazer conta dos dias de trabalho. A sua safra de fumo dá-lhe o numerário necessário para o vestir e a sua família. As outras lavouras ou o trabalho a dia dão-lhe a subsistência. Quasi sempre o lucro que dá a venda do fumo

ao pequeno plantador do fumo, é destinada a compra de fazendas, roupas e calçados para a família".[12]

Tudo leva a supor que o lavrador e sua família encontram na economia de subsistência os meios de resistirem. Desta maneira, a cultura do fumo desenvolve e precisa da economia de subsistência, sem a qual o lavrador e sua família ficariam sem condições de sobrevivência.

Dividindo seu tempo entre o plantio de fumo para exportação e a cultura de subsistência, as alterações e oscilações de preços do produto no mercado internacional são especulações distantes e fora do alcance do seu entendimento. Compreende, entretanto, tratar-se de um produto de venda fácil, porque procurado, e é assim que, devido às facilidades e oportunidades já citadas e à adaptabilidade ao solo, que a lavoura foi disseminada por todo o Estado, observando-se uma maior constância em 81 municípios.[13]

A princípio, desenvolveu-se na Zona do Recôncavo, sendo famosos como centros de cultura fumageira os municípios de Cachoeira, S. Félix, Cruz das Almas, S. Felipe, Santo Antônio de Jesus, Nazaré, Maragogipe. Estendeu-se, depois, por outras regiões, e no ano de 1929, estava "disseminada por toda parte, dela se cuida e nela mourejam os nossos lavradores em 101 dos 152 municípios do Estado".[14]

Cachoeira foi um afamado centro da cultura fumageira e com ela todo o Recôncavo. Possuindo o Brasil uma lavoura destinada à exportação, sua atividade era condicionada pelo mercado externo. A atividade exportadora dominante, suas características e evolução, determinadas por fatores externos, explicam a estrutura econômica e social da região onde tal atividade se situa.[15] Um estudo sobre o Recôncavo implica, portanto, em investigações sobre o fumo, sua lavoura, comércio e indústria e as repercussões sobre a região e a população que ali viveu e vive.

---

[12] Ferrão, Argollo. Programa para o Fomento da Agricultura Bahiana. Bahia, 1931. p 82.

[13] Relatório da Secretaria de Agricultura, Commercio, Industria, Viação e Obras Públicas. Bahia, 1928. p 33.

[14] Relatório da Secretaria de Agricultura, Commercio, Industria, Viação e Obras Públicas. Bahia, 1929. p. 33.

[15] Castro, Antonio Barros de. Ensaios sobre a Economia Brasileira. Rio de Janeiro, 2a. ed., 1972. Introdução.

A cultura do fumo sempre possibilitou uma renda elevada ao Estado, mesmo quando o açúcar era o principal artigo de exportação e também quando cedeu seu primeiro lugar para o cacau.

Os comerciantes do fumo referem-se constantemente à má qualidade advinda de uma cultura sem os devidos tratos. É claro que nem sempre ofereciam os lavradores produto de boa qualidade, mas convém alertar sobre as disparidades de opiniões emitidas no ato da compra aos lavradores e no momento de revendê-lo no mercado exterior, quando alcança o produto uma boa cotação.

Apresenta o fumo baiano 3 tipos bem definidos e classificados de acordo com as zonas produtoras:

Fumos pesados ou fortes - *provenientes de Cachoeira, Santo Amaro e Alagoinhas;*

Fumo leve ou das Matas - *Muritiba, Santo Antonio de Jesus, Cruz das Almas.*

Fumo fraco - *cultivado na zona de Nazaré e do sertão.*

Cada uma das procedências apresenta variações quanto à qualidade e ao tipo. Os fumos da zona da Mata, eram mais apropriados ao fabrico de charutos, enquanto que os do sertão serviam mais ao fabrico de cigarros. O originário da Mata conseguia um melhor preço que o da caatinga, em virtude do melhor tratamento dedicado às suas folhas.

O cultivo do fumo sempre se debateu com a necessidade de melhoramentos nas técnicas de plantio. A dependência do clima, a irregularidade das estações, citadas várias vezes como responsáveis pelas perdas e oscilações nas safras, prejudicaram constantemente a lavoura. São freqüentes os apelos e considerações para a utilização de métodos adequados, constatando-se que a existência de práticas arcaicas e rotineiras, os improdutivos sistemas de trabalho, a ausência de máquinas e instrumentos agrícolas e uma não seleção no plantio levavam

a resultados insatisfatórios. Estas causas são freqüentemente citadas pelos representantes do governo e interessados na agricultura, ao lado da carência de meios de transporte e ausência de créditos, apontadas como as responsáveis pelo abatimento que, por épocas, atingiam a lavoura em geral, e naturalmente a do fumo. Não dispondo de capital e créditos, ficavam os lavradores escravizados ao financiamento dos comerciantes e/ou exportadores.

Sá e Albuquerque já tinha denunciado no ano de 1863 que "as instituições de crédito da Província, embora numerosas e possuidoras de avultados fundos, quase nenhuma utilidade prestão à lavoura".[16] Thomaz Coelho de Almeida, preocupado com as dificuldades neste ramo da produção, acredita que a situação grave em que ela sempre se encontra decorre da "falta de instituições de crédito especialmente destinadas a proporcionar-lhe empréstimos a juros módicos e a longo prazo, como o requer a natureza peculiar desta indústria. Mais do que a do sul, a lavoura do norte, continua à mercê das exigências do crédito comercial e até da usura, que a empobrece e arruina. Do inquérito a que o Governo mandou proceder em 1874 sobre o estado da grande lavoura em cada Província, ficou averiguado que, em uma, a taxa dos juros dos empréstimos feitos à mesma lavoura elevava-se de 48 a 72% anualmente, e, em muitas, de 18 a 24%!"[17]

Recebia o lavrador o financiamento dos comerciantes, exportadores e donos das terras, pagando em sua maioria o financiamento feito, em arrobas de fumo. Antecipadamente, comprometia sua colheita, a preços fixados segundo a conveniência do financiador e comprador.

Houve, no decorrer do século XIX e inícios do século XX, várias tentativas para o melhoramento das espécies de fumo e um maior cuidado no seu cultivo. A ascendente industrialização do fumo, notadamente na segunda metade do século XIX, com o surgimento de fábricas de charutos e cigarros e

[16] In, Dantas, João dos Reis de Souza. Relatório... em 29 de março de 1882. Bahia, 1882. p 69.

[17] Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio, Viação e Obras Publicas. Rio, 1877. p 17.

o crescente consumo do produto no mercado mundial são fatores favoráveis à revitalização da cultura, que tinha atravessado sérias crises. O preço alto do fumo importado, essencial para o capeamento de charutos de melhores qualidades, reclamou que aqui fossem plantadas espécies semelhantes. No início do século, em 1810, tinha sido mandado distribuir, por ordem régia do Conde dos Arcos, entre os lavradores, principalmente os de Cachoeira, sementes de fumo de Virginia, acompanhadas de instruções para seu plantio. Deveriam nos terrenos daquela cidade ser cultivadas cerca de 300 arrobas de fumo para serem vendidas em folha.[18]

Miguel Calmon du Pin e Almeida, no seu estudo sobre fumo, aconselhava o plantio das espécies de Havana e Virginia, dizendo que as sementes poderiam ser conseguidas pela sociedade de Agricultura através do Consulado Geral do Brasil nos E.E.U.U.. O Sr. Bahiana, proprietário de uma fábrica de rapé no Recôncavo, tinha adquirido por intermédio do M. Guilherme Reis algumas sementes deste fumo.[19]

Em 1903, foi contratado pelo Governo do Estado um especialista em fumo das ilhas de Cuba que, entretanto, "não conseguiu deixar traço apreciável de sua passagem pela Bahia".[20]

Em 1914, o Governo Federal convidou 2 americanos para orientar a lavoura e preparo do fumo. Permaneceram diversos anos em Cruz das Almas, sem que a utilidade de seus conhecimentos fosse constatada.[21]

O plantio com as sementes de Havana e Sumatra não obteve sucesso: as sementes logo degeneraram e, mesmo no primeiro ano, deram produto pouco superior ao nosso, e nos anos seguintes toda a diferença desapareceu".[22]

Foi também solicitado à Missão Agrícola ao Oriente uma visita às ilhas de Java e Sumatra para estudar os pro

---

[18] Silva, Pedro Celestino da. Cachoeira e seu Município. Revista do Instituto Geográfico e Histórico. nº 64. Bahia, 1937. p 304.
[19] Almeida, Miguel Calmon du Pin e. op.cit. p 33.
[20] Bondar, Gregorio. op.cit. p 296.
[21] Bondar, Gregorio. op.cit. p 296.
[22] Bondar, Gregorio. op.cit. p 296.

cessos empregados na cultura e beneficiamento do fumo?[23] Alguns exportadores tentaram o cultivo de melhores espécies. O alemão Carl Bernhard Rodenburg, aconselhado por seu compatriota Ottens, exportador de fumo aqui estabelecido, veio ao Brasil em 1895, trazendo mudas de fumo de Sumatra, onde tinha trabalhado vários anos, com a idéia de melhorar a produção de charutos com uma capa de fumo mais fina e cheirosa. Dirigiu se ao interior do Estado e além da plantação de fumo em Cruz das Almas, adquiriu a fábrica de charutos Fragrância, de Arthur Furtado de Simas, tendo, durante anos, fabricado charutos para exportação?[24]

A experiência com o plantio do fumo do tipo Sumatra fracassou, sendo aproveitada em parte por August Suerdieck que a aperfeiçoou em plantações modelos, utilizando a produção na fabricação de charutos de sua fábrica.

Apesar das tentativas empreendidas, os processos de cultivo não se modificaram, nem as espécies de fumo aqui plantadas foram substituídas, o que conduz a uma série de indagações: até que ponto interessava aos lavradores a substituição da variedade comum? Podiam os lavradores, com o plantio das novas espécies, usufruir de rendas e benefícios que justificassem a substituição das espécies nativas? Houve uma assessoria nos métodos e técnicas de plantio, colheita e secagem, ou limitou-se a ajuda ao fornecimento de sementes? Homens da época, verificando que o pouco desvelo dedicado à agricultura contribuiu para que as safras não fossem satisfatórias, provocando oscilações na produção, e perda de compradores em virtude de concorrentes melhor aparelhados, reconheceram que"onde a lavoura não pode contar com uma média determinada para o preço dos gêneros que entrega ao mercado, o trabalho é frouxo e desconfiado, a produção sem estímulos porque sem garantia, o produtor extenuado pelas peripécias de uma vida inglória inabilita-se para tentar qualquer aperfeiçoamento na tarefa que executa. O trabalho sem fé é incompatível com a idéia de progresso e é por isso que o lavrador entre nós se

---

[23] Mensagem à Assembléia Legislativa - José Marcelino de Souza. Bahia, 1906. p 52.

[24] Overbeck, Wilhelm. Fünfzi Jahre Deutscher Verein Germania und Deutschtum in Bahia. Berlim, 1923. p 92.

arreceia das inovações".[25] O rompimento com os processos de cultivo tradicionais significa não só romper com o passado, mas também assumir os riscos e incertezas a que está sujeito o novo fator de produção. A aceitação do novo fator depende do lucro auferido com ele.[26] Sendo a margem de lucros proporcionada pelas modificações, irrisória, continuará o lavrador a plantar como até então vinha fazendo. Todas estas transformações exigidas teriam de ser acompanhadas de outras transformações mais profundas, pois as causas apontadas como responsáveis pelo mau desempenho da lavoura não passavam de um reflexo do sistema econômico do qual a lavoura de fumo dependia e a que estava subordinada. Não ocorrendo as transformações necessárias, continuando nossa economia com as características de uma economia voltada para o exterior, a lavoura do fumo se conservou a mesma e continuou seguindo a orientação dos comerciantes e exportadores.

O alheiamento das leis que regem o mercado mundial e a crescente procura do produto, levam os lavradores a pensarem em obter uma maior quantidade da matéria prima em detrimento de uma melhor qualidade. A preocupação é conseguir o máximo possível em uma área que não exija recursos técnicos nem mão de obra especializada e é pensando na produção quantitativa que "alguns roceiros para aumentar o peso do fardo ou amassar as folhas demasiadamente secas ao sol, molham o fumo com água, no momento de enfardar". Claro não ser esta uma prática recomendável, pois o "fumo torna-se preto, mofa e apodrece. O lavrador fraudulento, em vez do almejado lucro sofre um prejuízo".[27]

Não tendo sido acompanhada de reformas substanciais, a lavoura do fumo e a situação dos lavradores permaneceram no mesmo, continuando a ser no decurso dos anos a "lavoura do pobre" que a tantos enriqueceu, assegurando um lugar de destaque para a Bahia nos mercados internacionais, enviando o produto de suas safras para os mercados europeus onde o fumo

[25] Cruz Machado, Antonio Candido da. Relatório... 1874. Bahia, 1874. pp 128-130.
[26] Schultz, Theodore W. A Transformação da Agricultura Tradicional. Rio de Janeiro 1965. Atributos da Agricultura Tradicional. pp 35 e 44.
[27] Bondar, Gregorio. op.cit. p 296.

de S. Félix era empregado na fabricação de finos charutos. O fumo e sua cultura mereceram de Nonato Marques a lúcida advertência de que "enquanto forma fortunas, não dá ao lavrador resultados financeiros que compensem o seu trabalho. Os lucros que a este deviam caber são, em grande parte, diluídos através de uma cadeia extensa de intermediários até chegar aos armazéns dos grandes exportadores. É preciso um longo e perseverante trabalho para que o lavrador do fumo compreenda que a sua defesa está na necessidade evidente que há de organizar-se em cooperativas. Quando isto se der, a produção será maior e melhor e o homem será mais justamente recompensado".[28]

[28]Marques, Nonato. op.cit. p 56.

3. ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A LAVOURA DO FUMO

1.

Situação e problemas da pesquisa do fumo na Bahia.

Fontes utilizadas.

A inexistência de uma literatura especializada sobre o comércio de exportação e as manufaturas de fumo na Bahia se constituiu em uma das maiores dificuldades para a realização do trabalho. Encontra-se, relativamente acessível, uma bibliografia rica em informações sobre as origens do fumo, seu uso, finalidades, costumes, aplicações, doenças por ele causadas e outras peculiaridades do produto que se tornou indispensável no consumo mundial.

Estes aspectos são tratados por uma infinidade de artigos, livros e revistas[1] Existem ainda, divulgações de obras consideradas "originais", que narram assuntos exóticos relacionados ao fumo.

A revista "Tabacologia"[2] no prefácio do seu 1º número (outubro de 1950), apresenta-se como um periódico mensal da Sociedade Científica Internacional do Fumo, cujo objetivo é editar ou reeditar obras científicas relacionadas ao fumo. Com este propósito, publica, traduzida para o alemão, uma tese apresentada no ano de 1743, na Faculdade de Medicina da Universidade de Halle, com o título "Se é necessário e saudável a um teólogo fumar"[3]

---

[1] Stahl, Guenther. Der Tabak im Leben suedamerikanischer Volker. In, Zeitschrift fuer Ethnologie. Berlin, 1926
Schadwaldt, Hans. Kultur und Medizingeschichtliches ueber den Tabak. In, Midizinnische Welt, Berlin, 1968.
Aschenbrenner, H. und Stahl, Guenther. Handbuch des Tabakhandels, Oldenburg des Tabakhandels. Oldenburg. 1950.

[2] Tabacologia. Internationalen Tabakwissenschaftlichen Gesellschaft... Koeln, 1950.

[3] Tradução da "Dissertatio Inauguralis Medica de Tabaci Fumum Tabaci Fumum sugente Theologo" - em alemão: Ob es einem Theologo noethig und gesund sey Taback zu rauchen?"

Informa, também, que esta Faculdade proporcionou a publicação de numerosos trabalhos, entre eles, a revista "Taback" que se propunha divulgar obras que abordassem cientificamente aspectos curiosos do produto, e que não pôde mais ser editada, no ano de 1942, devido às dificuldades surgidas na Segunda Guerra Mundial. "Tabacologia" faz referência ainda à "Chronica Nicotiana" que, em 1938, pretendia publicar apenas assuntos referentes às transações comerciais do fumo, alargando, posteriormente, este objetivo, com o desaparecimento da "Taback".

Como já foi dito, a literatura sobre o comércio e manufaturas de fumo na Bahia, no século XIX, é quase inexistente. Alguns aspectos do fumo em diferentes épocas foram tratados por diversos autores.

A paixão que despertou entre os africanos transformou o produto em um dos artigos prediletos no tráfico de escravos, tema abordado detalhadamente por Pierre Verger, no seu livro "Flux et Reflux de la Traite de Nègres entre le Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVIIe au XIXe Siècle"[4].

Entre os livros escritos sobre o fumo na Bahia, merece destaque a "Memória sobre a cultura do Tabaco", de Miguel Calmon du Pin e Almeida[5]. A Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia, ao examinar as causas que provocavam o decréscimo da exportação do produto, procurou meios de remediá-las. O trabalho deste autor, foi apresentado, portanto, como uma contribuição para o estudo do problema da lavoura do fumo. É composto de quatro capítulos; no primeiro, Miguel Calmon aborda aspectos sobre a história da planta, do nome tabaco, etc.; no segundo, trata sobre a cultura do fumo nos diferentes países; no terceiro aponta as causas da decadência do fumo na Província e no quarto e último capítulo são apontados por ele, os meios de restaurá-la. As "Cartas Econômico-Polí

[4] Verger, Pierre, Flux et Reflux de la Traite des Negres entre le Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVIIe au XIXe Siècle. Paris, Mouton Co - La Haye, 1963.

[5] Almeida, Miguel Calmon du Pin e. Memoria sobre a Cultura do Tabaco. Bahia, 1835.

ticas sobre a Agricultura e Comércio da Bahia"[6] representam uma fonte indispensável, não só para o estudo da vida econômico-financeira da Bahia no começo do século XIX, como também revelam aspectos particulares da lavoura e do comércio do fumo, no ano de 1807.

Ao lado destes, não pode ser esquecido o não menos famoso livro de André João Antonil, "Cultura e Opulência do Brasil", que fornece, entre outras informações, indicações preciosas sobre o comércio e lavoura do produto no início do século XVIII.[7] A lavoura do fumo, nas palavras de Antonil, era tal "que a todos dá o que fazer; porque nelas trabalham grandes e pequenos, homens e mulheres, feitores e servos".[8] Exemplifica o tipo de pessoas que se ocupavam com a lavoura: "toda a gente se ocupa em catar a lagarta". mas, "chegar-lhe a terra com a enxada, é trabalho dos grandes", "apanhar ou colher as folhas é de quem sabe conhecer quando é tempo", o trabalho de torcê-las, fazendo delas a corda, encomenda-se a algum negro mestre"; "e o que anda com a roda ou engenho de torcer, há de ser negro robusto".[9] Trata, ainda, do fabrico do rapé, da estima do fumo do Brasil na Europa e em outras partes, e das vantagens tiradas por Portugal do comércio com o fumo.[10]

Existem também estudos sobre solos apropriados ao cultivo do produto, condições climáticas, métodos e técnicas de cultivo, tipos de fumos plantados, e, às vezes, são abordados outros itens, como a proeminência do produto na exportação do Estado, países para os quais se exportava, etc...[11]

Citado frequentemente como o "produto constante da nossa economia", o fumo, aparece incluído entre os produtos de exportação, como o elemento que sempre contribuiu na balança comercial. A importância da Alemanha como nossa maior importadora é também ressaltada.

---

[6] Brito, João Rodrigues de. Cartas Econômico-Políticas sobre a Agricultura e Comércio da Bahia. Bahia 1924.
[7] Antonil, André João. Cultura e Opulência do Brasil. S.Paulo, 1923.
[8] Idem, Ibidem. pp 181-204.
[9] Idem, Ibidem, pp 181-204
[10] Idem, Ibidem, pp 181-204
[11] Albano, João Pitanguy. O Fumo e sua cultura na Bahia. Bahia, 1927.
Marques, Antonio Nonato. Geografia do Fumo na Bahia. Bahia s/d.

As opiniões emitidas sobre o produto enaltecem sua contribuição na economia do Estado ou incluem as crises da sua lavoura entre as muitas que se abatem sobre a Província, posterior Estado.

O Recôncavo é naturalmente destacado como o mais importante produtor e principal centro de manufaturas fumageiras.

As principais fontes que nos permitem chegar a conclusões sobre a decadência das indústrias fumageiras na Bahia, encontram-se nos arquivos da cidade de Bremen (Arquivo da Câmara de Comércio e Arquivo do Estado), merecendo destaque os relatórios dos consulados alemães no Brasil, denunciando a penetração do trust anglo-americano do fumo. Existem ainda, nestes arquivos, documentos e uma vasta literatura, que evidenciam o controle do comércio do fumo na Bahia pelos alemães como também mostram os estreitos laços existentes entre as firma importadoras e as exportadoras aqui estabelecidas.

O livro de Wilhelm Overbeck, "Fünfzig Jahre Deutscher Verein Germania und Deutschtum in Bahia", fornece indicações sobre firmas alemãs e seus proprietários, que complementam os dados, coletados em outras fontes.[12]

O material estatístico é o que oferece maior dificuldade. Embora o de Bremen esteja ordenado e de fácil acesso, revela, em certos anos, contradições, que nos levam a olhar com cautela os resultados a que nós chegamos através deles. Quando comparamos com as fontes baianas, ou mesmo, se comparamos estas últimas entre si, as dúvidas são quase insuperáveis.

Na Bahia, os estudos de Mário Barbosa[13] apresentam dados valiosos sobre indústrias, exportação e importação, em diferentes épocas.

Guimarães, João Silvério. A Cultura do Fumo e seu Preparo. Rio de Janeiro, 1922.
Bondar, Gregório. Fumo na Bahia. In, Diário Official. Edição do Centenário. 1923. pp 294-296.

[12] Overbeck, Wilhelm. Fünfzig Jahre Deutsher Verein Germania und Deutschtum in Bahia. Berlin, 1923.

[13] Barbosa, Mário. Aspectos Econômicos e Financeiros do Estado da Bahia. Bahia
Idem. O Estado da Bahia - seu Valor e as Possibilidades Econômicas. Bahia, 1931.

O livro de Volkmar von Arnim, Die Welttabakwirtschaft,[14] é um dos mais importantes estudos sobre a economia mundial do fumo, contendo dados sobre o desenvolvimento da sua cultura e produção, diferentes espécies produzidas pelos países, participação destes na exportação mundial de fumo em folha, importação da Alemanha Ocidental, preços dos fumos no mercado internacional, formas de monopólios e muitos outros, mas que, infelizmente, só cobrem parte do período histórico da nossa pesquisa.

Para o estudo das firmas que comercializavam com fumo na Bahia, nos baseamos, além da literatura especializada, nos Livros de Contratos e Distratos, Livros de Registros de Firmas Comerciais, Livros de Marcas Industriais, Falas e Relatórios dos Presidentes da Província, Relatórios da Secretaria de Agricultura, Comércio, Indústria, Viação e Obras Públicas, documentos dos arquivos do Estado, da Câmara de Comércio e da Biblioteca do Estado de Bremen, e outras fontes que são citadas na bibliografia.

Para uma abordagem mais segura do envolvimento do elemento estrangeiro e das conseqüências deste na economia fumageira, e da Bahia em geral, torna-se necessário a análise da estrutura do capital das firmas atuantes no setor.

O levantamento de dados sobre capitais foi feito, no presente estudo, através de tabelas, nas quais consideramos o capital inicial dos proprietários, sua nacionalidade, sede das firmas, filiais, sucessões, alterações de capital e ano em que os proprietários se retiravam da sociedade, com os respectivos capitais. É claro, que quando somamos os capitais nos sucessivos anos, o capital de saída não foi considerado, por se tratar de uma quantia que era retirada do comércio do fumo.

As entradas e saídas de proprietários em cada ano,

Idem. Páginas Econômicas. Bahia, 1934.
Idem. A Bahia através de cem anos. Bahia, 1923. In, Diário Oficial. Edição do Centenário, 1923, entre outros.

[14] Arnim, Volkmar von. Die Welttabakwirtschaft. In, Kieler Studien. Kiel, 1958.

bem como as transferências de membros do grupo de um estabelecimento para outro, as ramificações destes nas diversas empresas, forneciam uma imagem intrincada e uma teia confusa de ser desvendada. Estes entrelaçamentos dos proprietários nas diversas sociedades, anos em que eles permaneceram como sócios capitalistas ou de indústria nos foram fornecidos por cálculos do computador, com os dados retirados das tabelas.

Não pretendemos, nem podemos, naturalmente, com este trabalho, fornecer uma imagem completa do comércio do fumo na Bahia. Acreditamos, porém, que as questões nele levantadas auxiliam na revisão de certas colocações sobre um dos mais importantes produtos da nossa exportação.

5.1. MARCAS DE CHARUTOS E CIGARROS

MARCAS DE CHARUTOS E CIGARROS

As fábricas apresentavam nas suas produções as mais variadas marcas e desenhos. Estes acompanhavam a moda, os fatos políticos, revelavam a simpatia dos seus proprietários pelos eventos ocorridos ou o desejo de se mostrarem simpáticos.

Procurava-se, com os rótulos de charutos e cigarros, conquistar novas faixas de consumo, distinguindo através das carteiras e qualidades do fumo, as classes às quais se destinavam.

A História em Rótulos de Cigarros, de Mauro Mota[1], é um exemplo de como certos elementos sociais estão contidos nos rótulos dos produtos, revelando-nos importantes aspectos culturais, que complementam a compreensão do espírito da época.

Sem nos determos neste assunto, registremos apenas algumas marcas, que com seus nomes sofisticados, singelos, ou exóticos, mostram-nos amíude o consumidor ao qual se dirigem, sendo-nos possível estender em considerações as mais variadas, o que fugiria ao objetivo do trabalho proposto.

São diversos os nomes e apelidos femininos. Nomes delicados, "para pessoas delicadas";

HORTENSIA - *Cigarros de primeros. Garantizados por los fabricantes.* — *F. Ferreira & Cia. - 1893*

---

[1]Mota, Mauro. História em Rótulos de Cigarros. Recife, 1971.

BELLA DIVA	Dannemann - 1892
A BELLA CUBANA	Dannemann - 1903
ANNETTE. SINHASINHA, MOLMA, JULIETA	Dannemann - 1903
MULATA, PRIMA DONNA	Suerdieck - 1911
LISA. ZIZI, JULITA	Leite e Alves - 1918
VIOLETA	Leite e Alves - 1917
CHIQUITA, MIMI BILONTRA, ANGELINA	Costa Ferreira e Penna - 1893
MIMI, BELINHA	Costa Ferreira e Penna - 1905
FROU-FROU	Stender & Cia. - 1909
MARICOTA. MULATINHA, BELLA BAHIANA, YAYÁ	Stender & Cia. - 1922
ORNÉLLA, NEGRINHA	Poock & Cia. - 1905
MARIINHA	Araújo & Cia. - 1909
ZAIÍ	Arthur Furtado de Simas - 1900

Nomes famosos:

ROOSEVELT	
O PRÍNCIPE BISMARCK	Dannemann - 1897
CARLOS GOMES	Poock & Cia. - 1903

Cigarros e charutos para almofadinhas e conquistadores: D. JUANS, ELEGANTES, ALFREDOS, DANDY.

Novas marcas que se apresentavam:

CHEGUEI EU!	Leite e Alves - 1922
MAIS UM!	Leite e Alves - 1917

Aqueles que se destinavam às diversas classes e consumidores:

CAIPIRA - *"com papel de palha de milho"*	*Martins Fernandes - 1889*
LAVRADORES	*Stender & Cia. - 1905*
CAIXEIROS - *"dedicados à classe caixeiral"*	*Vaz Agostinho & Cia. - 1896*
BANQUEIROS	*Suerdieck & Cia - 1910*
SERTANEJOS	*Dannemann - 1904*
COMMERCIANTE	*Manoel Correia Machado - 1894*

Marcas "históricas":

IMPERADORES	*Dannemann - 1904*
REPUBLICANOS	*Martins Fernandes - 1900*

Outras que traziam a procedência do fumo e/ou uma homenagem aos povos, nações ou cidades, de onde frequentemente se originavam os seus proprietários:

BREMA, BREMENSES, HANSEÁTICOS	*Dannemann*
PORTA WESTPHÁLICA, WESTPHÁLIA (para fardos de fumo)	*Suerdieck*
HOLLANDEZES	*Suerdieck - 1908*
LUSO-BRASILEIROS	*Martins Fernandes - 1903*
FLOR DA BAHIA	*Poock & Cia. - 1903*
MEXICANOS	*Stender & Cia. - 1905*

São vários os rótulos em língua estrangeira:

ALARM! Wir sind die ersten, wir geh'n voran!

Ja, SCHULZE, die kann ich empfehlen!

ZIGARRE fuer Jedermann!

GOURDMAND - CIGARS SUPERIOR. Manufactures specially for gentlemen of good judgement.

TIP-TOP - expressão "idiomática" alemã

PROSIT

Estampas com dizeres que evocam o pecado, associando o vício como um deles, mas insinuando a tentação que este vício exerce:

DIÁVOLO - com estampas do diabo — *Pacheco & Cia. - 1890*

RAINHA DA NOITE — *Dannemann - 1892*

Existem marcas das mais variadas cores, desenhos e nomes, com múltiplas intenções: *MI NOVIA*, *EL VALOR*, *ECONOMICOS*, *NIF-NAF*, *PUNCH*, *DIPLOMATAS*, *BA-TA-CLAN*, *MINHA GENTE*, *EL PALHAÇO - CLOWN*, *ANDARILHOS*, *DELICIOSA*, *SABIDO*, *BARONESAS*, *DUQUEZA*, *ELITE*, *FLORENCIA*, trazendo em uma estampa os dizeres: "Fabrica de tabacos pour la Noblesse" (F. Ferreira & Cia. - 1894).

Muitas desapareceram no decorrer dos anos, sendo substituídas por outras de nomes mais apropriados à época. As marcas de charutos e cigarros, com seus nomes e estampas característicos transformaram-se em um registro valioso do passado.

FONTE: Arquivo do Estado da Bahia, Livros de Marcas e Registros, 1888-1924.

5.2. MANUFATURAS DE FUMO NA BAHIA

MANUFATURAS DE FUMO NA BAHIA

Desde o início do século XIX, encontram-se indícios de manufaturas de certa importância na Bahia. A literarura existente registra* ter o suiço Meuron fundado, em 1816, a primeira fábrica de rapé da Província. O memorial contido na prorrogação de contrato da fábrica no ano de 1887[1], documenta que o "Sr. Frédéric Meuron fundou em 1819 uma fábrica de rapé, denominada "AREA PRETA", do nome da localidade, situada perto da Bahia, onde ella se achava. Em mil oitocentos e trinta e dous elle creou uma succursal em Andarahy Pequeno, perto do Rio de Janeiro, e em mil oitocentos e trinta e seis uma outra em Chora Menino, arrabalde de Pernambuco". A segunda fábrica de rapé pertenceu a Manoel Vasconcellos de Souza Bahiana, situada no engenho S. Felipe, funcionando desde 1833[2]. Aristides Milton diz ter sido em 1838 a fundação desta fábrica, para o que o Sr. Bahiana comprou, pela quantia de ..... 2:000$000, a casa do engenho situada à margem do Rio Pitanga; montou, aí, seu estabelecimento, tentando, também, uma fundição na qual não obteve êxito. Pelo mesmo autor sabe-se que o Sr. Bahiana trazia o desejo de* fazer imortalizar, pois deixou à escolha de quem lhe escrevesse a biografia o prêmio que nunca foi conquistado de 1:000$000 ou uma légua de terra.[3] Havia, também, no ano de 1833, no bairro de Nazaré a fabricação de rapé "Princesa de Lisboa"[4], que em 1860 estava em atividade, com seu proprietário, Paulo Gasse, à frente dos negócios[5]. Havia, ainda, algumas fábricas de charutos de vulto, mas é na segunda metade do século XIX, quando a tradição afirma estar

[1] Junta Comercial da Bahia. Livro de Contrato e Distratos, 1886.
[2] Almeida, Miguel Calmon du Pin e. Memória sobre a Cultura do Tabaco. Bahia, 1835. p 34.
[3] Milton, Aristides. Ephemerides Cachoeiranas. Bahia, 1903. pp 294-295.
[4] Almeida, Miguel Calmon du Pin e. op.cit. p 34
[5] Presidência da Província: Industria e Commercio. Fabricas 1839-1889 (Documentos Manuscritos - relatórios).
* Vide Errata

a cultura fumageira em decadência no Recôncavo, que a fundação de fábricas de charutos, cigarros e rapé é intensificada, transformando-se a manufatura de fumo em uma das mais significativas atividades econômicas da Província, posterior Estado, registrando o nome da Bahia nos rótulos dos seus produtos exportados.

Esta atividade industrial, "reflexo da expansão econômica do Brasil", foi também favorecida "pela tarifa ligeiramente protecionista de Alves Branco".[6] Reclamando os impostos "excessivos" cobrados sobre a matéria prima importada, a Meuron relembrava a isenção de impostos de que tinham usufruído as "fábricas nacionais", quando o governo Imperial, com objetivo de impulsionar a indústria nativa, concedeu "que fosse livre de direitos a entrada de matérias primas necessárias para as indústrias estabelecidas no país, e nós próprios gozamos deste favor até 1857, para uma certa porção de tabaco da Virgínia em folha..."[7]

Aos períodos de entusiasmo seguiam-se os de descrença pela industrialização no Brasil, continuando a economia voltada para a exportação de matérias primas. A industrialização que se processava não se firmava e indústrias nascentes não encontravam apoio e incentivo por parte do governo. A falta de créditos restringia muito as possibilidades de aplicação de capital em projetos industriais e agrícolas. A citação seguinte fornece um significativo exemplo da situação: "Um grande senhor de engenho do Recôncavo, necessitando de 80 contos de réis, não conseguiu levantar no Banco da Bahia mais de 34, o máximo que, em face da legislação, podia ser garantido por seus imóveis na capital; entretanto oferecera em penhor o seu engenho avaliado em 300 contos de réis e essa quantia fôra recusada".[8]

A partir de 1870, surgiu um grande número de estabelecimentos fumageiros, devido ao crescimento do mercado interno, aumento do consumo mundial e à existência de grande

---

[6] Luz, Nícia Vilela. A luta pela Industrialização do Brasil. S. Paulo, 1960. p 29.
[7] Presidência da Província: Indústria e Comércio. Fábricas. 1839-1889 (Documentos manuscritos - relatórios)
[8] Azevedo, Thales de. História do Banco da Bahia. Rio de Janeiro, 1969. p 163.

parte da matéria prima. Além desses fatores, as necessidades do Tesouro impuseram "moderado protecionismo de caráter fiscal que, aliado às barreiras naturais e às dificuldades de comunicação", permitiu o aparecimento de "uma pequena indústria de artefatos grosseiros, pouco exigente quanto à mão de obra e requerendo apenas pequenos capitais"[9]

Promovida pelos comerciantes e exportadores, a manufatura de fumo foi por eles condicionada e deles dependente, havendo em primeiro lugar na economia do fumo os comerciantes e exportadores, que se transformaram em fabricantes, sem abandonarem as outras funções. Sendo uma atividade complementar da exportação foi por ela sustentada, não adquirindo condições próprias de expansão.

A manufatura do fumo não necessita de grandes investimentos, nem de trabalhadores longamente qualificados. Um grande contingente humano pode dela ocupar-se, sem que, para isso, seja necessário um treinamento especial. Ofício relativamente fácil, dele ocuparam-se mulheres e crianças. A ocupação feminina nos trabalhos fabris do fumo, não se constitui em um fenômeno especificamente baiano. No século XIX e inícios do século XX, possuiu Bremen uma quantidade considerável de fábricas de charutos, situadas, em sua maioria, às margens do Weser. Nelas trabalhou um grande número de mulheres, registrando-se também a presença de crianças[10]

As manufaturas de fumo na Bahia eram, em sua grande maioria, pequenas, de caráter caseiro, artesanal, o que torna impossível um levantamento de todas as pessoas ocupadas com o fabrico de charutos. Muitas vezes a confecção do produto era realizada em pequenas casas, com instalações primitivas, sem que se possa atribuir-lhes o nome de fábricas. Poucas faziam uso de máquinas, e esta possibilidade artesanal da produção de charutos, realizada em casas, em círculos familiares, fazia com que os próprios fabricantes da época tivessem dúvida quanto ao que se poderia chamar de fábrica. Dois de

[9] Luz, Nícia Vilela. op.cit. p 45.

[10] Sobre o assunto consultar: Bericht der Bremer Bezirks-Komission. Reichs-Enquete Über den Tabckbau die Tabackfabrication und den Tabckhandel. Câmara do Comércio de Bremen, W II 30 Tabacksverskäufe. 1869-1880.

les dirigindo-se ao Presidente da Província alegavam que "... precisam a bem de seus direitos, que V.Ex. se digne mandar lhes explicar qual o trabalho de charutos que se pode considerar fábrica..."[11]

Na JUVENTUDE, exportadora de charutos para o exterior, o número de operários, em 1882, excedia de 150, "contando-se as muitas famílias que trabalham em sua residência por conta da fábrica", e, na FRAGRÂNCIA, dos setenta operários existentes no mesmo ano, 20 eram do sexo feminino e 10 eram crianças, trabalhando sem o uso de máquinas[12]

Os relatórios dos Presidentes da Província fazem referências às maiores e mais importantes fábricas. O número dos pequenos estabelecimentos é, entretanto, avultado, localizando-se às vezes os registros de tais manufaturas, para perdê-las de vista alguns anos mais tarde. Realizava-se o contrato social ou registrava-se a firma na Junta Comercial sem a preocupação de comunicar o fechamento das mesmas, quando este ocorria.

A frequência com que tal fato ocorre, dificulta o acompanhamento da vida das firmas e, muito embora se confrontem as mais diversas fontes perseguindo o destino ou a data em que as firmas se desfizeram, a tarefa resulta muitas vezes inútil.

O número de fábricas citado nos relatórios e na literatura específica é exagerado ou insuficiente. Freitas Henriques[13] assinala, para o ano de 1872, duas fábricas de rapé, a Meuron & Cia. e a Moreira & Cia.; sem citar a quantidade de manufaturas de fumo, diz, entretanto, que "da fabricação de charutos ha logares, em que um crescido número de habitantes exclusivamente se occupa". Mário de Souza Dantas atribui a existência de 238 fábricas de charutos, cigarros e fumos desfiados para o ano de 1927 e 289, para o ano de 1928[14].

---

[11] Presidência da Província. Agricultura, Indústria e Comércio. Fábricas 1839-1889. (Documentos manuscritos - Relatórios).

[12] Dantas, João dos Reis de Souza. Relatório... em 1882. Bahia. pp 102-103.

[13] Freitas Henriques, João Antonio de Araujo. "Falla... Presidente da Provincia". Bahia, 1872. p 131.

[14] Dantas, Mário. Relatório da Secretaria de Agricultura, Comércio e Indústria. Bahia, 1928. p 141

Francisco Marques de Goes Calmon informa que entre "as mais generalizadas das pequenas indústrias" encontram-se as de "charutos e cigarros, 222, com a produção de 101.954.869 dos primeiros e a de 16.267.215 maços dos segundos".[15] Poder-se-ia mencionar outros dados dos relatórios de Francisco Marques de Goes Calmon, referentes aos anos de 1926 e 1927, que, baseando-se nas estatísticas oficiais, fornecem resultados duvidosos. Em 1930 existiam, segundo Mário Barbosa, 260 fábricas de charutos, cigarros, fumo desfiado, picado ou migado.

Estes totais de estabelecimentos acima citados devem abranger as pequenas manufaturas caseiras que trabalhavam para os estabelecimentos maiores. Tal fato torna-se evidente uma vez que "em 1930 contando-se 2.204 fábricas, apenas 61 delas trabalham com mais de 12 operários, subindo a 158 as que funcionaram de 7 a 12, elevando-se a 660 as de 1 a 6 e atingindo 1.325 as chamadas fábricas gratuitas, nas quais se empregam tão somente as pessoas da própria família do industrial".[16]

As maiores manufaturas de fumo na Bahia eram propriedades de exportadores e comerciantes que controlavam a economia do fumo na região e no Estado. Essas manufaturas, com certa disponibilidade de capital, podiam contar com a importação da matéria prima necessária à fabricação do rapé e de certos tipos de charutos. Precisando o rapé de um fumo especial, importavam-no de outras províncias e do estrangeiro, o que tornava o produto oneroso. Um dos fabricantes escreveu um relatório, lamentando que "os lavradores não se querem prestar ao trabalho de beneficiar o fumo próprio na ocasião da colheita, e por isto precisão de se mandar buscar no estrangeiro, pagando-se grandes direitos destes, além de grandes despesas que se fazem, e não ser possível elevar-se o preço do rapé".[17] A fábrica Meuron encaminhou um outro relatório no mesmo sentido, descrevendo a dificuldade referente à maté

[15] Goes Calmon, Francisco Marques de. Mensagem. Bahia, 1925. p 195.
[16] Barbosa, Mário. Economia e Finanças. Bahia, 1932. p 29.
[17] Arquivo do Estado da Bahia. Presidência da Província, Indústria e Comércio. Fábricas 1839-1889 (Documentos manuscritos - Relatórios).

ria prima do rapé, que recebida do estrangeiro, pagava "desde 1857 ao entrarem no Brasil direitos elevados ao Tesouro Imperial, orçando-se mais ou menos em réis 12:000$000 por anno.."[18]

Durante o período estudado, verificou-se que o Brasil importou através de Bremen (não levando-se em consideração as importações possivelmente efetuadas através de Hamburgo) fumos de Sumatra, Java, Virginia e Kentucky.[19] Infelizmente não podemos especificar quanto desta importação cabia à Bahia, podendo-se, entretanto, afirmar que uma boa parte lhe era destinada. Natalia Gomes da Costa Vinhaes diz no seu artigo que "até 1888 a Bahia importava fumo fino para as capas de charutos, no entanto, daí para cá essa importação diminuiu gradativamente, até que em 1907 já era diminuta".[20]

Os documentos mostram que durante o período estudado existiram diferentes espécies de charutos em cuja fabricação eram utilizados variados tipos de fumo. Geralmente, o charuto é formado de 3 tipos de fumo: a chamada "capa" - folha externa do charuto - era feita no Brasil preferencialmente com fumos de Sumatra, Java e Havana. No "capote", ou capa interna, eram utilizados fumos Sumatra e Java somente para charutos de alta qualidade, sendo muito empregado o fumo da Bahia. Por último, vem a "torcida" - parte interna do charuto - com fumos de São Domingos, Filipinas, Havana, e principalmente o fumo Bahia - Brasil.

A confecção do produto com as variadas camadas e misturas de fumo depende do consumidor ao qual se destina diversificando-se a preferência por charutos com fumos mais fortes, mais aromáticos, etc... sendo que nos de superior qualidade era indispensável a contribuição dos fumos de Java, Sumatra ou Havana. Essa importação não diminuiu; pelo contrário, crescia, a cada ano, o pedido de maiores quantidades de fumo estrangeiro. Em uma de suas primeiras listas de preços impressas, a SUERDIECK mostra quais os charutos que precisavam da combinação de outros fumos:

---

[18] Arquivo do Estado da Bahia, Presidencia da Província, Indústria e Comércio. Fábricas 1839-1889 (Documentos manuscritos - Relatórios)

[19] Arquivo do Estado de Bremen. Jahrbuch fuer die Amtliche Statistik des Bremischen Staats. Bureau fuer Bremische Statistik 1870-1930.

[20] Vinhaes, Natália Gomes da Costa. "O açúcar, o fumo e o cacau como principais fatores econômicos da Bahia". In: Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia. Bahia, 1950. p 259

PREÇOS CORRENTES POR MILHEIRO

Janeiro de 1911

MARCAS	*CAIXAS DE 100*	*CAIXAS DE 50*	*CAIXAS DE 25*	*OBSERVAÇÕES*
Amor Perfeito	*Rs 80$000*	*Rs 90$000*	*Rs -*	
Caboclos	*Rs 90$000*	*Rs 100$000*	*Rs -*	
Perfeitos	*Rs 90$000*	*Rs 100$000*	*Rs -*	
Cata Flor	*Rs 110$000*	*Rs 120$000*	*Rs -*	
Nº 1	*Rs 120$000*	*Rs 130$000*	*Rs -*	
Nº 2	*Rs 120$000*	*Rs 130$000*	*Rs -*	
Baronezas	*Rs 120$000*	*Rs 130$000*	*Rs -*	
Vencedores	*Rs 120$000*	*Rs 130$000*	*Rs -*	
Caprichosos	*Rs 130$000*	*Rs 140$000*	*Rs -*	
Fidalgos	*Rs 140$000*	*Rs 150$000*	*Rs -*	
Nobreza	*-*	*Rs 150$000*	*Rs 160$000*	

FONTE: Suerdieck S/A - Charutos e Cigarrilhos. 1905-1955. Bahia, 1955.

Marcas com combinação fumo de Havana:

MARCAS	*CAIXAS DE 100*	*CAIXAS DE 50*	*CAIXAS DE 25*	*OBSERVAÇÕES*
Florinha	*Rs -*	*Rs 180$000*	*Rs -*	
Viajantes	*Rs -*	*Rs 200$000*	*Rs 210$000*	
Hollandezes	*Rs -*	*Rs 220$000*	*Rs 230$000*	
Princezas	*Rs -*	*Rs 220$000*	*Rs 230$000*	
Aurora	*Rs -*	*Rs 220$000*	*Rs 230$000*	
Unicos	*Rs -*	*Rs 300$000*	*Rs 320$000*	
Tres Estrellas	*Rs -*	*Rs 320$000*	*Rs 340$000*	
Prima Donna	*Rs -*	*Rs 330$000*	*Rs 350$000*	
Banqueiros	*Rs -*	*Rs 380$000*	*Rs 400$000*	

No ano de 1918 (fevereiro), aparecem marcas com diferentes preços, conforme fossem utilizados nos produtos, capas nacionais ou estrangeiras:[21]

[21] Documentos da Fábrica Suerdieck. Maragogipe, Bahia.

MARCAS	CAPA NACIONAL			CAPA ESTRANGEIRA		
	CAIXAS DE 100	CAIXAS DE 50	CAIXAS DE 25	CAIXAS DE 100	CAIXAS DE 50	CAIXAS DE 25
Amor Perfeito	Rs 85$	Rs 95$	-	-	-	-
Caboclos	Rs 95$	Rs 105$	-	-	-	-
Perfeitos	-	-	-	Rs 110$	Rs 120$	-
Índios	-	-	-	Rs 115$	Rs 125$	-
Petiscos	-	-	-	-	Rs 135$	-
Cata Flor	Rs 115$	Rs 125$	-	Rs 125$	Rs 135$	-
Andarilhos	-	-	-	Rs 135$	-	-
Sosinho	-	Rs 125$	-	-	-	-
Invencível	-	-	-	-	Rs 135$	-
Record Fino	-	-	-	Rs 125$	Rs 135$	-
Record Grosso	-	-	-	Rs 130$	Rs 140$	-
Record Lançado	-	-	-	Rs 130$	Rs 140$	-
Odalisca	-	-	-	-	Rs 145$	-
Vencedores	Rs 125$	Rs 135$	-	Rs 135$	Rs 145$	-
Suerdieck Nº 2	Rs 125$	Rs 135$	-	Rs 135$	Rs 145$	-
Caprichosos	Rs 135$	Rs 145$	-	Rs 140$	Rs 150$	-
Baronezas	-	-	-	Rs 140$	Rs 150$	-
Suerdieck Nº 1	Rs 125$	Rs 135$	-	Rs 145$	Rs 155$	-
Nobreza	-	-	-	Rs 155$	Rs 165$	Rs 175$
Fidalgos	Rs 145$	Rs 155$	-	Rs 155$	Rs 165$	-
Persianos	-	-	-	-	Rs 165$	Rs 175$

Combinação de fumo de Havana:

MARCAS	CAPA NACIONAL			CAPA ESTRANGEIRA		
	CAIXAS DE 100	CAIXAS DE 50	CAIXAS DE 25	CAIXAS DE 100	CAIXAS DE 50	CAIXAS DE 25
Florinha	-	-	-	-	Rs 185$	Rs 195$
Viajantes	-	Rs 210$	Rs 220$	-	-	-
Princesas	-	-	-	-	Rs 230$	Rs 240$
Sadda	-	-	-		Rs 230$	Rs 240$
Aurora	-	Rs 230$	Rs 240$	-	-	-
Hollandezes	-	-	-	-	Rs 230$	Rs 240$
Mulata	-	Rs 260$	Rs 280$	-	-	-
Ouro de Cuba	-	-	-	-	Rs 315$	Rs 335$
Unicos	-	Rs 315$	Rs 335$	-	Rs 315$	Rs 335$
Tres Estrellas	-	-	-	-	Rs 340$	Rs 360$
Prima Donna	-	-	-	-	Rs 345$	Rs 365$
Hamburguesas	-	-	-	-		Rs 365$
Regalia Fina	-	-	-	-		Rs 365$
Beira Mar	-	-	-	-		Rs 365$
Banqueiros	-	Rs 400$	Rs 420$	-	Rs 400$	Rs 420$
Brazil - Caixa de Luxo	-	Rs 380$	Rs 420$	-	Rs 380$	Rs 420$
Boas Festas	-	-	-	-	Rs 415$	Rs 455$

Cigarrilhos finos - caixas de 500 - Rs 58$000 por milheiro.

Cigarrilho Havanezes, em carteiras - caixas de 200 - Rs 100$000 por milheiro

Durante a guerra, as firmas viram-se impossibilitadas de adquirir os fumos importados diretamente da Alemanha, recebendo os via Nova Iorque. A SUERDIECK, por exemplo, que como já foi dito, utilizava em grande quantidade fumos estrangeiros, atravessou dificuldades para realizar a fabricação de seus charutos.

No ano de 1917 até abril de 1918, a supressão do envio de fumo Sumatra provocou a paralização da fabricação de charutos; em 9 de abril de 1918 "chegou-lhe a primeira remessa do dito fumo, retomando assim os trabalhos da fábrica a sua marcha habitual"[22]

[22] Suerdieck - 1892-1946. História dos 54 anos da fábrica. Bahia, 1946.

No ano seguinte, 1919, a SUERDIECK adquiriu de H. DUYS & CO. INC., sediados em Nova Iorque, importadores de várias espécies e exportadores de fumo SEEDLEAF, 100 fardos de fumo SUMATRA, de diferentes tipos e preços?[23] Os estabelecimentos menores utilizavam quase que exclusivamente o produto da terra, que era muito conceituado na fabricação de charutos, e não era dos mais apropriados para o cigarro, por ser muito forte. Muitas empresas desenvolviam ao lado da fabricação de charutos, a de cigarros, notadamente os conhecidos cigarros de palha.

Fabricavam o fumo picado, desfiado ou moído, vendiam o papel e/ou a palha de milho, ficando a execução dos cigarros a cargo dos fumantes. Tais fábricas foram desaparecendo à medida que o caráter artesanal da fabricação deste tipo de cigarro foi declinando. O uso, entretanto, do cigarro de palha continua difundido em boa parte da populaçãobrasileira, especialmente na zona rural, onde o fumo de corda e a palha desfrutam um lugar cada dia mais disputado pelos cigarros com ou sem filtro de sofisticadas embalagens. A fabricação de cigarros já requer o uso de máquinas, dispensável quando se trata de charutos. É comum a opinião que os charutos fabricados à mão são de superior qualidade. O crescente consumo do cigarro industrializado provocou a diminuição da procura pelos cigarros de palha, ameaçando também o charuto. Existe farto material sobre a "guerra" travada entre charutos e cigarros, quando os primeiros viram-se ameaçados pela expansão cada vez maior destes, mais populares e baratos, fabricados com fumos de qualidades inferiores, sendo usadas amplamente, máquinas para sua fabricação em grande escala. Uma nota de informações pedidas sobre maquinismos empregados em uma das maiores fábricas de cigarros e fumos da Bahia, a MARTINS FERNANDES & CIA., situada à Calçada do Bonfim, menciona a existência no ano de 1917 de:

> *"Uma machina motora de 25 cavallos, de Marshall Sons & Comp., England.*

[23] Documentos impressos da Fábrica SUERDIECK. Fábrica Suerdieck, Maragogipe. Doc. impressos.

Trez machinas desfiadeiras, de Roba. Legg. Ltd.
Uma dita afiar facas, de A. Roller, Berlim.
Uma dita idem , de Jones Nurton & Co., Liverpool.
Dois torradores, de Wilh. Quester, Allemanha.
Um peneiro de dito , idem .
Uma machina cortar papel, de Hachee Suca. Paris
Um torno mechanico, de Union M.F.C., U.S.A.
Uma machina de timbrar, de F.M. Weiler, Liverty.
Uma dita de cigarros pardos, de Comas cigarette Machine & Com. Philadelphia.
Uma machina cigarros brancos. U.K., U.S.A."[24]

O cigarro é cada vez mais consumido, substituindo a preferência pelo charuto. Este, entretanto, não chegou a conhecer o declínio ocorrido com o rapé, que quando caiu de moda, no início do século XX passou a ser consumido quase que exclusivamente "pelas classes inferiores";[25] cedendo o posto de artigo requintado ao novo produto da burguesia: o charuto. A difusão do seu uso propiciou a ampliação de sua produção, e um incremento à indústria e comércio de fumo.

Localizavam-se as fábricas na Bahia, preferencialmente no Recôncavo, nas cidades de Cachoeira, São Félix, Muritiba e Maragogipe, cidades que se constituíam nos maiores produtores de fumo da Província, posteriormente Estado.

Com o desenvolvimento das fábricas, o fumo do Recôncavo, que antes era destinado quase que à exportação para outras províncias e estrangeiro, é vendido também na Bahia. Durante o período surgiu grande número de manufaturas em Feira de Santana, Amargosa, Cruz das Almas, Nazaré das Farinhas, Alagoinhas, Santo Antonio de Jesus, São Gonçalo dos Campos, como também em Salvador. Muitas delas adquiriam o fumo em Cachoeira, São Félix e Muritiba. A soma do capital das firmas manufatureiras instaladas nestas três cidades cobrem o de todas as outras sediadas nas demais localidades.

---

[24] Documento da Empório Industrial do Norte. 1917.
[25] Vinhaes, Natalia Gomes da Costa. op. cit. p 257.

Especificamos nos gráficos e tabelas o capital social das firmas nos anos considerados, os quais, mostram que o capital isolado da Dannemann, Costa Ferreira e Penna e Suerdieck, abrangia a soma do capital de diversos estabelecimentos.

Merecem destaque a Dannemann e a Suerdieck, cujas importâncias são registradas pelas vidas comerciais estáveis que possuíram, aumentos progressivos do capital social e mão de obra que utilizaram, associando-se a prosperidade das cidades onde elas se situavam às épocas de apogeu vividas pelas firmas.

A DANNEMANN foi fundada em 1873 por Gerhard Dannemann, que emigrou para o Brasil, juntamente com seu irmão, pouco depois da guerra franco-alemã, onde ambos tinham lutado como voluntários. GERHARD DANNEMANN trabalhou na firma exportadora L.G. MEYER, associando-se posteriormente a REINHARDT DANNEMANN, indo para São Félix comerciar com fumo. Logo em seguida, comprou a HAMMACHER, uma fábrica de charutos, que tinha sido originariamente propriedade de G.D. SCHNORRBUSCH. Iniciou sua produção com seis operários, ocupando posteriormente o lugar de uma das mais importantes fábricas do país.[26] Após a guerra, em 1920, a DANNEMANN registra a presença de novos sócios, um inglês e uma brasileira (*vide anexo*), perfazendo um capital dos mais elevados na época: Rs 1.500:000$000. Seus proprietários, antes concentrados em São Félix, dispersaram suas residências. Gerhard Dannemann e Gerhard Dannemann Filho, Friedrich Siepmann e Albert Mettig residiam em São Félix, J. W. Webster, em Salvador, Johann Adolf Jonas, em Frankfurt, Ludwig Kruder, em Hamburgo, Maria Francisca de Macedo, em Maragogipe, região onde era estabelecida a Suerdieck. Com o espraiamento dos seus responsáveis, a Dannemann adquiriu forte controle sobre a produção e comércio de fumo na Bahia.[27] As investidas constantes do trust anglo-americano, que será abordado posteriormente, para apoderar-se das fábricas de cha

[26] Overbeck, Wilhelm. Fuenfzig Jahre Deutscher Verein Germania und Deutschtum in Bahia. Berlin, 1923. p 52

[27] Arquivo do Estado da Bahia. Livros de Contratos e Distratos. 1870-1946.

rutos e cigarros existentes, podem ser apontadas como uma das responsáveis pela conversão da Dannemann em 1922 em CIA. DE CHARUTOS DANNEMANN, sucessora da Dannemann & Cia. e da Stender & Cia. A Stender, por sua vez, tinha suas origens ligadas à antiga fábrica de charutos FRAGRÂNCIA, fundada em 1851 pelo seu proprietário, o português JOSÉ FURTADO DE SIMAS. Em 1900 era proprietário Bernhard Rodenburg que a vendeu em 1904 para a Stender & Cia.. Sendo uma fábrica relativamente pequena, tinha entretanto entre seus principais acionistas, a Herm. Stoltz & Cia., poderosa firma de importação, com sede no Rio de Janeiro. A junção das duas fábricas, por vários anos concorrentes, foi uma tentativa de dificultar ou impedir que o controle do fumo, há anos em mãos alemãs, passasse para os ingleses.

A SUERDIECK inicia sua história no ano de 1888, quando AUGUST SUERDIECK veio para a Bahia, como empregado da firma exportadora F. H. Ottens. Esta levou-o para Cruz das Almas, a fim de que fiscalizasse o enfardamento de fumo. Em 1892, relacionado com a firma JOH. ACHELIS & SOEHNE, de Bremen, iniciou suas atividades por conta própria, como exportador e enfardador de fumo em Cruz das Almas. Comprou de F. H. OTTENS seu primeiro armazém, registrando sua firma no ano de 1899, sob a razão social de A. SUERDIECK. Não encontramos referências ao capital social da firma nestes períodos. Em 1899 edificou seu primeiro prédio em Maragogipe, encontrando-se entre os fregueses a RÉGIE FRANCESA, as firmas JOH. SCHUBACH, de Hamburgo, e ACHELIS & SOEHNE, de Bremen. Neste mesmo ano chegou à Bahia FERDINAND SUERDIECK, irmão de AUGUST, que trabalhou por algum tempo no negócio de exportação, transferindo-se posteriormente para Maragogipe, onde foi instalada em 1905 a primeira fábrica de charutos da SUERDIECK. AUGUST SUERDIECK fez o desdobramento de sua firma em duas distintas: AUG. SUERDIECK - exportador de fumo, e A. SUERDIECK - fabricante de charutos, contando a fábrica com 5 operários. As primeiras marcas da manufatura, que contava com instalações bem primitivas, foram: SIMPLES Nº 1, SIMPLES Nº 2 e SIMPLES Nº 3. Em 1907, contava com 13 operários, sob a gerência de CARL GERLES. Em 1909, chegou à Bahia GERHARD MEYER parente dos SUERDIECK,

para auxiliar nos negócios da administração das firmas.

Até 1913, existiram 2 firmas distintas: A. SUERDIECK, fabricante de charutos e AUG. SUERDIECK, exportadora de fumo. Em 1914, deu-se a junção das duas firmas, sob a razão social de SUERDIECK & CIA., sendo admitido como sócio FERDINAND SUERDIECK. Com a morte deste, ocorrida na Europa no ano de 1921, foi admitido como sócio no ano de 1923 GERHARD MEYER, que se encarregava da fabricação, pois AUGUST SUERDIECK sempre se dedicou à exportação do fumo. Em 1928, a firma entrou em um acordo com a fábrica de charutos VIEIRA DE MELLO, em decadência, antiga propriedade de Manoel Vieira de Mello, arrendando a seus descendentes os edifícios situados na praça João Pessoa, em Maragogipe, até a data de 1940, quando foram incorporados à firma SUERDIECK. Em 1930, faleceu AUGUST SUERDIECK na Alemanha e em 1931, HERMINE SUERDIECK esposa de August. Após a morte dos proprietários de nome SUERDIECK, a firma não podia continuar sob a mesma razão social, pois as leis nacionais[28] exigem que o nome da firma confira com o de um dos sócios, mas permite que por publicação oficial a pessoa mude de nome. Assim, os herdeiros MEYER passaram a ser MEYER SUERDIECK.[29] O mesmo ocorreu com a STENDER & CIA. Após a morte de STENDER, Franz Feurherd passou a assinar-se FRANZ STENDER FEUERHERD, e o nome social da firma pôde ser mantido.

As duas firmas baianas, como as outras de igual importância, ocupavam-se também da exportação do fumo Somente as manufaturas de caráter caseiro, dedicavam-se exclusivamente à fabricação do charuto. A prosperidade dos estabelecimentos repousava nas condições favoráveis encontradas pelas manufaturas em uma região com abundante mão de obra e considerável parte da matéria prima.

Frutos da iniciativa privada e individual, tinham nos seus proprietários grandes expoentes da exportação de fumo, não assumindo os fabricantes uma identidade própria de em

[28] Lei de 1899 que exige a indicação dos sócios componentes da sociedade comercial na sua firma.
[29] Suerdieck. 1892-1946. op. cit.. Arquivo do Estado da Bahia, Contratos e Distratos, 1931.

presários industriais e sim de exportadores que exerciam também o papel de fabricantes. O fato de deterem as duas atividades lhes era particularmente vantajoso, pois adquiriam a matéria prima mais fácil e diretamente, não dependendo de fornecedores que exercessem quaisquer formas de pressões. Além disso, tinham conhecimento do mercado consumidor, das redes de comercialização e, como mantinham estreitas ligações com firmas sediadas em Bremen e Hamburgo, a aquisição de fumos importados lhes era facilitada, uma vez que as firmas das cidades hanseáticas adquiriam fumos das mais diversas origens e remetiam aos seus fornecedores de fumo Bahia-Brasil as espécies Sumatra, Java, Virginia e Havana por eles requisitadas.

Outro fator importante na manufatura do fumo resulta em que a atividade exportadora não ocupa todo o tempo. De junho a dezembro de cada ano desenrolam-se intensivamente os negócios, ficando os seis meses restantes, praticamente ociosos.

Se a exportação era exclusivamente de fumo, coisa que excepcionalmente se registra, ocorria uma paralização forçada durante o período em que as colheitas eram aguardadas. Alguns exportadores recorreram então à manufatura, conciliando as atividades de exportação e indústria. O binômio exportação-industrialização parece ter sido o padrão até 1930. Os comerciantes e exportadores investiam na manufatura como uma atividade colateral, fato que talvez se explique pela supremacia do comércio exportador, relegando-se a atividade industrial a um plano secundário. Muitos exportadores transformaram se em fabricantes: August Suerdieck, Gerhard Dannemann, Bernhard Rodenburg, Epiphanio José de Souza, sem que a atividade exportadora fosse abandonada.

Durante todo o tempo são constantes os apelos de proteção e incentivo às indústrias de fumo, como também queixas e críticas dos fabricantes e comerciantes aos altos impostos cobrados sobre o produto. Os dois exemplos seguintes, de diferentes épocas, abordam o mesmo tipo de reinvindicação para as indústrias de fumo baianas, mostrando que a situação não se alterava. "Cerqueira & Cia., proprietários da fábrica

IMPERIAL, vem ponderar a V.Exa. sobre a interpretação dada ao art. 2 § 4 N 35 da lei provincial, que diz "cincoenta mil réis por casa que se vender cigarros, fumo em lata, em pacote picados, ou disfiado d'outra provincia ou d'Estrangeiro" e (....) regulamento art. 19 diz "loja de fumos e cigarros; as casas destinadas principalmente a venda de cigarros, fumo em latas ou pacotes picados ou disfiados em outra provincia pagarão cincoenta mil réis'".

"A fabrica Imperial, que occupa mais de cem operários luta com grandes dificuldades por se lhe ter fechado os mercados do Norte com grande imposto sobre a mesma materia fabricada nas outras provincias, vê-se restringida ao consumo do nosso pequeno mercado com grande concorrência de outras provincias para este mercado quando hé sobre carregada com imposto maior de quinze contos sobre seo fabrico, e impossibilitada de competir com as outras, visto que tem de importar a matteria prima do Rio de Janeiro e Minas.

Ora e não havendo casas especiais para vender tabacco Estrangeiro segue-se que nenhuma pagará imposto e a nossa fabrica terá de fallir arruinando assim os nossos capitais e privando para mais de cem famillias do pão que alli ganhão: por isso vem os Suplicantes..."[30]

Embora exagerada, a opinião da Cerqueira & Cia. reflete o desejo de leis protecionistas, partilhando das dificuldades encontradas em 1921 por suas semelhantes; "não nos esquivamos de, neste capítulo, fazer um apelo em prol da indústria de cigarros na Bahia. Em todos os estados da União, onde há indústrias de cigarros de certo vulto, existem medidas indiretas de proteção e muito valiosas. Essas medidas constam de taxações sobre cigarros de outros Estados, de forma que a concorrência ao produto baiano é tão grande que todos os fabricantes sem exceção de um só, pedem tal providência, afim de que seja ele criado, como medida de proteção à produção do Estado, do mesmo modo que fizeram, entre outros

[30] Presidência da Província. Indústria e Comércio. Fábricas 1839-1889 (Documentos manuscritos - relatórios).

os Estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Sergipe, que já foram grandes consumidores de cigarros da Bahia"?[31]

As indústrias não eram protegidas nem no âmbito nacional, nem no estadual, não trazendo isto nenhuma contradição, pois tal atitude de desproteção às indústrias traduzia o pensamento de uma "sociedade onde os interesses ligados à monocultura exportadora eram francamente predominantes". A mobilização de tarifas não tinha como objetivo imediato o incentivo às indústrias, porém "a mobilização de receitas para o governo"?[32]

Encontrando-se a exportação em mãos de alemães e portugueses, e não sendo a fabricação uma atividade independente, o seu controle era exercido pelo mesmo grupo exportador. Este parece ter sido o padrão até 1930. No período estudado, as firmas mudaram suas razões sociais, admitiram novos sócios, transformaram-se em sociedades anônimas sem que estas alterações indicassem transformações substanciais no grupo econômico que controlava o fumo.

Embora as aparências levem a acreditar que esta situação perdurou até 1930, a partir da segunda década do século um outro elemento penetrou na economia do fumo provocando o aparecimento de novos grupos de controle.

Os dados obtidos através dos livros de contratos e distratos e documentos das firmas mostram que o quadro formado pelos fabricantes de charutos e cigarros permanecia o mesmo, renovado pela entrada de um descendente dos antigos proprietários ou por alguém de certa forma já ligado ao setor fumageiro como comerciante, agente, exportador, importador, etc...

O grau de estabilidade das firmas variava de acordo com seu capital, produção e objetivo (a que se destinava).

Das 15 fábricas já existentes ou fundadas na déca

---

[31] Relatório da Secretaria da Agricultura, Comércio e Indústria, 1921. pp 91-92.

[32] Versiani, Flávio Rabelo e Maria Teresa R. O. A industrialização brasileira antes de 1930 - Uma contribuição. Universidade de Brasília, 1974.

da de 1870, 4 foram além de 1930. Da Borel & Cia., encontrou se referências ao seu capital e razão social até 1924. As fábricas DANNEMANN, COSTA FERREIRA & PENNA e LEITE & ALVES foram das mais importantes na Bahia. A VIEIRA DE MELLO, embora duradoura, perdeu ano após ano o lugar desfrutado nas décadas de 70 e 80. Na década de 80, foi significativa a MARTINS FERNANDES & CIA. As outras, com exceção da PACHECO & CIA., não resistiram muito tempo. O período de 1890-1900 foi comprovadamente dos mais férteis no surgimento de manufaturas de fumo. Nos anos iniciais da década, a Bahia foi favorecida pela conjuntura internacional na exportação de suas matérias primas, tendo o fumo nesta época assumido o lugar de principal artigo de exportação, alcançando no final uma posição raras vezes suplantada. A época de grande exportação do fumo coincidiu com o surto manufatureiro, levando a crer que este foi, possivelmente, uma decorrência do capital obtido e acumulado pela exportação do produto. A década de 1920 assistiu à entrada de duas poderosas firmas de fumo: A CIA. GÉNÉRALE DES TABACS e a SOUZA CRUZ & CIA.. As outras firmas não foram de destaque e somente a I. BORBA fornece dados de sua existência após 1930, como exportadora de fumo, abandonando a fabricação de charutos.

A maioria das firmas era de caráter individual ou empresas do tipo familiar, sendo destacado o número das pequenas manufaturas. As maiores, pertencentes também a grupos de famílias, exerciam seu poderio no mercado, sem que tal poderio, exercido em uma fase do capitalismo de concorrência, provocasse a total eliminação das outras menores. Com a evolução do sistema capitalista, surge a necessidade de grandes organizações como as sociedades anônimas, "cujo crescimento é o mais fácil e comandam mais do que as outras, os três principais mecanismos de expansão: a) o reinvestimento, b) os aumentos de capital, c) o controle das outras sociedades"[33]

Realmente, as sociedades anônimas em comandita por ações apresentam-se como a fórmula jurídica "mais consen

[33] Touraine, Alain. A Empresa. In Sociologia do Trabalho. Georges Friedmann e Pierre Naville. São Paulo, 1973. pp 23-24.

tânea com a organização das grandes empresas, que devem dispor de capitais consideráveis, que o "empresário"muito raramente é capaz de fornecer".[34]

As pequenas manufaturas de fumo na Bahia, de estreitas dimensões, capital reduzido, trabalho artesanal e produção limitada, caracterizavam-se pela instabilidade. Não dispunham elas de capitais e reservas para efetuarem previsões e adaptações econômicas, quando as mesmas se faziam necessárias. O caráter da indústria de fumo e os investimentos iniciais pequenos por ela requeridos serviam de estímulo, o que é evidenciado pelo aparecimento de inúmeros estabelecimentos que não resistiram muitos anos após suas fundações. É comum encontrar-se marcas de produtos em mãos de segundos ou terceiros proprietários, sem que nenhum documento comprove a extinção das firmas originárias. Os livros de MARCAS E REGISTROS contêm averbações de várias marcas de charutos ou fumos enfardados para outros donos, quando os livros de CONTRATOS E DISTRATOS nada assinalam. As firmas de maior importância pertenceram aos alemães, que controlavam a exportação, consituindo-se suas firmas como as de capital mais elevado, de maior capacidade produtiva, e naturalmente maior duração.

Jamais perderam os alemães os vínculos com a pátria. Observa-se que as firmas sucessoras, de proprietários brasileiros, descendentes dos fundadores alemães, sempre mantiveram estreitos contactos com a Alemanha. Os laços eram cultivados e mantidos, sendo motivo de orgulho, honra e fidelidade à cultura germânica o fato de os descendentes dominarem o idioma alemão. Saber falar o alemão era um sintoma de que o espírito germânico continuava vivo. Transmitir aos filhos, nascidos em outras terras, o conhecimento da língua alemã, era uma demonstração de amor à antiga pátria. Alguns se naturalizavam, por conveniência, ou por força da profissão (quando se tratavam de corretores). Segundo palavras de WILHELM OVERBECK havia por parte dos brasileiros um clima de receptividade pró-germânica. Ilustra este fato narrando uma

---

[34]Touraine, Alain. A Empresa. In Sociologia do Trabalho. Georges Friedmann e Pierre Navulle. S. Paulo, 1973. pp 23.

anedota na época crítica de 1914: O ministro Lauro Mueller, de procedência germânica, porém anti-alemão na época, foi esperado pelo governador da Bahia quando do seu regresso dos Estados Unidos. À pergunta não muito clara do Ministro ao filho do governador sôbre suas atividades acadêmicas: "Quem é o Senhor?", obteve como resposta em lugar do esperado "acadêmico de direito" ou "de medicina", a clara contestação: "eu sou alemão". O filho do governador demonstrou assim suas preferências, o que segundo W. Overbeck se constituía numa prova da parcialidade pró-germânica em círculos onde mal podia ser suposta.[35]

Os alemães exerceram a liderança na fabricação de charutos e cigarros por várias décadas. No período de 1900-1930 aparecem ainda várias manufaturas de fumo de pequeno porte, mas à medida que a produção e a concorrência se intensificam, ocorre o que Alain Touraine chama de "a progressiva eliminação dos concorrentes menos bem equipados técnica ou financeiramente, eliminação que assume, não raro, a forma de uma guerra de concorrência..."[36]

---

[35] Overbeck, Wilhelm. op.cit. p 143.
[36] Vide o capítulo A Empresa. Alain Touraine. In Sociologia do Trabalho. Georges Friedmann e Pierre Naville. op.cit.

5.3. O TRUST ANGLO-AMERICANO DE FUMO NA BAHIA

O TRUST ANGLO-AMERICANO DE FUMO NA BAHIA

A guerra de concorrência fez-se presente no fumo a partir da segunda década do século XX, por ocasião da introdução do monopólio anglo-americano de fumo. A Régie Française, embora tivesse tentado não conseguiu um controle sobre o comércio e a indústria do fumo[1].

O monopólio de fumo anglo-americano assumiu a forma de uma sociedade anônima, adquirindo, primeiramente, duas grandes empresas no Rio de Janeiro e encampando, posteriormente, em outros Estados, as suas concorrentes mais poderosas. O controle da indústria de fumo passou, assim, das mãos dos alemães para mãos do trust anglo-americano. "A forma mais completa de monopólio é a que se realiza por fusão, consistindo na união de várias firmas rivais numa só, ou quando a maior delas absorve as restantes"[2]. Esta união foi feita em forma de sociedade anônima, a qual assumiu no século XX uma das mais fortes formas de controle e concentração de capital, apesar de dar a impressão de uma descentralização.

As firmas que transformaram-se em sociedades anônimas não dispersaram o capital entre vários proprietários, pois, embora houvesse algumas com um grande número de pequenos portadores de ações, estes não exerciam o controle sobre a sociedade. Continuava ele sendo efetuado pelos antigos donos (caso das firmas alemãs que assumiram a forma de sociedades anônimas) ou um novo grupo, os quais sempre souberam manter, através de um controle acionário, a propriedade das em

[1] Sobre o assunto existem documentos no Arquivo da Câmara de Comércio de Bremen. Tabaksverkäufe.
[2] Dobb, Maurice. Capitalismo. Ontem e Hoje. Lisboa, 1972. p 42

presas. Os pequenos acionistas geralmente delegam poderes de decisão aos diretores, não participando dos mecanismos administrativos. Quando, através da herança, as ações eram divididas entre um certo número de herdeiros, estes elegiam um representante, (geralmente membro da família) que adquiria o poder de decidir por um grupo, fortalecendo sua posição na empresa. Geralmente estipula-se um limite mínimo de ações para que se obtenha direito a um voto. O número de votos é, assim, propiciado pelo número de ações que se possui. Os pequenos acionistas, sem direito a votos, ou delegando poderes, "ignoram, por força ou por falta de interesse, os dados mais elementares relativos ao funcionamento da empresa na qual investiram o seu dinheiro, incapazes de exercer a menor ação para aumentar o lucro que essa colocação, segundo se supõe, é capaz de propiciar-lhes".[3] Assim, uma minoria que tinha a empresa sob seu controle, se constituía no que realmente se pode chamar de proprietários.

Alguns anos antes da entrada efetiva do trust anglo-americano sob a forma de sociedade anônima, já se debatia em Hamburgo e Bremen sobre o perigo que este representaria para os interêsses alemães no fumo, em particular, e na economia, em geral. Vários relatórios dos consulados alemães no Brasil foram remetidos para a Alemanha, descrevendo a situação e procurando fórmulas de apoio. Em 11 de abril de 1912[4], o consulado alemão do Rio Grande do Sul, comunicou confidencialmente à Câmara de Comércio de Bremen, que o Sr. Edgard Mayer, "representante de um grupo financeiro inglês", estava negociando com o Brasil a fabricação de charutos e cigarros. Alerta que, o Sr. Poock, proprietário durante alguns anos de uma fábrica de charutos na Bahia, com sede no Rio Grande do Sul, "vinha sendo trabalhado de modo intensivo pelo representante do grupo", ocorrendo o mesmo com os outros proprietários de fábricas, "sem ter chegado o Sr. Mayer a um resultado, fato que talvez se explique, pelas elevadas exigências das firmas". O maior interesse do grupo, segundo o relatório, era para com a fábrica DANNEMANN, surgindo declarações de que as

[3]Touranie, Alain. op.cit. p 32.
[4]Arquivo da Câmara de Comércio de Bremen, Relatório de 11 de Abril de 1912 - Bericht Deutsches Konsul -. HpII 53 - Brasilien. 1901-1920.

negociações já tinham sido efetuadas. O grupo dirigia então as atenções para a POOCK & CIA.. "Esta tática seria inteligente", anuncia o relator Roessler, porque "se eles obtiverem sucesso, e com isto tiverem em mãos as duas maiores fábricas de charutos do país, as outras fábricas, sensivelmente menores, não poderão fugir ao trust planejado". Tinham os alemães a seu favor o fato de ser o Sr. Poock um homem anti-trust e contrário à idéia de que "toda a fabricação alemã de charutos, passasse para mãos inglesas". As esperanças de que o o Sr. Poock mantivesse tal posição eram tênues, pois ele era na época um homem perto de 70 anos, "sofrendo do coração, pai de 7 filhos", e que retornava à Alemanha depois de ter transformado sua firma em Sociedade Anônima, permanecendo como principal acionista. Para o relator, o grande problema era saber se "ele entregando sua firma ao trust, adquire de imediato uma grande fortuna, ou se ele deve tomar a si o risco da luta contra o trust, que talvez se realize sem assistência dele". A concorrência existente entre as firmas alemãs no Brasil era, no momento, inadequada, pois favorecia os objetivos do inimigo; "o lamentável nesta situação é que as firmas alemãs que entram em questão umas com as outras, evidentemente se revestem de um mistério e tratam separadamente com os interesses do trust, se bem que em um terceiro local também procurem se informar dos passos dados pelas outras". Comportando-se desta maneira, facilitavam ao grupo inglês agir segundo a divisa; "divide et impera". O comportamento de competição, visto como natural e estimulado, deveria desaparecer de uma hora para outra, esquecendo os proprietários os possíveis lucros individuais, sempre perseguidos. Tal idéia resultava impossível de se concretizar, por mais alemães e nacionalistas que tivessem permanecido os fabricantes de charutos e cigarros. Partilhando desta visão, o relatório conclui com pessimismo, ponderando que "se as firmas apesar de serem concorrentes se reunissem neste ponto e agissem segundo determinados princípios, provavelmente poderiam levar o plano de formação do Trust à falência, sem maiores dificuldades".

O consulado do Rio de Janeiro expediu uma descrição minuciosa sobre as relações da firma Dannemann e o Trust

anglo-americano do fumo[5]. Alertava o relatório sobre a provável aquisição das fábricas existentes no Rio, dizendo que os consulados alemães no Brasil tinham enviado várias comunicações à Câmara de Comércio de Bremen sobre as transações efetuadas entre a Dannemann e os representantes do Trust, cujo objetivo era a incorporação da firma. Ter passado a ser propriedade do trust era uma ofensa não só ao comércio alemão como também ao germanismo, o que provocou artigos desfavoráveis à Dannemann na imprensa especializada.

Os comerciantes livres de Bremen, em princípio anti-trustes, tinham severamente criticado tal atitude. O gerente da firma na época, Sr. Jonas, enviou comunicações de protestos, onde lamentava estas declarações "desagradáveis", alegando que seus concorrentes aproveitavam-se da situação para criticar a firma exageradamente. Uma das críticas referia-se ao baixo salário pago pela Dannemann aos seus operários. Tal declaração, revelada em um momento de crise, demonstra o temor de que o concorrente inglês, oferecendo melhores salários do que aqueles que até então vinham sendo pagos pelos estabelecimentos alemães, provocasse um certo clima de simpatia entre os operários para com seus novos patrões, como também a dificuldade de se manter a concorrência no mesmo nível. Sua defesa consiste no fato de que está pagando tanto quanto as outras casas alemãs, o que não invalida as acusações acerca dos baixos salários, uma vez que era conhecida a baixa remuneração das fábricas de fumo na Alemanha. Quanto às origens do boato sobre a incorporação da firma pelo Trust, deviam-se ao fato de iniciarem os dirigentes do grupo financeiro britânico, o Sr. Portalis e o Sr. Erlanger, após terem contactado e conduzido a efeito o trust de charutos na Argentina, negociações com as firmas DANNEMANN, SUERDIECK, STENDER e POOCK, não encontrando um clima simpatizante. À firma DANNEMANN, ofereceram um contrato de opção com direito de qualquer uma das partes se retirar dos negócios. A DANNEMANN receberia um pagamento único de Rs 2.444:000$000, 50% à vista e 50% em ações do trust, participando dos lucros durante 3 anos. As instala

[5]Arquivo da Câmara de Comércio de Bremen, Kaiserlich Deutsches Konsulat, Rio de Janeiro, 18/3/1912 Hp II 53 - Brasilien. 1901-1920.

ções da firma seriam avaliadas e pagas, à vista, no valor declarado. "Sob estas condições a firma DANNEMANN assinou um contrato de opção, que lhe dava um prazo para aguardar o resultado do trust do fumo". Tal contrato expirou em 3/6/1912 sem ter sido renovado ou transformado em contrato final. Tendo isto ocorrido, desejava a firma em questão que o Ministério do Exterior em Berlim, comunicasse o fato aos círculos competentes, dado que a suspeita da encampação da firma pelo trust estava prejudicando a imagem e as negociações da mesma.

O consulado alemão na Bahia esclarece que, quanto às negociações efetuadas com as outras fábricas de charutos e cigarros existentes, o resultado do trust tinha sido insatisfatório[6].

As firmas exigiam uma compensação maior do que o trust desejava conceder. Um contrato de opção já tinha sido, entretanto, efetuado com as firmas MARTINS FERNANDES & CIA. e a LEITE & ALVES, esta com fabricação na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. "Após a conclusão das negociações do contrato de opção, os participantes ingleses partiram para a Europa e tentaram adquirir dinheiro". A falta de verbas existentes nesta época, provocada pelos distúrbios nos Balcãs, resultou no insucesso das pretensões do grupo inglês. Tendo ventilado todos esses aspectos, diz o relatório, que mantendo contactos com o Sr. Jonas, este fêz questão de deixar claro a desvinculação da firma DANNEMANN com o trust, afirmando que ele "continuava alemão tanto o quanto o era antes", e o mesmo sucedia com a firma, provando ao consulado através dos seus contratos sociais "não só serem os proprietários da firma, alemães, como também que tais proprietários permanecerão sendo alemães". Finalizando, esclarece que "os proprietários da firma são também conhecidos e considerados como de espírito totalmente germânico", acreditando que as declarações fornecidas destruissem "completamente a opinião errônea de que a firma se tivesse passado para mãos inglesas". Um outro relatório de ..... 21/2/1912 do consulado da Bahia[7] informava que o citado Sr.

[6] Arquivo da Camara de Comércio de Bremen. Kaiserlich Deutsches Konsulat, Bahia. 19/4/1913. Hp II 53 - Brasilien. 1901-1920.

[7] Arquivo da Camara de Comércio de Bremen. Kaiserlich Deutsches Konsulat. Bahia 21/2/1912. Hp. II 53 - Brasilien. 1901-1920.

Mayer, chegou ao Rio de Janeiro acompanhado do Sr. Herbert Moses, advogado conhecedor do idioma alemão, como enviados de um grupo financeiro inglês, visando a criação de um trust de fumo. Por ocasião da formação do trust de fumo na Argentina, foram aplicadas 50.000 libras, anunciando que os mesmos representantes já tinham travado contactos confidenciais com os representantes de charutos e cigarros da Bahia. Embora as negociações não estivessem concluídas, esperava-se idêntico resultado ao obtido com as fábricas argentinas de charutos e cigarros, evidenciando que "o trust deve assumir a forma de uma sociedade anônima, cujas ações serão emitidas em Londres. A sede principal será o Rio de Janeiro, tendo como representantes a casa HASSELMANN & CIA". Reafirma a incorporação das firmas MARTINS FERNANDES & CIA. e LEITE & ALVES, e a resistência, às "negociações com as fábricas de charutos, quase sem exceção, em mãos alemãs". Menciona os rumores existentes em torno da firma Dannemann, a maior fábrica de charutos da época, em bases do contrato já referido em páginas anteriores. Os empregados seriam conservados, o que evitaria protestos, e os proprietários das firmas "certamente ponderarão que a favorável oferta inglesa possibilitará a realização do desejo de se retrair do Brasil (o chefe mais velho da firma retornou para Freiburg-Breisgau lá fundando uma fábrica de cimento)".

Segundo o relatório, "o desejo de não perder a ocasião de poder retornar para o estrangeiro", agiu como incentivo e motivação "para os diretores aceitarem a favorável oferta inglesa". Sobre a fábrica SUERDIECK as informações eram insuficientes, não tendo sido feita com o trust nenhuma negociação comprovada, embora demonstrasse "uma certa inclinação" para com o mesmo. As firmas STENDER & CIA e HOENNING & CIA. não eram consideradas de peso pelos ingleses. "Mais difícil é o caso da fábrica alemã de cigarros POOCK & CIA., Sociedade Anônima, cujos acionistas no Rio Grande do Sul, não podem ser facilmente vencidos para a entrega da produção nacional aos inglêses". Uma vez derrubada a oposição das grandes firmas, a vitória viria fácil, porque as pequenas não teriam condições de se manterem como concorrentes do trust e seriam facilmente derrubadas por ele. Como as grandes firmas

encontravam-se em mãos alemãs, a vitória do trust dependia "essencialmente das negociações no Rio Grande do Sul" fazendo com que "a indústria de charutos, fundada por alemães e ampliada com o seu nome, passasse para mãos inglesas".

O perigo não dizia respeito exclusivamente aos comerciantes do fumo, mas ao "próspero desenvolvimento dos interesses comerciais alemães no Brasil". Aventou-se a possibilidade do trust inglês sofrer reações por parte do governo brasileiro, contando com atitudes semelhantes por parte dos alemães, principalmente porque a entrega de suas fábricas aos ingleses revelaria um aspecto desfavorável daqueles que não souberam ou não puderam conservar em suas mãos uma participação duradoura dos negócios. Era comum o afastamento dos proprietários das firmas, depois de estabelecidos alguns anos no Brasil. Retornavam à Europa, deixando aqui seus sucessores, em forma de descendentes, ou antigos empregados, havendo casos de extinção de firmas *(vide capítulo sobre Exportação)*.

A utilização do país estrangeiro, unicamente para fins lucrativos, sem que fosse dada uma contribuição para o seu desenvolvimento econômico, sofreu por parte de elementos mais conscientes do setor estrangeiro críticas e alertas. É significativo que tais críticas tivessem surgido em um período difícil para aqueles que há longo tempo usufruíam das vantagens comerciais proporcionadas pelo contrôle, no momento ameaçado.. Trata-se, na realidade, de saber até que ponto as críticas refletem um pensamento renovador e consciente, ou se simplesmente o fato de enxergar a proximidade de um inimigo retirando os proveitosos frutos faz com que as pretensões de manutenção da situação até então desfrutada, sejam revestidas de palavras de reflexão e consideração para com o país que na verdade representava uma fonte de rendas. "O modo entretanto, como os proprietários se afastam de suas empresas, faz com que se tema aumentar a suspeita de que as empresas alemãs usem o país estrangeiro unicamente como fonte de renda, sem que se possa esperar deles, proveito duradouro, para o desenvolvimento econômico do país".

As instituições monetárias brasileiras não forneceriam ajuda aos comerciantes alemães e estes, entregando suas maiores fábricas "à audácia do capital inglês", fariam com que os brasileiros se mantivessem "ainda mais reservados em relação ao capital alemão".

A situação econômica desfrutada pelas fábricas na época era das mais favoráveis, com possibilidades de expansão, motivando nos relatórios consulares uma incompreensão quanto aos motivos destas mesmas firmas não tentarem ou não conseguirem "o desenvolvimento para suas organizações sem assistência do capital estrangeiro". Restava a confiança de que o governo brasileiro se interessasse futuramente por uma das firmas em questão, não deixando escapar "a renda proveniente de um monopólio de charutos e cigarros". O elevado capital necessário ao trust para aquisição das empresas, mesmo levando-se em conta a ampliação do consumo, era uma alternativa tida como positiva pelas Câmaras de Comércio de Bremen, Hamburgo e Berlim. Uma outra possibilidade de insucesso podia ser despertada pelos empregados brasileiros. Estes, segundo o relatório, empregados em firmas particulares, "vêm até então se satisfazendo com uma renda relativamente medíocre, na esperança de através de ligações pessoais com os donos das firmas, receberem algum dia posições melhores". Esta citação reflete as relações pessoais existentes nas fábricas e em que medida elas interferem na melhoria dos salários e posição, ficando a critério dos chefes (e das relações mantidas com eles) a possibilidade de usufruir maior remuneração.

A ampliação das empresas poderia provocar nos operários o ensejo de melhores salários, não consentindo eles em "continuar trabalhando sob as mesmas condições em organizações maiores".

O relatório pormenorizado do consulado no Rio de Janeiro em 18 de março de 1912[8], aborda os aspectos já assinalados enunciando "as longas conversações mantidas com os dirigentes de algumas firmas", narrando o sucesso obtido nas negociações com a Dannemann, permanecendo o obstáculo colocado pelo alto preço das fábricas de charutos. "Evidentemente mais

[8]Arquivo da Câmra de Comércio de Bremen, Kaiserlich Deutsches Konsulat HP II Brasilien, 1901-1920.

satisfeito deve estar o intermediário com o resultado das negociações com as fábricas de cigarros. Chegou ele a realizar contratos com as maiores fábricas de cigarros existentes no Rio de Janeiro, as fábricas de José Francisco Correa e a Souza Cruz & Cia.. As restantes, "pequenas fábricas de cigarros" em número de 6, parecem não ter chegado a um acordo, porque a oferta de compra, "a média do movimento conseguido pelas fábricas (cada uma separadamente) nos últimos 3 anos" seria um prejuízo para as recentes firmas menores que apenas se introduziam nos negócios, sem ter explorado as perspectivas de desenvolvimento e ampliação que o mercado oferecia. O fato de possuir na praça do Rio de Janeiro as duas mencionadas firmas era suficiente para o êxito do trust. "Pelo que dizem, o Sr. Mayer também fechou um contrato com as firmas mais importantes de São Paulo" contudo a situação das indústrias de fumo era, na época, das mais favoráveis, achando-se elas e o comércio em franca ascensão. Exemplificando, cita dados referentes aos anos de 1910, em que o imposto de consumo sobre fumo rendeu 1.634.120 réis e no ano de 1911, 1.855.297 mil réis, pagando-se impostos sobre 391.855.950 quilos de fumo beneficiado. 50.906.700 sobre molhos de charutos. 1.963.023 charutos, ao preço de até 50 mil réis o milheiro. 93.450 charutos ao preço entre 50 e 150 mil réis o milheiro. 36.251 charutos entre 150 e 300 mil réis o milheiro. 100 charutos no valor superior a 300 mil réis o milheiro[9].

Os alemães, que haviam mantido, até então, a supremacia da indústria e do comércio do fumo, viram-se ameaçados. Vários protestos foram feitos contra a penetração do trust anglo-americano de fumo. Um dos mais veementes foi o polêmico artigo de Rudolf Goerrig[10]: "O Trust de Fumo e seus perigos para a Alemanha". Defensor do Cartel e da livre iniciativa privada, define a política do Cartel como de defesa, em contraste com a política "de agressão" aplicada pelo trust. Descreve como as empresas encampadas são geralmente compradas por preços altíssimos, super valorisados por seus fundadores, que colocam um preço muito acima do valor real das firmas e

[9] O documento refere-se naturalmente a caixas de charutos.
[10] Goerrig, Rudolf. Der Tabaktrust und seine Gefahren fuer Deutschland. Dresden, 1913. p 3 e ss.

"de antemão metem no bolso enormes participações de lucros".. O poderoso capital dos trustes dava a estes uma imunidade, podendo agir sem escrúpulos. O estado financeiro do trust era quase impossível de ser reconhecido, pois as transações efetuadas, muitas vezes fraudulentas, eram facilitadas e obscurecidas pelas organizações, dando como exemplo as especulações das ações de companhias de trust na bolsa de valores. Concentra suas atenções sobre os Estados Unidos, criticando a duvidosa atuação do presidente Wilson no combate aos trustes. Estes, não limitando suas atividades àquele país, estendem-se cada vez mais. O grande exemplo desta expansão é, segundo Goerrig, o Trust do Fumo. Aponta como o pai do trust do fumo nos Estados Unidos Mr. James B. Duke, que emigrou de Carolina do Norte para Nova Iorque, onde seu pai possuía um estabelecimento de fumo. Com a ajuda de alguns milionários nova-iorquinos ele ergueu no ano de 1890 a American Tobacco Co., fundada com um capital de 25 milhões de dólares, quando as restantes fábricas reunidas possuíam o valor de 8 milhões. No ano de 1898, foi fundada a Continental Tobacco Co. que se ocupava com a fabricação de fumos de mascar e para cachimbos. Na mesma época, passou a fazer parte do negócio, Payne, sócio da Standard Oil Co. Quando neste mesmo período, Ryan fundou uma empresa concorrente, a Union Tobacco Co., ela foi também incorporada ao trust. A fabricação de fumos de cachimbos e a de cigarros encontravam-se já em mãos do trust. No ano de 1900, este começou a submeter a fabricação de rapé, através da recém fundada American Snuff, e a de charutos, pela American Cigars Co., ao seu domínio. Os interesses de todas estas companhias foram, então, agrupados na Consolidated Tobacco Co.. Para assegurar a colocação dos produtos na praça, fundou-se, em 1902, a United Cigars Stores Co., uma gigantesca organização de lojas retalhistas, que dominava também os locais de vendas nas farmácias e nos hotéis. Toda uma cadeia de lojas e sociedades foi criada para consolidar o trust. Quando, em consequência da lei anti-trust, foi decretada a dissolução de sociedades semelhantes, também em outros ramos, a Consolidated se dissolveu e no seu lugar surgiu a American Tobacco Co., fundada com 100 milhões de dólares de ações iniciais e 80 milhões de dólares de ações preferenciais.

O FRANKFURTER ZEITUNG, de 16 de maio de 1913, esclarecia que as 5 primeiras fábricas de cigarros dos EE.UU., que se associaram, mal valiam em conjunto 400.000 dólares, mas a American Tobacco Co., foi iniciada com um capital de ações de 25 milhões de dólares, dos quais 2 milhões foram entregues para subscrição oficial na bolsa e o restante permaneceu em mãos dos fundadores. Esclarece ainda o jornal sobre as neofusões, absorções e transformações da companhia.

O aspecto acionário do trust é longamente explanado por Goerrig, como também as tramas do trust nos diversos ramos. A pressão exercida aos comerciantes, poderia vir sob a forma de uma proposta de aquisição do negócio. Segundo Goerrig, a aceitação da oferta de compra, mesmo que o total da soma oferecida não representasse o lucro de um ano, era a melhor coisa que o pequeno comerciante podia fazer, pois teria a possibilidade de emprego como gerente ou vendedor, com um salário moderado. Estas condições lhe seriam negadas caso recusasse a oferta do trust, que abriria poucos passos distantes de sua loja uma outra concorrente, levando o comerciante à falência pela sua teimosia.

Em Havana o trust comprou, de uma só vez, as fábricas que, reunidas, tinham fornecido 75% da produção total da ilha, e as anexou na Havan Cigar Co.

Observou-se um retrocesso nas compras dos produtos de fumo de Havana, fato que, segundo Goerrig, se explica, pela falta de cuidados dispensados às famosas marcas havanesas, igualando os produtos sob o mesmo tipo, fazendo com que todos os charutos tivessem o mesmo gosto, só divergindo em nome e feitio.

O lugar em que o trust do fumo mais encontrou resistência foi a Inglaterra, resistência posteriormente vencida. Para penetrar imediatamente no negócio, o trust americano adquiriu, juntamente com uma série de pequenas empresas, a grande firma Ogden's Limited, que fabricava produtos de fumo de toda espécie. Para se opor ao trust americano os fabricantes inglêses fundaram uma contra-liga, sob o nome de Imperial Tobacco Co. que adquiriu também uma cadeia de lojas retalhis

tas embora o seu nome não aparecesse como controladora das mesmas. Para conseguir a simpatia dos negociantes e tentar derrubar o trust americano, a Imperial Tobacco ofertou àqueles que não comprassem mercadorias dos seus adversários, até 1906, (na época sob a forma da Consolidated Co.) a quinta parte do lucro, o que representaria "mais ou menos 3 milhões de marcos"[11]. Quando a oferta se tornou conhecida do grupo americano, este telegrafou a 7.000 retalhistas na Inglaterra, pedindo o adiamento de suas decisões, contra-ofertando a distribuição anual de 1 milhão de dólares, além da distribuição durante um ano dos lucros auferidos. Diante disto, a oferta da Imperial ficou sem efeito e o trust americano avançou mais ainda no mercado inglês.

A capitulação da Imperial Tobacco Co. e a fundação da British-American Tobacco Co., representaram"uma consolidação dos interesses até aí combatidos"[12]. De acordo com as notícias "que encontram confirmação no escritório da American Tobacco Co.", a Imperial permanece com a posse do mercado inglês e a American Co., domina o mercado americano e cubano.

Os negócios de exportação de ambas foram solidificados através da fundação de uma nova sociedade, sob a razão social de British-American Tobacco, com um capital de ..... 30.000.000 de dólares. A finalidade da sociedade foi concorrer em negócios de fumo em todas as partes do mundo, de modo que, originando-se do trust americano, as duas nações uniram se, formando segundo Goerrig "o primeiro efetivo trust internacional"[13].

Em 1914 foi encaminhado à Junta Comercial da capital federal o documento de constituição da Cia. Souza Cruz, Sociedade Anônima. No ano de 1924, abre sua filial na Bahia, sendo poucos os dados encontrados a esse respeito. A Cia. Souza Cruz, com um capital social de Rs 6.500:000$000, representado por 32.500 ações no valor de 200$000 cada, tem o seu quadro administrativo formado em 1924 por Albino de Souza

[11]Goerrig, Rudolf. op.cit. p 15.
[12]Jornal do Comércio de Nova Iorque. IN Goerrig. op.cit. p 15.
[13]Idem. Ibidem. p 16

Cruz, F.A. Parkinson, Luiz Bezamat, Julio Alberto da Costa, Herbert Moses, R. D. Simpson, N.A. Clark, João de Carvalho Macedo Jr., Alfredo Carvalho Macedo e Conde de Avelar. Os alemães conseguiram manter ainda a indústria de charutos por alguns anos em suas mãos, embora já não acalentassem grandes esperanças de conservá-la por muito tempo. Curioso observar que durante o período em que as firmas Leite & Alves e Martins Fernandes & Cia. realizaram contratos com o trust, nada fosse registrado nos contratos encaminhados à Junta Comercial de Salvador. Na Leite & Alves houve em 1913 uma alteração de capital dos sócios já existentes *(vide Anexos)*, prosseguindo a firma, aparentemente, em mãos de brasileiros. A Martins Fernandes & Cia. prosseguiu sua vida normal *(vide Anexos)* tendo sofrido algumas alterações nos anos de 1911, 1916, etc.. Encontram-se no relatório da Secretaria de Agricultura Comércio e Indústria do ano de 1921 as produções das fábricas Leite & Alves, Martins Fernandes & Cia. entre outras, ressaltando as contribuições das mesmas à economia do Estado.

Durante e após a primeira guerra, as firmas atravessaram algumas dificuldades, sem, contudo, apresentarem os grandes estabelecimentos sinais de perdas consideráveis. As firmas exportadoras foram mais atingidas, tendo, entretanto, utilizado de artifícios, a fim de que as negociações não fossem de todo interrompidas e os prejuízos fossem amenizados.

Como as fábricas de charutos e cigarros eram em sua maioria exportadoras, sofreram as consequências da guerra mundial, nem sempre a elas desfavoráveis, embora os relatos dos fabricantes na época tragam notícias desastrosas. Muitas viram a supressão de uma parte da matéria prima para seus produtos. A SUERDIECK, por exemplo, passou a adquirir os fumos de Sumatra e Java que utilizava na fabricação de seus charutos, através de exportadores sediados em Nova Iorque, perdendo um dos seus melhores mercados: a Alemanha e limitando a sua exportação para a Holanda. No ano de 1917 e março de 1918, a supressão do fumo Sumatra provocou a paralização da fábrica de charutos, até que em 9 de abril de 1918, "chegou lhe a primeira remessa do dito fumo, retomando assim os trabalhos da fábrica a sua marcha habitual". Em 1921 a produção e

levou-se de 5.000.000 para 10.000.000 charutos[14].

Wilhelm Overbeck, exportador de fumo, diz que as fábricas de charutos tiveram durante a guerra, uma posição excepcional. O bloqueio decretado sobre os bancos alemães tinha ocasionado o corte de dinheiro às fábricas, que, impossibilitadas de movimentarem as suas contas comerciais, viram-se em apuros. Foi observado pelo governo brasileiro que o fechamento das fábricas daria lugar a que "milhares de trabalhadores ficassem sem ocupação". Para impedir tal desfecho o Banco do Brasil tomou a si o financiamento e a troca de câmbio[15].

As grandes firmas conseguiram superar satisfatoriamente as dificuldades econômicas presentes durante o período da guerra. A produção de suas fábricas e firmas exportadoras, em lugar de chegarem aos portos de Bremen e Hamburgo por via direta, tinham de alcançar seus destinos por outros caminhos. Muitas remessas foram enviadas para Portugal, Holanda, e de lá reexportadas para os outros países. A atividade das firmas no comércio interno não sofreu perturbações.

Muitas firmas souberam aproveitar as oportunidades que são oferecidas em períodos de crise, delas tirando proveito. Um questionário interno da SUERDIECK[16], em 28 de junho de 1918, fornece os seguintes dados: Capital registrado Rs 373.491$600, participando August Suerdieck com Rs..... 353.491$600 é Ferdinand Suerdieck com Rs 20:000$000.

Valor do ativo: existência na caixa de Rs..... 2:060$000 em papel e 2$860 em níquel e cobre.

Fumos de exportação	*Rs*	*1.539:384$000*
Fumos de fabricação	*Rs*	*618:365$000*
Fumos de Sumatra para fabricação	*Rs*	*94:293$000*
Charutos em estoque	*Rs*	*241:760$800*
Materiais diversos para fabricação	*Rs*	*45:871$700*
	Rs	*2.539:674$500*

[14] Suerdieck. 1892-1946. História dos 54 anos da fábrica, s/data (Bahia, 1946)
[15] Overbeck. op.cit. p 178.
[16] Documentos da Fábrica Suerdieck, Maragogipe, Bahia.

Apólices estaduais de emprêstimo popular	*Rs 1:100$000*
Fábrica e armazém em Maragogipe	*Rs. 51:535$970*
Devedores por conta corrente; cerca de:	*Rs 250:000$000*

"lista sujeita à modificações diárias, dependentes das transações fluctuantes commerciaes".

August Suerdieck, justamente no início da guerra realizou a fusão das 2 firmas anteriores formando a Suerdieck & Cia. A opinião de que a guerra tivesse provocado o declínio das fábricas esbarra-se em constatações de progresso e ascensão destas mesmas fábricas nos períodos críticos do sufrágio. O desempenho, por exemplo, da fábrica Suerdieck de 1916 a 1921, mostra um desenvolvimento progressivo:

ANO	*OPERÁRIOS*	*FABRICAÇÃO DE CHARUTOS*	*IMPOSTOS PAGOS*
1916	*ca 400*	*ca 4.000.000*	*ca Rs 80:000$*
1917	*ca 500*	*ca 5.200.000*	*ca Rs 110:000$*
1918	*ca 650*	*ca 6.600.000*	*ca Rs 180:000$*
1919	*ca 650*	*ca 8.400.000*	*ca Rs 210:000$*
1920	*ca 800*	*ca 9.000.000*	*ca Rs 280:000$*
1921	*ca 900*	*ca 10.000.000*	*ca Rs 360:000$*

FONTE: Livro da Fábrica Suerdieck, Maragogipe, 1921.

A Dannemann, por ocasião da conversão em Cia. de Charutos Dannemann[17], em 1922, teve os imóveis avaliados em:

[17] Arquivo do Estado da Bahia. Contratos e Distratos, 1922.

SÃO FÉLIX

Armazém Bley - caes Avenida Salvador Pinto	*30:000$000*
Armazém Sobrado - Rua Senador Themistocles	*36:000$000*
Escritório - Rua Senador Themistocles	*4:500$000*
Casa Angelo Conde - Rua Senador Themistocles	*7:000$000*
Fábrica São Félix - Largo dos Artistas	*96:000$000*
Roça São Félix - Ladeira Misericórdia	*13:500$000*
Casas de operários - Rua Alta	*7:000$000*
Casa Costa Ferreira - Rua das Flores	*23:500$000*
Armazém Porto-Caes - Avenida Salvador Pinto	*55:000$000*
Armazém - Rua Castro Alves	*23:000$000*

MURITIBA

Fábrica Muritiba - Encruzilhamento	*64:000$000*

MARAGOGIPE

Fábrica Maragogipe - Praça da Intendência	*60:000$000*
Fábrica Caetano - Rua Enseada	*5:000$000*
Armazém Caetano - Caes	*1:500$000*
Armazém Cajá - Caes	*6:000$000*
Casa da Morada - Rua São Bartolomeu	*11:000$000*
Casa Barbosa - Ladeira da Cadeia	*6:000$000*

NAGÉ

Fábrica Nagé	*18:000$000*
	467:000$000

O ativo da Stender em bens foi avaliado em:

Existência na fábrica conforme escrita	Rs	8:635$000
Existência nos depósitos conforme escrita	Rs	133:240$000
Fumo Sumatra	Rs	25:497$250
Caixinhas	Rs	21:038$400
Etiquetas	Rs	88:229$800
Pregos	Rs	1:874$900
Papéis e diversos	Rs	8:089$000
Madeiras	Rs	2:300$000
Fumo nacional	Rs	161:260$960
Móveis e utensílios	Rs	38:373$100
Selos	Rs	648$920
Semoventes	Rs	1:770$000
Bens de raiz: terreno em S. Gonçado	Rs	1:000$000
	Rs	491:959$580

Sempre se acreditou ter a firma DANNEMANN encampado a firma Stender & Cia., de menor porte, formando a CIA. DE CHARUTOS DANNEMANN, mas o maior número de ações desta última encontrava-se em mãos da HERM. STOLTZ & CIA., isto é, um número de 3.575 no valor de Rs 715:000$000, que era também acionista da STENDER & CIA.. O nome DANNEMANN, conhecido no exterior, foi conservado.

Esta associação, visando, ao que tudo indica, dificultar a penetração do trust anglo-americano, foi durante muitos anos entendida como a supremacia da Dannemann na Bahia.

Em todas as fases do presente estudo foram motivo de indagações as causas que propiciaram o declínio das indústrias fumageiras na Bahia. Qual o móvel do fechamento de inúmeros estabelecimentos existentes, principalmente no Recôncavo, quando o Estado continuou a ser um dos maiores exportadores de fumo do país? Os exportadores alemães continuaram existindo, o hábito de fumar charuto não foi substituído pelo de cigarro, apenas parcialmente suplantado, sem que isto venha constituir numa causa determinante para a decadência total das indústrias de fumo. Uma das hipóteses iniciais residia em que, após a primeira guerra, as fábricas alemãs, liderantes na praça, teriam entrado em declínio, motivado pela perda de capital. As demais, pequenas manufaturas em sua mai

oria, não conseguiram se sustentar.

Esperava-se, entretanto, que as fábricas em mãos de portuguêses, ou de brasileiros tivessem se aproveitado do momento propício oferecido pela guerra provocando perdas nos seus concorrentes mais poderosos. Em conjunto, as fábricas de charutos e cigarros, mostravam-se em 1920 com uma situação econômica estável. Os contratos demonstraram os capitais sociais sempre crescentes e os documentos comprovam a expansão das indústrias, através de suas produções.

O mapa demonstrativo da produção de algumas fábricas do Estado no ano de 1920[18] fornece os seguintes dados:

NOME DAS FÁBRICAS	MUNICÍPIOS	ESP: DE PRODUTOS	UNIDADE	PRODUÇÃO
S. Salvador	Cachoeira	charutos	charutos	1.122.558
Cia. de Charutos da Bahia	Cachoeira	charutos	charutos	2.473.609
Casa Suissa (Jezler&Hoenning)	Cachoeira	charutos	charutos	1.800.000
Dannemann	S. Félix	charutos	charutos	2.748.290
Stender	S. Félix	charutos	charutos	5.119.935
Costa Ferreira & Penna	S. Félix	charutos	charutos	10.469.330
Idem	S. Félix	cigarrilhos	cigarrilhos	520.195
Suerdieck	Maragogipe	charutos	charutos	9.358.000
Dannemann	Maragogipe	charutos	charutos	7.443.000
Francisco V. de Mello	Maragogipe	charutos	charutos	3.601.000
A. Vieira de Mello	Maragogipe	charutos	charutos	5.000.000
Wilson	Capital	charutos	charutos	750.000
Vva. Correa Machado	Capital	charutos	charutos	358.125
Idem	Capital	cigarrilhos	cigarrilhos	23.600
Martins Fernandes	Capital	cigarros	milheiros	56.335,5
Leite & Alves	Capital	cigarros	milheiros	226.045
A. Guimarães&Cia.	Capital	cigarros	Quilos	177.000
Cruz & Ruas	Capital	cigarros	milheiros	20.086

[18] Relatório da Secretaria de Agricultura, Comércio e Indústria. Bahia, 1920.

O mapa fornece ainda informações sobre possibilidades de expansão das fábricas: A Martins Fernandes podia elevar sua produção a 75.000 milheiros, dispondo de 11 máquinas na fabricação de seus produtos. A Leite & Alves podia fabricar 250.000 milheiros e a A. Guimarães, com 170 operários, "pode produzir muito mais". Em Maragogipe, o consumo de fumo empregado no fabrico de cigarros elevou-se a 146.321.000 quilos. Nos anos seguintes a situação apresenta-se como das mais propulsoras ao desenvolvimento das fábricas.

O relatório da mesma secretaria fornece dados animadores sobre o movimento das fábricas de cigarros. A. Guimarães, Leite & Alves, Cruz & Ruas, Martins Fernandes, no ano de 1921[19].

Não tendo sido encontradas as causas do declínio no período após guerra, investigou-se se a crise mundial de 1929 influiu nas firmas exportadoras e, consequentemente, nas indústrias de fumo na Bahia. Os documentos das firmas encaminhados à Junta Comercial não revelavam nenhum sintoma de perdas de capital. As alterações encontradas, os novos sócios admitidos, não forneciam indícios de decadência. A hipótese do surgimento de rivais mais poderosos em outras regiões do país foi afastada. Verificou-se que as indústrias de fumo da Bahia, embora concorrentes das do sul do país, não foram por estas destruídas. A pressão concorrencial, levando à extinção as empresas fumageiras na Bahia, pelo que indicam os documentos encontrados na Câmara de Comércio de Bremen e no Arquivo do Estado daquela cidade, foi feita com a introdução do trust anglo-americano do fumo, que encampando inicialmente firmas no Rio de Janeiro, estendeu seu domínio aos outros Estados do Brasil, provocando a sucessiva eliminação das concorrentes. Até 1930 muitas fábricas de charutos ainda estavam em atividade. Por contradição do próprio sistema capitalista, a concorrência "na sua forma mais antiga de embaratecimento da mercadoria"[20] é, pouco a pouco, destruída, surgindo uma outra etapa para substituir a fase do comércio livre e da lim-con

---

[19] Relatório da Secretaria de Agricultura, Comércio e Indústria. Bahia, 1921.

[20] Dobb, Maurice. Capitalismo, Ontem e Hoje. Lisboa, 1972. p 40.

corrência.

Esta outra, o imperialismo, tem no monopólio e no trust uma das formas de ação.

Até 1930, os alemães detiveram o controle das indústrias e do comércio de fumo. Talvez, tenha havido o expediente de dividir o mercado em "zonas" de influência por acordos entre as firmas que o disputavam, mantendo cada uma o seu "território" e respeitando a não-intromissão no "território" que não lhe coube. Os fábricas de cigarros na Bahia extinguiram-se. Os alemães permaneceram com suas fábricas de charutos ainda por alguns anos, até que se dedicaram quase exclusivamente à exportação de fumo. O nome Dannemann continua usufruindo na Europa do conceito conquistado no passado, como propriedade de uma firma suiça. A Suerdieck ainda existe, sem o apogeu de outrora, congregando por várias vezes as atenções nacionais, quando ameaçava ao desemprego a população de Maragogipe, caso o fechamento de suas portas fosse efetivado.

O seu renascimento é esperado com alegria por aquela cidade, pois negociações efetuadas com uma firma alemã August Blase GMbH, do grupo Melitta[21] fazem prever o resurgimento da famosa fábrica do Recôncavo.

---

[21] Veja. 25 de Dezembro de 1974. nº 329. Ed. Abril.

EXPORTAÇÃO DE FUMO

A Alemanha passou a negociar diretamente com fumo, no Brasil, depois de 1822. Sua penetração foi em parte possível, porque a Inglaterra, que controlava o comércio brasileiro da época, dispunha de outros mercados fornecedores de fumo e os Estados Unidos eram grandes produtores deste artigo.

Até a independência dos países latino-americanos, a Alemanha recebia o fumo através de intermediários, especialmente de Amsterdã[1].

Segundo Hermann Kellenbenz, havia na época da Independência do Brasil um clima favorável em relação aos alemães, propiciado pelo casamento de D. Pedro, em 1818, com a Imperatriz Leopoldina. Quando ela veio para o Brasil em 1817, trouxe cientistas e artistas alemães e austríacos com o intuito de conhecer e estudar o vasto e ainda desconhecido novo Império, de coletar acervos para museus europeus e de ajudar o Estado em formação a iniciar a exploração e o aproveitamento das suas riquezas naturais. Em seguida, vieram os comerciantes com "o propósito de sondar diferentes portos e possibilidades de comércio"[2]. Em 1820, Hamburgo abriu seu primeiro consulado na Bahia e, em 1827, "Bremen e Hamburgo, os dois mais importantes portos para o fumo de charutos, firmaram um contrato inicial de 12 anos com o próprio Brasil"[3]

[1]Silva, Christine Nentwig. Das Tabakanbaugebiet des Recôncavo von Bahia/Brasilien. Friburg. 1971 p 40
[2]Kellenbenz, Hermann. Der Deutsche Brasilienhandel zur Zeit der Unabhaengigkeitserklaerung. In, Caderno Germano Brasileiro 7/8 1972 pp 242-244.
[3]Silva, Christine Nentwig. op. cit. p 40

No ano de 1836, existiam na Bahia e no Rio de Janeiro 12 firmas alemãs, em sua maior parte exportadoras, e em 1860, perfaziam o total de 8 na Bahia, dedicadas, em sua maioria, ao comércio exportador[4].

Na Alemanha, o uso do fumo estendeu-se depois da guerra dos Trinta Anos. Ludwig Beutin, escrevendo sobre o comércio de fumo em Bremen, diz que "perde-se na obscuridade, o início do comércio de fumo, que futuramente seria fator decisivo na vida econômica bremense"[5] Continuando , esclarece que, já no ano de 1623, um navio hamburguês, carregado de açúcar e fumo, foi roubado pelos holandeses, e em 1626 um outro, proveniente de Lisboa, foi assaltado por piratas.

Uma característica do comércio e manufatura de fumo em Bremen é que sempre ficaram entregues a pessoas isoladas, não tendo sido explorados pelo governo, na forma de monopólios estatais. Somente a Áustria, entre todos os estados alemães, conseguiu exercer por maior tempo um monopólio de fumo. Durante o curto período em que a Alemanha esteve sob o jugo francês (1810-13), Bremen ficou subordinada ao monopólio. Quando livre, reiniciou suas atividades em ritmo ascendente, intensificando o comércio com os Estados Unidos. A independência dos países latino-americanos, possibilitou o comércio direto, e já no ano de 1833, o comerciante Boeris escrevia que "só nos tempos recentes é o comércio de Bremen favorecido com um governo previdente, que através de disposições cujo objetivo é a vantagem dos compradores, tirou a primazia da Holanda no comércio de fumo, transformando Bremen no principal mercado europeu para o fumo americano"[6]

A partir de 1840, as estatísticas oficiais impressas fornecem indicações suficientes sobre o comércio e as manufaturas de fumo em Bremen[7]. Uma carta do senador Smidt para o cônsul bremense em Roterdã, no ano de 1856, esclarecia que os importadores de Bremen, desempenhando ao mesmo tempo a função de armadores, adquiriam por consignação ou conta própria, conforme o melhor aproveitamento dos seus navios, as mais variadas mercadorias[8].

---

[4]Westphalen, Bach e Krohn. Bahia. 1828-1928 p 9
[5]Beutin, op. cit. p 2
[6]Beutin, Ludwig. op.cit. p 10.
[7]Arquivo do Estado de Bremen. Anuários Estatísticos.
[8]Beutin Ludwig. op. cit. pp 24-26.

Um memorial da Câmara de Comércio, no ano de 1878, declara que o fumo cultivado no estrangeiro era comprado em seu estado bruto, com capital bremense[9]. O comércio de fumo já tinha nesta época tamanha importância para Bremen, que uma enquete da mesma Câmara revelou a existência de 143 firmas, 274 donos, 667 empregados do comércio, 1.448 provadores de fumo e trabalhadores, sem acrescentar as firmas que não enviaram informações[10].

Na mesma ocasião, o capital empregado no fumo foi avaliado em 80 a 90 milhões de marcos. Sobre as firmas alemãs no estrangeiro, o relatório dizia que "o comércio de fumo com a Alemanha em toda a América repousa em mãos alemãs, e só para fornecer um pequeno conceito das ramificações destas relações, mencionamos que existem significativas firmas de fumo, de origem germânica nos EE.UU. em: Nova Iorque, Baltimore, Peterburgh, Nova Orleans, Louisville, Clarkesville, Hopkinsville, St. Louis, Cincinnati, Richmond;

Cuba: Havana, San Jago, Manzanilla, Gibara;

Porto Rico: Argudilla, Arecibo, Arrogo, Ponce;

S. Domingos: Porto Plata e Samana;

México: Nova Granada, Savanilla, Carthagena, Ambalena, Barranquilla, Santa Marta;

Venezuela: Cidade Bolivar;

Brasil: Bahia e Rio Grande do Sul"[11]

A maioria das casas ocupava-se exclusivamente com a exportação do fumo, mantendo estreitas ligações com a Alemanha.

A importância destas firmas para a Alemanha foi ressaltada por Beutin, uma vez que elas eram, no estrangeiro, portadoras da cultura germânica e as pioneiras que abrem caminho para a indústria alemã[12].

---

[9]Beutin, Ludwig. op.cit. pp 24-26.
[10]Beutin, Ludwig. op.cit. p 28.
[11]Beutin, Ludwig. op.cit. pp 28-29.
[12]Beutin, Ludwig. op.cit. pp 28-29.

Por volta do final do século XIX, detinha Bremen, em quantidade e valor da mercadoria, o primeiro lugar na importação mundial de fumo em folha, primazia que desfrutou até a monopolização da importação e venda de fumo das Índias Ocidentais por Amsterdã; esta, em 1907, chegou a conquistar o primeiro lugar no mundo como importadora do produto. Além de Bremen e Amsterdã, as cidades de Liverpool, Londres e Hamburgo desempenhavam importantes papéis no comércio de fumo[13].

Quando, no início do século XX, os Estados Unidos começaram a utilizar a matéria prima nas suas próprias manufaturas, Bremen, que tinha adquirido a maior quantidade da sua importação naquele país, procurou substituir as espécies americanas por outros tipos de fumo.

O fumo brasileiro foi beneficiado com esta medida, ocupando o lugar de destaque antes dividido com os Estados Unidos.

Inicialmente, o fumo do Brasil não gozava de bom conceito. Um parecer hamburguês, de 1769, exprime a opinião de um comerciante: "O assim conhecido fumo escuro ou do Brasil, diferencia-se extraordinariamente de todas as outras espécies de fumo, principalmente pelo fato de ser temperado com melaço grosseiro. O fumo escuro, cuja maior remessa é enviada para esta cidade não é usado nem na Baixa Saxônia, nem tampouco nos Estados alemães de Sua Majestade Imperial da Prússia. O consumo é feito exclusivamente na Boêmia e na parte da Saxônia fronteira com a Boêmia, onde os habitantes se acostumaram a este fumo extremamente forte, como os turcos se acostumaram ao ópio"[14]. Em Bremen, entretanto, já no século XVIII, se bem que em quantidades restritas, o fumo do Brasil era consumido.

Por causa da sua aparência e embalagem os fardos que iam embalados em peles de boi, de onde minava o molho do fumo, receberam na Alemanha o apelido de "Schweinigel". A posterior utilização das peles como importante artigo de exportação fez com que as mesmas fossem substituídas por panos.

---

[13] Eckstein, Julius. Hoffmann u. Leisewitz. Bremen, 1907. Capítulo: Tabakhandel in Bremen.
[14] Beutin, Ludwig. op.cit. pp 12-13.

A partir de 1840, a exportação de fumo do Brasil foi quase que exclusivamente destinada à Alemanha, e por esta época, o produto já usufruía de bom conceito nos mercados de Hamburgo e Bremen, conceito que foi mantido no decorrer do século XIX até os nossos dias.

O modo de enfardar o fumo sofreu críticas por parte de importadores e homens ligados à vida pública brasileira. O relatório de Julio Constancio de Villeneuve sobre a exposição de Paris em 1878, informando sobre "as qualidades de tabaco e usos a que se prestam em França"[15], coloca no fumo do Brasil as seguintes observações. A maneira de enfardar o fumo "Brasil" em sacos de panos muito frágeis não era satisfatória. Reservava-se o fumo exclusivamente para o fabrico de cigarros de 10 centésimos, e assim mesmo, depois da escolha feita, são pouquíssimas as "folhas reservadas para capas de charutos, de sorte que os charutos inferiores de 10 centésimos, feitos com esse tabaco são cobertos com folhas de tabaco indígena proveniente das seguintes qualidades: México, Sead-Leaf, S. Domingos, Java, etc..."[15a] Atribui ao fumo do Rio Grande do Sul as mesmas observações que as do "Brasil", com a ressalva de que "dão mais folhas para capas do que as de S. Félix".

Um relatório de Bremen do mesmo ano (1878) esclarecia que a produção do fumo do Brasil era bastante instável: de 41.000 até 145.000 fardos, sempre embalados em sacos de pano"[16] Informava que o peso variava de acordo com a parte do Brasil de onde o fumo se originava e dependia também de ter sido enfardado diretamente pelos lavradores ou classificado e enfardado pelos comerciantes. Neste último caso, o peso subia freqüentemente até 150 Kg por fardo. Se o enfardamento tinha sido realizado pelos lavradores, os fardos apresentavam em sua maioria o peso em volta de 45 a 50 Kg.

Segundo o mesmo relatório, o peso médio do fardo de fumo do Brasil era de 90 Kg. Na verdade, este peso médio era de 70-75 Kg, medidas freqüentemente encontradas na literatura especializada e em documentos das firmas.

---

[15] Relatório de Julio Constancio de Villeneuve sobre a Exposição de Paris, IN Annexos aos Relatórios apresentados à Assblea Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, Bahia, 1878.

[15a] Idem, Ibidem.

[16] Bezirkskommission in Bremen. Bremen, 1878. p 2

A Bahia era de tal maneira a maior contribuinte, que o fumo proveniente da Província era designado sob o nome "Brasil". São poucos os autores de livros sobre fumo que englobam sob o nome "Brasil", a produção de outras regiões brasileiras, como Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Blumenau. Quando o fazem, ressaltam que o papel da Bahia na exportação do produto era sumamente superior ao desempenhado pelos demais. A denominação "Brasil" permaneceu nos séculos XIX e XX associado ao fumo da Bahia, embora designasse também o fumo de outros estados. "Com o nome "Brasil" são denominados os fumos importados pela Alemanha da Bahia, Rio Grande, Blumenau. Mas, quando falamos do "Brasil", pensamos imediatamente no fumo originário do estado da Bahia, com seu valoroso porto de exportação de igual nome"[17]. O fumo do segundo maior contribuinte do Brasil na época, o Rio Grande do Sul, era intitulado "Rio Grande".

Comercialmente, o fumo da Bahia era assinalado com as seguintes denominações:

P F S (Patente Fino Superior)	*Destinado às maiores folhas, usadas para folhas de capa.*
P F (Patente Fino)	*Semelhante ao P F S, tem as folhas um pouco menores.*
P P (Patente Patente)	*De folhas mais curtas, usado freqüentemente para folhas de capa, e eventualmente para capote e torcida.*
P (Patente)	*Para capote e torcida.*
+ ou 1a.	*Preenchimento (torcida) de folhas grandes.*
1a.1a.	*Folhas semelhantes ao 1a., um pouco mais curtas.*
++ ou 2a.	*Para torcida.*
2a.2a.	*Para torcida.*
+++ ou 3a.	*Para torcida*

[17]Freysoldt, Gerhard. Buch von Rohtabak. Mainz, 1950. p 32.

++++ ou 3a. 3a.	*Usado exclusivamente para torcida.*
"G"	*São as folhas mais ordinárias. Destinam-se às torcidas.*

As folhas não manocadas são classificadas em:

F A	*(folhas arrumadas)*
F F	*(folhas finas)*
F E	*(folhas especiais)*
F	*(folhas sem especificação)*
F L	*(folhas limpas)*[18]

As marcas de fardos de fumo, semelhantes às de charutos e cigarros, tinham os mais variados nomes. Segundo Freysoldt, os exportadores desenvolviam nas designações de seus fumos, "um hábito quase poético"[19] de atribuir os nomes das filhas, noivas e parentes aos fardos de fumo. Ao lado da marca, vinha o lugar de procedência e a qualidade do produto. Por exemplo: Victoria Regia/Cruz das Almas*, Clementina/Flor de S. Félix. P.F.S., Manfredo/Flor de Maragogipe.P.P., etc... Outros exportadores ou enfardadores colocavam como marcas os nomes de suas firmas, com a intenção de divulgá-las.

Através do produto exportado o nome da Bahia (notadamente as cidades do Recôncavo) tornou-se conhecido e familiar nos portos ~~as~~ cidades hanseáticas.

A posição do Brasil como exportador de fumo para a Alemanha consolidou-se a partir de 1848.

No início do século XX o Brasil era o maior contribuinte na importação de Bremen, que, por sua vez, se constituia em um dos mais importantes centros do comércio mundial do fumo. No ano de 1902, ano em que a produção apresentou

---

[18] Freysoldt, Gerhard - Die Tabakmaerke. Dresden, 1922. pp 12-13
A literatura especializada, por exemplo: Bondar, Gregório. op.cit.
Ferrão, Argolo. Programa para o Fomento da Agricultura Bahiana. Bahia, 1931
Wolf, Jacob, op.cit.
Aschenbranner, H. e Stahl, Guenther. Handbuch des Tabakhandels. Berlin, 1944.
Eckstein, Julius. op.cit.
Cyliax, R. Das Goldene Buch des Cigarrenhaendlers. Berlin, s/d., entre muitos outros, refere-se às classificações acima citadas

[19] Freysoldt, Gerhard. Buch von Rohtabak. Mainz, 1944. p 33.

* Vide Errata

cifras mais elevadas, a importação de Bremen montou em 63.503 toneladas. (Para Bremen, foi no ano de 1902 registrada a maior quantidade verificada na década 1896-1905). Da quantia total, o Brasil contribuiu com 45%, os Estados Unidos 27%, as Índias Holandesas Ocidentais 11%, a Colômbia 6%, S. Domingos 4%, Cuba e Porto Rico 3%, Havana, México e Turquia com 1% cada. 88% da importação de Bremen recaiam portanto no continente americano, e 12%, sobre as demais partes[20].

O Brasil que "juntamente com os Estados Unidos distingue-se como região exportadora para Bremen", contribuía de maneira decisiva para o comércio e a indústria de charutos dessa cidade[21].

A Bahia representava a maior exportadora do Brasil. "A cultura do fumo no Estado da Bahia estende-se pela costa, em faixas mais ou menos largas, terra a dentro, especialmente ao longo do Paraguassu, que desemboca na Bahia de Todos os Santos"... As folhas são secadas livremente, ou ao amparo de telhados e alpendres, e ocupavam-se com a cultura do fumo "quase que exclusivamente pequenos lavradores, frequentemente mestiços", que dedicam tanto ao cultivo como às folhas um tratamento primitivo[22].

Os comerciantes, compradores e agentes europeus recebem o fumo dos camponeses, beneficiam-no em seus armazéns, exportando-o em seguida para a Europa. "Muitas casas européias enviam seus empregados para a região do cultivo, a fim de que o produto seja imediatamente comprado, sofrendo menos ajustes sobre o fornecimento[23].

A exportação do Brasil destinava-se quase que exclusivamente às cidades de Bremen e Hamburgo, tendo alcançado, nos anos 1902-1906, as seguintes quantidades:

1902	*41.895 toneladas*	*1905*	*20.210 toneladas*
1903	*23.251 toneladas*	*1906*	*17.671 toneladas*
1904	*17.671 toneladas*		

[20] Eckstein, Julius. op.cit. s/p.
[21] Eckstein, Julius. op.cit. s/p.
[22] Eckstein, Julius. op.cit. s/p.
[23] Eckstein, Julius, op.cit. s/p.

Os relatórios aos governadores e as demais fontes brasileiras e alemãs, embora divergentes quanto à parcela de contribuição dos estados produtores, não colocam em dúvida a supremacia da Bahia.

A exportação total da Bahia teve a seguinte distribuição:[24]

EXPORTAÇÃO TOTAL		*EMBARQUE DIRETO PARA BREMEN*
1898	*431.140 fardos*	*75%*
1899	*160.048 fardos*	*34%*
1900	*301.002 fardos*	*66%*
1901	*436.791 fardos*	*67%*
1902	*603.688 fardos*	*48%*
1903	*311.047 fardos*	*39%*
1904	*307.779 fardos*	*58%*
1905	*240.643 fardos*	*52%*
1906	*310.301 fardos*	*45%*
1907	*368.775 fardos*	*50%*
MÉDIA 1898/1907	*- 347.121*	*55%*

A "cidade irmã" de Bremen, Hamburgo, importante também no comércio do fumo, teve nos anos 1903/06 uma importação média de 35.982 toneladas no valor de 45 milhões de marcos. O país que mais contribuiu na importação foi o Brasil com um fornecimento de 13.141 toneladas. O comércio de fumo em Hamburgo representava na época"quase 2/3 do comércio bremense".[25]

O comércio de fumo do Brasil estava de tal modo dependente do comércio de fumo de Bremen, que as maiores contribuições do fumo exportado do país coincidiram com os anos em que foram registradas as maiores cifras no comércio importador bremense 1898, 1902. No período 1897-1906a exportação de fumo do Brasil foi citada nos Anuários Estatísticos de Bremen conjuntamente com a do Paraguai, embora esta última representasse uma parcela mínima, se comparada com a do Brasil. A maior entrada de fumo do Brasil ocorreu no ano de 1902, com

[24]Eckstein, Julius. op.cit. s/p.
[25]Eckstein, Julius. op.cit. s/p.

28.716 toneladas, ou 45% da importação total de Bremen; a mínima em 1899, com 8.352 toneladas, ou 18%. Em 1905 o Brasil contribuiu com 16.426 toneladas ou 31% e em 1906 com 15.491 toneladas correspondendo a cerca de 30%.

Os Estados Unidos, na época o segundo maior contribuinte, exportaram em média, nos dez anos, 17.651 toneladas, ou 32% da importação total. A maior contribuição foi em 1897, 24.418 toneladas ou 42% e a menor em 1905 com 13.161 toneladas, correspondendo à 26%.

A exportação de fumo bruto em Bremen oscilou, de 1897 a 1906, entre 51614 (em 1906) e 61.934 (1905) no valor de 63,45 e 68, 28 milhões de Marcos.

Nesta exportação, a participação das diversas espécies de fumo em folhas foi em média:

Fumo do Brasil e Paraguai	*36%*
Fumo da América do Norte	*32%*
Fumo das Índias Ocidentais Holandesas	*13%*
Fumo S. Domingos	*7%*
Fumo Colômbia	*6%*
Fumo de Havana	*2%*
Fumo da Turquia	*1%*
Fumo de Cuba e Porto Rico	*1%*
Fumo México	*1%*
Fumo de outras procedências	*1%*

No ano de 1906, as espécies mais importantes na exportação de Bremen foram as seguintes[26]:

Fumo do Brasil	*18.354 t*	*35,5%*
América do Norte	*13.019 t*	*25,2%*
Índias Ocidentais Hol.	*9.110 t*	*17,6%*
S. Domingos	*3.658 t*	*7,1%*
Havana	*2.351 t*	*4,5%*
Colômbia	*2.064 t*	*4,0%*
Paraguai	*1.050 t*	*2,0%*
Turquia	*576 t*	*1,1%*
Cuba	*511 t*	*1,0%*

[26] Dados retirados de Eckstein, Julius. op.cit. s/p.

O comércio de fumo na Alemanha apoiava-se em grande parte no fumo do Brasil, e esse país desempenhou o papel de "quase monopolista" do produto. A Bahia era de tal maneira no Brasil o produtor mais importante, que, no dizer de Dettmann, configurou-se"uma transação monopolística contínua entre a Bahia e a Alemanha (Bremen e Hamburgo)[27]", não merecendo ser citada uma relação comercial do Brasil com os outros países.

No cômputo geral da exportação brasileira, o fumo foi sempre o elemento constante, sem quedas vertiginosas, nem ascensões súbitas. O quadro abaixo mostra a evolução das exportações brasileiras de fumo em 1821/30 - 1931/39.

PERÍODOS DECENAIS	*QUANTIDADE (t)*	*VALOR (L 1.000)*	*VALOR MÉDIO (L/t)*	*% DO VALOR TOTAL DA EXPORTAÇÃO*
1821/30	*42.409*	*988*	*23,3*	*2,5*
1831/40	*45.454*	*942*	*20,7*	*1,9*
1841/50	*46.230*	*974*	*21,1*	*1,8*
1851/60	*80.126*	*2.679*	*33,4*	*2,6*
1861/70	*126.539*	*4.567*	*36,1*	*3,0*
1871/80	*176.535*	*6.870*	*38,9*	*3,4*
1881/90	*198.831*	*6.033*	*30,3*	*2,7*
1891/1900	*211.812*	*6.296*	*29,7*	*2,2*
1901/10	*278.941*	*11.467*	*41,1*	*2,4*
1911/20	*279.616*	*17.754*	*63,6*	*2,6*
1921/29	*336.834*	*16.659*	*49,5*	*2,1*
1931/39	*279.521*	*5.472*	*19,6*	*1,6*

FONTE: Conjuntura Econômica, Maio - 1969. p 64.

A maior parte desta exportação, como já foi dito, destinava-se à Alemanha, havendo ocasião, antes da Primeira Guerra Mundial em que este país importou mais de 90% da produção brasileira de fumo. Em Bremen cerca de 1/4 de todo o fumo importado antes de 1914, provinha do Brasil[28].

A propagação do uso do charuto e os impostos elevados sobre o fumo de cachimbo propiciaram ao fumo brasileiro

[27] Dettmann, F. Brasiliens Aufschwung. in Deutscher Beleuchtung. Berlin, 1908, pp. 129-131.

[28] Beutin, Ludwig. op.cit. pp 22-38.

oportunidades no mercado, uma vez que "para o charuto, representava o fumo do Brasil a mais importante matéria prima[29] ". Bremen, que ocupava um lugar destacado no comércio do fumo, "tornou-se o mercado mundial para o fumo do Brasil". Durante a guerra, o comércio de fumo direto para Bremen foi suspenso, voltando a Holanda a ocupar o lugar de intermediária. Em pouco tempo, porém, a Alemanha reconquistou o lugar provisoriamente perdido, e em 1920-30, os rumos do comércio de fumo na Alemanha eram iguais aos de antes de 1914[30].

Exemplificando, a importação de fumo bruto em Bremen, nos anos de 1913 e 1927, fornece os seguintes índices[31]:

ORIGEM DO PRODUTO	*1913 (milhões de marcos)*	*1927 (milhões de marcos)*
América do Norte e Central	*16,8*	*23,7*
América do Sul	*20,0*	*12,6*
Índias Ocidentais Holandesas	*10,6*	*9,3*
*Insgesamt**	*51,3*	*52,4*

O lugar de destaque da Bahia na exportação do fumo, no período 1910-1929 evidencia-se pelo percentual de contribuição deste Estado sobre a exportação total de fumo do Brasil:

[29] Beutin, Ludwig. op.cit. pp 22-38
[30] Beutin, Ludwig. op.cit. pp 22-38
[31] Beutin, Ludwig. op.cit. pp 22-38
* Vide Errata

ANOS	PERCENTAGEM DA BAHIA SOBRE O BRASIL
1910	97,2
1911	97,4
1912	98,2
1913	89,5
1914	97,7
1915	97,0
1916	93,1
1917	83,4
1918	87,1
1919	87,7
1920	89,2
1921	87,8
1922	89,9
1923	89,2
1924	89,8
1925	95,7
1926	88,9
1927	98,7
1928	92,2
1929	-

FONTE: Relatório da Secretaria de Agricultura, Commercio, Industria, Viação e Obras Públicas. Bahia, 1929.

Os relatórios anteriores e as indicações da literatura especializada concordam na participação elevada da Bahia. O Relatório da Secretaria de Agricultura, Commercio, Indústria, Viação e Obras Públicas para o ano de 1928, por exemplo, apresenta um quadro comparativo da exportação exterior de fumo do Brasil e da Bahia no quinquênio 1924-1928.

ANOS	% ANUAL DA BAHIA SOBRE O BRASIL
1924	89,2
1925	95,2
1926	86,2
1927	94,4
1928	-

Num outro quadro, comparando a exportação de fumo em folhas entre Estados brasileiros no quinquênio 1922-26, vê-se que o Estado em questão ocupou o percentual de 91%.

Mário Barbosa, destacando a Bahia como "a maior exportadora de fumo em folha do Paiz", menciona que a percentagem desta sobre os demais produtores brasileiros foi em 1929 de 87,9% e em 1930, 87,25%[32].

Teodoro Sampaio, abordando o mesmo temamostra que nos dois quinquênios, 1915 a 1919 e 1920 a 1924, a exportação deste Estado foi em média 90,2% da exportação total de fumo do Brasil[33].

Os dados citados sobre a participação da Bahia no total da exportação brasileira de fumo não coincidem sempre, no decorrer dos anos. Atribuímos as divergências das fontes utilizadas, às falhas dos levantamentos estatísticos da época. Os dados, porém, esclarecem suficientemente e de forma impressionante, a posição de destaque do referido Estado neste ramo de exportação. Considerando ainda o lugar de destaque do Brasil no comércio mundial de fumo, torna-se evidente que ela conseguiu colocar-se na posição de um dos principais exportadores de fumo da América do Sul.

Quanto à classificação "fumo de Cuba", convém alertar que, se referia ao fumo plantado nos distritos de Vuelta Abajo, Remedio e Partido, excetuando-se o de Havana. Nas tabelas dos Anuários Estatísticos de Bremen não aparece a distinção entre fumo "Brasil" e "Rio Grande" figurando somente "fumo do Brasil", o que naturalmente engloba todas as regiões produtoras.

Produto nativo, o fumo do Brasil correspondia às exigências do mercado internacional. Quando, por algum motivo, os países concorrentes diminuíam a produção, registrava-se um aumento na exportação brasileira, aumento que correspondia à quantidade do produto e não à qualidade.

---

[32] Barbosa, Mário. Páginas Econômicas, Bahia, 1934. pp 8-9.
[33] Sampaio, Theodoro. O Estado da Bahia. Agricultura, Criação de Gado, Industria e Commercio. Bahia, 1925. pp 27-28.

O fumo de S. Félix era reputado no exterior como a melhor espécie exportada pelo Brasil. Empregado no fabrico de capa, capote e torcida dos charutos mais finos, rico em nicotina, recebe as seguintes classificações: fumo da Mata, de Cachoeira, de Alagoinhas, de Nazaré[34].

Das cidades do Recôncavo a que mais contribuía na produção do fumo era S. Félix, seguida de Nazaré. O Relatório da Secretaria de Agricultura, Commercio, Industria, Viação e Obras Públicas no ano de 1921, indicando os lugares de procedência do produto e sua quantidade, embora ofereça dúvidas quanto às cifras, serve para evidenciar a posição de destaque daquela cidade:

S. Félix	*176.092*
Nazaré	*82.397*
Cachoeira	*35.492*
Alagoinhas	*15.409*
Rio Branco	*7.397*
Santo Amaro	*5.725*
Maragogipe	*5.295*
Água Fria	*7.662*
Catu	*2.689*
S. Francisco	*2.212*
DIVERSOS	*8.985*

A Bahia, e nela o Recôncavo, vai constituir-se no grande produtor de fumo do Brasil, até que uma outra região venha sobrepujá-la. A partir de 1905 tem início uma contribuição mais efetiva do Rio Grande do Sul na exportação deste produto. Esta exportação destinava-se, também, em sua maior parte, à Alemanha, para onde, no ano citado, foram enviadas 1.751 toneladas, cifra elevada, principalmente se comparada com a quantidade exportada em 1904: 423 t. No ano de 1906 entretanto, a exportação retorcedeu outra vez para 381 toneladas[35].

Depois de 1930 é que o Rio Grande do Sul vai cada

[34] Cyliax, R. Das Goldene Buch des Cigarrenhandlers.
[35] Dettmann. op.cit. pp 129-131.

vez mais ganhar preponderância na exportação deste produto, ocupando, hoje em dia, o lugar desfrutado no passado pela Bahia. O deslocamento da principal região do fumo para o sul do país e o fechamento das manufaturas do Recôncavo, provocaram naturalmente uma situação de decadência na região que tinha no fumo o esteio de sua economia.

A fim de se estudar a exportação do produto, recorreu-se às fontes estatísticas existentes nos arquivos da cidade de Bremen e de Salvador.

Uma das maiores dificuldades foi a falta de material estatístico ordenado. Além de esparsos, os dados se contradizem de forma tal, que impossibilitam chegar-se a conclusões seguras.

O material bibliográfico existente sobre a História Econômica da Bahia baseia-se, via de regra, nas Falas e Relatórios dos Presidentes da Província, Relatórios da Secretaria de Agricultura, Indústria, Commércio, Viação e Obras Públicas, Relatórios e Boletins da Associação Comercial e Anuários Estatísticos do I.B.G.E. não acrescentando muito às informações neles encontradas.

Levou-se em consideração a exportação de fumo para Bremen, uma vez que a "Cidade Hanseática" era incontestavelmente nosso mais importante importador.

As estatísticas da cidade de Bremen encontram-se ordenadas, e portanto de fácil acesso até 1913. Durante a guerra, as estatísticas oficiais foram suspensas. Os dados fornecidos posteriormente apresentam falhas. As informações são incompletas, e como uma boa parte do material existente nos arquivos foi destruída pelas duas guerras, as lacunas são inevitáveis. Por exemplo, faltam dados específicos ao Brasil no ano de 1895. Tal fato se repete após 1913, quando a importação de matérias primas do Brasil acha-se contida na importação da América do Sul, sem discriminação da quantidade e valor de cada produto.

Recorreu-se, além dos diversos arquivos de Bremen, para a complementação dos dados estatísticos, à literatura es

pecializada e à Revista "Commercio do Brasil" de 1923 a 1929, contendo dados referentes à exportação e importação do Brasil e da Alemanha, como uma tentativa de suprir as lacunas.

As tabelas de Bremen apresentam lista dos produtos importados, em quantidade e valor, citando cada produto separadamente. Por exemplo, tem-se a exportação de peles de boi e de carneiro; de jacarandá, cedro e outros tipos de madeira; de glicerina, óleo de palmeira, etc.. Na tabulação não levamos em conta esta discriminação rigorosa, englobando se num só ítem todos os tipos de peles, ou de madeiras, etc..

Semelhante medida foi adotada na tabela de importação de produtos da Alemanha pelo Brasil, Em produtos alimentares foram arrolados: bolos, farinha de trigo, arroz, salsicha, batata, macarrão, talharin, conservas, presunto, peixe seco, legumes, temperos, cereais, etc.. Colocou-se juntamente vários produtos, por exemplo, celulose, livros e impressos, quando na tabela original os produtos eram unitariamente citados. Sob a rubrica de matérias texteis e suas manufaturas englobamos lã, meia-lã, renda, seda, vestidos, linho, etc.. A importação de açúcar, só verificada no ano de 1885, foi entretanto conservada. Durante todo o período, o Brasil baseava sua exportação em produtos brutos, matérias primas, importando de Bremen as mais variadas mercadorias. O resultado parece bastante expressivo. Entre as matérias primas exportadas, o fumo contribui sempre e claramente como um dos mais fortes produtos. Em 1913, Bremen importou do Brasil 40.848 toneladas de mercadorias, das quais, 12.253 toneladas eram de fumo.

Durante os anos beligerantes a importação direta de Bremen foi suspensa. A aquisição do fumo "Brasil" foi feita, por esta cidade, através de Hamburgo, da Holanda e de outros portos da Europa. Várias firmas importaram também indiretamente o fumo.

Em 1921, por exemplo, Bremen importou via Holanda: 1.888.768 Kg no valor de 33.105.455 Marcos. Sem especificação do porto: 4.388.815 Kg - 99.204.377 M. Através da Bélgica: 120.228 Kg - 2.065.510 M. Através de Hamburgo: .....

78.474 Kg - 2.347.491 M[36].

Antes da guerra, a Alemanha adquiria do Brasil uma quantidade maior do que a de todos os países da Europa e América juntos e em 1921 já tinha reassumido seu lugar, importando do Brasil 9.036.408 no valor de 15.017:000$000 Réis. No ano seguinte a importação foi superior a 14.000 toneladas[37].

Possuindo as características de um produto cultivado para o mercado externo, a conjuntura internacional afetará sua maior ou menor produção. No período 1890-1910 a participação do Brasil na exportação da América do Sul foi considerável *(vide Tabela 4)*.

O período de maior produção ocorreu no final do século XIX, alcançando o ponto alto em 1897. É considerada uma colheita excepcionalmente favorável na Bahia aquela que atinge uma produção, em média, de 500.000 fardos. Tal cifra só foi alcançada no século passado em 1897, quando "segundo condições climáticas propícias[38]" a Bahia forneceu a quantidade de 500.000, só suplantada em 1902, com 603.688 fardos. Esta produção, entretanto, não ocorreu somente devido a fatores climáticos, mas também ao fato de no final do século, Cuba, um dos maiores exportadores de fumo, encontrar-se em guerras internas[39]. O fumo do Brasil é o que apresenta mais semelhança com o tipo de fumo de Cuba, decorrendo daí o favorecimento de sua safra.

O Brasil aproveitou o afastamento de um dos seus maiores concorrentes, registrando altos índices de exportação de fumo e, consequentemente, o maior número de estabelecimentos fumageiros criados *(vide Gráfico de firmas manufatureiras)*. O surgimento de grande número de manufaturas e pequenas casas que se dedicavam conjuntamente à compra e venda de fumos, café e outras mercadorias, têm explicação na acumulação de capital resultante da ascensão da exportação.

---

[36] Arquivo do Estado de Bremen. Importação de Bremen através de Hamburgo, Bélgica, Holanda.
[37] Revista Commercio do Brasil, 1923.
[38] Dettmann. op.cit. p 130.
[39] Consultar sobre o assunto: The United States From Wilderness to World Power, New York, 1961.
American Epoch. Arthur Link with collaboration of William B. Catton. New York, 1963.

Constantemente é mencionada a oscilação do produto, tornando-se difícil e mesmo impossível uma estatística regular e um cálculo aproximado dos lucros auferidos. A posição do fumo, em relação aos demais artigos de exportação, "oscila de ano para ano e depende, de um lado da colheita, e do outro, da oscilação do preço no mercado de fumo alemão[40]".

A oscilação do preço dependia de vários fatores como: condições das safras, tipos de fumo, produção das espécies concorrentes, etc..

Em 1888, o quilo de fumo da Bahia oscilava em Bremen entre 3 e 9 marcos[41]. Em 1902 e 1903, 100 quilos de fumo da espécie "Secunda" = 2a. foi lá comercializado por[42]:

1902:	*outubro*	*72 M*
	novembro	*70 M*
	dezembro	*74 M*
1903:	*janeiro*	*81 M*
	fevereiro	*84 M*
	março	*81 M*
	abril	*80 M*
	maio	*80 M*
	junho	*80 M*
	julho	*75,50 M*
	agosto	*71 M*
	setembro	*69 M*
	outubro	*68 M*

O fumo "Rio Grande" era vendido em 1913 aproximadamente entre 70 a 100 Pf por quilo, ao lado de fumos originários de:

---

[40] Dettmann. op.cit. p 29

[41] Waegner, L. Tabackkultur, Taback und Cigarren-Fabrikation, sowie statistik des Tabackbaues, Tabackhandels und der Tabackindustrie. Weimar, 1888. p 429.

[42] Arquivo da Câmara de Comércio de Bremen. WII30. Tabacksverkäufe. 1901-1906. Monats-Berichte des Bremischen Statistischen Amts.

Kentucky	*de 56 a 210 Pf*
Virginia	*de 64 a 300 Pf*
Maryland	*de 60 a 170 Pf*
Ohio	*de 95 a 180 Pf*
Paraguai	*de 60 a 80 Pf*
Java	*de 30 a 130 Pf*
Porto Rico	*de 80 a 100 Pf, etc.*[43].

A média dos preços brasileiros para fumo em folha (Bahia) montava de 1901 a 1906 em:

1901	*1$023 mil réis Papel por Kg (= 0$442 ouro)*
1902	*0$474 mil réis Papel por Kg*
1903	*0$702 mil réis Papel por Kg*
1904	*0$571 mil réis Papel por Kg*
1905	*0$415 mil réis Papel por Kg*
1906	*0$592 mil réis Papel por Kg (= 0$286 ouro)*

FONTE: Dettmann, op.cit. p 131.

Essas grandes oscilações, tanto na quantidade, como no preço do fumo no mercado mundial, colocaram a Bahia numa situação de instabilidade em relação a uma de suas principais fontes de recursos de divisas, e em grande dependência unilateral de uma força amplamente fora do alcance de sua própria influência: o mercado mundial e o poder dos grandes compradores. Já em 1870 o Barão de Sergimirim, criticando a situação de dependência dos nossos produtos, denunciou que os limites desproporcionais constatados nos preços dos mercados, eram resultantes das "condições de dependência em que nos achamos do mercado europeu, consumidor dos nossos gêneros de exportação[44]".

Dettmann observa que as colheitas da Bahia, divergiam em cada estação, tanto em qualidade, como em quantidade, pois "o desenvolvimento e a prosperidade da cultura dependem extraordinariamente de fatores climáticos", especialmente de

[43] Arquivo da Câmara de Comércio de Bremen. Tabacksverkäufe. 1905-1913.

[44] Relatório do Barão de Sergimirim, Presidente do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, IN Relatório... Barao de S. Lourenço. Bahia, 1870.

chuvas nos períodos oportunos. Girando as colheitas em torno de 325.000 fardos, renderam de 1895 a 1900:

1895	*295.535*	*fardos*
1896	*213.262*	*fardos*
1897	*314.528*	*fardos*
1898	*431.140*	*fardos*
1899	*160.048*	*fardos*
1900	*301.002*	*fardos*
1901	*436.791*	*fardos*
1902	*603.688*	*fardos*
1903	*297.930*	*fardos*
1904	*312.810*	*fardos*
1905	*241.400*	*fardos*
1906	*305.460*	*fardos* ([45])

Analisando a exportação do Brasil de fumo, o mesmo autor observa que a produção não apresentou um ritmo ascendente, pois no ano de 1872 já eram cerca de 14.000 toneladas (perto de 200.000 fardos), frisando que a Bahia sempre se ressaltou como a maior contribuinte. Nesta contribuição, não foi levada em consideração a produção total, uma vez que a demanda nacional das fábricas de charutos e cigarros (que mal existiam em 1872) abrangia no mínimo 1.500 a 2.000 toneladas, "das quais as 5 fábricas de charutos existentes na região de S. Félix, Estado da Bahia, consomem provavelmente quase de 600 a 700 mil quilos".[45a] As 5 fábricas às quais se referia o autor eram a Dannemann, Poock (Secção Baiana), Costa Ferreira & Penna, Stender & Cia., Jezler & Hoening. Alerta que o consumo de fumo no próprio Estado não pôde ser averiguado com exatidão, absorvendo também a indústria de cigarros uma considerável quantidade do produto.

A produção de fumo em folha, principalmente aquela destinada à exportação, é mais fácil de ser controlada do que a destinada para o próprio país. A mesma dificuldade é observada naprodução de fumo de corda,que, embora muito grande, não nos fornece números exatos do seu volume e valor co

[45]Dettmann. op.cit. pp 129-31 e pp 254-56.
[45a]Idem. Ibidem p 130.

mercial, não só por ser consumida em grande parte no próprio Estado, como também pelo fato de ser a sua exportação para outras regiões do país feita através de diferentes caminhos de acesso, tornando difícil um conhecimento exato da sua produção. Segundo a Mensagem de A.F.M. Aragão[46], a Bahia exportou em 1918 para:

	VOLUMES	KILOGRAMAS	VALOR OFICIAL
Amazonas	1.426	77.568	53:884$550
Para	1.099	47.496	40:348$800
Maranhão	2.002	171.011	54:067$400
Ceará	4.324	206.527	152:985$530
R. G. do Norte	339	14.333	9:835$300
Paraíba	161	6.804	4:405$700
Pernambuco	3.569	208.864	173:561$500
Alagoas	680	37.821	26:345$450
Sergipe	5	335	368$500
Rio de Janeiro	21.953	1.550.877	1.081:570$650
S. Paulo	2.186	146.639	136:019$300
R. G. do Sul	2.803	135.008	112:392$190

Em 1920[47]:

Manaus	647	36.214	47:535$700
Pará	1.134	78.787	84:732$050
Maranhão	1.150	40.863	42:787$100
R. G. do Norte	10	748	785$400
Ceará	1.012	41.534	55:254$200
Paraíba	103	7.630	7:630$000
Pernambuco	954	64.208	71:863$150
Alagoas	54	2.867	1:234$500
Rio de Janeiro	3.637	255.607	250:257$850
S. Paulo	437	23.622	18:117$400
R. G. do Sul	719	47.506	32:251$440

Além do fumo em folha, a Bahia exportava os famo

[46] Aragão, A.F.M. Mensagem apresentada à Assemblea Geral Legislativa em 1919. Bahia, 1919.
[47] Seabra, J.J. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa em 1921.

sos "Mangotes*", provenientes em sua maioria de Feira de Santana, empregado especialmente na Alemanha para fumo de rapé, estimado sobretudo na Baviera[48].

A exportação total de fumo do Brasil de 1905 até 1909 foi a seguinte[49]:

PORTOS DE PROCEDÊNCIA	QUANTIDADE EM QUILOS				
	1905	1906	1907	1908	1909
Manaus	236	10	-	285	-
Belém do Pará	-	98	710	315	-
Maranhão	-	238	-	-	-
Ilha do Cajueiro	-	39	-	-	-
Pernambuco	-	-	-	-	-
Bania	17.996.137	22.803.099	26.554.108	14.612.910	27.457.125
Rio de Janeiro	275.976	300.688	126.361	64.366	21.478
Santos	-	30	-	20	145
Paranaguá	-	-	-	140	-
Antonina	-	99	-	-	-
S. Francisco	120.359	96.250	354.010	409.975	122.165
Itajahy	770	-	92.250	21.825	147.825
Florianópolis	-	-	-	-	600
Rio Grande	182.354	14.035	1.655	55.081	137.382
Porto Alegre	1.814.691	415.183	2.562.890	98.325	1.893.995
Vitória	-	-	-	-	770
Corumbá	-	-	-	622	-
TOTAL GERAL	20.390.558	23.629.769	29.691.984	15.263.864	29.781.757

Segundo a Mensagem de J.J. Seabra, a exportação de fumo em folha do Brasil foi de 1897 a 1922.[50]

---

*Mangotes - rolos de folhas de fumo, ligados por uma corda.

[48] Freysoldt, Gerhard. Buch vom Rohtabak. Mainz, 1950. p 37

[49] Impressões do Brasil no século XX. Sua História, Seo Povo, Commércio, Indústria e Recursos. Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltd., 1913.

[50] Seabra, J.J. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa em 1923. Bahia, 1923.

ANOS	PESO EM QUILOS	VALOR OFFICIAL
1897	23.456.185	22.301:683$
1898	31.865.622	29.009:006$
1899	13.776.788	17.262:790$
1900	20.291.593,5	25.878:869$
1901	32.375.407	24.651:710$
1902	42.537.887	20.275:087$
1903	21.577.748	12.806:934$
1904	23.149.082,5	10.212:460$
1905	18.655.730	8.841:283$
1906	23.424.436	10.896:097$
1907	25.090.950	14.236:462$
1908	14.509.899	8.207:337$
1909	27.394.106	11.236:462$
1910	32.705.420	15.616:990$
1911	18.094.395,5	11.162:573$
1912	24.174.643	13.506:994$
1913	25.422.011	15.690:825$
1914	26.522.063	15.650:297$
1915	26.659.985	14.700:430$
1916	20.519.290,5	16.970:262$
1917	24.183.993	18.969:247$
1918	30.592.070	26.150:528$
1919	36.056.140	44.498:791$
1920	30.287.880	31.518:265$
1921	27.333.173	35.143:308$
1922	41.130.704	30.165:932$

Mario Ferreira Barbosa, escrevendo sobre o fumo e sua lavoura, comentou que os mesmos não tinham apresentado nenhum desenvolvimento, no período de 1923-1933. "Ao contrário, observando-se a nossa exportação exterior desse producto, vamos verificar que a sua maior cifra foi em 1923, num total de 32.807 toneladas.

Depois disso somente alcançou a casa das trinta mil toneladas nos annos de 1925, 1927 e 1930, cahindo em 1931 a 27.987, ...[51]"

[51] Barbosa, Mário. Páginas Econômicas, Bahia, 1934. pp 8-9.

De acordo com as declarações de A.F.M. Aragão[52], os produtos de maior exportação de 1908-1917 foram, por ordem de importância, o cacau, o fumo, o café, a borracha, couros e peles.

Interessante notar que, constituindo-se a Bahia em uma grande exportadora de fumo, sempre importou fumos de Kentucky, Virgínia, charutos de Havana, charutos alemães, fumos de Sumatra, das Índias Ocidentais, etc..

De 1870 até 1885, a importação de charutos foi ascendente, não dos charutos havaneses, e sim dos charutos alemães, que naturalmente deveriam conter fumos de Havana e do Brasil, dado que o fumo exportado era utilizado na Alemanha, principalmente, na indústria de charutos. A Bahia, entretanto, exportava considerável quantidade de charutos não só para o exterior (principalmente Hamburgo), como também para outros Estados do Brasil. "Calculava-se em 1907 que o número de charutos annualmente manufacturados na Bahia, para consumo interno e para exportação, era de sessenta milhões. Actualmente, a produção annual já pode ser calculada em 70 milhões, embora não haja sobre o assunto estatísticas precisas"[53].

A exportação da Bahia de charutos e cigarros de 1897 a 1901 alcançou as seguintes cifras em contos de Réis[54]:

1897	*1.543:133$340*
1898	*1.468:063$020*
1899	*1.179:732$380*
1900	*1.420:655$120*
1901	*1.152:471$304*

Sendo o fumo controlado por elementos estrangeiros, o seu comércio será um reflexo deste controle. Desta maneira, explica-se a importação de fumo do Brasil pelo próprio Brasil, no ano de 1910. A Alemanha importava o fumo do Brasil, beneficiava-o e reexportava-o para aquele que sempre foi um dos seus mais importantes fornecedores. Tal processo pos

[52] Aragão, A.F.M. Mensagem... em 1918. Bahia, 1918. pp 120-121
[53] Impressões do Brasil no Século XX. op.cit. p 366
[54] Saldanha, José J. Rodrigues. Relatório... em 1901. pp 101 - 121.

sibilitou ao país importador de fumo bruto lucros considerá veis, pois o fumo beneficiado é vendido a preços naturalmente mais elevados. É de difícil aceitação que produzindo a Bahia um fumo conhecido e apreciado no mercado internacional, impor tasse charutos de outras procedências. Os charutos de Havana o cupavam, entretanto, no mercado brasileiro "uma situação muito superior à dos charutos nacionais mais cotados, e estes mes mos têm a capa de tabaco havanez"[55].

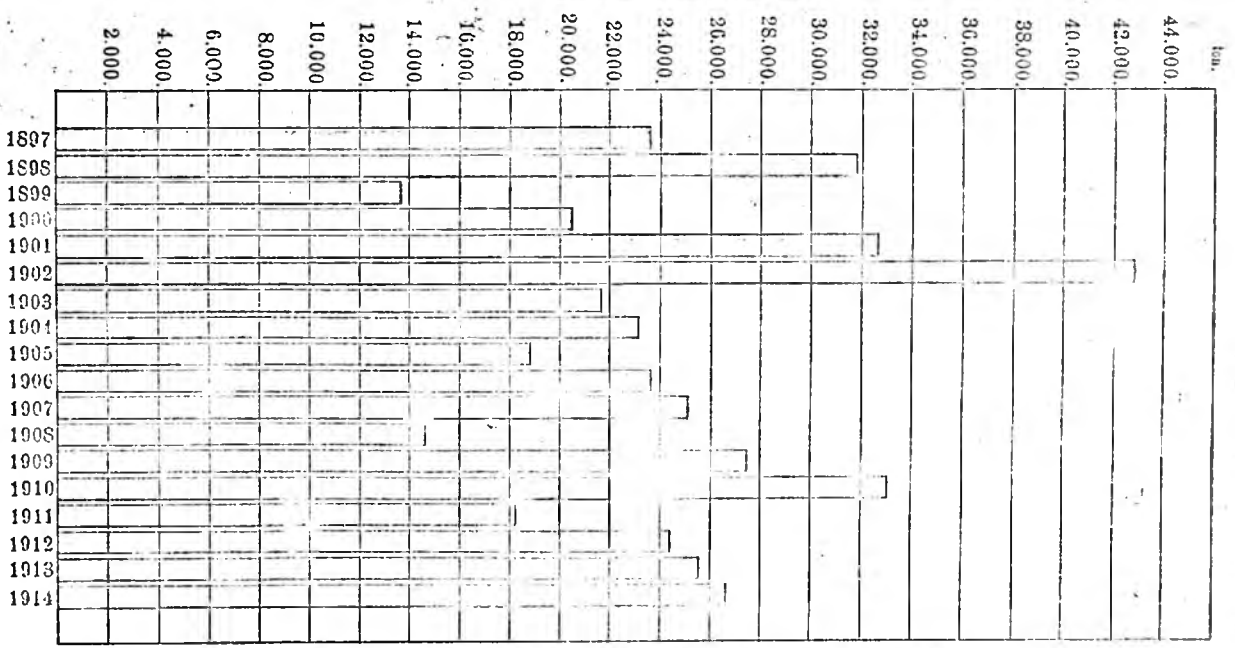
Embora abundante de matéria prima, o Brasil, e principalmente a Bahia, sempre importou quantidades de fumos das espécies referidas, que se destinavam às capas dos charu tos ditos superiores. Autores alemães comparavam, entretanto, o fumo da Bahia com o de Havana. Moritz Lamberg, por exemplo, escrevendo sobre o comércio de exportação do fumo, enfatizou o da Bahia "em grande parte em mãos de algumas firmas . portu guesas e alemãs, as quais elas próprias, fábricas de porte, industrializam o fumo em charutos, que em váriasqualidades só ficam um pouco ou quase nada atrás do verdadeiro Havana, em qualidade e aroma"[56].

---

[55] Impressões do Brasil no Século XX. op.cit. p 366
[56] Lamberg, Moritz. Brasilien, Land u. Leute. Leipzig, 1899. p 116.

Diagramma do Fumo exportado durante os annos de 1897 a 1914

Escala 2.000 ton. por 0, 01.

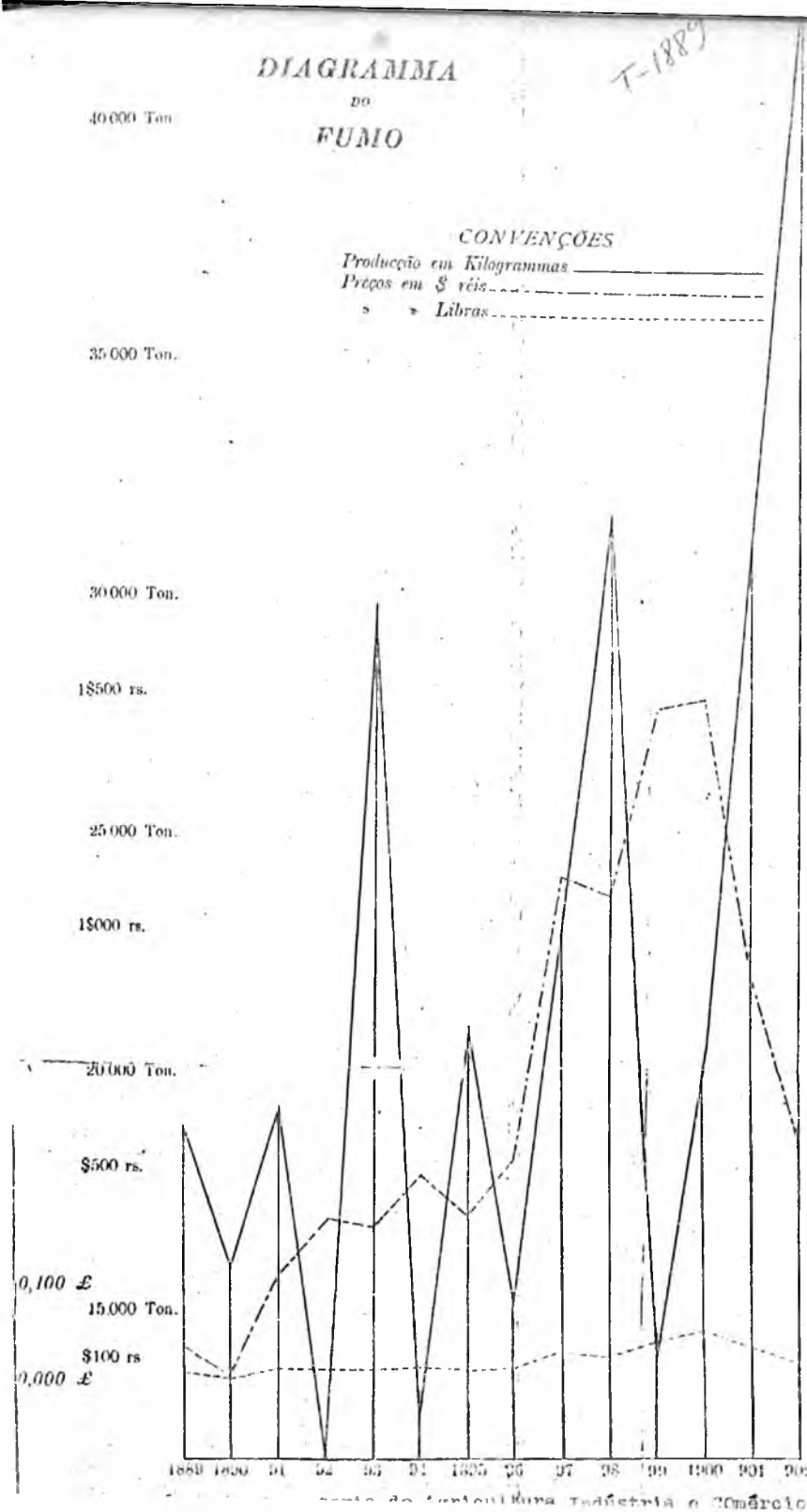


Directoria das Rendas do Estado da Bahia em 12 de Março de 1915

Visto *Maluco*

Carlos Aristeu da Costa

Ponte Seabra, J. J. Mensa ...1915.



...rte da Agricultura Industria e Comercio 1903.

6.2. COMERCIANTES DE FUMO

COMERCIANTES DE FUMO

O elemento estrangeiro estava diretamente ligado à economia do fumo. As firmas sediadas na Bahia, mesmo quando propriedades de brasileiros, eram dependentes, de uma forma ou de outra, do capital estrangeiro, principalmente, do alemão. Pode ser feita, na economia do fumo, uma analogia com as palavras do ministro brasileiro em Londres, no ano de 1854, sobre o comércio do Brasil com a Inglaterra: "o comércio entre os dois países é movimentado com capital inglês, em navios ingleses e por firmas inglesas. Os lucros,.. os juros sobre o capital,.. o pagamento dos prêmios de seguros, as comissões e os dividendos provindos das operações financeiras, tudo é carreado para o bolso dos ingleses"[1]. Os alemães controlam a exportação, o comércio e as manufaturas de fumo na Bahia. As firmas exportadoras ocupavam-se raramente com a exportação de um só produto. Em sua maioria, dedicavam-se à exportação dos generos tropicais de fácil aceitação no mercado internacional, como cacau, café, açúcar, piaçava, etc... Algumas se tornaram conhecidas como exportadoras de fumo, por se constituir a exportação do produto na atividade predominante. No caso das firmas exportarem exclusivamente fumo, geralmente dedicavam-se também à fabricação de charutos e/ou cigarros.

Na primeira metade do século XIX, firmas alemãs comercializavam com açúcar, e seus negócios parecem ter sido de vulto, pois W. Overbeck diz que Schramm, Wylie & Co., posteriormente Schramm, Stade & Co., sediada em Maroim, deteve

[1]Sérgio Teixeira de Macedo (ministro do Brasil na Grã-Bretanha) à Lorde Clarendon, Londres, 16 de maio de 1854. In Graham, Richard. Grã-Bretanha e o início da Modernização no Brasil. S. Paulo, 1973. p 79

"por algum tempo o comércio de açúcar no Estado de Sergipe em mãos"[2] A sociedade comercial representava a Companhia de Navegação Sul-América.

Ad. Kleinschmidt, além de representar a Sociedade Seguradora Transatlântica, contra incêndios, era também representante dos Irmãos Kalkmann, de Hamburgo, no negócios de açúcar.

Boeving & Schroeter, negociando a princípio com açúcar em Pernambuco, foram representantes da casa londrina Tesdor & Co., anteriormente representada por Al Pohlmann. Na Bahia, os negócios mais importantes da firma, quando se dedicava ao açúcar, eram feitos em Santo Amaro. Posteriormente, ocuparam-se com fumo, até a data em que passaram a ser importadores, transferindo a sede da firma para Bremen.

A Hoffmann, Laporte & Co. desdobrou-se em Laporte & Co. e Hoffmann & Co. O principal produto de exportação das firmas era o fumo. Quando Hoffmann morreu em 1882, a sua firma extinguiu-se, deixando seu proprietário uma fortuna considerável.

Muitos comerciantes vinham como empregados das firmas localizadas na Bahia, e após alguns anos tornavam-se sócios das mesmas, ou fundavam as suas próprias sociedades. Laporte, por exemplo, veio para a Bahia em 1853 para trabalhar na firma Peter Peycke & Co.[3] e W. Behrmann trabalhava na Schraeder & Gaertner, em Bremen, vindo para a Lohmann onde trabalhou pouco tempo como empregado, tornando-se logo sócio da firma sucessora, Polzin & Co. A firma Lohmann e suas sucessoras (*vide gráfico de Firmas Manufatureiras*) foram representantes do Norddeutscher Lloyd.

Heineken, Meyer & Co., sucedidos por L. G. Meyer, "viram revezarem, principalmente no ramo de fumo, grandes lucros e sensíveis prejuízos"[4].

---

[2]Overbeck, Wilhelm. Fuenfzig Jahre Deutscher Verein Bahia. Berlin, 1923, p 45.
[3]Idem, Ibidem. pp 46-51.
[4]Idem, Ibidem. pp 46-51.

Boldt, Katenkamp & Co. dedicaram-se ao açúcar e ao fumo. A firma Hasselmann & Sohn, de origem alemã, tinha nas palavras de W. Oberbeck, há muito se transformado em firma brasileira, pois os descendentes dos 3 irmãos Hasselmann, foram elementos com que o germanismo na Bahia não mais contava, "se bem que alguns deles, por exemplo o futuro guarda-mor, dominava excelentemente a língua alemã"[5] A importação de produtos da Alemanha, embora sem maiores significações, já era presente na Bahia. O citado autor criticava a indústria alemã da época, preocupada com medíocres imitações de mercadorias inglesas e francesas. Mas, em contrapartida, a Bahia não tinha, em meados do século XIX, desenvolvido um gosto apurado e "por muito tempo, principalmente para o interior do país, foi muita mercadoria ordinária e de um gosto, para nós, um tanto bárbaro. Os fazendeiros queriam assim; provavelmente isto era ainda um eco da preferência antiga, índia ou negra, por quinquilharias coloridas"[6]

Uma das mais antigas casas de importação foi a Laiez & Bonne. Laiez "nunca esteve na Bahia"[7] tendo apenas empregado seu dinheiro na empresa. A partir de sua fundação (1828), a sociedade comercial girou sob as razões sociais de C. Bonne & Cia., G. H. Guenther, Guenther & Mundt, Guenther & Mundt, Sucessores, Westphalen & Bach, Westphalen, Bach & Cia., Westphalen, Bach & Krohn[8]

As firmas exportadoras eram intermediárias entre a Bahia e as casas importadoras de Bremen e Hamburgo. Mesmo quandoseus proprietários não eram alemães, trabalhavam com créditos de firmas alemães sediadas nas cidades hanseáticas. Assim, o comércio de fumo, "aquele que se ocupava com a exportação, permanecia já há muito tempo em mãos alemãs, e excetuando-se os precursores como Dannemann & Co., Boeving & Schroeter, em Santo Amaro, Overbeck em Alagoinhas, Reinhardt, em Santo Antônio de Jesus, os brasileiros ocupavam-se com os negócios de compra e enfardamento no Interior e enviavam o fumo enfardado para Salvador"[9] onde o mesmo era posto à venda.

---

[5]Overbeck, Wilhelm. op.cit. pp 46-51.
[6]Idem Ibidem. pp 46-51.
[7]Idem Ibidem. p 51
[8]Westphalen, Bach & Krohn, 1828-1928. Bahia. p 2.
[9]Overbeck, Wilhelm. op.cit. pp 67-68.

A firma Ottens & Co. foi uma das primeiras que detiveram, conjuntamente, o comércio de exportação e o enfardamento do produto. Contratava os enfardadores, e seu proprietário, Ottens, ganhou o apelido de "Rei do Fumo" pela importância das suas atividades neste comércio.

Os empregados alemães "iam para o interior, aprendiam a tratar com os brasileiros"[10] fiscalizando métodos novos e mais cuidadosos de embalagens e cultivo. Quando as outras firmas alemãs seguiram o exemplo da Ottens, o comércio de fumo ficou totalmente em mãos alemãs, desde o enfardamento até a exportação. Deste modo, embora muitas sociedades brasileiras de enfardadores de fumo tivessem registrado seu capital e se constituído como nacionais, não passavam, na verdade, de companhias diretamente ligadas às firmas exportadoras. Trabalhavam para a Suerdieck & Cia., por exemplo, vários membros da família Passos, Ramiro Eloy, Júlio Bans, Renato Furtado de Simas e outros.

As firmas, além de controlarem o comércio de enfardação, dispuseram de agentes próprios e de outras menores que revendiam o produto de sua fabricação ou adquiriam o produto no interior do Estado.

Para a Ottens, por exemplo, trabalhava em 1901, Joviniano Eloy,[11] estabelecido em Cruz das Almas, com comércio de gêneros do país e enfardação de fumo.

A Dannemann tinha, a seu serviço, as seguintes firmas: Angelo d'Araujo & Cia., com o capital de 14:676$680 Réis, dos quais, 12:676$680 Réis pertenciam à Dannemann.

O objetivo dessa firma era o comércio de charutos em grosso e a retalho, fabricados pela importante empresa alemã; Fernando Vicente de Oliveira e Simplício Coelho, autorizados a comprar fumo de qualquer procedência e vender os produtos fabricados pela Dannemann.[12]

---

[10] Overbeck, Wilhelm. op.cit. pp 67-68.
[11] Livro de Registro de Firmas Comerciais. 1901.
[12] Contratos e Distratos, 1913. Folhas Avulsas.

A João Alves Dias & Cia., de Nazaré, dedicava-se ao comércio de compra e venda de café e fumo, comercializando exclusivamente, com a Bley & Abbehusen![13]

A Stender & Cia. encarregava T. C. Vieira & Cia. de "tratar dos negócios da firma", especialmente do despacho das mercadorias importadas e da exportação dos charutos fabricados pela Stender![14]

A Meyer & Sonntag e H. W. Meyer[15a] compravam cacau em Belmonte.* Carlos Behrmann & Cia., antes, no comércio de fumo, (*vide gráfico de Firmas Exportadoras*) estabeleceu-se a partir de 1910, em Ilhéus, comprando cacau exclusivamente para a firma Behrmann & Cia![15] Muitas vezes as firmas subdividiam-se em outras menores, formando uma cadeia que se estendia até os portos estrangeiros. A Carlos Behrmann, por exemplo, já citada, com um capital de 300:000$000 Réis, dos quais 160:000$000 Réis pertenciam à Behrmann & Cia., realizou um contrato com a firma Ribeiro Brandão & Cia., em Ilhéus, a fim de que esta realizasse compras de cacau apenas para ela![17]

A Luiz Barretto & Cia. adquiria fumo, café e outros produtos, em Castro Alves, em mãos de Felicíssimo Veiga, seu fornecedor exclusivo![18]

As sociedades que são apostas, no gráfico, como "firmas que comercializavam com fumo", não passavam, em sua maioria, de satélites das exportadoras. O curso da vida comercial destas casas comerciais foi o que mais ofereceu impossibilidade de conclusões sobre seu início, seu término e a estrutura de capital. Seu papel era comprar o fumo nas mãos dos lavradores, revendendo-o aos exportadores. O capital, às vezes elevado, das firmas brasileiras, é o resultado da soma de várias pequenas firmas que não tinham independência comercial e econômica, algumas trabalhando em regime de exclusi

[13] Livro de Contratos e Distratos, 1909 e 1919.
[14] Livro de Contratos e Distratos, 1919.
[15] Livro de Contratos e Distratos, 1904
[15a] Livro de contratos e Distratos, 1910.
[16] Livro de Contratos e Distratos, 1910.
[17] Livro de Contratos e Distratos, 1910.
[18] Livro de Registro de Firmas Comerciais, 1920.
* Vide Errata

sividade para as maiores que sustentavam seu comércio.

Os alemães tiveram na Bahia, na pessoa de Gustavo Laporte a direção de uma Inspeção de fumo, que tinha por objetivo "zelar com imparcialidade as provas de fumo", e pronunciar um julgamento sobre as remessas chegadas. O móvel desta Inspeção foi a perda de confiança dos exportadores nas embalagens brasileiras de fumo, portadoras de fraudes.[19] A veracidade da afirmação é comprovada pelas reclamações, abordadas mais adiante, das firmas importadoras de Bremen e Hamburgo. A incumbência de uma Inspeção de fumo deveria, entretanto, caber ao governo da Província, pois deveria ser da responsabilidade de órgãos nacionais a fiscalização da qualidade de um produto que se constituía uma fonte de renda para o Estado e o país, uma fiscalização por parte do governo, portanto, que procurasse defender os comerciantes exportadores de possíveis fraudes e desenvolver métodos de incentivo para melhoria do produto. Ao comerciante caberia escolher os tipos de fumo que mais lhes conviessem e não o julgamento do produto, pois dificilmente o interessado na compra teria uma avaliação totalmente neutra.

Hartmut Mueller, em uma conferência proferida em 5/9/1974 em Bremen sobre as atividades comerciais alemãs no Brasil, aludiu a existência da inspeção do fumo que existiu na Bahia, com a qual "as casas exportadoras alemãs controlavam a qualidade do produto e, indiretamente seu preço".[20]

A Inspeção, evitada por muitos comerciantes de fumo, extinguiu-se "sem repercussões".[21]

Os riscos de um negócio de exportação, muitas vezes inevitáveis, podem acarretar grandes prejuízos. As flutuações nos preços, o atraso da mercadoria ao porto de destino, as avarias sofridas e a não correspondência entre a mercadoria encomendada e a realmente enviada implicavam riscos corridos* pelas firmas importadoras na Europa.

---

[19] Overbeck, Wilhelm. op.cit. p 67

[20] Historische Beziehungen zwischen Brasilien und der Freien Hansestadt Bremen. Conferência proferida no Senatur fuer Schiffahrt und Verkehr. Bremen, 5/9/1974.

[21] Overbeck, Wilhelm. op.cit. p 67.

*Vide Errata

Os importadores procuraram então, através de acordos e tratados, estabelecer regras que diminuíssem os riscos a que estavam sujeitos. Tais acordos, realizados nas Câmaras de Comércio de Bremen e Hamburgo, regulavam o comércio exportador de fumo do Brasil. Em 1898 foi feito em Bremen um acordo para remessas de vendas do fumo do Brasil, que permaneceu em vigor por vários anos, tendo sofrido, no século XX, poucas alterações nas suas cláusulas:[22] Tal acordo regulava a compra de fumo do Brasil, estabelecendo que:

1. *O comprador não precisava, na remessa de fumo Brasil, aceitar a mercadoria se esta fosse embarcada mais de 3 meses depois do contrato, quando realizado antes de 1º de abril, ou, se realizado depois de 1º de abril, o embarque o corresse com um prazo superior a 2 meses.*

2. *No caso do comprador desistir, com base do parágrafo 1 ele poderia anular o contrato de compra, e exigir a diferença entre o preço de compra e o valor da mercadoria no mercado do fumo no dia da anulação. O prejuízo deveria ser avaliado por 3 técnicos (peritos de fumo) imparciais: um importador, um comerciante e um agente da Bolsa.*

3. *Caso a mercadoria enviada apresentasse diferença em 10% ou mais das provas ou dos fardos de prova, que serviu de base para os contratos, o vendedor teria que pagar a diferença ao comprador, baseada nas taxas do regulamento.*
   Se o contrato fosse efetuado na base de provas, elas deveriam ser lacradas na presença de um corretor, e o comprador teria a obrigação de guardar o pacote de provas.

4. *Deveriam ser apresentados aos peritos pelo menos 5% da mercadoria em litígio. Na avaliação*

[22] Arquivo da Camara de Comércio de Bremen. WII 30. Tabacksverkäufe. Vereinbarungen für Lieferungsverkäufe von Brasiltaback, Bremen. 15/11/1898.

do fumo, seriam observadas a espécie, a qualidade e a resistência da folha. A secura, e a umidade eram aspectos que não entravam em questão. Era proibido testar, fumando, o gosto, o cheiro e a queima do fumo. Se o mofo já estivesse presente nas amostras, o comprador não poderia reclamar prejuízos. Os custos da avaliação caberiam ao comprador caso a diferença fosse inferior a 10%, e se fosse superior, ao vendedor.

5. *O prejuízo só poderia ser reclamado 8 dias depois da entrega.*

6. *O comprador era obrigado a aceitar a mercadoria, mesmo se esta apresentasse diferenças para mais ou para menos de 5% nas diversas espécies. Caso a diferença fosse maior do que 5% essa quantidade seria considerada como um novo negócio.*

7. *Os peritos para a avaliação deveriam ser nomeados pela Junta Comercial.*

8. *Este acordo entrou em vigor em 1º de Dezembro de 1898.*

Quando os fornecimentos apresentavam alteração, os importadores apelavam para o acordo de 1898.

No ano de 1900, um documento encaminhado à Junta Comercial de Bremen,[23] declarava que a grande demanda de fumo do Brasil revelava, nas compras efetuadas, uma inadequação entre o fumo enviado e as provas. As provas dos fardos são boas, mas as que se seguem sob o mesmo nome, eram na verdade uma mistura de fumos brasileiros diferentes dos que foram enviados para prova, e "mesmo quando o comerciante alemão importa marcas conhecidas, ele pode ser enganado".[24] Responsabilizava por esta falta de correspondência, o tipo de comércio de fumo de Bremen e Hamburgo com fumo do Brasil, dado que as fir

[23] Arquivo da Câmara de Comércio de Bremen. W II 30. Tabackserkäufe. 1900-1906.

[24] Arquivo da Câmara de Comércio de Bremen. W II 30. Tabackserkäufe. 1900-1906.

mas importadoras das duas cidades permitiam aos brasileiros impor a condição da mercadoria ser aceita como foi apresentada, sem que se tomassem providências, caso este fato ocorresse. Esta situação foi reclamada principalmente pelos fabricantes de charutos, que adquiriam o fumo do Brasil em mãos dos importadores, fazendo com que os comerciantes de Bremen e Hamburgo adotassem medidas contra o fornecimento inadequado do fumo. O acordo foi proposto pela Junta Comercial de Bremen, que procurava determinar os princípios para compras de fumo do Brasil.

O documento denunciava que, infelizmente, algumas firmas de fumo bruto não seguiram exatamente os acordos. Os fabricantes de charutos se pronunciaram também contra tais firmas, "porque eles não queriam ser enganados pelos brasileiros". Esta atitude dos fabricantes de charutos provocou a adesão de várias firmas hamburguesas que se tinham colocado contra os acordos. Encerrando, o documento alertava que o enfardamento fraudulento dos brasileiros deveria cessar.

O enfardamento de fumo no Brasil era também controlado por firmas alemãs. As fraudes poderiam ser realizadas sem os seus conhecimentos, mas no momento em que controlavam esse comércio, eram também por ele responsáveis. Trabalhando diretamente ligadas às firmas sediadas em Bremen e Hamburgo, a culpabilidade pelas fraudes era diluída, uma vez que se tornava difícil apontar e punir o responsável. Note-se que as queixas, segundo o documento encaminhado à Câmara de Comércio de Bremen, partiram dos fabricantes de charutos que adquiriam nas mãos dos importadores a matéria prima para a execução dos seus produtos.

As firmas de fumo na Bahia recebiam créditos das firmas hamburguesas e bremenses, empréstimos dos bancos alemães, ficando o comércio do produto em estreita dependência da Alemanha. A firma Schramm, Stade & Co., tinha como proprietários Schramm e Stade, residentes em Hamburgo, e Domschcke na Bahia. O capital social da firma, em 1899, era de ..... 50:000$000 Réis, tendo, entretanto, à sua disposição créditos abertos em Hamburgo e Londres na importância superior a

20.000 libras esterlinas?[25]

Os grandes importadores alemães aparecem como financiadores, acionistas, adquirindo o fumo diretamente através de contratos pré-estabelecidos.

Em 1923, a W. Overbeck & Cia. admitiu como sócio Julius Wilhelm Kullenkampff e Friedrich Martin Victor, sócios de uma das maiores firmas importadoras de Bremen?[26] As mais importantes importadoras de fumo do Brasil eram nesta cidade: Joh. Achelis & Soehne, Boeving & Schroeter, Reinhardt Baedecker, Joh. Grimmenstein, A. W. Gruner & Co., Irmãos Kullenkampff, Friedr. Grave & Co., Herm Upmann & Co., Schraeder & Gaertner, Joh. Lange Sohm's Wwe & Co., C. Melchers & Co., W. Biedermann & Co.?[27]

Em questionários encaminhados às firmas pelo Senado para fins de estatística da importação bremense, nos anos de 1938-45?[28] foi feito um levantamento que abordava em alguns ítens:

> *Época de início da importação do produto pela firma.*
>
> *Países com os quais tinha licença para negociar.*
>
> *Responsabilidade direta ou indireta do recebimento da mercadoria; modalidades do despacho (como comprador, corretor, etc...).*
>
> *Se a mercadoria importada era classificada e beneficiada na Alemanha pela própria firma, e a quem vendia, esclarecendo a especialidade da empresa:*
>
> *a. empresas de negócios em grosso*
> *b. empresas manufatureiras*
> *c. casas retalhistas.*

Entre as firmas que importavam fumo do Brasil estavam:

---

[25] Livro de Contratos e Distratos. 1899. Contrato nº 122.
[26] Livro de Contratos e Distratos, 1923.
[27] Arquivo da Câmara de Comércio de Bremen. W II 30. Tabackswerkäufe.
[28] Arquivo da Câmara de Comércio de Bremen. W II 30. Tabakhandel. DBd 2. 1938-1946. Rohtabak.

KAUSSEL & BECKROEGE - fornecendo as seguintes respostas:

Importava desde 1930 fumos do Brasil, Estados Unidos, Japão, Grécia, Irã, S. Domingos, Turquia, China, Cuba, Colômbia, etc., revendendo-o a casas retalhistas.

A. W. GRUENER & SOEHNE

A firma importava mercadorias, na época do questionário, "há mais de cem anos ", dos países: Brasil e Cuba, através de "tráficos diretos com as firmas exportadoras, revendendo a mercadoria a empresas que negociavam em grosso".

HOFFMANN & LEISEWITZ

Negociava com importação desde 1833, com os países: Brasil, Estados Unidos, Itália, Grécia, Cuba, Holanda, e a mercadoria lhe era enviada através de firmas próprias que se encarregavam das compras. Não se encarregando do beneficiamento, vendia a mercadoria na Alemanha às empresas manufatureiras e às que se ocupavam com vendas em grosso.

IRMÃOS KULLENKAMPFF

Tinha licença de importação, para todas as terras que possuíam a matéria prima, com exceção das colônias holandesas, desde 1806. A aquisição do produto era feita através de firmas sediadas nos países produtores, algumas destas trabalhando exclusivamente para a firma Kullenkampff, ou em mãos dos camponeses.

JOH., LANGE SOEHNE WWE & Co.

Há mais de cem anos no negócio de importação com fumos do Brasil e do Oriente.

W. B. MICHAELSEN & CO.

Realizava através de compras nas firmas exportadoras e às vezes, de representantes no estrangeiro, a importação de fumos do Brasil, S. Domingos, Colombia, Cuba, Grécia, vendendo a mercadoria para firmas que negociavam em grosso.

J. C. NIEMANN

Importava fumos dos Estados Unidos e do Brasil, desde 1865, através de encomendas escritas.

JOH. ACHELIS & SOEHNE

Dedicava-se desde 1866 aos negócios de importação de fumo, tipos "Brasil, Rio Grande, Cuba e México", revendendo os para negócios em grosso.

J. C. HOFFMEISTER & CO.

Desde a fundação da firma em 1920, importava fumos do Brasil e de Cuba, e, em comissão com uma firma suíça em Amsterdã, fumos de Sumatra para capas.

ANT. ANKERSMIDT & CO.

Ocupava-se com fumos do Brasil, Estados Unidos, Cuba, S. Domingos, Japão, estando no comércio de importação de fumo desde 1866.

Gerhard Freysoldt, comprava fumos de Cuba, S. Domingos, Brasil, Estados Unidos, Colombia, México, Itália, Holanda, Rússia, China, Japão, etc..., optando na aquisição do produto pelas "viagens pessoais como comprador". Idêntica atitude era adotada pela firma *Schmidt & Lohmann* em atividade desde 1880, realizando viagens para adquirir o produto no Brasil, Colombia, Havana.

Os importadores aconselhavam aliás, que a compra de fumo do Brasil devia tanto quanto possível ser efetuada "in loco". Entretanto, os importadores podiam realizar as compras através de provas de fumo, ou encomendando espécies que não possuíam provas. Neste último caso, caberia aos importadores inteira responsabilidade sobre a compra, não gozando das proteções especificadas no acordo de 1898.[29]

Por várias vezes as firmas importadoras recorreram à Câmara de Comércio a fim de que as cláusulas do tratado

[29] Arquivo da Câmara de Comércio de Bremen. W II 31a Verein der am Handel mit Brasiltabak beteiligten Importfirmen.

de 1898 fossem postas em vigor.

Para a observação das cláusulas, os importadores entraram em vários acordos, principalmente em relação à nomeação dos técnicos julgadores.

Em uma reunião de 23 de fevereiro de 1900,[30] foi estabelecido que entre os peritos nomeados pela Câmara de Comércio, um deveria ter tido experiência em casos anteriores, lhe sendo entregue os formulários, a declaração das partes, e um exemplar do acordo.

Poder-se-ia citar uma lista inumerável de reclamações,[31] quanto às espécies de fumo fornecidas, quantidades não correspondentes etc.... Em sua maioria as queixas eram dirigidas contra as firmas importadoras e/ou exportadoras alemãs. Um exemplo é o da firma Menke & Kullenkampff que encaminhou à Câmara de Comércio de Bremen, em 5 de abril de 1900, um relatório, onde diz ter comprado na firma W. Querner, de Hamburgo, 250 quilos de fumo de S. Félix e 90 fardos de marca G - Cruz das Almas. O fumo enviado não estava de acordo com as provas sobre as quais foram efetuadas as compras, pedindo assim a nomeação de 3 conhecedores de fumo a fim de que os mesmos fossem submetidos aos testes.

Geyer & Jungk, tendo comprado 500 fardos de fumo de S. Félix das espécies: PF, P, ++++, +++, ++, em mãos de C. TH. Stade, em Hamburgo, declara que o fumo não correspondia às amostras antes fornecidas.

A Eugen Hoffmann & Co., adquiriu 724 fardos de fumo S. Félix, recebendo apenas 408.

A Frese, Ritter & Hielmann, reclamava à Câmara o envio de 500 fardos de fumo J. G. Cruz das Almas, fornecidos por Johann Grimmenstein.

A Lindhorn & Schroeder, em 5 de junho de 1900, protestava o fornecimento de 1.000 fardos de fumo S. Félix, com

[30] Arquivo da Câmara de Comércio de Bremen. W II 30. Tabackswerkäufe. 1898-1905.
[31] Arquivo da Câmara de Comércio de Bremen. W II 30. Tabackswerkäufe. 1895-1899.

prados na firma Reinhardt Baedecker. Do sortimento "folha fina", tinham sido encomendados 130 fardos e somente 52 foram enviados.

Denunciava que os 78 fardos restantes nunca foram remetidos, não tendo o Sr. Baedecker prestado à firma qualquer esclarecimento. O fumo adquirido pertencia à colheita de 1899, tendo sido comprado por 1,60 M o quilo. As espécies eram classificadas sob as denominações +, P. +++, ++, 3a., G, F,Fx.

Inúmeras outras reclamações foram apresentadas à Câmara de Comércio de Bremen contra as firmas A. W. Gruener & Co., Joh. Lange Soehne Wwe & Co., Friedr. Grave & Co., Upmann & Co., C. Melchers & Co., das espécies procedentes de S. Félix, Cruz das Almas, Cachoeira.

A Intendência Municipal da Vila de Cruz das Almas enviou uma circular em 1913, para as firmas importadoras, comunicando que "sendo os fumos produzidos neste município de Cruz das Almas o melhor (sic) deste Estado da Bahia, o que está provado a muitos annos, gosa, por isso, do melhor preço nos mercados importadores.

Confirmado, como se acha, esse crédito, alguns negociantes exportadores desse genero dos municipios vizinhos, abusam do direito que nos pertence, marcando com Cruz das Almas os fardos de fumo que exportam, produzidos em outro municipio, quasi sempre de má qualidade.

O Governo municipal desta Villa tomando em consideração o facto, resolveu afim de garantir o importador e e consumidor, bem como os interesses do Municipio, a usar do que lhe faculta a lei, isto é, matricular os srs. negociantes enfardadores e exportadores de fumos deste município, conforme a lei que vos remetto incluso.

Rogamos, pois, a bem dos srs. negociantes e consumidores de fumos deste Estado, que vos digneis mandar publicar nos jornais de maior circulação dahi, tanto esta carta officio, como a lei que diz respeito, afim de chegar ao conhecimento dos interessados".[32]

---

[32]Arquivo da Câmara do Comércio de Bremen. W II 30. 1907-1917.

Seguia-se a assinatura do Intendente, Trajano José de Andrade.

A lei da Intendência Municipal de Cruz das Almas, publicada em 25 de maio de 1913, tomava, entre outras, as seguintes medidas, que regulamentava a exportação do fumo: obrigava aos negociantes que enfardavam fumos no Município a matricularem-se na Intendência Municipal, e carimbarem os fardos com um carimbo da Instituição.[33]

As fraudes eram, portanto, do conhecimento das autoridades brasileiras, que procuravam, através de circulares nem sempre operantes, defender o conceito do produto.

Controlando o comércio exportador, os alemães estendiam este controle sob outras áreas do Estado, notadamente do Recôncavo. Von der Linde & Cia., composta da firma exportadora com igual razão social, fornecedora dos 100:000$000 Réis do capital, Pedro Muniz Tavares, João Telmo dos Santos, celebraram em 1911, um contrato com o Governo do Estado para a construção do prolongamento da estrada de ferro de Nazaré, no trecho entre Santa Inês e a Toca da Onça.[34]

A Intendência Municipal de Maragogipe realizou uma assembléia em 10 de setembro de 1927, cuja ata registra que, "as sérias dificuldades com as quais tem lutado para garantir a continuação dos trabalhos da estrada de rodagem em construção, visto que os recursos adquiridos para tal fim serem mínimos, e o governo do Estado só prestará o auxílio "quando se trata de obras de arte", o Intendente tomou a resolução do empréstimo que torna efetiva no momento de apelar para "o Vosso acendrado patriotismo no sentido de tomardes medidas que evitem a paralização dos referidos trabalhos". "E para acentuar bem o meu empenho que é o mesmo vosso, pela realização desse melhoramento que certamente abrirá as portas do progresso de Maragogipe mostrando-lhe um luminoso futuro, concebi a lembrança do Municipio contrahir um emprestimo de ..... 20:000$000 Réis com a firma Suerdieck & Cia., desta cidade,

[33] Arquivo da Câmara do Comercio de Bremen. W II 30. 1907-1917.
[34] Livro de Contratos e Distratos. 1911. Contrato nº 9.

empréstimo que vencerá os juros de 6% ao ano e será amortizado em prestações mensaes de quinhentos mil réis até seu real embolso..."

A Intendência de Maragogipe ficou autorizada a contrair o empréstimo a ser empregado na construção das estradas de rodagem que ligariam o município de Maragogipe ao de S. Felipe, Afonso Pena, Cruz das Almas e outros.

Acréscimos ao parágrafo correspondente ao pagamento do empréstimo: "O empréstimo vencerá os juros de 6% ao anno, será fornecido pela firma prestamista em prestações de um conto de réis por semana e será amortizado mensalmente, com a quantia de quinhentos mil réis até seu real embolso". Além dos pagamentos mensais, a Suerdieck exigia os "juros correspondentes às prestações que forem sendo recebidas pelo Município a começar do mês em que se verificar a entrada da primeira prestação semanal, por parte da referida firma", que "fica autorizada a descontar, não só a importância da amortização, como dos juros, até real embolso do producto total do imposto sobre exportação de charutos, que costumam recolher aos cofres municipaes, mensalmente".[35]

A dificuldade de créditos nos bancos do Estado propiciava àqueles que detinham o capital ou tinham facilidades em adquirí-lo, a possibilidade de auferirem lucros provenientes das condições impostas para os empréstimos.

Esta dificuldade, já referida em outros capítulos, se constituía em um dos maiores entraves à vida econômica do Estado. Alguns comerciantes, em 1925, fundaram a Caixa Rural de Cachoeira, cujo objetivo era "combater a usura, fornecendo a juro módico, a seus sócios e somente a elles, os capitaes necessarios à exploração de seu pequeno trabalho, facilitando-lhes o exercício de sua profissão. A sociedade fará para esse fim, empréstimos a curto e a longo prazo, reembolsados por amortização periódica". Constituída com 30 só

[35] Documentos da fábrica Suerdieck. Cópia da ata da Sessão realizada em 10/9/1927. Maragogipe.

cios, não parece ter tido o sucesso esperado na execução dos seus planos.[36]

As firmas e bancos alemães possuidores de capital além de concederem empréstimos, eram representantes de companhias de seguros, de navegação, exercendo, assim, um controle sobre a vida comercial em seus vários aspectos.

---

[36]Contratos e Distratos, 1925. vol. 33.

Vereinbarungen

für

Lieferungsverkäufe von Brasiltabak.

(Beschlossen Bremen, in der Versammlung des Kaufmanns-Konvent vom 15. November 1898.)

1. Bei Lieferungsverkäufen von Brasiltabak braucht der Käufer den Tabak nicht abzunehmen, dessen Verladung im Seeschiffe länger als drei Monate nach Abschluß eines vor dem 1. April, länger als zwei Monate nach Abschluß eines am 1. April oder später abgeschlossenen Kaufvertrages verzögert wird, sofern ihm nicht nachgewiesen wird, daß die Verzögerung durch Umstände herbeigeführt ist, die als höhere Gewalt zu betrachten sind.

2. Insoweit der Käufer hiernach vom Vertrage zurücktreten kann, kann er außerdem als Schadenersatz den Unterschied zwischen dem Kaufpreise und dem Marktwerthe des Tabaks am Tage des Rücktritts verlangen. Der Schadensersatz wird durch drei unbeteiligte Sachverständige (einen Importeur, einen Händler und einen Börsenmakler) abgeschätzt.

3. **Fällt die gelieferte Waare in irgend einer Klasse zehn Prozent oder mehr gegen die Proben oder Probepacken ab, nach denen der Abschluß erfolgt ist, so hat der Verkäufer dem Käufer den Abfall auf Grund der Regulierungstaxen zu vergüten.**

Ist der Abschluß nach Proben erfolgt, so sind diese vom Verkäufer in Gegenwart des Maklers zu versiegeln und vom Käufer aufzubewahren.

Ist der Abschluß nach Probepacken erfolgt, so sind die für beide Parteien von ihren Käufern innerhalb drei Tagen gemeinschaftlich zu ziehenden Proben um den für die Besichtigung geöffneten Packen zu entnehmen und gemeinschaftlich zu versiegeln.

4. Der Abfall wird von drei unbeteiligten Sachverständigen (einem Importeur, einem Händler und einem Börsenmakler) abgeschätzt, denen die Regulierungstaxen bekannt zu geben sind.

Zum Zweck der Abschätzung ist die Waare im Stiel zu untersuchen. Die Sachverständigen müssen sich mindestens fünf Prozent der fertigen Waare vorlegen lassen.

Bei der Abschätzung ist der Tabak nur seinem Aeußeren nach auf Art, Gesundheit und Blattgehalt zu prüfen. Nicht in Betracht kommen die Trockenheit oder Feuchtigkeit des Tabaks. Verboten ist, den Brand, Geschmack und Geruch des Tabaks durch Rauchen zu probiren. Muß, der schon in den Proben oder Probepacken zu erkennen ist, wird nicht vergütet.

Die Kosten der Abschätzung trägt der Käufer, sofern der Abfall unter zehn Prozent bleibt, sonst der Verkäufer.

5. **Eine Vergütung für Abfall kann nur innerhalb acht Tagen nach Ablieferung der angedienten Waare beansprucht werden.**

6. Der Käufer muß die gelieferte Waare abnehmen, auch wenn von den einzelnen Klassen fünf Prozent mehr oder weniger geliefert werden, als im Schlußzettel ausbedungen war. Das innerhalb dieser Grenze mehr oder weniger gelieferte Quantum wird auf Grund der binnen drei Tagen nach Abschluß des Geschäfts gemeinschaftlich zu vereinbarenden Regulierungstaxen verrechnet.

Werden mehr als fünf Prozent weniger geliefert, so kann der Käufer Schadenersatz, wie nach 2., für die fünf Prozent überschreitende Minderlieferung verlangen, sofern nicht die Minderlieferung durch Umstände herbeigeführt ist, die als höhere Gewalt zu betrachten sind.

Werden mehr, als fünf Prozent mehr geliefert, so gilt diese Mehrlieferung als neues Geschäft.

7. Die Sachverständigen für die Abschätzung des Schadensersatzes und des Abfalls werden in jedem Falle von der Handelskammer ernannt.

8. Diese Vereinbarungen treten am 1. Dezember 1898 in Kraft.

Druck von Heinr. Heyer, Kohlenstraße 7-9

7. ESTRUTURA DO CAPITAL DAS EMPRESAS FUMAGEIRAS

Surgiram várias dificuldades no levantamento das fontes para o estudo do comércio, da exportação e da industrialização do fumo, no período de 1870-1930. Poderíamos enumerar algumas delas, a título de exemplificação.

Dificuldade em apurar a nacionalidade de todos os proprietários de firmas, como também a impossibilidade de proceder ao levantamento dos capitais sociais de várias delas, pois alguns documentos atestam as atividades comerciais das mesmas, sem que se encontre qualquer alusão aos seus capitais.

Os dados fornecidos pelos livros de Contratos e Distratos oferecem, via de regra, uma série de contradições. Os Livros de Marcas e Registros comprovam a atividade de várias firmas, enquanto os de Contratos e Distratos só as apontam 3, 4, 5 ou mesmo 16 anos após sua fundação e funcionamento. É possível que a perda de alguns Contratos e Distratos justifique as lacunas existentes. Em alguns casos, as firmas de Bremen registravam a compra de fumo em firmas sediadas na Bahia, não se encontrando referências às mesmas nos Livros da Junta Comercial.

A imprecisão da linguagem dos negociantes dificulta identificar os negócios a que se dedicavam. Reza no Contrato ser o objetivo da firma, "uma casa de miudezas, ferragens, charutos". No Livro de Marcas e Registros, para o mesmo ano, encontra-se o pedido de averbação do comerciante para as marcas de charutos e/ou cigarros de sua fabricação. As filiais nem sempre eram citadas, podendo ser realizados contratos com outras firmas, sem que nenhuma indicação fosse feita

nos documentos citados.

Os dados coletados nos livros de Contratos e Distratos, das Marcas e Registros e em outras fontes, não cobriram todas as firmas existentes, embora se tenha considerado, na análise, um número significativo. Reunimos, em gráficos, as firmas do setor fumageiro, indicando os dados básicos de sua configuração jurídico-comercial, como uma tentativa de, não só permitir uma fácil visualização das companhias, incorporações, sucessões, períodos de atividade, como também suprir a não inclusão de várias empresas na análise dos capitais. De algumas firmas encontramos apenas o registro de marcas, ou outro documento em um único ano. Eram geralmente firmas de enfardação de fumo, ou pequenos comerciantes de compra e venda de gêneros do país. Entre eles podemos citar, Soares & Cia., "com comércio de fumo"[1] em Salvador, Sabino Santiago da Motta, com enfardação de fumo em Muritiba[2], Franzillo e Gabrielli, "negócios de fumo, café, e demais gêneros"[3] em S. Félix, e muitos outros.

Algumas firmas registravam o capital social nas moedas dos paises de onde os proprietários eram originários, tendo resultado inútil a tentativa de reconverter o valor do capital em Réis. A Schwab & Timmann, por exemplo, fundada em 1906 com um capital de 30.000 Marcos[4], reduzido em 1908 para 20.000 Marcos, pela retirada de Adolph Timmann[5], permanecendo esta quantia até 1917. No ano seguinte, o registro de capital da firma foi feito em Réis[6].

O mesmo sucede com a Compagnie Générale des Tabacs, fundada em 1919, com um capital de 10.000.000 de Francos, divididos em 20.000 ações de 500 Francos cada, encontrando-se entre seus acionistas o Banque Française pour le Brésil, Crédit Mobilier, Banque de de La Seine, Societé de Construction du Porto de Bahia, Banco Hipotecário do Brasil e outros[7].

---

[1]Livro de Contratos e Distratos, 1911.
[2]Livro de Registro de Firmas Comerciais, 1924.
[3]Livro de Registros de Firmas Comerciais, 1921.
[4]Livro de Contratos e Distratos, 1905.
[5]Livro de Contratos e Distratos, 1908.
[6]Livro de Contratos e Distratos, 1918.
[7]Livro de Contratos e Distratos, 1919

Para estudar a estrutura e distribuição de capital, fizemos um levantamento das firmas que, de uma maneira ou de outra, tinham suas atividades relacionadas com fumo, sendo observados: capital social, proprietários e suas nacionalidades, local e número de sedes e filiais, tempo de duração, parentesco entre proprietários das firmas, residência dos sócios, transferência de proprietários de um estabelecimento para outro. Quanto ao capital social empregado nas firmas, convém alertar que ele foi considerado apenas como uma medida de estimativa da estrutura econômica das firmas. Outro aspecto importante é que este capital de proprietários brasileiros, portugueses e outros podia na verdade, ser fornecido por elementos estrangeiros, sem que os Documentos analisados tivessem fornecido informações a respeito. Deste modo, preferimos adotar a classificação capital de brasileiros, de italianos, de alemães, etc... ao invés da fórmula capital brasileiro, capital alemão, etc...

Este capital, formado pelos "recursos que os sócios colocaram na empresa para constituí-la"[8], não representa em si a verdadeira situação da firma. O capital de giro, o ativo e passivo, o dinheiro congelado (imobilizado) em bens imóveis, os bens móveis, e as máquinas fornecem e/ou complementam a real situação desfrutada pelas sociedades comerciais. Ocorre, freqüentemente, a permanência de um mesmo capital social nas firmas em um período relativamente longo, quando houve uma ascensão das companhias em termos comerciais, verificada nos outros itens assinalados.

A falta de dados sobre o capital de firma alemãs, nas duas primeiras décadas da pesquisa, distorce o resultado computado. Somente a partir de 1877, registra a Dannemann seu capital. A Suerdieck, a partir de 1914, a Schramm, Stade & Cia., de 1899 em diante, e muitas outras como Hoffmann & Cia., Laporte & Cia., L. G. Meyer, Lohmann & Cia., Boeving & Schroeter, que não tiveram seus capitais inclusos nos quadros levantados sobre estrutura de capital.

---

[8] Ó. A. Lopes de. Administração Financeira. S. Paulo, 1973. pp 28-35.

Embora menos freqüente, o mesmo aconteceu com as firmas de proprietários portugueses, brasileiros e italianos.

O elenco das firmas exportadoras é do mais numeroso Entretanto, foi impraticável averiguar-se quanto do capital de cada uma era dedicado ao fumo. Em sua maioria, as firmas dedicavam-se a uma diversidade muito grande de artigos, cacau, fumo, café couro, piaçava, etc... A preponderância de um produto sobre os demais dependia, entre outros fatores, das safras, dos preços no mercado internacional, do consumo mundial, etc... Mesmo quando as firmas mencionavam no contrato tratarem-se de firmas exportadoras de fumo, acreditamos que elas tinham na exportação do produto sua principal, mas não exclusiva, atividade.

Nas pequenas empresas surgiram dificuldades idênticas. Desenvolvendo simultaneamente vários negócios, "compra e venda de fazendas, miudezas, louças, gêneros de exportação, como cacau, café, fumo e outros..." nada se pode inferir sobre a quantia investida no fumo.

Muitas informações obtidas não foram aproveitadas, devida à complexidade dos dados e à dificuldade na sua tabulação, o que exigiria maior elasticidade de tempo na realização do trabalho, além de dados complementares para efeito de comparação. As informações coletadas levam a crer, por exemplo, que os grupos dedicados ao comércio, exportação e manufaturas de fumo tinham entre si estreitos laços de parentesco. A falta de dados subsidiários impossibilitou a comprovação desta hipótese, seguramente, comprovável.

Devido às dificuldades abordadas, somente uma pequena parte do material levantado sobre as firmas foi utilizada. A massa de informações não aproveitada será futuramente utilizada em um trabalho mais amplo e aprofundado, que não invalidará o atual, mas o complementará. Consideramos que a pesquisa não foi de todo inútil, pois contribuiu de certa forma para construir a imagem do comércio, da indústria e da exportação do fumo no período de 60 anos, permitindo tecer considerações sobre a importância do produto na economia do Estado e os grupos que mantiveram seu controle.

Discriminamos cinco categorias na distribuição do capital, de: alemães, portugueses, brasileiros, italianos, e em uma só categoria englobamos ingleses, suiços franceses, suiços alemães, proprietários e grupos de acionistas de nacionalidades desconhecidas, capital social das firmas com proprietários de várias nacionalidades, quando estas se constituíam em sócias de outras sociedades. Quando a firma se transformava em Sociedade Anônima, nem sempre foi possível investigar a preponderância da nacionalidade de seus acionistas. Neste caso, o importante é a identificação do grupo que mantinha o controle acionário.

De 1870 a 1879 a distribuição do capital entre os proprietários de acordo com as nacionalidades era a seguinte:

ANOS	ALEMÃES	ITALIANOS	BRASILEIROS	PORTUGUESES	OUTRAS NACIONALIDADES E DESC
1870	-	-	-	62:500$	160:000$
1871	-	-	-	62:500$	160:000$
1872	--	-	-	50:000$	160:000$
1873	-	-	-	50:000$	160:000$
1874	-	-	-	240:000$	225:000$
1875	-	-	-	240:000$	225:000$
1876	-	-	-	265:000$	180:000$
1877	200:000$	-	20:000$	126:000$	662:000$
1878	200:000$	-	20:000$	248:500$	654:450$
1879	200:000$	-	60:000$	248-500$	646:450$

Capital total:

1870	222:500$
1871	222:500$
1872	210:000$
1873	210:000$
1874	465:000$
1875	465:000$
1876	445:000$
1875	1.008:000$
1878	1.122:950$
1879	1.154:950$

Em 1874, o capital dos sócios da Cerqueira & Cia, que não tiveram suas nacionalidades identificadas, perfazia o total de 100:000$000 Réis. A responsável pela elevação de capital mostrado na última coluna, no ano de 1877, foi a firma Meuron & Cia., pela divisão entre os herdeiros do capital de Henriette Frédéric Meuron Borel. Quando, em 1852, Auguste Frederic Meuron, fundador da firma, morreu na Suiça, deixou sua irmã Henriette como herdeira universal.

Em 1856, foi formada uma sociedade entre esta,(sócia capitalista), Edouard Borel e Charles Antoine Borel, que entraram na firma como sócios de indústria. Ao falecer em Paris, em 18 de janeiro de 1876, deixou Henriette Meuron Borel seus 6 filhos como herdeiros, que passaram a fazer parte da sociedade[9], convertida, em 1892, em Borel & Cia.[10] A mais antiga fábrica de rapé da Província pertenceu à família Borel durante várias décadas. O último documento sobre a sociedade foi localizado em 1924;[11] não nos permitindo localizar a data exata em que a firma deixou de existir como fábrica de rapé e cigarros. Dos alemães, temos apenas no período em apreço, o capital da Dannemann & Cia. Em 1879, a firma Agostinho Froes da Motta, formada pelo sócio de igual nome e Epiphanio José de Souza, acresceu com 40:000$000 o capital de brasileiros.[12]

A década seguinte fornece maiores indicações do capital empregado em firmas que comercializavam com fumo:

1880	1.154:950$000
1881	1.154:850$000
1882	1.560:780$000
1883	1.542:640$000
1884	1.618:400$000
1885	1.568:306$000
1886	1.547:590$000
1887	1.583:870$000
1888	1.719:320$000
1889	1.726:000$0000

[9]Memorial da fábrica. In, Livro de Contratos e Distratos, 1887.
[10]Livro de Contratos e Distratos, 1892.
[11]Livro de Contratos e Distratos. Bahia, 1924.
[12]Livro de Contratos e Distratos. 1879.

O que verificamos no decorrer da pesquisa foi a permanência de um mesmo grupo durante os 60 anos. Os nomes dos proprietários se repetem nas diversas firmas, sejam através de sucessões, de incorporações ou como sócios de vários estabelecimentos. Por exemplo, em 1882, o maior capital registrado pertencia a Francisco Cardoso e Silva, na importância de 240:000$000, sócio da Francisco Cardoso e Silva & Cia. (1882-1901). Foi também proprietário da firma sucessora de Francisco José Cardoso. Este último, português naturalizado, fundara, em 1842, a fábrica de charutos Juventude.[13] Após sua morte (1889), a firma foi sucedida pela sociedade individual de Francisco Cardoso e Silva (1889-1895), posterior Francisco Cardoso & Cia. (1896-1901) cujo titular era ainda sócio da Cardoso & Reis e de sua sucessora a Cardoso Reis & Cia. (1896-1900), além da Pinto Cardoso & Cia. (1889-1900). Um ano após sua morte (1901) as firmas foram dissolvidas, assumindo José Gonçalves d'Oliveira Reis, antigo sócio, a direção das firmas, incorporadas na José Reis & Cia. Este, por sua vez, participou como sócio capitalista das firmas, Cardoso & Reis (1896 1900), Cardoso Reis & Cia. (1900-1901), Milhazes & Reis (1901-1905), Francisco Cardoso & Cia (1896-1901), Francisco Cardoso e Silva & Cia. (1882-1901), José Reis & Cia. (1901- ?),Lopes Miranda & Cia. (1912-1924).[14]

A retirada do capital de um só sócio, ou de uma firma, se constitui em certos casos, numa queda de capital considerável, provando o quanto era diminuto o grupo que realmente detinha o controle das empresas.

Discriminando o capital pelas nacionalidades, temos de 1880-1889:

---

[13] Dantas, João dos Reis de Souza. Relatório... 5 de janeiro de 1882. Bahia, 1882. p 103

[14] Livros de Contratos e Distratos; 1882, 1889, 1895, 1896, 1900, 1901, 1912, 1924.

ANOS	ALEMÃES	BRASILEIROS	PORTUGUESES	ITALIANOS	OUTRAS NACIONALIDADES E DESCON.
1880	200:000$	60:000$	248:500$	-	646:450$
1881	100:000$	60:000$	248:500$	-	646:450$
1882	100:000$	300:000$	306:330$	-	854:450$
1883	100:000$	357:690$	288:500$	-	796:450$
1884	100:000$	357:690$	288:500$	-	872:210$
1885	100:000$	348:086$	289:210$	-	831:010$
1886	100:000$	328:040$	257:500$	-	862:050$
1887	100:000$	350:160$	281:660$	-	855:050$
1888	100:000$	350:160$	414:160$	-	855:000$
1889	100:000$	400:160$	364:160$	-	861:680$

A retirada, em 1881, do capital da Boeving & Schroeter, reduziu para 100:000$00 o capital social da Dannemann.[15] O aumento verificado no capital brasileiro no decorrer dos anos foi resultante, em grande parte, da entrada nas firmas dos descendentes dos antigos proprietários portugueses e alemães, que adquiriam por herança a participação nos negócios. Estas sucessões hereditárias foram observadas nas firmas Costa Ferreira & Penna, Leite & Alves, Dannemann, Suerdieck, Vieira de Mello, Domschcke, von Uslar, e muitas outras, mostrando que a composição do grupo permaneceu mais ou menos inalterada nos 60 anos. Segue-se o curso de três gerações sucessivas dedicadas ao mesmo ramo de negócios. A família Simas, por exemplo, tem seu nome associado ao fumo desde 1851, quando o português José Furtado de Simas fundou em S. Félix a fábrica de charutos Fragrância. Em 1882, estava à frente dos negócios a viuva Rita Bastos Simas,[16] que foi sucedida pelo seu filho, Arthur Furtado de Simas. Após a venda da fábrica à Bernhard Rodenburg (*vide capítulo de Manufaturas de Fumo*), ele se dedicou à exportação de fumo, no que foi sucedido pelo seu filho Renato Furtado de Simas. Este trabalhou em estreitas ligações com a firma Suerdieck & Cia.

Em 1882, a Martins Fernandes[17] contribui com 18% do capital de portugueses, e em nacionalidades desconhecidas o mai

[15] Livro de Contratos e Distratos. 1881.
[16] Dantas, João dos Reis de Souza. Relatório... 1882. Bahia, 1882. pp 102-103.
[17] Livro de Contratos e Distratos, 1882.

or capital era de Antonio Cardoso C. Geraldes da firma Francisco Cardoso e Silva & Cia., na importância de 200:000$000 Réis.[18]

No final do século, devido a fatores já abordados em outros capítulos, verificou-se um grande surto de estabelecimentos fumageiros. O capital de muitos deles não foi localizado, pois a existência de várias firmas foi comprovada nos Livros de Registros de Firmas Comerciais, que raramente fornecem outros dados além da comunicação à Junta Comercial da constituição da sociedade, e nos livros de Marcas e Registros, que também não tratam de capital.

Na década 1890-1899, o capital estava distribuído entre as nacionalidades do seguinte modo:

ANOS	ALEMÃES	BRASILEIROS	PORTUGUESES	ITALIANOS	OUTRAS NACIONALIDADES E DESCONHEC.
1890	100:000$	430:160$	364:160$	-	861:680$
1891	100:000$	582:500$	454:160$	-	861:680$
1892	100:000$	884:500$	455:160$	-	875:000$
1893	120:000$	783:500$	434:160$	-	875:000$
1894	130:000$	873:500$	511:660	-	872:500$
1895	330:000$	834:500$	541:660$	-	872:500$
1896	330:000$	1.016:620$	899:780$	-	872:500$
1897	330:000$	1.016:620$	919:780$	-	872:500$
1898	380:000$	1.026:620$	884:780$	-	872:500$
1899	1.055:000$	1.137:610$	903:660$	-	947:500$

CAPITAL	TOTAL
1890	1.756:000
1891	1.998:340
1892	2.314:660
1893	2.[illegible]12:660
1894	2.377:660
1895	2.578:660
1896	3.118:900
1897	3.138:900
1898	3.163:900
1899	4.043:770

[18] Livro de Contratos e Distratos, 1882.

O capital que mais sofre alteração, é o alemão, com um aumento de 254% em 1895. Este aumento é devido à Bernhard Rodenburg, que se associa à Conrad Martfeld e Guilherme Riegner, antigos empregados da Dannemann, fornecendo os ..... 200:000$000 Réis de capital da sociedade![19]

A partir de 1896, algumas empresas aumentar seus capitais, e os sócios da Francisco Cardoso e Silva fundam uma nova sociedade, a Cardoso e Reis, tornando-se possuidores de uma considerável parcela do capital de brasileiros e de portugueses investidos em fumo, ou seja Francisco Cardoso e Silva possuía 21% do capital de brasileiros e seu sócio, José Gonçalves d'Oliveira Reis, 21% do capital de portugueses, no ano de 1897.

Várias firmas alemãs, sucessoras (*vide gráficos*) declaram seus capitais no ano de 1899, decorrendo daí o elevado capital observado. Por exemplo, Carl Domschcke, Christoph Martin Stumpe, Georg Hoyer, Hermann Overbeck, Wilhelm Hartkopp, Fritz Schroeter, Theodor von der Linde, entre muitos outros, aumentando em 278% do capital de alemães.

Nas firmas de proprietários brasileiros, mereceu também destaque nos últimos cinco anos do século a A. Guimarães & Cia., existindo a partir de 1896, com um capital de 250:000$000 Réis.[20] Transformou-se depois na Plínio Moscoso, cujas sucessões alcançam os nossos dias.

Neste pequeno grupo que dominava o comércio de fumo na Bahia, o alemão tinha um papel significativo. As firmas pequenas, de capital diminuto, extinguiam-se pouco tempo depois de fundadas ou passavam a trabalhar exclusivamente para outras firmas maiores, na compra de gêneros de exportação ou no comércio de enfardação de fumo.

= Em 1900, a maior fábrica de charutos do Rio Grande do Sul, a Poock & Cia., abre uma filial em Cachoeira, com um capital de 600:000$000 Réis, dos quais 30:000$000 cabiam ao seu principal acionista e fundador, Gustava Poock. Dos ..

[19] Livro de Contratos e Distratos, 1895.
[20] Livro de Contratos e Distratos, 1896.

962:500$000 Réis computados em "outras nacionalidades", 60% eram de acionistas da referida firma.[21] Em 1912, a Poock & Cia. se converte em Sociedade Anônima, com um capital de ..... 1.500:000$000 Réis, distribuídos entre os acionistas da empresa; Brasilianische Bank fuer Deutschland, Banco da Província, W. Lawson (inglês) e outros acionistas sem identificação de nacionalidades, cuja quantia era de 1.186:000$000 Réis, ou 71% do capital computado em nacionalidades outras e desconhecidas.[22] O decréscimo verificado nesta coluna no ano de 1916, foi motivado pelo fechamento da Companhia de Charutos Poock, Seção Bahiana.[23] O capital total das firmas de 1900 a 1909 forneceu o seguinte resultado:

1900	*4.492:330$000*
1901	*4.118:070$000*
1902	*4.056:070$000*
1903	*4.220:070$000*
1904	*3.985:470$000*
1905	*3.878:069$000*
1906	*4.017:469$000*
1907	*4.382:469$000*
1908	*4.718:469$000*
1909	*4.758:469$000*

Capital que era distribuído da seguinte maneira:

ANOS	*ALEMÃES*	*BRASILEIROS*	*PORTUGUESES*	*ITALIANOS*	*OUTRAS NACIONALIDADES E DESCONHEC*
1900	*1.585:000$*	*1.004:290$*	*940:540$*	*-*	*962:500$*
1901	*1.055:000$*	*665:030$*	*1.158:040$*	*-*	*1.240:000$*
1902	*1.385:000$*	*721:030$*	*712:040$*	*-*	*1.238:000$*
1903	*1.470:000$*	*908:030$*	*604:040$*	*-*	*1.238:000$*
1904	*1.410:000$*	*880:030$*	*522:040$*	*-*	*1.173:400$*
1905	*1.405:000$*	*948:020$*	*382:040$*	*-*	*1.243:000$*
1906	*1.530:000$*	*787:029$*	*382:040$*	*50:000$*	*1.268:400$*
1907	*2.080:000$*	*602:029$*	*382:040$*	*50:000$*	*1.268:400$*
1908	*2.030:000$*	*862:029$*	*508:040$*	*50:000$*	*1.268:400$*
1909	*2.030:000$*	*917:029$*	*508:040$*	*50:000$*	*1.253:400$*

[21] Livro de Contratos e Distratos, 1900.
[22] Livro de Contratos e Distratos, 1912.
[23] Livro de Contratos e Distratos, 1916.

De 1880 a 1902, o capital registrado pela Dannemann é de 100:000$000 Réis, tornando evidente que o capital social é apenas uma medida legal adotada pelas firmas para constituí-las. Muitas, só registravam aumentos de capital, quando os investimentos dos seus negócios exigiam que o mesmo fosse mais elevado.

No ano áureo da exportação, a Dannemann ampliou seu capital de 100:000$000 para 500:000$*, isto é, 500%. A partir desta data, altera mais freqüentemente seu capital *(vide tabela da Dannemann, em anexos)* até que em 1922 associa-se com a Stender & Cia., formando a Cia. de Charutos Dannemann, com 3.100:000$000 de capital, um dos mais elevados capitais de firmas observados[24] Entre seus acionistas, encontrava-se Epiphanio José de Souza, nome que se tornou comum no comércio do fumo a partir de 1879, data em que aparece pela primeira vez, na Agostinho Froes da Motta. A firma passou por várias sucessões; Souza e Cia. (1903-1905), Agostinho Froes da Motta & Cia. (1905-1911), Motta & Souza (1911-1920), Epiphanio José de Souza, (1920-1925), Epiphanio Souza & Cia. (1920- ?). Em 1936, era citada por José Castro[25] como uma das nossas firmas exportadoras. Epiphanio era ainda sócio da Lopes & Souza, que se converteu, em 1927, em Souza Miranda & Cia. Esta firma tem suas origens no ano de 1902, como Lopes Miranda & Cia, composta das sociedades Milhazes & Reis, Souza & Cia, Joaquim Pacheco de Miranda, Vicente Ferreira de Farias, José Joaquim Vieira Lopes, José Emídio da Costa Falcão, todos proprietários de outras firmas.

Em 1929 as firmas Souza Miranda & Cia. (sucessora da Lopes & Souza), Hannibal Pedreira & Cia. (sucessora da Hannibal Pedreira, 1924-1928), Cia. de Charutos Dannemann e a Falcão & Cia, associam-se na Pedreira Souza & Cia. Ltda, cujo maior capital era fornecido pela Dannemann, na importância de 70:000$000 Réis, com o objetivo de preparar e vender mangotes, a grosso, no Brasil e no estrangeiro.[26]

Formando uma extensa cadeia, os comerciantes se

---

[24] Livro de Contratos e Distratos, 1922.
[25] Castro, José de. O Estado da Bahia. Rio de Janeiro, 1936. p 73.
[26] Livro de Contratos e Distratos, 1929.
* Vide Errata

ramificavam, se entrelaçavam nos seus vários negócios, eram sócios ao mesmo tempo de diversas firmas, resultando no final um grupo reduzido que detinha o controle do comércio de fumo.

Muitas sociedades citavam como sede os seus escritórios de Salvador, quando na verdade, as atividades principais de compra e venda do produto eram realizadas nas filiais, localizadas na zona fumageira.

Como já foi dito, os nomes dos componentes do grupo que comercializava com fumo se repetiam por consecutivas décadas. Entre eles, encontramos o nome Yezler, presente no comércio fumageiro até 1909.

No ano de 1859, Avé-Lallemant, referindo-se à ativa fabricação de charutos existente nas cidades de Cachoeira e S. Félix, diz que a serraria de Lucas Yezler produzia 7.000 a 8.000 caixas de charutos, "que vão ser utilizadas exclusivamente, para o acondicionamento de charutos fabricados em S. Félix, Cachoeira, a vizinha Muritiba, e outras localidades da redondeza".[27]

Aristides Milton informa que, o primeiro cemitério acatólico, da então Província, foi construído em 1853 por Lucas Yezler em S. Félix.[28] Posteriormente iniciou Lucas Yezler, ao lado do trabalho da serraria, o comércio com fumo.

A firma teve vários sócios, adotou diferentes razões sociais, até que em 1926, o seu último proprietário, Rodolfo Gaeschlin, declara a falência.[29]

Observa-se que no ano de 1901, o capital português passa por um acréscimo de 12%. José Gonçalves d'Oliveira Reis, já citado, detinha 43% do capital de portugueses neste ano.

---

[27] Avé-Lallemant, Robert. Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859. Rio de Janeiro, 1961. p 63.
[28] Milton, Aristides. Ephemerides Cachoeiranas. Bahia, 1903. p 311
[29] Livro de Registros de Firmas Comerciais, 1927.

A partir de 1906, verifica-se a introdução do elemento italiano no comércio de exportação de fumo e outros produtos do país. Sendo o fumo plantado nas mais diferentes zonas do Estado, não se deve considerar exclusivamente como firmas exportadoras do produto as estabelecidas nas chamadas zonas fumageiras. É necessário considerar que muitos estabelecimentos, não comunicando com regularidade as filiais existentes, dificultam a identificação das regiões, onde os mesmos comercializavam. A maioria dos italianos tinha a sede de suas firmas em Jequié, dedicadas ao comércio de compra e venda de gêneros do país, "tais como, fumo, café e outros produtos..."

Em 1907, Gerhard Dannemann retorna à Europa, entrando na firma seu filho Gerhard Dannemann Jr., com ..... 150:000$000.[30] Quando, em 1908, Ludwig Krueder também retorna à Europa, assume a direção da firma Johann Adolph Jonas.[31] Após a morte de Gerhard Dannemann (1921), seus filhos nascidos no Brasil, entram na sociedade como sócios, nela continuando após a transformação da firma em Companhia de Charutos Dannemann. O fato de brasileiros, filhos de alemães, com capital social que foi naturalmente considerado como nacional, apresenta também, outra distorção que ocorre, acrescendo o capital de brasileiros, quando, na verdade, tais proprietários continuavam sócios de firmas alemãs, mantendo estreitos laços com a terra de seus pais, não perdendo as firmas a nacionalidade anterior. Para mostrar o quanto era considerável a quantidade de brasileiros, filhos de alemães, a partir de 1914, exemplifiquemos em percentagem a participação destes no capital de brasileiros.

---

[30] Livro de Contratos e Distratos, 1907.
[31] Livro de Contratos e Distratos, 1908.

1914	cerca de	9%	1921	cerca de	18%
1915	cerca de	6%	1922	cerca de	14%
1916	cerca de	6%	1923	cerca de	14%
1917	cerca de	7%	1924	cerca de	14%
1918	cerca de	6%	1925	cerca de	14%
1919	cerca de	3%	1926	cerca de	13%
1920	cerca de	2%	1927	cerca de	12%
			1928	cerca de	11%
			1929	cerca de	10$
			1930	cerca de	7%

Demonstremos as cifras da década 1910-1919:

	Capital Total
1910	4.504:590$000
1911	5.020:590$000
1912	5.975:070$000
1913	6.814:870$000
1914	6.839:810$000
1915	7.249:370$000
1916	5.613:610$000
1917	5.709:540$000
1918	6.369:610$000
1919	9.727:450$000

Deste total correspondiam a cada nacionalidade:

ANOS	ALEMÃES	BRASILEIROS	PORTUGUESES	ITALIANOS	OUTRAS NACIONALIDADES E DESCONHE.
1910	1.964:000$	1.068:950$	483:140$	300:000$	688:500$
1911	1.970:000$	1.027:950$	465:140$	300:000$	1.257:500$
1912	2.180:000$	1.321:600$	495:140$	311:410$	1.666:920$
1913	2.965:000$	1.275:600$	475:140$	311:410$	1.787:720$
1914	2.823:000$	1.385:650$	536:340$	311:410$	1.782:720$
1915	2.823:690$	1.940:650$	411:000$	311:410$	1.762:620$
1916	2.555:690$	1.870:650$	510:240$	311:410$	365:620$
1917	2.555:620$	1.774:650$	481:240$	261:410$	636:620$
1918	2.635:690$	2.114:650$	481:240$	261:410$	876:620$
1919	2.236:830$	2.429:350$	481:240$	1.391:410$	3.188:620$

De 1920 a 1930, as firmas passam por muitas alterações. Em 1923, morre Ferdinand Suerdieck, e August Suerdieck amplia seu capital de 353:692$000, para 1.200:000$000 Réis, entrando, além disso na sociedade, Gerhard Meyer, com o capital de 25:000$000 Réis.[32] As transformações ocorridas na Dannemann & Cia., Stender & Cia., e na Suerdieck & Cia., explicam em grande parte os acréscimos verificados a partir de 1923. Um dos maiores exportadores do período considerado era Wilhelm Overbeck, autor do livro tantas vezes citado, "Fuenfzig Jahre Deutscher Verein Germania und Deutschtum in Bahia", nele registrando que a partir de 1922, a Wilhelm Overbeck & Cia. foi transformada em Companhia Comercial Overbeck.[33] Um documento da firma, relatando a história da mesma desde a época de Laporte, confirma a transformação da firma W. Overbeck & Cia. em Companhia Comercial Overbeck, até a data de 1930, quando, depois da saída do sócio Hans Steinbach, a firma retoma sua antiga razão social de W. Overbeck & Cia.[34]

Os documentos sobre a firma existente na Junta Comercial, revelam que em 27 de dezembro de 1921 foi criada a citada companhia com um capital de 800:000$000 Réis, dividido em 800 ações de 1:000$000 cada, participando Wilhelm Overbeck com 433 ações, Hans Steinbach, com 250, Hans Kolbe, 80, Eduardo DinizGonçalves, Wilhelm Huelsen e E. Brandmueller 10 cada, Euthymio da Cruz Baptista, 5, Eduard Ahrns e Odylon Santos, 1 ação cada, perfazendo o capital acima mencionado.[35] Esta sociedade extinguiu-se em 27 de junho de 1928, quando todo o seu acervo passou à Overbeck Steinbach & Cia. Ltda, conforme documento da mesma firma.[36] Curioso notar que na data em que foi extinta a Companhia Comercial Overbeck, a Overbeck Steinbach & Cia. Ltda. ainda não existia, pois, a mesma, só foi criada em 10 de julho de 1928, 13 dias depois do distrato daquela sociedade.[37] A Overbeck, Steinbach & Cia. Ltda. existiu até 1929. Os contratos referentes à firma W. Overbeck & Cia., sucessora da Overbeck & Hoyer, revelam que na alteração do contrato de 1910, arquivada na Junta Comercial em 7 de janeiro de 1911[38] em que se constituiram sócios Wilhelm Overbeck,

[32] Livro de Contratos e Distratos, 1923.
[33] Overbeck, Wilhelm. Fuenfzig Jahre Deutscher verein Germania und Deutschtum in Bahia. Berlin, 1923. p 173
[34] Idem. Notizen ueber den Werdegang der Bahia Tabackesportfirma Laporte Overbeck. s/d.
[35] Livro de Contratos e Distratos, 1921.
[36] Livro de Contratos e Distratos, 1928. v. 42.
[37] Livro de Contratos e Distratos, 1928. v. 41.
[38] Livro de Contratos e Distratos, 1924.

(titular) e Hans Steinbach; foram admitidos como sócios, em 1923, Julius Wilhelm Kullenkampff e Friedrich Martin Victor (importadores de Bremen). Em 1929, Hans Steinbach se retira da firma, entrando como sócio Kurt Stuckenschmidt.[39]

Com capitais e sócios diferentes, tudo leva a crer, que na verdade, existiram durante algum tempo simultaneamente a Wilhelm Overbeck & Cia. e a Companhia Comercial Overbeck. Uma outra prova de que a W. Overbeck & Cia continuou existindo é a alteração do contrato de 14/11/29 em que um sócio se retirou e um outro entrou na sociedade.

Durante a guerra, o capital das firmas alemãs manteve-se mais ou menos equilibrado. Não se verifica a grande perda de capital tantas vezes citada. Quando houve prejuízos, e deve naturalmente ter havido, as firmas conseguiram superá-los, pois não houve queda de capital.

Infelizmente não podemos evitar as lacunas nas informações. Muitos dados não foram localizados, impedindo as vezes de acompanhar o desenvolvimento das empresas. Por exemplo: Francisco Marques de Goes Calmon diz que "em 12 de agosto de 1892, Eudoro Tude de Souza e Plínio Tude Souza, moradores de Amargosa, zona de Nazareth, constituiam a firma Tude Irmão & Cia., com o capital de 4.000$000".[40] Luiz Henrique Dias Tavares se refere à existência da fábrica de cigarros Etude, em Nazaré, com escritório em Salvador.[41] Encontramos pedidos de registro de marcas da E. Tude em 1920, tendo sido localizado em 1905 um documento (Contrato) da Tude Irmão & Cia.. Em 1913, Eudoro Tude de Souza se retira da sociedade, recebendo 1.300:000$000 por conta dos lucros e capital".[42] O contrato nada dizia sobre a nacionalidade dos sócios, e como não encontramos referências seguras sobre elas, preferimos colocar o capital dos mesmos na coluna correspondente a proprietários de nacionalidades desconhecidas. Seus sócios eram também proprietários da Tude Souza & Cia., com filial em Paris, constituída em 1919, com um capital de 300:000$000 Réis".[43] Neste mesmo ano o capital de italianos cresce em 532%. Contribuiram para o aumento verificado, Miguel Bartilotti, sócio nas duas

[39] Livro de Contratos e Distratos, 1929.
[40] Calmon, Francisco Marques de Goes. Ensaio de Retrospecto sobre o commércio e a vida Econômica e Commercial da Bahia de 1823-1900. In: Diario Oficial da Bahia. Edição do Centenário, 1923.
[41] Tavares, Luis Henrique Dias. O Problema da Involução Industrial da Bahia. Bahia, 1966. p 16.
[42] Livro de Contratos e Distratos, 1913.
[43] Livro de Contratos e Distratos, 1919.

sociedades, Tude Irmão & Cia. e Tude Souza & Cia., em um total de 550:000$000 Réis, e a alteração no capital da Scaldaferri Irmãos, de 200:000$000 Réis para 600:000$000 Réis. Esta firma era por sua vez sócia capitalista da Alamiro Rossi & Cia., constituída em 1919 com capital de 80:000$000, dos quais 50:000$000 eram por ela fornecidos. Por fim, temos a contribuição da Braz Barbieri, em Maracás, com um capital de 50:000$000 Réis. O grupo formado de poucos proprietários, perfazia o total de 1.280:000$000 Réis.

Nos últimos 11 anos, o capital total das firmas revelou as seguintes quantias:

1920	*11.782:720$000*
1921	*11.874:810$000*
1922	*15.198:690$000*
1923	*15.643:000$000*
1924	*15.125:170$000*
1925	*15.642:000$000*
1926	*17.435:000$000*
1927	*17.305:000$000*
1928	*19.506:000$000*
1929	*21.477:400$000*
1930	*20.671:400$000*

Distribuia-se entre as nacionalidades da seguinte maneira:

ANOS	*ALEMÃES*	*BRASILEIROS*	*ITALIANOS*	*PORTUGUESES*	*OUTRAS NACIONALIDADES E DESCONHE.*
1920	*2.031:690$*	*3.931:000$*	*1.561:410$*	*574:000$*	*3.684:620$*
1921	*3.078:690$*	*4.494:000$*	*1.491:500$*	*514:000$*	*2.296:620$*
1922	*4.668:690$*	*5.586:000$*	*1.430:000$*	*664:000$*	*2.850:000$*
1923	*5.670:000$*	*5.724:000$*	*1.430:000$*	*664:000$*	*2.155:000$*
1924	*5.485:000$*	*5.701:000$*	*1.480:000$*	*334:000$*	*2.175:000$*
1925	*5.710:000$*	*5.628:000$*	*1.720:000$*	*334:000$*	*2.250:000$*
1926	*6.399:000$*	*6.212:000$*	*2.315:000$*	*324:000$*	*2.185:000$*
1927	*5.729:000$*	*6.657:000$*	*2.235:000$*	*349:000$*	*2.335:000$*
1928	*7.090:000$*	*8.176:500$*	*1.835:500$*	*349:000$*	*2.055:000$*
1929	*7.560:000$*	*8.541:500$*	*2.771:900$*	*349:000$*	*2.255:000$*
1930	*6.140:000$*	*9.190:500$*	*2.816:900$*	*349:000$*	*2.175:000$*

Em 1928, o capital da Overbeck, Steinbach & Cia. (1.200:000$000)[44] e o desligamento de Wilhelm Behrmann de seu antigo sócio Ludwig Holzgrefe, constituindo uma firma individual (600:000$000)[45], são as causas mais destacadas do aumento de capital dos alemães.

Nos três últimos anos, os brasileiros aumentam consideravelmente seus capitais. Esses aumentos foram o resultado de capitais de algumas firmas, como a Luiz Barreto Filho, por exemplo, com um capital de 1.000:000$000, dos quais 800:000$000 eram fornecidos por Luiz de Oliveira Barretto Filho e 200:000$000 pela firma uruguaia Julio Mailhos, a Plinio Moscozo & Cia. que ampliou seu capital para 1.000:000$000, como também pela fundação de uma nova firma por 2 sócios da última citada, a Moscozo & Cia., formada de Plinio Moscozo (com capital de 500:000$000) e Eurico Moscozo (100:000$000), além da ampliação de capital da Hannibal Pedreira & Cia., de .... 50:000$000 para 200:000$000 Réis.

É evidente que o grupo não sofreu muitas alterações na sua composição. São sempre os mesmos nomes, Milhazes, Reis, Vieira de Mello, Epiphanio José de Souza, José Gonçalves d'Oliveira Reis, Dannemann, Suerdieck, Domschcke, etc.. que se repetem ou influenciam a estrutura de capital das firmas.

O grupo mais inconstante e de capital mais baixo era o formado por proprietários de firmas que comercializavam com fumo como intermediárias das firmas maiores, ou aquele grupo de pequenos comerciantes dedicados a uma série de pequenos negócios. Alguns proprietários possuiam individualmente a soma de vários destes comerciantes.

Já tendo sido abordado em outros capítulos a penetração do Trust anglo-americano do fumo através da Souza Cruz, mantivemos, para efeito de comparação do quanto representava o capital da Souza Cruz no comércio de fumo na Bahia, o seu

---

[44] Livro de Contratos e Distratos, 1928.
[45] Livro de Registro de Firmas Comerciais, 1928.

capital isolado das demais firmas. Em janeiro de 1914, foi constituída a sociedade com um capital de 4.000:000$000 Réis, representados por 20.000 ações de 200$000 Réis cada.

A ata da reunião da constituição da firma, presidida pelo conde de Avellar, documenta que Albino de Souza Cruz entrou para a sociedade como sócio, com o capital formado pelos terrenos, construções, máquinas de sua propriedade situados à rua Conde de Bonfim número 1.181.

O "stock de fumos, cigarros, carteiras e mais pertences para cigarros, patentes e marcas registradas, e bem assim com todos os haveres, activo e passivo, que pertenciam à firma Souza Cruz & Cia., que se compunha do socio solidario Snr. Albino de Souza Cruz e do de industria Snr. Adolpho Guimarães Costa, e hoje pertencem exclusivamente ao Snr. Albino de Souza Cruz por força do distracto social archivado na Junta Commercial..."

Na valiação dos bens de Albino de Souza Cruz, para a formação da nova sociedade foram apurados os seguintes valores:

Ativo	*2.934:621$012 Réis*
Passivo	*1.149:194$420 Réis*
Diferença	*1.785:427$292 Réis*

Valor das diversas marcas registradas na Junta Comercial, patentes, privilégios:

1.554:572$608 Réis

Valor dos imóveis situados à rua Conde do Bonfim, com exceção da fábrica de fósforos, que entrou no balanço do ativo e passivo acima mencionados:

600:000$000 Réis

Valor do capital com que o Sr. Albino de Souza Cruz entrou para a Companhia:

3.940:000$000 Réis

Em anexos vem a descrição dos imóveis e outras informações, aqui sem maior interesse.

Nos estatutos da Companhia "Souza Cruz", não se encontram maiores elucidações sobre distribuição de capital, número de ações, e outras informações que esclarecem sobre a vida comercial das firmas. Diz que o "objeto da Companhia é a exploração de fumos, cigarros, phosphoros, e artigos para fumantes, podendo estender a exploração a outros ramos de negócio". Estabelece o prazo de 50 anos de duração a contar da data da aprovação dos estatutos. Sobre o capital, nada mais é acrescentado além do que já foi explanado; a participação de Albino de Souza Cruz e, algum esclarecimento extra sobre as ações, sem maior importância tais como: "as ações serão nominativas ou ao portador, à vontade do subscritor, não podendo, porém, depois sofrer modificações". No caso de aumentos de capital os acionistas terão preferencia na distribuição das novas acções na proporção das ações que possuirem,...." A Companhia não admite divisibilidade das suas acções e só reconhece um proprietário por cada uma".[46]

No capítulo II sobre a administração, estipula-se que a companhia será administrada por 3 diretores: Presidente, Secretário, Tesoureiro, eleitos em Assembléia Geral, por voto secreto, e maioria de números de votos. A duração do mandato era de 3 anos, podendo ser renovado. A caução de cada diretor era de 50 ações. O documento trazia ainda outras informações sobre as incumbências dos diretores, assim como seus vencimentos mensais. Interessante que nada mais diz sobre a divisão do capital que sendo na importância de 4.000:000$000 Réis continuava, portanto, quase que em mãos de Albino de Souza Cruz.

Na Junta Comercial de Salvador, no Livro de Contratos e Distratos de 1924, consta a constituição da sociedade.

---

[46] Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Documentos da Cia. Souza Cruz, arquivado sob o nº 3.996 de 19 de março de 1914.

Os Estatutos da Companhia relatam sobre alterações sofridas no contrato anteriormente citado, em 12 de janeiro, 11 e 17 de fevereiro de 1915. O capital da sociedade no ano de 1924 era de Rs. 6.500:000$000 representado por 32.500 ações no valor de 200$000 cada. As outras cláusulas repetem mais ou menos as do contrato de 1914, ocupando cargos de direção das firmas: Albino de Souza Cruz (presidente), F. A. Parkinson (vice-presidente), Luiz Bezamat (secretário), Herbert Moses (assistente), R. D. Simpson (tesoureiro), João de Carvalho Macedo Junior, Alfredo de Carvalho Macedo, Conde de Avelar (fiscais) e N. A. Clark, sem função especificada.

A partir de 1924, o capital da Souza Cruz será o mais elevado entre todas as outras firmas individuais. A Dannemann, com seu capital de 3.100:000$000, representava cerca de 48% do capital da Souza Cruz.

Os alemães conseguiram durante os 60 anos estudados manter o comércio de fumo em mãos, fato que se verifica não só através do capital de suas firmas, mas também pelo grau de estabilidade das mesmas, tempo de duração e as ramificações e controle exercidos no comércio.

Convém reafirmar que o elevado capital de brasileiros, constituído de firmas exportadoras era empregado em firmas que ocupavam-se também do cacau, se constituindo no principal, ou pelo menos, em um destacado produto de exportação.

As manufaturas de alemães foram pouco a pouco atingidas por outros grupos financeiros, mas a exportação, ao que tudo indica, permanece até os nossos dias controlada, em grande parte, por firmas sediadas em Bremen e Hamburgo.

8. C O N C L U S Ã O

C O N C L U S Ã O

Produto importante na exportação do Estado, o fumo sempre teve sua economia dominada por grupos estrangeiros. Embora a exportação, manufatura e comércio do produto tenham gerado rendas consideráveis e desempenhado um papel de destaque em todo o decorrer da economia baiana, da Colônia até os nossos dias, sua contribuição ficou singularmente limitada para fomentar o crescimento de rendas das regiões produtoras e propiciar mudanças estruturais relacionadas ao desenvolvimento das mesmas regiões e do Estado em geral. Em decorrência disto, tendo findado o período áureo das manufaturas, as zonas fumageiras não adquirem um desenvolvimento econômico substancial e duradouro.

A distribuição dos lucros entre o pequeno grupo que dominava o comércio de fumo não possibilitou o crescimento da renda da população do Recôncavo, principal zona produtora: quando ocorreram os fechamentos das manufaturas e na medida em que a Bahia perdeu o lugar de primazia como exportadora do produto, a região entrou em declínio, provando que o crescimento observado na época de prosperidade da cultura não foi suficiente para promover o desenvolvimento auto-sustentado.

O aumento da renda propiciado por uma produção elevada, os bons preços conquistados nos mercados internacionais, as boas condições das safras contribuiram para o enriquecimento das firmas exportadoras e do grupo que mantinha seu controle. A situação dos lavradores, ao que tudo indica, permanece inconstante e dependente destas firmas. Seria

necessário desenvolver estudos, a fim de se verificar quanto da riqueza produzida pelo fumo permaneceu no país, supondo que, sendo um monopólio de firmas estrangeiras, o maior percentual dos lucros é por elas absorvido.

Deste modo, o comércio de fumo contribuiu para que a renda gerada pela exportação e manufaturas do produto coubesse àqueles que controlavam seu comércio.

Várias firmas de brasileiros dedicaram-se também ao comércio exportador, participando do grupo que auferia os lucros proporcionados pela exportação.

A permanência de um só grupo dominando o comércio de fumo fazia com que as rendas provenientes da comercialização do produto se concentrassem, em uma minoria, não havendo uma distribuição dos lucros entre a população que se ocupa do seu cultivo. Embora tenha provocado surtos de crescimento, foram de efeito limitado, sem possibilidades de continuidade e expansão. As manufaturas, decorrentes do comércio exportador, permaneceram ainda por muitos anos em mãos alemãs, até que, ao que tudo indica, foram absorvidas pelo Trust internacional do fumo.

A produção elevada da Bahia e as diversas espécies de fumo exportado tornaram conhecidos os nomes do Estado e das cidades do Recôncavo, como importantes centros produtores, desconhecendo a população que ali vive o quanto é importante a sua contribuição para a economia do Estado e os altos lucros auferidos pelas firmas exportadoras das produções de suas "Roças".

Rômulo Almeida, no seu artigo, "Traços da História Econômica da Bahia no Último Século e Meio", denuncia que a lavoura no século XIX, "vivia nas mãos dos grandes importadores estrangeiros, situação que continuou constante, sobretudo pela instabilidade natural dos preços dos produtos agrícolas de exportação..."[1]

---

[1] Almeida, Rômulo. Traços da História Econômica da Bahia no Último Século e Meio. In: Revista de Economia e Finanças, 1952, n 4. p 61

Como vimos, as firmas importadoras e as de exportação diretamente ligadas ao comércio exterior interferiam no cultivo, na fixação dos preços, nas leis de importação e exportação do fumo.

A cadeia de controle e influência mostrava-se subdividida em vários elos, que se uniam no dominador final: o comércio exterior. Formando os elos de ligação, existiam os intermediários, agentes, comissários, que compravam, via de regra, o fumo dos lavradores e o revendiam para as firmas exportadoras, as quais, por sua vez, embarcavam o produto para a Europa, destinando-o às importadoras, com as quais eram associadas.

Ocupando um grande contingente humano, o comércio de fumo e de seus produtos serviram de base "para a prosperidade de muitos municípios, tirando o Governo avultadissimas somas em impostos"[2].

Antonio de Barros Castro, no seu estudo sobre economia brasileira, demonstra com clareza e lucidez o quanto "as regiões exportadoras de produtos primários têm no fator exógeno, demanda externa, a variável que as mobiliza e determina o ritmo a que crescem. A estruturação interna de tais regiões é determinada, primordialmente, pelas características maiores da sua atividade exportadora e condicionada por fatores vários, de natureza histórico-geográfica"[3].

Procuramos formar um quadro do comércio fumageiro, realizando o levantamento das firmas que comercializavam com o produto e seus respectivos capitais, as relações existentes entre elas e seus proprietários, o entrelaçamento dos membros do grupo, a permanência destes no comércio fumageiro através das firmas e suas sucessoras, a fim de chegarmos a resultados sobre a estrutura econômica do grupo que controlava o comércio de fumo na Bahia.

---

[2]Bondar, Gregório. Fumo na Bahia. In: Diário Official. Edição do Centenário. Bahia, 1923.
[3]Castro, Antônio Barros. Ensaios sobre a Economia Brasileira. Rio de Janeiro - S. Paulo, 1972. vol. I. p 26

Procuramos também investigar qual a causa da decadência das famosas manufaturas de fumo do Estado, sediadas, na sua maior parte, no Recôncavo, quando o Estado continua a ser um importante contribuinte na exportação de fumo em folhas.

A primazia da Alemanha foi evidenciada, através de suas firmas e bancos que desempenharam um papel importante na vida comercial do Estado, particularmente do Recôncavo, através de financiamentos, empréstimos, créditos, representações de companhias de seguros e de navegação.

O tipo de comércio desenvolvido propiciava o surgimento de contratos e acordos que regulavam e sustentavam a "posição quase monopolista" de Bremen no comércio de fumo da Bahia, e naturalmente do Brasil, visto que a Bahia se constituía na maior exportadora do produto.

As casas exportadoras, exercendo um controle sobre o que se constituía a principal atividade econômica do Estado, a exportação de produtos primários, tornar-se-iam poderosas e influentes na vida comercial da Bahia através das influências nela exercidas.

A decadência das manufaturas encontra no Trust internacional o causador do seu declínio. No dizer de Goerrig, este sistema de encadeamentos de companhias de mães, filhas e netas, cujo estado financeiro não é reconhecido pelo elemento que se acha fora do sistema, "minava" as forças de seus concorrentes *; não tendo sido possível às manufaturas de fumo na Bahia uma resistência duradoura.

O tipo de sistema econômico existente no Brasil, baseado na exportação de produtos agrícolas, criava uma dependência para com o mercado externo. A economia do fumo, estreitamente vinculada a este mercado, controlada pelas firmas exportadoras e, indiretamente, pelas importadoras, foi, durante todo o tempo, delas dependente e por elas condicionada.

---

*Goerrig, Rudolf. Der Tabaktrust und seine Gefahren fuer Deutschland. Dresden, 1913. p 4.

F O N T E S U T I L I Z A D A S

OBRAS CONSULTADAS

I M P R E S S O S

ACHTERMANN, Carl. Der Entwicklungsgang der Bremischen Zigarrenindustrie und soziale Lage der Bremischen Zigarrenheimarbeiter. Universidade de Goettingen, 1921.

AGUIAR, Pinto. Ensaios de História e Economia. Salvador, Livraria Progresso Editora, 1960.

----. Aspectos da Economia Colonial. Salvador - Bahia, Coleção de Estudos Brasileiros, 1957.

ALBANO, João Pitangui. O Fumo e sua Cultura. Bahia, 1927.

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. Memória sobre a Cultura do Tabaco. Salvador - Bahia, Typographia do Diario, 1835.

ALMEIDA, Rômulo. Traços de História Econômica da Bahia no Último Século e Meio. In: Revista de Economia e Finanças. Instituto de Economia e Finanças da Bahia. Ano IV, v. 4, n 4, 1952.

AMARAL, Hermenegildo Braz do. História da Bahia do Império à República. Salvador - Bahia, Imprensa Official do Estado, 1923.

AMARAL, José Alvares do. Resumo Cronológico e Notioso da Província da Bahia, Salvador - Bahia, Imprensa Official do Estado, 1922.

ANDRADE, Manuel Correia de. Considerações Geo-Econômicas sôbre a Cultura do Fumo no Brasil. In. Boletim Geográfico. Ano XXI. v. 173, março-abril. Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, 1963.

ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas. São Paulo, Ed. Companhia Melhoramentos, 1923.

ANIBAL, Carlos. A Cultura do Fumo na Bahia. In: Boletim da Secretaria da Agricultura; Industria e Comercio do Estado da Bahia. Ano 45, Segunda Fase, 4. Salvador, 1949.

ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2a. sessão ordinária da 13a. legislatura pelo dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão governador do Estado. Bahia, Imprensa Official, 1916. 5

ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1a. sessão ordinaria da 14a. legislatura pelo dr. Antonio Ferrão Muniz Aragão governador do Estado. Bahia, Imprensa Official, 1917.

ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2a. sessão ordinaria da 14a. legislatura pelo dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão governador do Estado. Bahia, Imprensa Official, 1918.

ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1a. sessão ordinária da 1a. legislatura pelo dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão governador do Estado. Bahia, Imprensa Official, 1919.

ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. Exposição apresentada pelo dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão ao passar, a 29 de março de 1920, o governo da Bahia ao seu sucessor o exm. sr. dr. José Joaquim Seabra empossado nesse dia no cargo de governador do Estado no quatrienio de 1920 a 1924. Bahia, Imprensa Official.

ARNIM, Volkmar von Die Welttabakwirtschaft. In: Kieler Studien 45. Kiel, 1958.

ARNIZAU, José Joaquim de Almeida. Memória Topographica, Commercial e Politica da Villa de Cachoeira. In: Revista do Instituo Geográfico, e Histórico da Bahia. v XXV

ASCHENBRENNER, H. e Stahl, Guenther. Handbuch des Tabakhandels. Berlin, 1944.

AVÉ-LALLEMANT. Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859. v 1. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1961.

AZAMBUJA, José Bonifácio Nascentes de. Relatório com que o excellentissimo senhor doutor José Bonifácio Nascentes de Azambuja passou a administração da província ao excellentissimo senhor vice-presidente desembargador Antonio Figueiredo Rocha, no dia 26 de julho de 1868. Bahia, Typographia de João Gonçalves Tourinho, 1868.

AZEVEDO, J. Lúcio de. Épocas de Portugal Econômico. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1929.

AZEVEDO, Thales de, e LINS, E. Q. Vieira. História do Banco da Bahia. 1858-1958. Rio de Janeiro. Ed. José Olympio, 1969.

BARBOSA, Mário Ferreira. Notícia História e Informações Estatísticas do Estado da Bahia. Bahia, Imprensa Oficial, 1932.

------. Economia e Finanças. Cifras e Notas do Estado da Bahia. Bahia, Impresa Oficial, 1932.

------. A Bahia Através de Cem Anos. In: Diário Oficial. Edição do Centenário. Bahia, 1923.

------. O Estado da Bahia - seu valor e as suas possibilidades econômicas. Bahia, Imprensa Oficial, 1931.

BARBOSA, Mário Ferreira. Páginas Econômicas. Bahia, Imprensa Oficial, 1934.

BECKER, L. Die Tabakfabrikation in der alten und neuen Welt. Bremen, 1878.

Bericht der Bremen Bezirks-Kommission der Reich-Enquete ueber den Tabackbau, die Tabackfabrikation und den Tabackhandel. Bremen, 1878.

Bericht der Deutschen Tabakhandels Gesellschaft. Bremen, 1916.

BESSELL, Georg. Gebrueder Kullenkampff, 1806-1956. Geschichte eines Bremer Handelshauses. Bremen, 1956.

BEUTIN, Ludwig. Drei Jahrhunderte Tabakhandel in Bremen. Sttugart u. Berlin, 1937.

BIERMANN, F. C. Tabak-Handel und Verarbeitung, (Vortrag). Bremen, Grube & Dathe, 1910.

BONDAR, Gregorio. Fumo na Bahia. In: Diário Oficial. Edição do Centenário. Bahia, 1923.

BORGIUS, W. e GOTHEIM. Handelsvertragsverein. Berlin, 1904.

BRITO, João Rodrigues de. Cartas Econômico-Políticas sobre a Agricultura e Commercio da Bahia. Bahia, Imprensa Official, 1924.

BROSE, Hanns. W Die Zigarre als Markenartikel, Ein in Deutschland noch ungelöstes Problem. Berlin, 1930.

BULCÃO, Antonio de Araújo de Aragão. Falla com que abrio no dia 1º de maio de 1879 a 2a. sessão da 22a. legislatura da Assemblêa Legislativa Provincial da Bahia o exm.sr.dr.Antonio de Araujo de Aragão Bulcão presidente da provincia. Bahiam Typographia do Diario da Bahia, 1879.

BULCÃO, Antonio de Araujo do Aragão. Falla com que abrio no dia 1º de maio de 1880 a 1a. sessão da 23a. legislatura da Assemblêa Legislativa Provincial da Bahia o exm.snr.dr.Antonio de Araujo de Aragão Bulcão presidente da provincia. Bahia, Typographia do Diario da Bahia, 1880.

CALMON, Francisco Marques de Goes. Ensaio Retrospecto sôbre o Commercio e a Vida Econômica e Commercial da Bahia de 1823-1900. In: Diario Oficial da Bahia. Edição do Centenário, 1923.

------. Vida Econômico-Financeira da Bahia; elementos para a História de 1808 a 1899. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1925.

------. Mensagem apresentada pelo exm.sr.dr. Francisco Marques Goes Calmon governador do Estado da Bahia à Assemblêa Geral Legislativa por ocasião da abertura da 1a. reunião ordinaria da 17a. legislatura em 7 de abril de 1924. Bahia, Imprensa Official, 1924.

------. Mensagem apresentada pelo exm.snr.dr. Francisco Marques de Góes Calmon governador do Estado da Bahia à Assemblêa Geral Legislativa por ocasião da abertura da 1a. reunião ordinária da 18a. legislatura em 7 de abril de 1925. Bahia, Impresna Official, 1925.

CALMON, Francisco Marques de Goes. Mensagem apresentada pelo exm.snr.dr. Francisco Marques de Góes Calmon governador do Estado da Bahia à Assembléa Geral Legislativa por occasião da abertura da 2a. reunião ordinaria da 18a. legislatura em 7 de abril de 1926. Bahia, Imprensa Official, 1926.

------. Mensagem apresentada pelo exm.snr.dr. Francisco Marques de Góes Calmon governador do Estado da Bahia à Assembléa Geral Legislativa por occasião da abertura da 1a. reunião ordinaria da 19a. legislatura em 7 de abril de 1927. Bahia, Imprensa Official, 1927.

CARVALHO, José Eduardo Freire de. Relatorio com que o excellentissimo senhor José Eduardo Freire de Carvalho quarto vice-presidente passou a administração da provincia ao exm sr, comendador Antonio Candido da Cruz Machado em 22 de outubro de 1873.

CASTRO, Antonio Barros de. Ensaios sobre a Economia Brasileira. S. Paulo. Forense, 1972. 2 v.

CASTRO, José de. O Estado da Bahia. Rio de Janeiro. Edição do Autor, 1936.

CHAVES, Esperidião Eloy de Barros. Relatorio com que o exm. sr. conselheiro desembargador João Rodrigues passou a administração da provincia ao exm.sr.desembargador Esperidião Eloy de Barros Pimentel no dia 10 de setembro de 1884. Bahia, Typographia do Diario da Bahia, 1884.

COHN, Gabriel. Problemas da Industrialização no Século XX. In: Brasil em Perspectiva. 4 ed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro.

CONDÉ, Bertho. Introdução ao Estudo de Comércio Internacional. S. Paulo. Difusão Europeia do Livro, 1959.

COUTO, João José de Almeida. Relatório com que ao excellentissimo senhor dr. Joaquim Pires Machado Portella presidente da província da Bahia passou a administração da mesma o 1º vice-presidente desembargador João José de Almeida Couto no dia 1º de julho de 1872. Bahia, Typographia do Correio da Bahia, 1872.

------. Falla dirigida a Assembléa Provincial da Bahia pelo primeiro vice-presidente, dez. João José d'Almeida Couto no 1º de março de 1873. Bahia, Typographia do Correio da Bahia, 1873.

------. Documentos annexos à falla dirigida à Assembléa Provincial da Bahia pelo primeiro vice-presidente, dez. João d'Almeida Couto no 1º de março de 1873. Bahia, Typographia do Correio da Bahia, 1873.

------. Relatorio com que o exm.sr.vice-presidente desembargador João José de Almeida Couto, passou a administração da provincia ao exm.sr. presidente conselheiro barão de S. Lourenço em 10 de outubro de 1870. Bahia, Typographia do Jornal da Bahia, s.d.

COUTO, João José de Almeida. Relatorio com que o excellentissimo senhor desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henrique, presidente da provincia da Bahia passou a administração da mesma no dia 8 de novembro de 1871, o 1º vice presidente excellentissimo senhor desembargador João José d'Almeida Couto. Bahia, Tupographia do Correio da Bahia, 1871.

------. Relatório com que o exm.sr. cons.dr. José Luiz de Almeida Couto passou a administração da província da Bahia ao exm.sr.dr.Aurelio Perreira Espinheira no dia 28 de agosto de 1885. Bahia, Typ. da Gazeta da Bahia, 1885.

CUNHA, Daniel Quintino da. Do regime da pequena propriedade na lavoura fumageira.. In: Anais do 1º Congresso Nacional do Fumo. Instituto de Economia e Finanças da Bahia. Salvador - Bahia, 1952.

CYLIAX, R. Das Goldene Buch des Zigarrenhändlers. Berlin, 1912.

DANTAS, Manuel Pinto de Souza. Relatorio apresentado à Assembléa Legislativa Provincial da Bahia pelo excellentissimo presidente da provincia o comendador Manuel Pinto de Souza Dantas no dia 1º de março de 1866. Bahia, Typographia de Tourinho & Cia, 1866.

------. Relatorio com que o exm.sr.dr. João dos Reis de Souza Dantas 2º vice-presidente passou a administração da província ao exm.sr. conselheiro Pedro Luiz de Souza em 29 de março de 1882. Bahia, Typographia do Diario da Bahia, 1882.

DETTMANN, Eduard. Brasiliens Aufschwung in deutscher Beleuchtung. Berlin, 1908. Tip. Hermann Paetel.

DOBB, Maurice. Capitalismo Ontem e Hoje. 2. ed. Lisboa. Ed. Estampa, 1972.

DOPPENSCHMITT, Edmund. Der Tabak-Anbau in Brasilien. In: Suedamerika Dreimonatsschrift. Buenos Aires, 1966. Caderno 1-2, Julho-Dezembro.

DEUTSCHER Tabakverein. (Jahresbericht). Frankfurt a.M., 1904.

ECKSTEIN, Julius. Hoffmann u. Leisewitz-Bremen. Heft der Historisch biographischen Blaetter ueber die Firma Hoffmann u. Leisewitz. Bremen, 1906.

------. Historisch biographische Blaetter der Staat Bremen. Leopold Engelhardt& Biermann. Bremen, s.d.

EDELWEISS, Frederico. Algumas notas curiosas sobre o comércio da Bahia. In: Notícia Histórica de Wildberger & Cia., 1829-1942. Bahia, Tipographia Beneditina, 1942.

EGLER, Walter Alberto. Aspectos Gerais da Cultura de fumo na região do Recôncavo na Bahia. In: Boletim Geográfico. Ano X, v. 111. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1952.

EMMANUEL, Arghiri. El intercambio desigual. México, Siglo Veintiuno Editores, S.A., 1972.

ESPINHEIRA, Aurelio Ferreira. Falla com que o exm.sr.des. Aurelio Ferreira Espinheira 1º vice-presidente da provincia abriu a 2a. sessão da 27a. legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 3 de abril de 1889. Bahia, Typographia da Gazeta da Bahia, 1889.

Der Existenzkampf des Tabakgewerbes, Gefährdung der mittleren und Klein Zigarettenindustrie. Hamburg, 1930.

FALCÃO; Theophilo Borges. Vida Econômica e Regime Fiscal. In: Diário Official, Edição do Centenário, 1923.

FERRÃO, Argollo V. A. A Bahia Agrícola. Zonas Climatéricas . In: Diário Official. Edição do Centenário, 1923.

------. Programa para o fomento da Agricultura Bahiana. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1931.

FERREIRA, Manuel Jesuino. A Província da Bahia. Rio de Janeiro, 1875.

FERREIRA, Joaquim Leal. Mensagem e relatorios apresentados à Assembléa Geral Legislativa pelo chefe da divisão reforma do Joaquim Leal Ferreira vice-governador do Estado. Bahia, Typographia e encadernação do Diario da Bahia, 1892.

FERREIRA, Ignacio José. Relatorio apresentado em 2 de abril de 1878 ao excellentissimo senhor conselheiro presidente da provincia barão Homem de Mello pelo bacharel Ignacio José Ferreira inspector do Thesouro Provincial da Bahia. Bahia, Typographia do Diario da Bahia, 1878.

FREYSOLDT, Gerhard. Buch vom Rohtabak. Mainz, 1950.

------. Die Tabakmaerke. Dresden, 1922.

FRESE, Hermann. Tabakhandel in Bremen. In: Weser-Zeitung, 21/XI/1904.

FRIEDMANN, Georges e NAVILLE, Pierre. Tratado de Sociologia do Trabalho. S. Paulo, Ed. Cultriz, 1973. 2 v.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 11. ed. S. Paulo, Ed. Nacional, 1972.

------. Dialética do Desenvolvimento. 2. ed. S. Paulo, Ed. Fundo de Cultura, 1964.

------. Formação Econômica da América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro, Liv. Editor S.A., 1970.

GOERRIG, Rudolf. Der Tabaktrust und seine Gefahren fuer Deutschland. Dresden, 1913.

GRAHAN, Richard. Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil, 1850-1914. São Pualo, Brasiliense, 1973.

GROTENWOLD, Chr. Die Tabakindustrie. Ihr Rohmaterial, ihre Technik und ihre volkswirtschaftliche Bedeutung. Sttugart, 1907.

GUIMARÃES, João Silvério. A Cultura do Fumo e seu preparo. Rio de Janeiro, Papelaria Mendes, 1922.

Handbuch fuer das Bremisches Tabakgewerbe. Bremen, 1926.

HENRIQUES, João Antonio de Araujo Freitas. Falla com que o exmº desembargador Antonio de Araujo Freitas Henriques abrio a 1a. sessão da 10a. legislatura da Assembléa Provincial da Bahia em 1º de março de 1872. Typographia do Correio da Bahia, 1872.

HOMEM DE MELLO, barão. Falla com que abriu no dia 1º de maio de 1378 a 57a. legislatura da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia o exm.sr. conselheiro barão Homem de Mello presidente da provincia. Bahia, Typographia do Diario 1878.

HARLOW, Ralph Volney. The United States; From Wilderness to world Power. 3. ed. New York, 1961.

HERZFELD, Hans. Die Moderne Welt. 1789-1945, parte II. Brauchwig, G. Westermann, 1960.

HEYDE, Ludwig. Die volkswirtschaftliche Bedeutung der technische Entwicklung in der deutschen Zigarren u. Zigarettenindustrie. Sttugart, 1910.

HÖCHSTGRENZE des Gewichts für Zigarren (Abschrift au den Herrn Reichminister der Finanzen), Berlin, 1925.

IST die Zigarre ein Luxus? In: Bremer Nachrichten. Bremen, 28/11/1930.

JAHRBUCH fuer Bremische Statistik. Bremen, Bureau fuer Bremische Statistik. 1870-1930.

JAHRBUCH fuer Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft von Latein Amerikas, Koeln, 1960.

KELLENBENZ, Hermann. Der Deutsche Brasilienhandel zur Zeit der Unabhaengigkeitserklaerung. In: Cadernos Germano-Brasileiros. 7/8/1972.

KISSLING, Richard. Handbuch der Tabakkunde, des Tabakbaues und der Tabakfabrikation in kurzer Fassung. Berlin, 1925.

KONETZKE, Richard und KELLENBENZ, Hermann. Jahrbuch fuer Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas. Köln, Böhlau, 1968.

KONING, C. J. Der Tabak Studien ueber seine Kultur und Biologie. Leipzig, 1900.

LAMBERG, Moritz. Brasilien Land und Leute. Leipzig, Verlag von Hermann Zieger, 1899.

LEFF, Nathaniel H. Tropical Trade and Development in the Nineteenth Century: The Brazilian Experience. Columbia University, Journal of Political Economy, 1973.

LEWER, Franz. Bremen die Tabakstadt Deutschlands. Eine Darstellung des bremischen Tabakhandels u. der bremischen Tabakindustrie, Bremen, 1939.

LIMA, Heitor Ferreira. História Político-Econômica e Industrial do Brasil. S. Paulo. Companhia Editora Nacional, 1970.

LIMA, Joaquim Manuel Rodrigues. Mensagem e relatórios apresentados à Assembléa Geral Legislativa pelo dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima governador do Estado. Bahia, Typ. e Encadernação do "Diário da Bahia", 1893.

------. Mensagem e relatórios apresentados à Assembléa Geral Legislativa pelo dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima governador do Estado. Bahia, Typographya e Encadernação do Diario da Bahia, 1894.

------. Mensagem e relatorios apresentados à Assembléa Geral Legislativa pelo dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima governador do Estado, em 7 de abril de 1895. Bahia, Typographia do Correio de Noticias, 1895.

------. Relatorios apresentados à Assembléa Geral Legislativa pelo dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima governador do Estado em 7 de abril de 1895. Bahia, Litho-Typ. de Wilcke, Picard & C., 1895.

------. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa pelo dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima governador do Estado em 7 de abril de 1896. Bahia, Typographia do Correio de Noticias, 1896.

------. Relatorios apresentados à Assembléa Geral Legislativa pelo dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima governador do Estado em 7 de abril de 1896. Bahia, Typographia do Correio de Noticias, 1896.

LINK, Arthur. American Epoch. New York, 1963.

LISBOA, Venancio José de Oliveira. Relatorio apresentado à Assembléa Legislativa d'esta provincia, pelo exm.sr. presidente dr. Venancio José de Oliveira Lisboa em 20 de julho de 1874. Bahia, Typographia do "Jornal da Bahia", 1874.

------. Relatorio com que o excellentissimo senhor dr. Venancio José de Oliveira Lisboa abrio a 2a. sessão da 20a. legislatura da Assemblea Legislativa provincial da Bahia no dia 1 de março de 1875.

------. Documentos annexos ao relatorio com que o excellentissimo senhor doutor José Venancio de Oliveira Lisboa presidente da Bahia abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1875. Bahia, Officina litho-typographica de J. G. Tourinho, 1875.

LLOYD, Reginald e WRIGHT, Arnold. Impressões do Brasil no Seculo XX. Rio de Janeiro, Publishing Company Ltd., 1913.

LUCENA, Henrique Pereira. Falla com que abrio, a 56a. legislatura provincial da Bahia eo exm.sr.des. Henrique Pereira Lucena presidente da provincia, no 1º de março de 1877. Bahia, Typographia do Jornal da Bahia, 1877.

------. Relatorio com que o exm.sr.des. Henrique Pereira de Lucena passou a administração da provincia ao illm. e exm. sr. 4º vice-presidente dr. José Eduardo Freire de Carvalho em 4 de fevereiro de 1878. Bahia, Typographia do Correio da Bahia, 1878.

LUZ, Nícia Vilela. A luda pela Industrialização do Brasil. S. Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1961.

MACHADO, Antonio Candido da Cruz. Falla com que o exmo. commendador Antonio Candido da Cruz Machado abriu a 1º de março de 1874. Bahia, Typographia do Correio da Bahia, 1874.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. de. História Econômica. 3 ed. São Paulo, Sugestões Literárias S/A, 1975.

MARQUES, Antonio Nonato. Geografia do Fumo na Bahia. Salvador - Bahia, Imprensa Vitória. s/d.

MATTOS, Waldemar. Panorama Econômico da Bahia, 1808-1960. Bahia, Tip. Manu Editora, 1961.

MELLO, João Capistrano Bandeira de. Falla com que o illm. e exm. sr. conselheiro dr. João Capistrano Bandeira de Mello presidente da provincia abriu a 2a. sessão da 26a. legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de outubro de 1887. Bahia, Typographia da Gazeta da Bahia, 1887.

MEYER, F. H. Erfahren und Ansichten ueber die Fabrikation echten Cigarren. Bremen, 1868.

MILTON, Aristides. Ephemerides Cachoeiranas. In: Revista do Instituto Geográfico Histórico da Bahia, 1898. Volumes: V, VI, VII.

MONOGRAPHIE des Tabaks. Almanach 1957-1961, Mainz, Die Tabakzeitung, copyright by Mainzer Verlagsanstalt und Druckerei, 1957.

MOTA, Mauro. História em Rótulos de Cigarros. Recife. 2 ed. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais - MEC, 1971. Evolução Econômica do Brasil. 2 ed. S. Paulo, Ed. Nacional, 1945.

MUELLER, Hartmut. Historische Beziehungen zwischen Brasilien und der Freien Hansestadt Bremen. (Vortrag) Bremen, 1974.

NEESER, Hermann. Subsídios para a História do Comércio e dos Bancos na Bahia; 1694-1904. Bahia, 1945.

NORMANO, J.P. Evolução Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, 1945.

NUNES, Luiz Antonio da Silva. Relatorio com que o excellentissimo senhor presidente dr. Luiz Antonio da Silva Nunes abrio a Assemblêa Legislativa Provincial da Bahia no dia 1º de maio de 1876. Bahia, Typographia do Jornal da Bahia, 1876.

------. Documentos annexos ao relatorio com que o excellentissmo sr. presidente da provincia dr. Luiz Antonio da Silva Nunes abriu a Assemblêa Legislativa Provincial da Bahia no dia 1º de maio de 1876.

ORTIZ, Fernando. Contrapunteo Cubano del Tabaco y el Azucar. Cuba, Direccion de Publicaciones, Universidad Central de las Villas, 1963.

OVERBECK, Wilhelm. Notizen ueber den Werdegang der Bahia Tabakexportfirma Laporte-Overbeck. Salvador, documento da Firma Overbeck. s/d.

------. Fuenfzig Jahre Deutscher Verein Germania und Deutschtum in Bahia. Berlin, 1923.

PARANAGUA, João Lustosa da Cunha. Falla com que no dia 3 de abril de 1881 abriu a 2a. sessão da 23a. legislatura da Assemblêa Legislativa Provincial da Bahia o illm. e exm. sr. conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá presidente da provincia. Bahia, Typographia do Diario da Bahia, 1881.

------. Relatorio com que o exm. sr. conselheiro de estado João Lustosa da Cunha Paranaguá passou no dia 5 de janeiro de 1882 a administração da provincia ao 2º vice-presidente o exm.sr.dr. João dos Reis de Souza Dantas. Bahia, Typographia do Diario da Bahia, 1882.

PIMENTEL, Eloy de Barros. Falla com que o illmº e exm. sr. des. abriu a 2a. sessão da 25a. legislatura da Assemblêa Provincial da Bahia em 1º de maio de 1885. Bahia, Typographia do Diario da Bahia, 1885.

PINHO, João Ferreira de Araujo. Mensagem apresentada à Assemblêa Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1a. sessão ordinária da 10a. legislatura pelo dr. João Ferreira de Araujo Pinho Governador do Estado. Bahia, Officinas da Empreza "A Bahia", 1909.

------. Mensagem apresentada à Assemblêa Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2a. sessão ordinária da 10a. legislatura pelo dr. João Ferreira de Araujo Pinho governador do Estado. Bahia, Officinas da Empresa "A Bahia", 1910.

------. João Ferreira de Araújo. Mensagem apresentada à Assemblêa Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1a. sessão ordinária da 11a. legislatura pelo dr. João Ferreira de Araujo Pinho governador do Estado. Bahia, Officinas da Empreza "A Bahia", 1911.

PINTO, Virgilio Noya. Balanço das Transformações Economicas no Século XIX. In: Brasil em Perspectiva, 4. ed. S. Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1973.

PORTELLA, Manoel do Nascimento Machado. Falla com que o illm. e exm.sr. conselheiro dr. Manoel do Nascimento Machado Portella presidente da provincia abriu a 1a. sessão da 27a. legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 3 de abril de 1888. Bahia, Typ. da Gazeta da Bahia, 1888.

PRADO Jr., Caio. História Econômica do Brasil. 15. ed. S. Paulo, Editora Brasiliense, 1972.

QUELLE, Otto. Actuação Germânica no Estado da Bahia. In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, XXIX (1933) pp 461-481.

Reichsenquete ueber den Tabackbau im Deutschen Reich im Jahre 1878. Anlagem zum Bericht der Taback-Enquete-Komossion. v 1. Berlin, 1878.

Reichsenquete ueber den Tabackbau... Produktion und Besteurung, Einfuhr und Ausfuhr von Taback im deutschen Zollgebiet in den Erntejahren 1871/1872 bis 1877/78. Berlin, 1878.

Relatórios da Secretaria de Agricultura, Commercio, Industria, Viação e Obras Publicas. Bahia, 1896-1930.

Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario do Estado nos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Exposição Universal de Paris, Rio de Janeiro, 1878.

Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Thomaz Coelho de Almeida. Rio de Janeiro, 1877.

Revista "Commercio do Brasil". 1923-1930.

Revista Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro. Maio/1969.

Revista Tabacologia. Koeln, Internationalen Tabakwissenschaftlichen Gesellschaft, 1950.

Revista "Veja". São Paulo, Ed. Abril, nº 329, 1974.

ROCHA, Antonio Ladislao de Figueiredo. Exposição com que o exm.sr.dez. vice-presidente, Antonio Ladislao Figueiredo Rocha, passou a administração d'esta provincia ao seo presidente o exm.sr.Barão de S. Lourenço, em 21 de dezembro de 1869. Bahia, Typographia do Jornal da Bahia, 1869.

SÁ, A. Lopes de. Administração Financeira. 2. ed. S. Paulo, Editora Atlas S.A., 1973.

SAMPAIO, Theodoro. O Estado da Bahia. Agricultura, Criação de Gado, Industria e Commercio. Bahia, Imprensa Official, 1925.

SATZUNG des Vereins der am Handel mit Brasiltabak beteiligten Importfirmen. Bremen, Druck von Grube & Dathe, 1906.

SCHULTZ, W. A Transformação da Agricultura Tradicional. Rio de Janeiro. Zahar, 1965.

SEABRA, J.J. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1a. sessão ordinária da 12a. legislatura pelo dr. J.J. Seabra governador do Estado. Bahia, Secção de Obras da "Revista do Brasil", 1913.

------. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2a. sessão ordiraria da 12a. legislatura pelo dr. J.J. Seabra governador do Estado. Bahia, Secção de Obras da Revista do Brasil, 1914.

------. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1a. sessão ordinaria da 13a. legislatura pelo dr. J.J. Seabra oovernador do Estado Bahia, Secção de Obras da "Revista do Brasil", 1915.

------. Exposição apresentada pelo dr. José Joaquim Seabra ao passar, a 29 de março de 1916, o governo da Bahia ao seu sucessor o exm.sr.dr. Antonio Moniz de Aragão empossado nesse dia no cargo de governador do Estado. Bahia, Imprensa Official, 1916.

------. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2a. sessão ordinaria da 15a. legislatura pelo dr. José Joaquim Seabra governador do Estado. Bahia, Imprensa Offical, 1920.

------. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa em sua 1a. reunião da 16a. legislatura pelo dr. José Joaquim Seabra governador do Estado. Bahia, Imprensa Official, 1922.

------. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa em sua 1a. reunião da 17a. legislatura pelo dr. José Joaquim Seabra governador do Estado anno de 1922. Bahia, Imprensa Official, 1922.

SILVA, Christine Nentwig. Das Tabakanbaugebiet des Recôncavo von Bahia/Brasilien. Freiburg/Breisgau, 1971.

SILVA, Pedro Celestino. A Cachoeira e seu Município. In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. n 64, 1938.

SIMONSEN, Roberto C. Evolução Industrial do Brasil e outros Estudos. S. Paulo, Ed. Nacional. 1973.

------. História Econômica do Brasil (1500-1822). 4. ed. S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1962.

S. LOURENÇO, Barão de. Relatório que apresentou a Assembléa Legislativa da Bahia o excellentissimo senhor barão de S. Lourenço, presidente da mesma provincia, em 11 de abril de 1869. Bahia, Typographia de J. G. Tourinho, 1869.

S. LOURENÇO, Barão de. Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa da Bahia pelo excellentissimo senhor barão de S. Lourenço, presidente da mesma provincia, em 6 de março de 1870. Bahia, Typographia do Jornal da Bahia, 1870.

------. Documentos annexos ao relatorio com que o exm. sr. barão de S. Lourenço abrio a Assembléa Legislativa provincial da Bahia em março de 1871. Bahia, Typographia de J. G. Tourinho, 1871.

------. Relatório com que o exm.sr. barão de S. Lourenço passou a administração da provincia ao 4º vice-presidente. Bahia, Typographia do Jornal, 1871.

SOARES, Vital Henriques Baptista. Mensagem apresentada pelo sr. dr. Vital Henriques Baptista Soares governador do Estado da Bahia à Assembléa Geral Legislativa por occasião da abertura da 2a. reunião ordinaria da 19a. legislatura em 7 de abril de 1928. Bahia, Imprensa Official, 1928.

------. Mensagem apresentada pelo exmº snr.dr. Vital Henriques Baptista Soares governador do Estado da Bahia à Assembléa Geral Legislativa por occasião da abertura da 1a. reunião ordinaria da 20a. legislatura em 7 de abril de 1929, Bahia, Imprensa Official, 1929.

------. Mensagem apresentada pelo exmº snr. dr. Vital Henriques Baptista Soares governador do Estado da Bahia à Assembléa Geral Legislativa por occasião da abertura da 2a. reunião ordinária da 20a. legislatura em 2 de julho de 1930. Bahia, Imprensa Official, 1930.

SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à Revolução Brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1963.

SOMBART, Werner. Die deutsche Zigarrenindustrie und der Erlass des Bundesraths vom 9 Mai. 1888.

SOUZA, Pedro Luiz Pereira de. Falla com que o exm.sr. conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza devia abrir a sessão extraordinaria da Assembléa Provincial convocada para 10 de dezembro de 1882, precedida das palavras com que o exm.sr. dr. Augusto Alves Guimarães abriu a mesma sessão. Bahia, Typographia do Diario da Bahia, 1882.

------. Falla com que o exm.sr.conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza abriu a 2a. sessão da 24a. legislatura da Assembléa Provincial da Bahia em 3 de abril de 1883.

------. Falla com que o exm.sr.conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza abriu a 1a. sessão da 23a. legislatura da Assembléa Provincial da Bahia em 9 de abril de 1884. Bahia, Typographia do Diario da Bahia, 1884.

SOUZA, José Marcelino de. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1a. sessão ordinária da 3a. legislatura pelo dr. José Marcellino de Souza governador do Estado. Bahia, Officinas do Diario da Bahia, 1905.

SOUZA, José Marcelino de. Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2a. sessão ordinaria da 8a. legislatura pelo dr. José Marcelino de Souza governador do Estado. Bahia, Officinas do Diario da Bahia, 1906.

------. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1a. sessão ordinaria da 9a. legislatura pelo dr. José Marcelino de Souza governador do Estado. Bahia, Officinas do Diario da Bahia, 1907.

------. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2a. sessão da 9a. legislatura pelo dr. José Marcellino de Souza governador do Estado. Bahia, Officinas da Empresa "A Bahia", 1908.

STAHL, Guenther. Der Tabak im Leben sudamerikanischer Völker. In: Zeitschrift fuer Ethnologie. Berlin, 1926.

SUERDIECK. 1892-1946. Bahia, 1946.

SUERDIECK S/A. Charutos e Cigarrilhos. 1905-1935. Salvador, Bahia, Tipografia Manu Editora, Ltda, 1955.

Tabak Journal International vom 20.2.1965, Mainz, 1965.

TABACS en feuilles du Brésil. Cahier des Charges Particulières. Paris, 1902.

Der Tabak vom Pflanzer zum Raucher. In: Weser Zeitung, Suplemento: Industrie u. Wirtscha. Bremen, 1930.

TAVARES, Luís Henrique Dias. O Problema da Involução Industrial da Bahia. Bahia, Publicação da Universidade Federal da Bahia, 1966.

TREUE, Wilhelm. Wirtschaftsgeschichte der Neuzeit. 2a. ed., Stuttgart, A. Kröner, 1966.

UEBERSICHT über Menge und Werth der Rohtabacke und Tabackfabrikate. Bremen, 1877.

VEREIN der Tabakinteressenten von Rheinland und Westfalen in Düsseldorf. Mülheim a.d. Ruhr, 1884.

VEREINBARUNGEN für Lieferungsverkaufe von Brasiltaback. Bremen, 1898.

VEREINIGTE Tabak-Zeitungen. Berlin, 1914.

VERGER, Pierre. Flux et Reflux de la Traite des Nègres entre le Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVIIe au XIXe Siècle. Paris, 1968.

------. O Fumo na Bahia e o Tráfico de Escravos no Golfo de Benin. Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais, 1966 (serie Estudos n 6).

VERSIANI, Flávio Rabelo e VERSIANI, Maria Teresa R.O. A Industrialização Brasileira antes de 1930: Uma contribuição. Universidade de Brasília - Departamento de Economia, 1974.

VIANNA, Luiz. Mensagem apresenta à Assembléa Geral Legistativa pelo exm.sr.dr. Luiz Vianna governador da Bahia em 7 de abril de 1897. Bahia, Typografia do Correio de Noticias, 1897.

------- Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa pelo exm.sr.dr. Luiz Vianna governador da Bahia em 14 de abril de 1898. Bahia, Typographia do Correio de Noticias, 1898.

-------. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa pelo exm.sr.dr. Luiz Vianna Governador da Bahia em 7 de abril de 1900. Bahia, Typographia do Correio de Noticias, 1900.

VIEIRA, Severino. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa na abertura da 1a. sessão ordinaria da 7a. Legislatura pro Severino Vieira Governador do Estado. Bahia, Officinas do Diario da Bahia, 1903.

VINHAES; Natalia Gomes da Costa. O açucar, o fumo e o cacau como principais fatôres econômicos da Bahia. In: Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia. IV v. Salvador - Bahia, Tipografia Beneditina, Ltda., 1950.

WAEGNER, L. Tabackkultur, Taback und Cigarren-Fabrikation, sowie Statistik des Tabackbaues, Tabackhandels und der Tabackindustrie. Weimar, 1888.

WESTPHALEN, Bach e KROHN. 1828-1928. Bahia, 1928.

WIBORG, Klaus. Strukturkrise trotz Staatshilfe. Die Schwierigkeiten in der Zigarreindustrie, 1962.

WIEDENFELD, Kurt. A economia do Mercado Mundial. In: História Universal; La Epoca del Imperialismo, Tomo X. Madrid, Esposa - Calpe S.A., 1953.

WOLF, Jacob. Der Tabak. Anbau, Handel und Verarbeitung. Berlin u. Leipzig, 1915.

ZIGARRE gegen Zigarette. In: Frkt. Ztg., Frankfurt, 1934.

DOCUMENTOS

Arquivo do Estado da Bahia.

Livros de Marcas Registradas. 1888-1924.

Presidência da Província - Secretaria de Agricultura Indústria e Comércio. 1839-1889 (Manuscritos).

Arquivo Municipal de Cachoeira

Lançamento dos Impostos de Indústria e Profissão e Outros. 1897.

Livro de Receita dos Impostos de Indústria e Profissão. 1899.

Livro de Lançamentos dos Impostos de Indústria e Profissão no exercício 1889.

Livros de Numeração das Fazendas e Lavouras do Recôncavo e Distrito da Villa de Cachoeira. 1775-1798.

Livros de Cana e Tabaco. Séculos XVIII e XIX.

Junta Comercial de Salvador

Livros de Contratos e Distratos. 1868-1945.

Livro de Registro de Firmas Comerciais. 1875-1950.

Junta Comercial do Rio de Janeiro

Livro de Contratos e Distratos, 1914.

Documentos da Fábrica Suerdieck. Maragogipe

Boletim Official do Municipio de Maragogipe, 2/3 e 10/6 de 1920.

Boletins Informativos sobre o fumo.

Cigarrilhos de Suerdieck & Cia., 1921.

Documentos sobre Remessas de Fumo.

Gasto de Fumo Estrangeiro, 1918.

Guia de Marcas.

Livro de Atas.

Livro de Balanço. 30 de junho de 1922.

Livro de Documentos Enviados à Coletoria Federal de Maragogipe.

Mappa Demonstrativo do Movimento da Produção e Consumo da Fábrica de Charutos e Cigarrilhas.

Nota de Venda da H. Duys & Co. Onc. Importers of Sumatra and Java Tobacco Exporters of Sead Leaf Tobacco.

Questionário Interno da Fábrica Suerdieck, 1918.

Tabelas de Preços das Diversas Marcas de Charutos e Cigarrilhas. Fabricação Suerdieck.

Arquivo da Câmara de Comércio de Bremen

Pastas Consultadas

W II 30 1822-1859

Hp II 53 Brasilien 1859-1871

W II 30 Tabacksverkaufe 1869-1870

W II 30 Tabacksverkaufe 1869-1879

W II 30. 1870-1895

Hp II 33 152 Brasilien 1872-1901

Z III 1. Tabaksteuer. 1877-1879

W II 30 Tabacksverkaufe. 1879-1895

W II 30 1895-1899 Tabacksverkaufe

W II 30 Tabacksteuer. 1895-1899

W II 30 1900 - Tabacksverkaufe

W II 30 Tabacksverkaufe 1900-1906

Hp II 55. Brasilien. 1900-1920

W II 30 Tabaksksverkaufe. 1901-1906

Hp II 53 Brasilien 1901-1920

W II 31 Tabaktrust. 1903-1913

W II 31 a. 1904-1906

W II 31 a. 1904-1906. Vercin der Rohtabakhaendler

W II 30 Tabacksverkaufe. 1907-1917

Z III 5 Tabakroh. 1909

Hp II 53 Brasilien 152-205

Hp II 53 Brasilien. Abschrift II U 2026. Kaiserlich Deutsches Konsulat. 1912

Hp II 53 Brasilien. Abschrift II U 1.107 Kaiserlich Deutsches GeneralKonsulat, 1912.

Hp II 53 Brasilien. Abschrift II U 1.559.Kaiserlich Deutsches Generalkonsulat, 1912.

Hp 53 II U 2.346 Kaiserlich Deutsches Generalkonsulat. 1913

W II Tabaktrust. 1913-1914

W II 30 Tabackhandel. 1919-1937

Hp II 53 Brasilien. 1922-1940
Hp II 53 Brasilien 1922-1942
HFIc8 1922-1942
Z III 12 Tabakbesteurung. 1925-1929.
Z III 13 Tabakmonopol
C II 57 - 1926
Z III 16 Tabacksteuer. 1930-1931
W II 30 Tabakhandel. 1938-1946

Arquivo do Estado de Bremen

3. Senatsregistratur A.3.B.4.Nr.226
3. Senatsregistratur A.3.B.4.Nr.151-225
A.3.B.4. Senatsregistratur.Nr.293

E R R A T A

Pág. 36

Onde se lê: A literatura existente registra... *Leia-se:* A literatura específica existente registra...

Pág. 81

Onde se lê: ...portos e cidades hanseáticas. *Leia-se:* ...portos das cidades hanseáticas.

Pág. 86

Onde se lê: Insgesamt. *Leia-se:* No total.

Pág. 105

Onde se lê: A Meyer & Sonntag[15] e H. W. Meyer[15a] compravam cacau em Belmonte. *Leia-se:* A Meyer & Sonntag[15] e H. W. Meyer[15a] compravam cacau em Belmonte para a Behrmann & Cia.

Pág. 106

Onde se lê: ...implicavam riscos corridos. *Leia-se:* ...implicavam em riscos corridos.

Pág. 129

Onde se lê: ...de 100:000$000 para 500:000$. *Leia-se:* ... 500:000$000 Réis.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
BIBLIOTECA DE HUMANIDADES
No de Tombo 898

Industrialização e Exportação do Fumo na Bahia. 1870/1930

SILZA FRAGA COSTA BORBA
Orientador: PROF. JOHANNES AUGEL

SALVADOR / SETEMBRO / 1975

ANEXO

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

IMPORTAÇÃO DE MATERIAS PRIMAS E MANUFATURADOS DE BREMEN PELO BRASIL

Tab. 1

PRODUTOS	ESP.	1870		1875		1880		1885	
		QUANT.	V(MARCO)	QUANT.	V(MARCO)	QUANT.	V(MARCO)	QUANT.	V(MARCO)
Prod. alimentares e bebidas			61.159		2.145		227.882		447.172
Mercadorias de vidro	Kg		1.022	-	-		3.983	8.750	8.342
Celulose, Papel, livros e impressos	Kg	682	1.679	6.624	22.564	123.808	96.356	455.012	265.418
Matérias Têxteis e s/manufaturas	Kg	1.324	11.752	4.133	33.800	250.683	962.950	104.142	273.891
Produtos naturais	Kg	-	-	-	-	10.258	34.785	59.989	25.602
Salitre	Kg	2.600	630	-	-	6.034	2.957	7.237	3.329
Petróleo e derivados	Kg	-	-	-	-	28.383	29.111	4.341	3.532
Corantes	Kg	-	-	-	-	3.872	2.159	609	2.572
Prod. da Ind. siderúrgica	Kg	-	-	-	-	-	-	299	978
Madeiras e s/manufaturas	Kg	-	-	-	-	17.592	12.060	23.155	34.372
Obj. de adorno, arte e inst. musicais	Kg		4.272	-	-		8.421	3.887	10.549
Materiais de construção	Kg	-	-	-	-	598.019	25.639	-	-
Oleaginosos	Kg		830	-	-	7.825	4.882	12.732	18.260
Máquinas	Kg	-	-	-	-	-	-	34.449	27.884
Carros	Nº	-	-	-	-	-	-	1	2.039
Metais e merc. de metal	Kg	5.211	3.004	210	411	18.615	4.831	808.231	179.061
Prod. quim. e conexos	Kg	35	1.679	-	-	290	481	28.989	15.275
Açúcar refinado	Kg	-	-	-	-	-	-	1.731	1.009
Louças e porcelanas	Kg	3.039	1.643	-	-	-	-	-	-
Ins. matem. óticos e relógios	Kg	-	-	-	-	108	378	3.593	9.342
Peles, couros e similares	Kg	-	-	-	-	2.915	23.758	-	-
Diversos		-	-	-	-		131.638		100.819
T O T A L			87.670		58.920		1.572.271		1.429.446

IMPORTAÇÃO DE MATERIAS PRIMAS E MANUFATURADOS DE BREMEN PELO BRASIL

Tab. 1 (cont.)

PRODUTOS	ESP.	1890		1900		1905	
		QUANT.	V(MARCO)	QUANT.	V(MARCO)	QUANT.	V(MARCO)
Prod. alimentares e bebidas		-	432.889		495.805		2.265.272
Mercadorias de vidro	Kg	-	-		85.503	489.315	75.653
Celulose, Papel, livros e impressos	Kg	-	-	4.415	1.520	1.396.562	594.684
Matérias Têxteis e s/manufaturas	Kg	-	-	30.609	88.336	156.778	183.687
Produtos naturais	Kg	-	-	25.353	4.970	2.366	8.257
Salitre	Kg	-	-	97.245	26.380	32.954	9.663
Petróleo e derivados	Kg	-	-	15.258	10.765	88.830	25.030
Corantes	Kg	-	-	31.236	20.038	34.952	10.550
Prod. da Ind. siderúrgica	Kg	-	-	10.136	3.874	669.007	130.611
Madeiras e s/manufaturas	Kg	-	-	807.777	394.786	722.502	464.059
Obj. de adorno, arte e inst. musicais	Kg	-	-	32.389	43.513	13.070	32.981
Materiais de construção	Kg	-	-	1.684.110	60.275	14.649.273	403.310
Oleaginosos	Kg	-	-	16.334	9.110	-	-
Máquinas	Kg	-	-	155.194	89.039	321.565	306.620
Carros	Kg	-	-	13.860	6.559	142.720	37.107
Metais e merc. de metal	Kg	-	-	1.396.846	338.528	3.870.746	1.116.998
Prod. quim. e conexos	Kg	-	-	-	-	-	-
Açúcar refinado	Kg	-	-	-	-	-	-
Louças e porcelanas	Kg	-	-	-	-	58.947	28.862
Inst. matem. óticos e relógios	Kg	-	-	570	1.995	3	2.200
Peles, couros e similares	Kg	-	-	3.238	3.349	7.297	44.511
Diversos			5.271		5.312		95.438
T O T A L			438.160		1.689.657		5.835.493

FONTE: ARQUIVO DO ESTADO DE BREMEN, "JAHRBUCH FUER DIEAMTLICHE STATISTIK DES BREMISCHEN STAATS-BUREAU FUER BREMISCHE STATISTIK, 1870/1930".

IMPORTAÇÃO DE MATÉRIAS PRIMAS E MANUFATURADOS DA ALEMANHA PELO BRASIL.

Tab. 2

PRODUTOS	ESP	1913		1919		1920		1921	
		QUANT.	V(RÉIS)	QUANT.	V(RÉIS)	QUANT.	V(RÉIS)	QUANT.	V(RÉIS)
Juta	Kg	126.981	250.476	-	-	-	-	-	-
Carvão de pedra	Ton	3.541	173.031	-	-	-	-	-	-
Cimento	Ton	188.806	9.205.543	565	65.299	13.826	1.849.176	82.555	11.160.753
Peles e couros preparados	Kg	114.100	816.006	-	-	12.268	711.996	14.961	777.522
Tecidos de algodão	Kg	1.599.802	7.036.956	2.123	10.043	30.542	705.718	30.776	797.301
Automóveis	Nº	613	3.185.027	-	-	204	2.008.943	124	1.157.155
Arame farpado	Kg	8.556.070	1.656.857	198.000	64.822	2.190.338	1.861.395	1.834.436	1.008.984
Folha de flandres	Kg	708.479	235.108	-	-	-	-	-	-
Papel para impressão	Kg	10.401.300	2.834.469	6.306	6.656	1.153.698	1.635.062	5.303.752	6.692.946
Soda cáustica	Kg	114.915	25.632	-	-	-	-	-	-
Vinho comum	Kg	170.417	267.749	4.374	17.734	167.768	579.473	106.163	309.600
Farinha de trigo	Kg	3.575	1.938	-	-	-	-	-	-
Trigo em grão	Kg	100	33	-	-	-	-	-	-
Bacalhau	Kg	147.487	88.301	-	-	-	-	-	-
T O T A L			25.777.126		164.554		9.351.763		21.904.261

FONTE: Revista "COMMERCIO DO BRASIL", 1928, pág. 18.

IMPORTAÇÃO DE MATÉRIAS PRIMAS E MANUFATURADOS DA ALEMANHA PELO BRASIL

Tab. 2 (cont.)

PRODUTOS	ESP	1922		1923		1924		1925	
		QUANT.	V(RÉIS)	QUANT.	V(RÉIS)	QUANT.	V(RÉIS)	QUANT.	V(RÉIS)
Juta	Kg	30.975	57.685	-	-	-	-	411.427	969.544
Carvão de pedra	Ton	-	-	-	-	-	-	-	-
Cimento	Ton	100.637	11.590.836	50.078	7.145.250	81.779	10.868.116	122.164	17.044.543
Peles e couros preparados	Kg	48.999	3.133.308	57.457	4.192.446	88.815	6.246.768	108.727	7.429.575
Tecidos de algodão	Kg	38.716	563.542	54.368	1.617.998	55.155	1.694.564	89.635	2.467.012
Automóveis	Nº	121	1.096.743	21	276.297	4	70.204	67	1.170.646
Arame farpado	Kg	7.085.100	4.417.387	6.383.018	5.423.961	16.785.759	13.507.660	19.153.052	13.196.125
Folha de flandres	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-
Papel para impressão	Kg	9.204.793	7.415.358	13.017.181	15.144.876	14.529.449	14.778.582	12.263.383	12.430.135
Soda cáustica	Kg	129.901	132.494	55.246	92.803	33.769	35.932	203.499	161.225
Vinho comum	Kg	132.285	258.315	52.846	238.722	58.061	385.016	72.873	457.352
Farinha de trigo	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-
Trigo em grão	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-
Bacalhau	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L			28.665.668		34.132.353		47.586.842		55.326.157

FONTE: Revista "COMMERCIO DO BRASIL", 1928, pág. 18.

Tab. 2 (cont.)

IMPORTAÇÃO DE MATÉRIAS PRIMAS E MANUFATURADOS DA ALEMANHA PELO BRASIL

PRODUTOS	ESP.	1926		1927	
		QUANT.	V(RÉIS)	QUANT.	V(RÉIS)
Juta	Kg	1.443	3.150	-	-
Carvão de pedra	Ton	-	-	1.465	176.650
Cimento	Ton	127.146	14.857.253	114.814	16.273.500
Peles e couros preparados	Kg	116.498	6.710.265	107.945	7.434.707
Tecidos de algodão	Kg	183.437	3.764.295	148.898	3.975.413
Automóveis	Nº	79	1.611.951	106	3.802.402
Arame farpado	Kg	12.773.307	6.822.199	10.393.763	6.477.163
Folha de flandres	Kg	-	-	344.531	360.727
Papel para impressão	Kg	10.864.752	9.077.404	9.438.176	7.165.132
Soda cáustica	Kg	1.720.983	1.030.250	546.681	399.100
Vinho comum	Kg	73.317	413.530	39.674	304.853
Farinha de trigo	Kg	-	-	2.923	6.378
Trigo em grão	Kg	-	-	2.500	900
Bacalhau	Kg	-	-	747.997	1.220.715
T O T A L			44.290.297		47.597.640

FONTE: Revista "COMMERCIO DO BRASIL", 1928, pág. 18.

EXPORTAÇÃO DE FUMO E CHARUTOS DE BREMEN PARA O BRASIL, SEGUNDO AS ORIGENS DA MATÉRIA PRIMA

Tab. 3

ORIGEM DOS PRODUTOS	1870		1875		1880		1885	
	QUANT.(Kg)	VALOR(M)	QUANT.(Kg)	VALOR(M)	QUANT.(Kg)	VALOR(M)	QUANT.(Kg)	VALOR(M
KENTUCKY	2.721	2.885	-	-	-	-	5.772	7.505
VIRGINIA	9.752	10.325	5.830	10.904	5.298	3.137	12.514	20.215
HAVANA (CHARUTOS)	5.000 un	498	-	-	-	-	-	-
ALEMANHA (CHARUTOS)	118.000 un	13.897	231.000 un	21.267	626.000 un	39.223	1.072.000 un	63.410
HAVANA	-	-	166	1.900	-	-	-	-
SUMATRA	-	-	-	-	233	971	238	1.800
ÍNDIAS OCIDENTAIS								
CHINA								
MEXICO								
BORNÉU								
BRASIL								
OUTROS								

FONTE: "JAHRBUCH FUER DIE AMTLICHE STATISTIK DES BREMISCHEN STAATS-BUREAU FUER BREMISCHES STATISTIK, 1870-1930"

EXPORTAÇÃO DE FUMO E CHARUTOS DE BREMEN PARA O BRASIL, SEGUNDO AS ORIGENS DA MATÉRIA PRIMA

Tab. 3 (cont.)

ORIGEM DOS PRODUTOS	1890		1900		1905		1910	
	QUANT.	VALOR(M)	QUANT.(Kg)	VALOR(M)	QUANT.(Kg)	VALOR(M)	QUANT.(Kg)	VALOR(M)
KENTUCKY	-	-	465	1.075	-	-	-	-
VIRGINIA	-	-	-	-	1.262	1.920	-	-
HAVANA (CHARUTOS)	-	-	-	-	-	-	-	-
ALEMANHA (CHARUTOS)	-	-	-	-	-	-	-	-
HAVANA	-	-	-	-	-	-	4.028	13.677
SUMATRA	-	-	5.695	27.220	3.701	19.795	31.643	247.475
ÍNDIAS OCIDENTAIS	-	-	6.414	19.226	2.216	8.840	-	-
CHINA	-	-	-	-	2.660	2.511	12.540	13.458
MEXICO	-	-	-	-	1.406	9.135	-	-
BORNEU	-	-	-	-	-	-	1.268	12.638
BRASIL	-	-	-	-	-	-	6.026	5.785
OUTROS	-	-	-	-	-	-	3.135	4.259

FONTE: "JAHRBUCH FUER DIE AMTLICHE STATISTIK DES BREMISCHEN STAATS-BUREAU FUER BREMISCHE STATISKIK, 1870-1930"

EXPORTAÇÃO DE FUMO E CHARUTOS DE BREMEN PARA O BRASIL, SEGUNDO AS ORIGENS DA MATÉRIA PRIMA

Tab. 3 (cont.)

ORIGEM DOS PRODUTOS	1913		1928		1929		1930	
	QUANT.(Kg)	VALOR(M)	QUANT.(Kg)	VALOR(M)	QUANT.(Kg)	VALOR(M)	QUANT.(Kg)	VALOR(M)
KENTUCKY								
VIRGINIA								
HAVANA (CHARUTOS)								
ALEMANHA (CHARUTOS)								
HAVANA								
SUMATRA								
ÍNDIAS OCIDENTAIS								
CHINA								
MEXICO								
BORNÉU								
BRASIL								
OUTROS								
T O T A L	75.700	307	203.200	395	386.400	726	39.700	107

FONTE: ARQUIVO DO ESTADO DE BREMEN, "JAHRBUCH FUER DIE AMTLICHE STATISTIK DES BREMISCHEN STAATS-BUREAU FUER BREMISCHE STATISTIK, 1870-1930".

EXPORTAÇÃO DE FUMO BRUTO DA AMÉRICA LATINA PARA BREMEN

Tab. 4

PAÍSES	1870		1875		1880		1885	
	QUANT.(Kg)	VALOR(M)	QUANT.(Kg)	VALOR(M)	QUANT.(Kg)	VALOR(M)	QUANT.(Kg)	VALOR(M)
HAVANA	508.154	1.795.987	1.029.919	3.771.521	1.774.356	5.040.829	1.470.397	4.814.16
CUBA	488.600	1.145.423	145.704	481.167	1.028.196	2.528.354	891.470	1.048.99
S. DOMINGOS	1.144.576	1.148.368	3.859.572	3.648.948	770.483	687.927	4.259.985	2.906.17
PORTO RICO	550.938	588.098	505.831	402.458	258.297	319.095	246.249	176.29
BRASIL	7.010.214	9.816.024	10.187.227	14.063.601	11.680.065	11.908.836	12.203.118	12.568.03
VENEZUELA	255.909	353.304	128.780	120.043	41.777	58.347	33.693	35.21
MEXICO	57.604	93.677	1.095	657	-	-	8.800	30.18
COLÔMBIA	4.630.756	8.574.222	5.963.163	9.205.560	3.119.229	4.569.140	1.654.352	1.807.80
PERU	2.304	4.648	-	-	-	-	-	-
PARAGUAI	-	-	-	-	-	-	-	-
S. DOMINGOS e HAITI	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: "JAHRBUCH FUER DIE AMTLICHE STATISTIK DES BREMISCHEN STAATS-BUREAU FUER BREMISCHE STATISTIK, 1870-1930"

EXPORTAÇÃO DE FUMO BRUTO DA AMÉRICA LATINA PARA BREMEN

Tab. 4 (cont.)

PAÍSES	1890		1900		1905		1910	
	QUANT.(Kg)	VALOR(M)	QUANT.(Kg)	VALOR(M)	QUANT.(Kg)	VALOR(M)	QUANT.(Kg)	VALOR(M)
HAVANA	963.455	2.251.287	2.641.191	6.566.261	1.766.830	3.158.560	1.349.998	2.678.712
CUBA	1.164.330	1.964.181	425.223	916.890	132.360	132.625	661.344	704.800
S. DOMINGOS	2.471.500	2.108.235	7.429.316	5.009.759	4.106.471	2.756.089	6.595.377	4.541.692
PORTO RICO	127.062	75.487	209.195	228.294	38.203	20.402	21.472	16.479
BRASIL	14.552.471	18.126.433	18.920.336	24.070.015	14.892.482	13.029.837	18.706.525	17.971.561
VENEZUELA	234.466	225.826	36.065	36.447	-	-	22.245	29.984
MEXICO	108.799	380.014	660.037	1.213.217	768.561	3.122.706	45.233	90.728
COLÔMBIA	4.204.610	4.303.105	3.276.840	2.008.491	1.979.408	1.117.256	4.092.020	2.332.417
PERU	-	-	-	-	1.534.919	637.562	-	-
PARAGUAI	-	-	-	-	-	-	-	-
S. DOMINGOS e HAITI	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: "JAHRBUCH FUER DIE AMTLICHE STATISTIK DES BREMISCHEN STAATS-BUREAU FUER BREMISCHE STATISTIK, 1870-1930"

EXPORTAÇÃO DE FUMO BRUTO DA AMÉRICA LATINA PARA BREMEN

Tab. 4 (cont.)

PAÍSES	1913		1928		1929		1930	
	QUANT. (Kg)	VALOR(M)	QUANT. (Kg)	VALOR(M)	QUANT. (Kg)	VALOR(M)	QUANT. (Kg)	VALOR(M)
HAVANA	897.500	2.468	418.600	703	548.000	1.001	1.721.500	1.959
CUBA	866.000	2.386	370.600	601	532.000	960	1.697.000	1.909
S. DOMINGOS	-	-	-	-	-	-	-	-
PORTO RICO	-	-	-	-	-	-	-	-
BRASIL	12.253.000	16.072	7.056.900	8.962	6.338.900	8.213	10.330.500	10.925
VENEZUELA	-	-	-	-	-	-	-	-
MÉXICO	-	-	-	-	-	-	-	-
COLÔMBIA	4.898.800	3.059	905.100	751	689.000	536	568.500	469
PERU	-	-	-	-	-	-	-	-
PARAGUAI	-	-	-	-	-	-	-	-
S. DOMINGOS e HAITI	7.159.000	4.332	2.614.600	1.768	6.041.100	4.520	3.979.300	2.960

FONTE: "JAHRBUCH FUER DIE AMTLICHE STATISTIK DES BREMISCHEN STAATS-BUREAU FUER BREMISCHE STATISTIK, 1870-1930"

EXPORTAÇÃO DE MATÉRIAS PRIMAS DO BRASIL PARA BREMEN

Tab. 5

PRODUTOS	ESP.	1870		1875		1880		1885	
		QUANT.	V(MARCO)	QUANT.	V(MARCO)	QUANT.	V(MARCO)	QUANT.	V(MARCO)
Borracha		-	-	-	-	-	-	-	-
Cacau	Kg	4.600	3.901	-	-	8.362	10.483	-	-
Café	Kg	418.873	392.354	1.085.546	1.753.250	1.281.236	1.673.090	4.027.916	3.252.516
Coquilhos	Un	284.707	3.781	65.000	430	-	-	-	-
Caroços de algodão		-	-	-	-	-	-	-	-
Açúcar	Kg	236.513	114.739	-	-	-	-	-	-
Algodão	Kg	2.679	5.683	-	-	-	-	2.167	1.200
Lã		-	-	-	-	-	-	-	-
Corantes	Kg	74.733	10.906	75.104	25.836	-	-	-	-
Peles	Kg	161.007	201.759	555.513	756.761	593.530	642.343	922.316	1.145.257
Óleos de palmeiras	Kg	39.494	32.227	-	-	-	-	-	-
Chifres	Kg	-	-	27.921	24.854	35.831	18.509	24.022	15.833
Piaçava	Kg	10.397	2.314	22.344	12.838	218.825	76.510	310.451	121.303
Pedras preciosas	Kg	-	-	-	-	-	-	5.864	22.390
Madeiras	Kg	226.806	93.378	513.159	220.369	-	-	2.790	557
Drogas	Kg	5.913	3.336	3.945	2.021	5.129	4.035	14.562	18.521
Outros artigos			222		279		14.567		33.741
FUMO	Kg	6.759.537	9.535.385	9.434.556	13.075.374	10.759.403	11.043.105	10.844.034	11.302.246
CHARUTOS	Un	10.000	597	-	-	19.000	1.939	21.000	1.424
T O T A L			10.400.582		15.872.012		13.484.581		15.914.988

Tab. 5 (cont.)

PRODUTOS	ESP.	1890		*1900		1905		1910	
		QUANT.	V(MARCO)	QUANT.	V(MARCO)	QUANT.	V(MARCO)	QUANT.	V(MARCO)
Borracha	Kg	-	-	12.395	41.055	92.749	519.740	22.893	213.654
Cacau	Kg	5.880	6.500	771.072	1.072.047	1.398.546	1.536.112	3.475.822	3.610.943
Café	Kg	4.189.936	6.959.445	4.583.252	3.761.645	8.245.266	6.821.189	10.927.778	10.094.703
Coquilhos	Un	-	-	-	-	6.562	2.467	17.424	3.485
Caroços de algodão	Kg	-	-	-	-	1.083.942	99.198	1.850.283	244.237
Açúcar	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-
Algodão	Kg	-	-	372.044	401.808	248.654	298.384	-	-
Lã	Kg	-	-	16.990	29.053	-	-	-	-
Corantes	Kg	-	-	-	-	64.650	8.405	-	-
Peles	Kg	839.642	738.918	654.257	932.233	902.912	1.341.610	604.566	1.064.224
Óleos de palmeiras	Kg	-	-	-	-	5.080	1.016	-	-
Chifres	Kg	22.208	6.962	-	-	19.878	14.172	44.893	32.393
Piaçava	Kg	221.788	142.903	42.009	29.075	57.783	41.638	35.250	29.963
Pedras preciosas	Kg	-	-	6.060	9.090	-	-	-	-
Madeiras	CBM		9.580	-	-	18	2.800		14.168
Drogas	Kg	6.052	5.272	1.027	880	-	-	-	-
Outros artigos			50.088		123.567		979.056		1.457.978
FUMO	Kg	12.661.201	16.277.826	15.129.971	21.430.489	9.271.231	8.767.101	15.804.270	15.240.789
CHARUTOS	Un	100.000	7.050	382.000	12.346		2.013	990.000	93.647
T O T A L			24.204.544		27.843.288		20.434.901		32.100.194

*1895 - Faltam dados relativos ao Brasil.

EXPORTAÇÃO DE MATERIAS PRIMAS DO BRASIL PARA BREMEN

Tab. 5 (cont.)

PRODUTOS	ESP	1913		1928		1929		1930	
		QUANT.(Kg)	V(MARCO)	QUANT.(Kg)	V(MARCO)	QUANT.(Kg)	V(MARCO)	QUANT.(Kg)	V(MARCO)
Borracha									
Cacau									
Café									
Coquilhos									
Caroços de algodão									
Açúcar									
Algodão									
Lã									
Corantes									
Peles									
Óleo de palmeiras									
Chifres									
Piaçava									
Pedras preciosas									
Madeiras									
Drogas									
Outros artigos									
FUMO									
CHARUTOS									
T O T A L		40.848.200	35.351	25.554.400	35.736	32.848.700	28.216	44.151.600	28.921

FONTE: "JAHRBUCH FUER DIE AMTLICHE STATISTIK DES BREMISCHEN STAATS-BUREAU FUER BREMISCHE STATISTIK, 1870-1930".

EXPORTAÇÃO DE MATERIAS PRIMAS DO BRASIL PARA A ALEMANHA

Tab. 6

PRODUTOS	ESP.	1913		1919		1920		1921	
		QUANT.	V(RÉIS)	QUANT.	V(RÉIS)	QUANT.	V(RÉIS)	QUANT.	V(RÉIS)
Lã em bruto	Kg	11.256	10.209	195	1.000	2.481	12.405	730.625	2.943.884
Peles e couros	Kg	10.358.783	11.126.313	-	-	4.225.204	6.127.012	14.480.873	18.544.903
Manganês	Ton	5.000	111.250	-	-	-	-	-	-
Arroz	Kg	120	61	2.410.132	1.892.753	51.703.646	36.243.863	22.025.384	12.010.270
Açúcar	Kg	-	-	-	-	102.046	115.827	79.327	69.043
Borracha	Kg	1.013.527	3.853.077	1.136	3.015	622.241	1.329.200	2.158.050	4.668.322
Carnes e derivados	Kg	77.680	75.382	151.641	309.785	3.289.543	6.544.641	10.198.682	7.877.888
Cacau	Kg	3.678.434	918.841	151.562	241.587	6.149.886	6.429.779	9.991.401	12.473.061
Café em grão	Sacos	1.865.532	88.511.044	8.922	843.474	545.830	6.988.194	922.520	76.520.677
Café em pó	Kg	15	15	-	-	-	-	-	-
Carnaúba	Kg	1.710.270	3.022.575	5.040	17.171	7.015	19.403	550.137	1.380.042
Farinha de mandioca	Kg	136.775	23.712	-	-	-	-	-	-
Feijão	Kg	1.245	348	5.248.204	1.885.499	11.620.747	4.215.020	114.488	53.212
Baga de mamona	Kg	590	115	3.900	1.170	89.186	31.213	200	47
Caroço de algodão	Kg	389.650	100.113	-	-	-	-	-	-
Coquilhos e castanhas	Kg	375.567	191.323	-	-	12.111	17.471	4.412.309	2.934.060
Fumo em folha	Kg	24.019.455	20.012.444	2.985.794	4.577.222	5.627.915	6.827.587	9.036.408	15.017.831
Fumo em corda	Kg	453.552	369.268	-	-	-	-	-	-
Charutos e cigarros	Un	1.199.995	56.313	-	-	-	-	-	-
Erva mate	Kg	51.210	30.342	-	-	-	-	-	-
Oleaginosos	Kg	-	-	3.858	6.681	49.564	64.433	449.818	589.441
Madeiras	Kg	908.397	130.517	-	-	-	-	-	-
Algodão em rama	Kg	-	-	199.074	589.972	1.162.958	4.003.384	1.564.654	4.098.143

EXPORTAÇÃO DE MATERIAS PRIMAS DO BRASIL PARA A ALEMANHA

Tab. 6 (cont.)

PRODUTOS	ESP.	1922		1923		1924		1925	
		QUANT.	V(RÉIS)	QUANT.	V(RÉIS)	QUANT.	V(RÉIS)	QUANT.	V(RÉIS)
Lã em bruto	Kg	593.007	2.372.028	520.360	2.081.440	316.176	1.574.544	623.761	3.736.980
Peles e couros	Kg	14.934.482	24.080.704	22.041.450	42.882.556	20.679.618	41.434.671	21.585.716	46.343.506
Manganês	Ton	-	-	-	-	-	-	-	-
Arroz	Kg	246.628	136.379	3.368.308	2.589.274	19.137	17.217	1.190	1.466
Açúcar	Kg	3.999.821	2.258.657	156.552	207.046	17.109	26.317	565	649
Borracha	Kg	2.530.134	5.857.594	1.812.053	8.377.023	2.710.633	9.774.034	2.694.065	21.349.889
Carnes e derivados	Kg	4.063.654	4.402.656	7.792.760	13.898.301	4.882.983	7.501.942	2.658.066	3.249.077
Cacau	Kg	8.439.272	12.764.367	5.946.222	8.447.585	12.650.090	17.761.197	6.634.706	10.234.562
Café em grão	Sacos	444.541	47.971.228	366.894	53.558.408	531.758	111.569.892	513.767	113.440.531
Café em pó	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-
Carnaúba	Kg	634.591	1.735.779	637.962	2.017.670	1.104.218	3.623.367	1.279.018	4.957.254
Farinha de mandioca	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-
Feijão	Kg	1.830	1.023	305.180	153.183	2.460	1.559	60	96
Baga de mamona	Kg	4.514	1.720	21.840	9.181	50.433	40.180	306.186	251.257
Caroço de algodão	Kg	561.885	80.008	108.219	12.976	338.622	65.553	-	-
Coquilhos e castanhas	Kg	15.592.479	11.598.057	26.603.599	21.026.271	16.893.692	18.870.784	7.173.629	7.655.896
Fumo em folha	Kg	13.541.207	14.085.629	9.897.989	15.219.748	12.025.405	30.347.680	13.001.490	32.617.975
Fumo em corda	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-
Charutos e cigarros	Un	-	-	-	-	-	-	-	-
Erva mate	Kg	-	-	-	-	-	-	-	-
Oleaginosos	Kg	84.961	121.153	143.318	186.380	26.082	61.589	11.200	24.002
Madeiras	Kg	-	-	1.405.152	355.802	1.350.161	380.358	1.517.424	450.512
Algodão em rama	Kg	1.819.965	5.634.894	263.287	1.460.794	57.875	203.780	1.204.950	5.676.979

EXPORTAÇÃO DE MATERIAS PRIMAS DO BRASIL PARA A ALEMANHA

Tab. 6 (cont.)

PRODUTOS	ESP.	1926		1927	
		QUANT.	V(RÉIS)	QUANT.	V(RÉIS)
Lã em bruto	Kg	2.224.338	13.038.089	2.340.630	13.619.917
Peles e couros	Kg	20.639.827	43.295.672	32.032.382	73.965.623
Manganês	Ton	-	-	50	4.410
Arroz	Kg	1.156.189	382.092	3.305.040	1.048.955
Açúcar	Kg	60	70	470.220	410.032
Borracha	Kg	3.518.656	16.495.587	4.597.827	19.888.612
Carnes e derivados	Kg	1.270.779	1.524.934	5.081.278	6.098.253
Cacau	Kg	5.774.752	9.141.568	8.750.870	21.631.776
Café em grão	Sacos	693.208	118.555.721	955.446	163.598
Café em pó	Kg	-	-	3.015	3.480
Carnaúba	Kg	1.547.152	6.309.000	2.147.962	9.402.552
Farinha de mandioca	Kg	-	-	4.500	2.025
Feijão	Kg	-	-	360	260
Saga de mamona	Kg	84.559	39.510	246.141	131.903
Caroço de algodão	Kg	20.300	4.200	396.264	119.602
Coquilhos e castanhas	Kg	13.555.478	10.786.371	15.619.803	14.192.199
Fumo em folha	Kg	9.760.305	23.132.743	11.778.410	25.184.491
Fumo em corda	Kg	-	-	213.899	686.628
Charutos e cigarros	Un	-	-	688.020	176.779
Erva mate	Kg	-	-	8.577	11.354
Oleaginosos	Kg	1.275	800	11.000	6.143
Madeiras	Kg	329.366	106.542	-	-
Algodão em rama	Kg	933.698	2.317.460	-	-

FONTE: Revista "COMMÉRCIO DO BRASIL" 1928, pág. 19.

PERÍODO	1870 a 1874	COD. 125	EMP. Moreira & Cia.			SEDE Salvador			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1870	1872	1874					
118	Port	Candido Ferreira Jorge da Costa	12:500	12:500						
151	Desc	Emiliano Moreira de Carvalho e Silva	12:500	6:250	6:250					
284	Desc	José Eduardo Mendes	12:500	6:250	6:250					
362	Desc	Manoel Moreira de Carvalho Silva		12:500	12:500					

COMENTÁRIOS: Indústria de fumo.

PERÍODO	1874 a 1877	COD. 044	EMP. Candido F.J. da Costa e Oliveira[illegible]	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1874	1877						
118	Port	Candido Ferreira Jorge da Costa	75:000	75:000						
172	Port	Fernando Vicente d'Oliveira	75:000	75:000						

COMENTÁRIOS: Comércio e indústria de fumo.
1877 - último documento encontrado.

PERÍODO	1889 a 1896	COD.	066-2	EMP.	Francisco Cardoso e Silva	SEDE	São Félix	FIL.	
PERÍODO	1896 a 1901	COD.	066-3	EMP.	Francisco Cardoso & Cia.	SEDE	São Félix	FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.		SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.		SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.		SEDE		FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1870	1889	1889	1896	1896	1901		
913	Port	Francisco José Cardoso	50:000	50:000						
170	Br	Francisco Cardoso e Silva			50:000	50:000	100:000	100:000		
299	Port	José Gonçalves d'Oliveira Reis					100:000	100:000		

COMENTÁRIOS: Francisco José Cardoso, fundou em 1842 uma fábrica de charutos, denominada Juventude. Portugues naturalizado brasileiro, morreu em 1889
Indústria de fumo.

PERÍODO 1870 a 1892 COD. 128-1 EMP. Meuron & Cie. SEDE Salvador FIL. Pernambuco, R. de Janeiro

PERÍODO 1892 a 1924 COD. 128-2 EMP. Borel & Cie SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL. Cap. Fran.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1870	1876	1877	1892	1902	1902	1904	1904	1912	1912	1913	1916	1922	1924
240	Sua Fra	Henriette Frederique Meuron Borel	45:000	45:000												
171	Fra	Frederic Edouard Borel	45:000	45:000	95:000	95:000	95:000	95:000	95:000							
114	Fra	Charles Louis Antoine Borel	45:000	45:000	95:000	95:000	95:000	95:000	95:000	95:000						
241	Sua Fra	Henriette Borel Meuron			95:000	95:000	95:000	95:000	95:000	95:000	95:000					
080	Sua Fra	Auguste François Borel			95:000	95:000	95:000									
115	Fra	Charles Frederic Henri Borel			95:000	95:000	95:000	95:000	95:000	95:000	95:000	95:000	95:000			
407	Sua Fra	Pauline F. Borel			95:000	95:000	95:000	95:000	95:000	95:000	95:000					
242	Sua Fra	Henri Edouard Borel						57:000	57:000	57:000	57:000					
168	Sua Fra	Etienne Edouard Borel								30:400	30:400	92:540	92:000	92:000	122:800	122:800
460	Sua Fra	William Auguste Borel								30:400	30:400	49:138	49:138	49:138	81:856	
167	Sua Fra	Edouard F. Hector Borel								34:200	34:200					
919	Sua Fra	Frederic Antonie Bore								30:400	30:400	99:957	49:957	49:957	81:856	81:856

COMENTÁRIOS:

PERÍODO 1870 a 1904 COD. 172-1 EMP. Schramm, Stade & Cia. SEDE Hamburg FIL. Salvador

PERÍODO 1904 a 1930 COD. 172-2 EMP. Domschcke & Cia. SEDE Salvador FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1870	1899	1904	1904	1920	1921	1924	1925	1930
198	Al	F.O. Schram		0:000	0:000						
101	Aust	C. Th. Stade		0:000	0:000						
099	Al	Carl Domsckcke		50:000	50:000	50:000	30:000	10:000	114.190		
443	Al	Theodor Domschcke			0:000	0:000					
238	Al	Harold Meyer				5:000	0:000				
027	Al	Alfred Domschcke					0:000	10:000	10:000	25:000	25:000
212	Br	Gustavo Schmidt						10:000	10:000	25:000	25:000
929	Al	Vva. C. Domschcke								10:000	10:000

COMENTÁRIOS: Carl Domschcke trabalhava para firma desde 1870. Possuimos estrutura de capital a partir de 1899. Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1878 a 1901	COD. 049-2	EMP.	Cia. Manufactora de Artefatos de Fumo, Sabão, Velas e Alcool	SEDE	Salvador	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.		SEDE		FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.		SEDE		FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.		SEDE		FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.		SEDE		FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1874	1876	1878	1878	1901			
015	Port	Albino José de Cerqueira	5:000	5:000	3:000	100:000	100:000			
075	Port	Antônio Correia Villarinho	5:000	5:000	5:000	12:500	12:500			
284	Desc	José Eduardo Mendes	0:000	0:000	8:000					
FIRMA		Candido A. Pirez de Aguiar & Cia	40:000	40:000	40:000	12:500	12:500			
		OUTROS	50:000	50:000	50:000	50:000	50:000			
283	Port	José Pinto da Silva Moreira		2:500	2:500	12:500	12:500			
910	Port	Luís Pinto da Silva Moreira		2:500	2:500	12:500	12:500			

COMENTÁRIOS: Indústria do fumo.
1879 - aumento de capital para 400:000 sem especificar a distribuição
1901 - último documento encontrado.

PERÍODO	1874 a 1882	COD.	110-1	EMP.	Leal Sobrinho e Mendonça	SEDE	Muritiba	FIL.				
PERÍODO	1882 a 1884	COD.	110-2	EMP.	Leal Sobrinho	SEDE	Muritiba	FIL				
PERÍODO	1884 a 1886	COD.	110-3	EMP.	Vva. Leal Sobrinho e Motta	SEDE	Muritiba	FIL.				
PERÍODO	a	COD.		EMP.		SEDE		FIL.				
PERÍODO	a	COD.		EMP.		SEDE		FIL.				
PERÍODO	a	COD.		EMP.		SEDE		FIL.				
CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E		1874	1882	1882	1883	1884	1886			
046	Port	Antonio José Leal Sobrinho		15:000	18:831	18:831	18:831					
265	Port	João Mendonça Pereira		15:000	18:831							
418	Desc	Amelia Rosa Leal						23:766	23:766			
429	Desc	Sabino Santiago da Motta						0:000	0:000			

COMENTÁRIOS: Indústria de fumo.
1886 - último documento encontrado sobre a firma.

PERÍODO 1877 a 1882	COD. 657	EMP. Emílio Liguori & Cia.	SEDE Salvador	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1877	1882						
161	Or.	Emílio Liguori	0:000	5:000						
346	Port	Leopoldo José Marques	1:000	7:000						

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo e outros produtos.

PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1877	1886							
047	Port	Antonio G. dos Reis	30:000	30:000							
445	Br	Vicente Ferreira de Farias	20:000	20:000							

COMENTÁRIOS: Comércio e indústria do fumo.

PERÍODO 1877 a 1886		COD. 047	EMP. Faria & Reis				SEDE Cachoeira			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1877	1886						
047	Port	Antonio G. dos Reis	30:000	30:000						
443	Br	Vicente Ferreira de Farias	20:000	20:000						

COMENTÁRIOS: Comércio e indústria do fumo.

PERÍODO 1877 a 1902 COD. 112-1 EMP. [illegible] SEDE [illegible] REG.

PERÍODO 1902 a 1909 COD. 112-2 EMP. Jeeler e Hoenning SEDE Cachoeira REG.

PERÍODO 1909 a 1914 COD. 112-3 EMP. Hoenning & Cia. SEDE Cachoeira REG.

PERÍODO 1914 a 1920 COD. 112-4 EMP. [illegible] SEDE Cachoeira REG.

PERÍODO 1920 a 1926 COD. 112-5 EMP. Göschlin & Cia. SEDE Cachoeira REG.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE REG.

CÓDIGO DO [illegible]	NAC	N O M E	1877	1878	1885	1886	1899	1892	1902	1902	1903	1905	1909	1909	1914	1914	1920	1920	1926
135	S. Al	F. A. Jeeler	12:000	13:950	22:753	16:050	26:687	40:000	50:000										
147	S. Al	Lucas Frey	0:000	0:000	23:910														
229	S. Al	Hans Muller	0:000	0:000															
348	S. Al	Lucas Frey Junior				4:000	11:634												
415	Al	Roberto Gustavo Hüenning						0:000	0:000	0:000	50:000	50:000	50:000	20:000	0:000				
176	S. Al	Francisca Jeeler Frey								50:000	50:000	50:000	0:000						
416	S. Al	Rodolpho Göschlin										0:000	0:000	10:000	5:000	5:000	15:000	15:000	0:000
112	Br	Candido Elpidio Vacarezza												5:000	0:000				
355	Itl.	Prospero Molitorni																10:000	0:000

COMENTÁRIOS:

PERÍODO 1877 a 1921 COD. 016-1 EMP. Dannemann & Cia. SEDE S. Félix FIL. Pagaminhas/Sapé Muritiba/S.Conçalo

PERÍODO 1922 a 1930 COD. 016-2 EMP. Cia. de Charutos Dannemann SEDE S. Félix FIL. dos Campos/Maragogipinho

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1877	1880	1889	1903	1907	1908	1913	1918	1919	1920	1921	1921	1922	1930
222	Al	Gerhard Dannemann	100:000	100:000	100:000	240:000	400:000	400:000	540:000	540:000	440:000	450:000	0:000			
		Boving e Schrüter	100:000	100:000												
345	Al	Ludwig Krüder			0:000	240:000	400:000	400:000	450:000	450:000	100:000	50:000	50:000	50:000	45:000	45:000
265	Al	Joh. Adolf Jonas				20:000	250:000	300:000	450:000	450:000	300:000	50:000	450:000	450:000	455:000	455:000
333	Br	Gerhard Dannemann Junior					150:000	150:000	120:000	120:000	60:000	75:000	75:000	75:000	26:000	26:000
393	Al	Otto Georg							120:000	120:000						
184	Al	Fritz Siepmann							120:000	120:000	80:000	75:000	100:000	100:000	50:000	50:000
012	Al	Albert Mottig										200:000	200:000	200:000	20:000	20:000
296	Ing	J. S. Webster										200:000	200:000	200:000		
358	Br	Ma. Francisca de Macedo Costa										400:000	0:000			
154	Br	Eduardo Dannemann											50:000	50:000	110:000	110:000
030	Br	Aloisio Dannemann											225:000	225:000	257:000	257:000
107	Br	Carlos Theodor Dannemann											75:000	75:000	63:000	63:000
294	Br	Olga Dannemann											75:000	75:000	54:000	54:000
		Norm. Stolz & Cia.													315:000	315:000
142	Al	Ernest Tobler													30:000	30:000
		J. Studer & Cia.													20:000	20:000
141	Br	Epiphanio José de Souza													100:000	100:000
911	Al	Frieda Krüder													150:000	150:000
912	Al	Magdalena Krüder													150:000	150:000
382	Al	Mary Elisabeth Krüder													150:000	150:000
		OUTROS													493:000	493:000

COMENTÁRIOS:

PERÍODO 1879 a 1903 COD. 013-1 EMP. Agostinho Froes da Motta SEDE Feira de Santana FIL.

PERÍODO 1903 a 1905 COD. 013-2 EMP. Souza & Cia. SEDE Cachoeira FIL. F. de Santana

PERÍODO 1905 a 1911 COD. 013-3 EMP. Agostinho Froes da Motta & Cia. SEDE Cachoeira FIL. F. de Santana

PERÍODO 1911 a 1920 COD. 013-4 EMP. Motta e Souza SEDE Feira de Santana FIL. Cachoeira

PERÍODO 1920 a 1925 COD. 013-5 EMP. Epiphanio J. Souza SEDE Feira de Santana FIL. Salvador

PERÍODO 1925 a 1930 COD. 013-6 EMP. Epiphanio Souza & Cia. SEDE Salvador FIL. Feira/Nazaré/Itabuna/Ilhéus/Itapirá

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1879	1903	1903	1905	1905	1911	1911	1915	1920	1920	1925	1925	1928	1930
009	Br	Agostinho Froes da Motta	20:000	20:000	20:000	20:000	100:000	50:000	25:000	200:000	453:120					
143	Br	Epiphanio José de Souza	20:000	20:000	20:000	20:000	50:000	25:000	25:000	200:000	453:120	1.000:000	1.000:000	600:000	500:000	500:000
422	Br	Raul da Costa Lino												200:000	400:000	400:000
145	Br	Estephanio Victor de Souza												200:000	400:000	400:000
011	Br	Aloysio Theophanes de Souza													200:000	200:000

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1882 a 1893	COD.	EMP.	Viuva Simas	SEDE	S. Félix	FIL.
PERÍODO	1893 a 1899	COD.	EMP.	Arthur Furtado de Simas	SEDE	S. Félix	FIL.
PERÍODO	1899 a 1900	COD.	EMP.	Simas e Rodenburg	SEDE	S. Félix	FIL.
PERÍODO	1900 a 1919	COD.	EMP.	Arthur Furtado de Simas	SEDE	S. Félix	FIL.
PERÍODO	1919 a 1930	COD.	EMP.	Renato Furtado de Simas	SEDE	S. Félix	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.		SEDE		FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1882	1893	1893	1899	1899	1900	1900	1904	1919	1919	1930
920	Port	Rita Bastos Simas	50:000	50:000									
084	Br	Arthur Furtado de Simas			20:000	20:000	50:000	50:000	50:000	10:000			
085	Al	C. Bernhard Rodenburg					50:000	50:000					
414	Br	Renato Furtado de Simas									3:000	3:000	3:000

COMENTÁRIOS: José Furtado de Simas - fundou em 1851 a fábrica de charutos Fragrancia - Temos estrutura de capital a partir de 1882, quando era proprietária a viúva Simas (Rita Bastos Simas).//De 1851 a 1900 - exportação e indústria de fumo. A partir de 1900 - exportação de fumo.//Renato F. de Simas trabalhava para a Suerdieck & Cia.

PERÍODO 1882 a 1901 COD. 067-1 EMP. Francisco Cardoso e Silva & Cia. SEDE Salvador FIL.

PERÍODO 1901 a 1914 COD. 067-2 EMP. José Reis & Cia SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1882	1901	1901	1914				
170	Br	Francisco Cardoso e Silva	240:000	240:000						
299	Port	José Gonçalves D'O. Reis	20:000	20:000	450:000					
914	Desc	Antônio Cardoso C. Geraldes	200:000	200:000						
025	Br	Alfredo Cardoso e Silva			0:000					
022	Br	Alexandre Maia			0:000					

COMENTÁRIOS:

PERÍODO	1883 a 1885	COD. 144	EMP. Pereira Rocha & Cia.	SEDE Salvador	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1883	1885						
306	Port	José Bernardo de Carvalho	1:000	1:712						
182	Br	Francisco Emilio Pereira Rocha	600	1:312						
	"									

COMENTÁRIOS: Indústria e comércio de fumo.

PERÍODO 1882 a 1910 COD. 127-1 EMP. Manoel Vieira de Mello, Succ. SEDE Maragogipe FIL.

PERÍODO 1910 a 1912 COD. 127-2 EMP. Vieira de Mello & Cia. SEDE Maragogipe FIL.

PERÍODO 1912 a 1926 COD. 127-3 EMP. Francisco V. de Mello SEDE Maragogipe FIL.

PERÍODO 1926 a 1927 COD. 127-4 EMP. Vieira de Mello & Cia. SEDE Maragogipe FIL.

PERÍODO 1927 a 1928 COD. 127-5 EMP. Vieira de Mello & Cia. Ltda. SEDE Maragogipe FIL.

PERÍODO 1928 a 1930 COD. 127-6 EMP. Vieira de Mello SEDE Maragogipe FIL.

CÓDIGO DO ACIONISTÁRIO	GAC	NOME	1882	1883	1884	1887	1891	1910	1910	1912	1912	1926	1926	1927	1927	1928	1928	1930
174	Dr	Francisco Vieira de Mello	9:515	9:515	9:515	11:500	18:340	200:000	190:000	190:000	190:000	190:000						
003	Dr	Adelaide Vieira de Mello	9:515	9:515	9:515	11:500	18:340											
349	Dr	Lydia Vieira de Mello	9:515	9:515	9:515	11:500	18:340											
973	Dr	Cecilia Vieira de Mello	9:515	9:515	9:515	11:500	18:340											
186	Dr	Filho Vieira de Mello	9:515	9:515	11:192													
924	Dr	Amélia Vieira de Mello	9:515	10:496														
035	Dr	Anphilophio Vieira de Mello							10:000	9:515								
013	Dr	Alberico V. de Mello Peixoto											75:000	50:000	30:000	36:500	36:500	36:500
076	Dr	André Gomes											75:000	25:000				
310	Dr	José Fábio V. M. Peixoto													30:000	38:105		

COMENTÁRIOS: Industrialização de fumo.

PERÍODO	1884 a 1886	COD. C05	EMP. Antonio Schmidt & Cia	SEDE Salvador	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1884	1886						
069	Desc	Antonio Schmidt	0:000	0:000						
305	Desc	João Morais de Faria	2:000	2:000						

COMENTÁRIOS: Industrialização do fumo (fábrica de charutos).

PERÍODO	1886 a 1886	COD. 041	EMP. Cardoso & Cia.			SEDE Salvador			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1886	1886						
062	Br	Antonio da S. Cardoso	10:000	10:000						
403	Esp	Pedro Molina	10:000	10:000						

COMENTÁRIOS: Indústria e comércio de fumo.

PERÍODO	1887 a 1926	COD.	048-1	EMP.	Costa Ferreira e Penna		SEDE	São Félix		FIL.	Salvador
PERÍODO	1926 a 1930	COD.	048-2	EMP.	Costa Penna & Cia.		SEDE	São Félix		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1887	1889	1914	1920	1926	1926	1930	
355	Br	Manuel da Costa Ferreira	24:169	86:951	147:787					
356	Port	Manuel da Costa Penna	24:169	73:048	105:248	250:000	250:000	300:000	300:000	
357	Br	Manuel da Costa Ferreira Jr.			100:000	250:000	250:000	450:000	450:000	
344	Br	Luis da Costa Penna			100:000	250:000	250:000	450:000	450:000	

COMENTÁRIOS:

PERIODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.	
PERIODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.	
PERIODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.	
PERIODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.	
CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1888	1894						
124	Port	Domingos Gonçalves de O.Bastos	2:500	2:500						
908	Esp.	Sócrates Leon da Cunha	2:500	2:500						

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1888	a	1894	COD.	043	EMP.	Candido Augusto Ribeiro	SEDE	S. Felix	FIL.
PERÍODO		a		COD.		EMP.		SEDE		FIL.
PERÍODO		a		COD.		EMP.		SEDE		FIL.
PERÍODO		a		COD.		EMP.		SEDE		FIL.
PERÍODO		a		COD.		EMP.		SEDE		FIL.
PERÍODO		a		COD.		EMP.		SEDE		FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1888	1891	1894					
070	Port	Antonio Guimarães e Souza	00:000	20:000	20:000					
117	Port	Candido Augusto Ribeiro	80:000	100:000	100:000					

COMENTÁRIOS: Exportaçao de fumo e outros produtos.

PERÍODO 1888 a 1930		COD. 126	EMP. Martins Fernandes & Cia.			SEDE Salvador			FIL.				
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.				
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.				
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.				
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.				
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.				
CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1888	1898	1903	1904	1906	1908	1911	1916	1920	1930
218	Port	Gabriel Martins Fernandes	25:000	50:000	48:000	40:000	40:000	48:000	48:000	48:000	249:795	
050	Port	Aurelino de Magalhães	25:000	25:000								
279	Port	Joaquim Pinto Caldeira		0:000	24:000	40:000						
142	Br	Eulálio de Oliveira Bastos		0:000	24:000	16:000	56:000					
365	Port	Manoel Carvalho Pereira			24:000	24:000	24:000	18:000	90:045			
280	Port	Joaquim Lopes Brandão						18:000	18:000	24:000	24:000	24:000
111	Port	Carlos Marques da Silva						18:000	18:000	29:683		
014	Port	Albino Fernandes Pereira						18:000	18:000	24:000	102:127	
074	Br	Aurelino Martins Fernandes							18:000	24:000	24:000	24:000

COMENTÁRIOS: Exportação e indústria de fumo.// O sócio J. P. Caldeira faleceu em 1904, ficando a importância acima para sua esposa.// M.F. & Cia - 1922 - citada como uma das maiores fábricas de cigarros, ao lado da A. Guimarães, Leite Alves, Dannemann, C. Ferreira e Penna e Suerdieck & Cia.

ESTUDO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PERÍODO 1891 a 1895	COD. 17o	EMP. Theotonio Magalhães & Cia.	SEDE Salvador	FIL. R. de Janeiro
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1891	1892	1895					
442	Br	Theotonio Ribeiro de Cerqueira	20:000	20:000	0:000					
050	Port	Aurelino de Magalhães	20:000	20:000	0:000					
021	Br	Alcino José Chavantes	80:000	75:828						
370	Br	Manoel Joaquim Dias Junior	80:00	75:828						
135	Br	Ernesto Achiles de M. Senra		160:000	208:018					

COMENTÁRIOS: Fabrico de charutos. "Grande Fábrica Michaelense" - Salvador.

PERÍODO	1890 a 1901	COD.	055	EMP.	Dias Bastos & Cia		SEDE	S. Félix		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1890	1895	1901					
120	Br	Domingos Moreira Dias Bastos	30:000	60:000	20:000					
121	Br	Domingos Moreira Dias Bastos Junior	00:000	31:000						
439	Br	Turibio Ferreira Gomes	00:000	30:000	18:000					

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo e outros produtos
Compra de fumo e outros produtos. Indústria do fumo.

PERÍODO	1891 a 1899	COD. 016	EMP. Albino Milhazes e Nova		SEDE Cachoeira	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.		SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.		SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.		SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.		SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.		SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1891	1899						
016	Port	Albino José Milhazes	20:000	20:000						
467	Port	Zacharias da Nova Milhazes	10:000	20:000						

COMENTÁRIOS:

PERÍODO	1892 a 1894	COD. 004	EMP. Aguiar e Nascimento	SEDE Salvador	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1892	1894						
262	Br	José Henrique de Aguiar	1:000	1:000						
263	Br	José Ricardo do Nascimento	1:000	1:000						

COMENTÁRIOS: Comércio e industrialização do fumo.

PERÍODO	1892 a 1910	COD. 040	EMP. Bastos e Bührmann	SEDE Feira de Santana	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1892	1893	1910					
185	Por	Francisco da Motta Bastos	1:000	30:000	30:000					
909	Al	Carlos Bührmann	0:000	20:000	20:000					

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1892 a 1914	COD.	025-1	EMP.	August Suerdieck		SEDE	C. das Almas		FIL.	C. das Almas
PERÍODO	1914 a 1930	COD.	025-2	EMP.	Suerdieck & Cia		SEDE	Maragogipe		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1914	1923	1925	1930				
073	Al	August Suerdieck	353:692	1.200:000	1.200:000	1.200:000				
180	Al	Ferdinand Suerdieck	20:000	20:000						
226	Al	Gerhard Meyer		25:000	25:000	25:000				
237	Al	Hermine Suerdieck			200:000	200:000				

COMENTÁRIOS: Do ano de 1892 iniciou August Suerdieck suas atividades por conta própria com exportação de fumo em Cruz das Almas. Em 1905 - August Suerdieck transferiu seu irmão Ferdinand Suerdieck para Maragogipe, onde foi instalada a primeira fabricação de charutos com apenas 50 operários. Fez então August Suerdieck o desdobramento de sua firma em duas distintas. Aug. Suerdieck - exportação de fumo e A. Suerdieck - fábrica de charutos. Em 1914 deu-se a junção das duas firmas que passou a girar sob a razão social de Suerdieck & Cia., ano em que foi admitido como sócio Ferdinand Suerdieck.

PERÍODO 1892 a 1930 COD. 113 EMP. Leite e Alves SEDE R. Janeiro FIL. Salvador

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1892	1893	1894	1907	1908	1913	1921	1924	1930
087	Br	Bento José Leite	150:000	150:000	200:000	200:000					
312	Br	José Alves Marques Jordão	150:000	150:000							
088	Port	Bento Alves Machado Mendes			200:000	200:000	270:000	250:000	150:000	300:350	
390	Br	Octavio Augusto Leite Mendes					270:000	250:000	150:000	150:000	150:000
078	Port	Anthero Alves Lino Gaspar							150:000	300:000	
313	Br	José Aristides Leite Mendes							150:000	300:000	
089	Br	Bento Alves Teixeira Mendes								150:000	150:000

COMENTÁRIOS: Em 1856, a firma do R. de Janeiro fundava aqui uma filial.//Industrialização e exportação de fumo.//José A. Marques Jordão, morreu em 1893.// Bento José Leite, morreu em 1907.

PERÍODO	1893 a 1896	COD.	078-1	EMP.	Ferreira & Alves		SEDE	Salvador		FIL.	
PERÍODO	1896 a 1901	COD.	078-2	EMP.	F. J. Ferreira		SEDE	Salvador		FIL.	S. Felix
PERÍODO	1901 a 1905	COD.	078-3	EMP.	Francisco Ferreira & Cia.		SEDE	Salvador		FIL.	S. Félix
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1893	1896	1896	1901	1901	1904	1905
196	Br	Francisco J. Ferreira	5:000	5:000	5:000	141:739	141:740	141:170	141:170
915	Br	Emílio Francisco Alves	5:000	5:000					
268	Br	José Soares					0:000	0:900	
400	Br	Paulo Hermínio da Conceição						0:000	0:000

COMENTÁRIOS: Indústria do fumo. / Obs.: Em 1870 a firma já existia.
1905 - última referência ao capital

PERÍODO	1893 a 1900	COD.	001	EMP.	Andrade e Nery		SEDE	Muritiba	FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE		FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1893	1900						
292	Br	João Félix dos Santos Andrade	5:000	11:125						
063	Br	Antonio Porfirio dos Santos Nery	5:000	11:125						

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1893 a 1901	COD. 023	EMP. Andresen & Cia.			SEDE Salvador			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1893	1899	1901						
333	Al	Karl Andresen	10:000	80:000	80:000						
462	Al	Wilhelm Bluemler	0:000	70:000	70:000						

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO 1893 a 1901	COD. 079	EMP. Guerreiro Neves & Cia.	SEDE Maragogipe	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1893	1901						
307	Br	João Primo Guerreiro	6:000	3:000						
457	Br	Virgilio Neves	3:000	1:500						

COMENTÁRIOS: Indústria de fumo.

PERÍODO	1894 a 1899	COD.	108	EMP.	Leitão e Farias			SEDE	Stº Antonio	FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1894	1899						
221	Br	Galdino Alves Leitão	25:000	25:000						
293	Br	João Joaquim de Farias	7:000	7:000						

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo e outros produtos.
1899 - casa de molhados.

PERÍODO 1895 a 1899 COD. 160-1 EMP. Rodenburg & Cia SEDE S. Félix FIL.

PERÍODO 1899 a 1900 COD. 160-2 EMP. Simas e Rodenburg SEDE S. Félix FIL.

PERÍODO 1900 a 1904 COD. 160-3 EMP. B. Rodenburg SEDE S. Félix FIL.

PERÍODO 1904 a 1905 COD. 160-4 EMP. B. Rodenburg & Cia. SEDE S. Félix FIL.

PERÍODO 1905 a 1922 COD. 160-5 EMP. Steuder & Cia. SEDE S. Félix FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	NOME	1895	1895	1899	1899	1900	1900	1904	1904	1905	1905	1913	1916	1918	1922
035	Al	Bernhard Rodenburg	200:000	200:000	200:000	50:000	50:000	50:000	50:000	20:270	10:000					
209	Al	Guilherme Riegner	0:000	0:000	0:000											
116	Al	Conrad Hartfeld	0:000	0:000	0:000											
084	Br	Arthur Furtado de Simas				50:000	50:000									
		Hermann Stolz & Cia								20:270	20:270	34:000	100:000	100:000	100:000	100:000
227	Al	Hermann Steuder										33:000	0:000	33:180		
193	Al	Franz Feuerherd										33:000	0:000	0:000	0:000	33:180
411	Br	Rodolfo Hans Stolz													0:000	0:000
162	S. Al	Ernst Tobler													0:000	0:000

COMENTÁRIOS: Em 1905 Hermann Stolz & Cia., cedem à Franz Feuerherd, do seu capital de 67:000, a quantia de 33:000 contos de réis
Industrialização e exportação de fumo.
Em 1905 Rodenburg vendeu sua fábrica à Steuder & Cia.

PERÍODO	1895 a 1899	COD.	007-1	EMP.	Angelo Almeida & Cia.		SEDE	Amargosa		FIL.	
PERÍODO	1899 a 1901	COD.	007-2	EMP.	Ramiro Barbosa & Cia.		SEDE	Amargosa		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1895	1899	1899	1901				
048	Br	Angelo José de Souza	20:000	20:000						
426	Br	Ramiro Barbosa de Almeida	15:000	15:000	20:000	20:000				
902	Br	Bento D'Almeida	15:000	15:000	20:000	20:000				

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo e outros produtos.

PERÍODO 1895 a 1904 COD. 184-1 EMP. Zacharias da Nova Milhazes SEDE Cachoeira FIL.

PERÍODO 1904 a 1909 COD. 184-2 EMP. C. Milhazes & Cia. SEDE Cachoeira FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1895	1904	1904	1909				
467	Port	Zacharias da Nova Milhazes	50:000	0:000	0:000	0:000				
377	Port	Manoel Marques Milhazes	0:000	0:000						
113	Br	Constança Milhazes			20:000	20:000				

COMENTÁRIOS: Indústria de fumo.
1909 - último documento encontrado sobre a firma.

PERÍODO	1896 a 1900	COD.	050-1	EMP.	Cardoso e Reis			SEDE	Cachoeira	FIL.	
PERÍODO	1900 a 1901	COD.	050-2	EMP.	Cardoso Reis & Cia.			SEDE	Cachoeira	FIL.	
PERÍODO	1901 a 1905	COD.	050-3	EMP.	Milhazes e Reis			SEDE	Cachoeira	FIL	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1896	1900	1900	1901	1901	1905		
170	Br	Francisco Cardoso e Silva	78:122	78:122	25:000	25:000				
299	Port	José Gonçalves de O. Reis	78:122	78:122	25:000	25:000	50:000	63:000		
016	Port	Albino José Lilhazes			50:000	50:000	50:000	63:000		

COMENTÁRIOS: Exportação e comercio de fumo. Francisco Cardoso e Silva morreu em 1900.
Firmas em liquidação: Francisco Cardoso e Silva & Cia.; Francisco Cardoso & Cia.; Pinto Cardoso & Cia. (todas

PERÍODO	1896 a 1903	COD.	002-1	EMP.	A. GUIMARÃES & Cia.			SEDE	S. Félix		FIL.				
PERÍODO	1903 a 1907	COD.	002-2	EMP.	Plínio Moscozo & Cia.			SEDE	S. Félix		FIL.	Salvador			
PERÍODO	1907 a 1912	COD.	002-3	EMP.	Plinio Moscozo			SEDE	S. Félix		FIL.	Salvador			
PERÍODO	1912 a 1930	COD.	002-4	EMP.	Plínio Moscozo & Cia			SEDE	Salvador		FIL.	S. Félix			
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE			FIL.				
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE			FIL.				
CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E		1896	1898	1903	1903	1907	1907	1912	1912	1920	1922	1928	1930
070	Port	Antonio Guimarães e Souza		150:000	150:000	150:000									
408	Br	Plinio Moscozo		100:000	100:000	100:000	100:000	100:000	100:000	100:000	350:000	350:000	400:000	200:000	200:000
127	Port	Domingos Leal		50:000	50:000										
178	Br	Florentina Guimarães e Souza					150:000	197:439							
350	Br	Marcelino José Moscozo									50:000	100:000	100:000		
459	Br	Waldemar Plinio Moscozo										50:000	50:000	300:000	300:000
371	Br	Manoel Marques Gonçalves										50:000	50:000	0:000	
409	Br	Plinio Moscozo Filho												125:000	125:000
721	Br	Joaquim Barreto de Araujo												125:000	125:000
165	Br	Eurico Moscozo												125:000	125:000
032	Br	Alvaro Moscozo												125:000	125:000

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1896 a 1905	COD. 031	EMP. Bley e Abbehusen			SEDE Salvador			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.	
CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1896	1901	1905					
225	Al	Georg Wilhelm Bley		35:000	35:000					
322	Al	Johann Hermann Abbehusen		15:000	15:000					

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.// Estrutura de capital a partir de 1901.// Esta firma tem sua origem na Boldt, Katenkamp & Cia., posteriormente chamouse F.W. Winkel, depois, F.W. Winkel, Sucessores e finalmente Bley e Abbehusen.

PERÍODO	1898 a 1907	COD.	088-1	EMP.	José Pereira			SEDE	Salvador	FIL.	
PERÍODO	1900 a 1915	COD.	088-2	EMP.	José Pereira & Cia			SEDE		FIL.	
PERÍODO	1916 a	COD.	088-3	EMP.	Edwinn Maskell			SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1898	1900	1900	1910	1915	1916		
286	Port	José Pereira	15:000	15:000	15:000	20:103$500	25:000			
148	Ing	Edwinn Maskell			15:000	20:103$500	24:000	24:000		

COMENTÁRIOS: Indústria de fumo e outros produtos.
1916 - último documento encontrado sobre a firma.

PERÍODO	1898 a 1900	COD. 003-1	EMP.	Polzin & Cia.			SEDE	Salvador		FIL.	
PERÍODO	1900 a 1928	COD. 003-2	EMP.	Behrmann & Cia.			SEDE	Salvador		FIL.	C. das Almas
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1898	1900	1900	1928				
186	Al	Ferdinand Polzin	50:000	50:000						
461	Al	Wilhelm Behrmann	0:000	30:000	50:000	50:000				
341	Al	Ludwig Holzgrefe			00:000	20:000				

COMENTÁRIOS: A Lohmann & Cia. transformou-se com Franz Arckenoe como sócios, em Lohmann & Cia, sucessores. Quando Franck foi para a Europa, a firma assumiu a razão social de Franz Arckenoe. Saindo Franz Arckenoe, a firma transformou-se em Franz Arckenoe sucessores. Posteriormente chamou-se Polzin & Cia. Afastando-se Polzin, transformou-se em Behrmann & Cia., encerrando sua vida comercial sob a razão social de W. Behrmann. (v. erd. de F. Exp.)

PERÍODO	1899 a 1901	COD. 146	EMP. Pinto Cardozo & Cia.	SEDE Alagoinhas	FIL. Salvador
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1899	1901						
079	Desc	Anisio Pinto Cardozo	25:000	20:000						
		Francisco Cardozo e Silva & Cia.	25:000	25:000						

COMENTÁRIOS: Comércio e enfardação de fumo.

PERÍODO	1899 a 1902	COD.	166	EMP.	Silva e Araujo		SEDE	Amargosa		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1899	1902						
064	Br	Antonio d'Araujo Caldas	5:000	5:000						
244	Br	Isidro Gomes da Silva	5:000	5:000						

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1899 a 1904	COD. 139-1	EMP. Overbeck e Hoyer	SEDE	Salvador	FIL.			
PERÍODO	1904 a 1930	COD. 139-2	EMP. Wilhelm Overbeck & Cia.	SEDE	Salvador	FIL.	Maragogipe/C.das Almas/S.Félix/Cas-		
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE		FIL.	Amargosa/S. Ant. de Jesus/S. Amaro/F.do		
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE		FIL.	Santana		
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE		FIL.			
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE		FIL.			

CÓDICO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1899	1904	1904	1905	1910	1924	1928	1929	1930
234	Al	Hermann Overbeck	65:000	65:000	25:000	25:000	0:000				
217	Al	George Hoyer	65:000	65:000	25:000	25:000					
465	Al	Wilhelm Overbeck			20:000	20:000	100:000	100:000	100:000	280:000	280:000
274	Al	Johann F. Wöhmann			10:000	0:000					
235	Al	Hans Steinbach					20:000	20:000	20:000	20:000	
330	Al	Julius W. Kulenkampff						400:000	400:000	450:000	450:000
192	Al	Friedrich Martin Victor						400:000	400:000	450:000	450:000
334	Al	Kurt Stucken Schimidt								20:000	20:000

PERÍODO 1889 a 1905 COD. 171-1 EMP. Stumpe e Studer SEDE Salvador FIL.

PERÍODO 1906 a 1909 COD. 171-2 EMP. Stumpe e Meyer SEDE Salvador FIL.

PERÍODO 1909 a 1913 COD. 171-3 EMP. Studer e Meyer SEDE Salvador FIL.

PERÍODO 1913 a 1916 COD. 171-4 EMP. J. Studer & Cia. SEDE Salvador FIL.

PERÍODO 1916 a 1920 COD. 171-5 EMP. Hoffmeister, Witte & Cia. SEDE Salvador FIL.

PERÍODO 1920 a 1930 COD. 171-6 EMP. J. Studer & Cia. SEDE Salvador FIL.

CÓDIGO DO REPRESENTANTE	CAC	N O M E	1895	1905	1906	1906	1909	1909	1913	1913	1916	1916	1920	1920	1924	1930
108	A1	Christoph Martin Stumpe	25:000	25:000	25:000	75:000	75:000	100:000	100:000	100:000	100:000	100:000	100:000	100:000	100:000	
323	S. A1	Jacques Studer	25:000	25:000	25:000			75:000	75:000	100:000	100:000					
183	A1	Frank Meyer		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]							
228	A1	Hermann H. Hoffmeister								25:000	25:000	25:000	25:000	150:000	150:000	150:000
109	A1	Clausotto E. Witte								25:000	25:000	25:000	25:000	150:000	150:000	150:000
324	S. A1	Jakob Studer												100:000	200:000	200:000

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.//Relatório da Secretaria de Agricultura - 1935 - firma exportadora de fumo e café.

PERÍODO	1899 a 1913	COD. 181	EMP. Vonderlinde & Cia *			SEDE Salvador		FIL. St9 Ant. de Jesus Agua Fria		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE		FIL		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE		FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE		FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE		FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE.		FIL.		

CODIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1899	1900	1911	1913				
444	Al	Theodor Von der Linde	150:000	200:000	200:000	200:000				
466	Al	Wilhelm Hartkopp	150:000	15:000						
102	Al	Carl Böving	100:000	200:000						
437	Al	Fritz Schröter	100:000	25:000						
199	Al	Fritz Vesper		100:000	100:000	200:000				

COMENTÁRIOS: *Esta firma é sucessora da Böving e Schröter, que já existia em 1870
1913 - última referência ao capital da firma von der Linde, que continuou existindo até a morte de Theodor von der Linde em 1929 OBJ.: exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO 1900 a 1903 COD. 167 EMP. Schmidt e Seegers SEDE Salvador FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1900	1903						
361	Al	Max Schmidt	50:000	50:000						
065	Al	August Seegers	50:000	50:000						

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1900 a 1903	COD. 061-1	EMP. Ed. Stumpe	SEDE	St9 Antonio de Jesus	FIL.	S. Félix
PERÍODO	1903 a 1911	COD. 061-2	EMP. Ed. Stumpe & Cia.	SEDE	Salvador	FIL.	S. Félix/Conc. do Almeida/S. Ant.de
PERÍODO	1911 a 1911*	COD. 061-3	EMP. Ed. Stumpe	SEDE	Salvador	FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE		FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1900	1903	1903	1911	1911			
164	Al	Eduard Stumpe	10:000	10:000	10:000	10:000	10:000			
110	Al	Carl Runge			0:000	0:000				

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos e importação de farinha-do-reino e outros artigos.
1911 - último documento encontrado sobre estrutura de capital.//Além do capital existente, a casa disponha de

PERÍODO	1900 a 1905	COD. 018	EMP. Aguiar e Costa	SEDE Nazaré	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1900	1905						
125	Port	Domingos Valente Aguiar	30:000	30:000						
053	Port	Antonio dos Santos Costa	10:000	10:000						

COMENTÁRIOS: Comercio de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1900 a 1912	COD.	152-1	EMP. Poock & Cia.			SEDE R. G. do Sul			FIL. Cachoeira (BA)	
PERÍODO	1912 a 1916	COD.	152-2	EMP. Cia. de Charutos Poock			SEDE R. G. do Sul			FIL. Cachoeira (BA)	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1900	1912	1912	1916				
214	Al	Gustavo Poock	30:000	43:530	227:000	227:000				
		OUTROS	570:000	827:070	1 186:000	1 186:000				
		Brasilianische Bank Fur Deutschland			18:000	18:000				
		Banco da Provincia			22:000	22:000				
195	Al	Frederico Ruge			23:000	23:000				
215	Ing	George W. Lawson			24:000	24:000				

COMENTÁRIOS: Indústria e exportação de fumo.

PERÍODO	1901 a 1908	COD. 032	EMP. Blümler e Pauli			SEDE Salvador			FIL. S. Félix		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1901	1908							
462	Al	Wilhelm Blümler	50:000	00:000							
463	Al	Wilhelm Pauli	50:000	00:000							

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1901 a 1911	COD. 133	EMP. Ottens & Cia.			SEDE Salvador			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1901	1903	1911					
925	Al	Karl Julius Ottens	50:000	50:000	50:000					
197	Al	Ferdinand H. Ottens	00:000	50:000	50:000					

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1901 a 1930	COD. 119	EMP. Motta e Filho			SEDE Jequié			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1901	1930							
066	Br	Antonio Ferreira da Motta	8:000	10:000							
147	Br	Emílio Ferreira da Motta	0:000	10:000							

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1902 a 1903	COD. 008	EMP. Affonso Show da Motta e Silva & Cia.			SEDE	Salvador		FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1902	1903						
903	Port	Affonso Show da Motta e Silva	4:000	4:000						
002	Br.	Adelaide Sobral da Motta e Silva	2:000	2:000						

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo.

PERÍODO	1902 a 1924	COD. 115-1	EMP. Lopes Miranda & Cia.	SEDE Cachoeira	FIL. Salvador						
PERÍODO	1924 a 1927	COD. 115-2	EMP. Lopes e Souza	SEDE Cachoeira	FIL. Salvador						
PERÍODO	1927 a 1930	COD. 115-3	EMP. Souza Miranda & Cia	SEDE Cachoeira	FIL. Salvador						
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.						
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.						
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.						

CÓDICO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1902	1905	1911	1912	1924	1924	1927	1927	1930
		Milhazes e Reis	30:000	30:000							
		Souza & Cia.	16:000	16:000	16:000	16:000	42:280				
282	Br	Joaquim Pacheco de Miranda	11:000	11:000	11:000	11:000	1:280			25:000	25:000
298	Br	José Emídio da Costa Falcão	9:000	9:000	9:000	9:000	27:590				
297	Br	José Joaquim Vieira Lopes	18:000	18:000	18:000	18:000	76:874	50:000	50:000		
449	Br	Vicente Ferreira de Farias	16:000	16:000	16:000						
299	Port	José Gonçalves D'Oliveira Reis				15:000	40:000				
016	Port	Albino José Milhazes				15:000	29:770			25:000	25:000
432	Br	Sabino Ferreira de Farias				16:000	28:170				
143	Br	Epiphanio José de Souza						50:000	50:000	50:000	50:000

PERÍODO	1903 a 1911	COD. 087	EMP. Isensee & Cia.				SEDE Salvador			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1903	1906	1908	1911				
231	Al	Hermann Peter Isensee	5:000	5:000	5:000	0:000				
149	Br	Emílio Eduardo Schlüpper	25:000	25:000						

COMENTÁRIOS: Exportação de produtos do país.
Obs: O hamburguês Duhn Krak, que havia enriquecido na Argentina com negócios de madeira, financiou a firma Isensee & Cia, a partir de [illegible], a qual veio a falir em 1911. Não se tem dados do capital por ele fornecido

PERÍODO 1904 a 1912	COD. 090-1	EMP. Joh. Grimmenstein & Cia.	SEDE Stº Antonio	FIL. C. de Almeida	
PERÍODO 1912 a 1913	COD. 090-2	EMP. Joh. Grimmenstein	SEDE Stº Antonio	FIL. Castro Alves, Sapé	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1904	1912	1912	1913				
264	A1	Johann Grimmenstein	10:000	10:000	20:000	20:000				
425	A1	Richard Grimmenstein	10:000	10:000						

COMENTARIOS: Exportação de fumo e outros produtos.
1913 - Último documento encontrado sobre a firma.

PERÍODO	1905 a 1908	COD.	173-1	EMP.	Schwab e Timmann	SEDE	Salvador	FIL.	Sev Antº de Jesus		
PERÍODO	1908 a 1918	COD.	173-2	EMP.	Raphael Schwab	SEDE	Salvador	FIL.	Amargosa Nazaré		
PERÍODO	1918 a 1919	COD.	173-3	EMP.	Raphael Schwab & Cia	SEDE	Salvador	FIL.	Amargosa		
PERÍODO	a	COD.		EMP.		SEDE		FIL.			
PERÍODO	a	COD.		EMP.		SEDE		FIL.			
PERÍODO	a	COD.		EMP.		SEDE		FIL.			

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1905	1908	1908	1918	1918	1919		
427	Al	Raphael Schwab	20.000M	20.000M	20.000M	20.000M	100:000	135:145$500		
006	Al	Adolf Timmann	10.000M	10.000M						
056	Br	Arnulpho Rebouças Rodrigues						17:704$500		

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.
A firma continua com R. Schwab sozinho, com o objetivo: comércio de comissão, consignação e conta própria.

PERÍODO	1905 a 1930	COD. 175	EMP. Tude, Irmão & Cia.				SEDE Salvador			FIL. Jaguaquara	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1905	1917	1919	1923	1930				
404	Desc	Plinio Tude de Souza	40:000	40:000	900:000	900:000	900:000				
155	Desc	Epiphanio Fernandes de Souza	20:000	20:000	900:000	900:000	900:000				
157	Desc	Eudoro Tude de Souza	40:000	1:300:000							
405	Desc	Pompilio Fernandes de Souza		300:000	391:353						
385	Desc	Noé Rodrigues Nunes			170:000	170:000	170:000				
433	Desc	Silio Machado Pedreira			50:000	50:000	50:000				
301	Desc	José Félix de Aquino		80:000	30:000	30:000	30:000				
354	Itl	Miguel Bartilotti			500:000	500:000	500:000				
353	Desc	Manuel Coriolado Dantas			250:000	250:000	250:000				
417	Desc	Ricardo Jenkins Filho			200:000	200:000	200:000				

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.
1923 - Epiphanio F. de Souza passa a assinar-se Epiphanio Tude de Souza.

PERÍODO	1906 a 1909	COD.	035-1	EMP.	Barbosa e Orrico	SEDE	Jequié	FIL.	
PERÍODO	1909 a 1920	COD.	035-2	EMP.	Cezar Orrico	SEDE	Jequié	FIL.	
PERÍODO	1920 a 1926	COD.	035-3	EMP.	Cezar Orrico, Irmãos	SEDE	Nazaré	FIL.	Jequié/Salvador Jaguaquara
PERÍODO	1926 a 1930	COD.	035-4	EMP.	Cezar Orrico e Filhos	SEDE	Salvador	FIL.	Nazaré/Mutuípe/ Jequié
PERÍODO	a	COD.		EMP.		SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.		SEDE		FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1906	1909	1909	1920	1920	1922	1926	1926	1930
398	Desc	Pedro da Rocha Barbosa	50:000	50:000							
105	It	Cezar Orrico	50:000	50:000	50:000	50:000	100:000	100:000	150:000	750:000	750:000
428	It	Settimo José Orrico					50:000	50:000	50:000		
446	It	Vicente Orrico					50:000	50:000	50:000		
383	It	Miguel Orrico					10:000	9:000			
208	Br	Francisco Orrico Neto								35:000	35:000
445	Br	Ubaldo Orrico								15:000	15:000

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.
Relatório da Secretaria de Agricultura - 1935 - firma exportadora de fumo.

PERÍODO	1907 a 1930	COD.	024	EMP.	A. Guimarães & Cia			SEDE	Salvador	FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1907	1916	1919	1930				
440	Br	Thomé Pereira de Araújo	5:000	10:000	50:000	50:000				
052	Br	André Rodrigues Guimarães	0:000	30:000	50:000	50:000				

COMENTÁRIOS: Comércio e indústria do fumo.

[illegible]	[illegible]	[illegible]	COD. [illegible]	EMP. [illegible]				SEDE Salvador		FIL.	
PERÍODO	a		COD.	EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a		COD.	EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a		COD.	EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a		COD.	EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a		COD.	EMP.				SEDE		FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1909	1918	1923					
269	Br	José Lourenço Reis	15:000	30:000						
029	Br	Alfredo da Silva Ruas	15:000	30:000	30:000					
051	Desc	Augusto da Cruz Reis		30:000	30:000					

COMENTÁRIOS: Indústria do fumo.

PERÍODO	1910 a 1917	COD.	038-1	EMP.	Baptista Scaldaferri, Irmãos&Cia	SEDE	Jequié	FIL.	Nazaré		
PERÍODO	1917 a 1930	COD.	038-2	EMP.	Scaldaferri & Irmãos	SEDE	Salvador	FIL.	Nazaré		
PERÍODO	1930 a 1930	COD.	038-3	EMP.	Scaldaferri, Irmãos & Cia.	SEDE	Salvador	FIL.	Nazaré Amargosa		
PERÍODO	a	COD.		EMP.		SEDE		FIL.			
PERÍODO	a	COD.		EMP.		SEDE		FIL.			
PERÍODO	a	COD.		EMP.		SEDE		FIL.			

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1910	1917	1917	1919	1930	1930		
254	Itl	João Baptista Scaldaferri	100:000	100:000	100:000	200:000	200:000			
201	Itl	Fernando Scaldaferri	50:000	50:000	50:000	200:000	200:000	331:000		
037	Itl	Antonio Scaldaferri	50:000	50:000	50:000	200:000	200:000	331:000		
374	Itl	Miguel Maimone	50:000	50:000						
904	Itl	Otílio Scaldaferri						163:000		
413	Itl	Raphael Ponzio						120:000		
436	Itl	Sigisberto Longo						25:000		
905	Itl	Miguel Contelli						15:000		
906	Itl	Sante Calavoupe						15:000		

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO 1910 a 1923 COD. 016-1 EMP. Arthur Vellame e Martinho SEDE Cruz das Almas FIL.

PERÍODO 1923 a 1926 COD. 016-2 EMP. Antonio Fc9 Rodrigues Vellame SEDE Cruz das Almas FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1910	1923	1923	1926				
040	Br	Arthur Rodrigues Vellame	3:000	3:000						
376	Br	Martinho Rodrigues Vellame	3:000	3:000						
041	Br	Antonio F. Rodrigues Vellame			80:000	80:000				

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo
1926 - último documento encontrado.

PERÍODO [illegible] a [illegible] COD. 034-1 EMP. B. Marotta e Mensitiere SEDE Jequié FIL.

PERÍODO 1921 a 1926 COD. 034-2 EMP. Mensitiere e Maimone SEDE S. Félix FIL.

PERÍODO 1926 a 1929 COD. 034-3 EMP. Mensitiere, Maimone e Larocca SEDE S. Felix FIL. Salvador

PERÍODO 1929 a 1930 COD. 034-4 EMP. Mensitiere Maimone SEDE S. Félix FIL. Salvador

PERÍODO 1930 a 1930 COD. 034-5 EMP. Miguel Maimone SEDE S. Félix FIL. Salvador

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1912	1921	1921	1926	1926	1929	1929	1930	1930
247	It	José Mensitiere	1:500	1:500			20:000	20:000	20:950	20:950	-
374	It	Miguel Maimone					20:000	20:000	20:950	20:950	20:950
128	It	Domingos Larocca					15:000	15:000			
091	It	Braz Marotta	9:910	9:910							

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo e outros produtos.
1921 - falta de dados.

PERÍODO	1912	a 1920	COD.	114-1	EMP.	A. Vieira de Mello		SEDE Maragogipe		FIL.	
PERÍODO	1920	a 1923*	COD.	114-2	EMP.	A. Vieira de Mello & Cia.		SEDE Maragogipe		FIL.	
PERÍODO		a	COD.		EMP.			SEDE		FIL.	
PERÍODO		a	COD.		EMP.			SEDE		FIL.	
PERÍODO		a	COD.		EMP.			SEDE		FIL.	
PERÍODO		a	COD.		EMP.			SEDE		FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1912	1920	1920	1923				
035	Br	Anphilophio Vieira de Mello	6:650	0:000	0:000	0:000				
086	Br	Bartolomeu José de Sant'Anna			20:000	20:000				

COMENTÁRIOS: Obj.: Industrialização de fumo
* Último documento encontrado

PERÍODO 1913 a 1916 COD. 141-1 EMP. Pedreiras & Cia. SEDE S. Gonçalo FIL.

PERÍODO 1916 a COD 141-2 EMP. Pedreira da Silva & Cia SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1913	1916	1916*					
308	Desc	José Machado Pedreira da Silva	5:000	5:000	10:000					
232	Br	Hannibal de Lima Pedreira	5:000	5:000						
468	Desc	Antonio Carlos Pedreira	40:000	40:000	40:000					

COMENTÁRIO: Comércio de fumo.
1916 - último documento encontrado.

PERÍODO 1921 a 1925*	COD. 118-2	EMP. Gerrit Friedrichs	SEDE Salvador	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1913	1921	1921	1925*				
211	Al	Gerrit Friedrichs	8:500	8:500	15:000	15:000				
006	Al	Adolf Timmann	8:500	8:500						

COMENTÁRIOS: Obs.: o sócio Adolf Timmann faleceu em 3/01/1921.
Obj.: compra e venda de gêneros do país e do estrangeiro e representação de casas estrangeiras e/ou nacionais/exportação e comissões.

* Último documento encontrado.

PERÍODO 1913 a 1930	COD. 156	EMP. RICHARD GRIMMENSTEIN	SEDE Stº Antº de Jesus	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1913	1930						
425	A1	Richard Grimmenstein	10:000	10:000						

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO 1914 a 1917 COD. 042-1 EMP. Bandeira & Cia. SEDE Salvador FIL.

PERÍODO 1917 a 1923 COD. 042-2 EMP. J. Bandeira e Duarte SEDE Salvador FIL.

PERÍODO 1923 a 1927 COD. 042-3 EMP. Bandeira, Duarte & Cia.Ltda. SEDE Salvador FIL.

PERÍODO 1927 a 1930 COD. 042-4 EMP. J. Bandeira & Cia. SEDE Salvador FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1914	1917	1917	1922	1923	1923	1926	1927	1927	1930
011	Bre	Alberto d'Azevedo Bandeira	29:000	29:000								
043	Br	Antonio Sá Barreto Lemos	1:000	1:000								
326	Br	Joaquim Bandeira Filho			5:000	25:000	25:000	40:000	60:000	60:000	60:000	60:000
168	Br	Euclides da Silva Duarte			5:000	25:000	25:000	30:000	40:000	17:360		
327	Br	João Daniel Lopes					50:000	50:000				
007	Br	Afonso Bandeira Chaves							20:000	20:000	20:000	20:000

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1917 a 1925	COD. 164-2	EMP. Alcides Victoria	SEDE Salvador	FIL.
PERÍODO	925 a 1930	COD. 164-3	EMP. A. Victoria & Cia.	SEDE Salvador	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1914	1917	1917	1922	1925	1925	1926	1930
258	Br	José Ramos de Almeida	5:000	7:000						
019	Br	Alcides da Costa Vitória	5:000	0:000	5:000	20:000	20:000	60:000	90:000	90:000
355	Br	Manoel da Costa Ferreira						40:000	0:000	
337	Br	Lucio Victoria							10:000	10:000

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.
Em 1935 a firma ainda existe sob a razão A. Victória & Cia Ltda. (Relatório da Sec. de Agricultura - 1935) - firma esportadora de fumo.

PERÍODO 1915 a 1919	COD. 150	EMP. Pedro de Jesus	SEDE Stº Ant. de Jesus	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1915	1919						
406	Br	Pedro de Jesus	5:000	5:000						

COMENTÁRIOS: Obj.: fabrico de charutos.

PERÍODO	1918	a 1919	COD.	006-1	EMP.	Araujo & Cia.	SEDE	Salvador	FIL.	Cachoeira	
PERÍODO	1919	a 1921	COD.	006-2	EMP.	Cia. de Charutos da Bahia	SEDE	Salvador	FIL.	Cachoeira	
PERÍODO		a	COD.		EMP.		SEDE		FIL.		
PERÍODO		a	COD.		EMP.		SEDE		FIL.		
PERÍODO		a	COD.		EMP.		SEDE		FIL.		
PERÍODO		a	COD.		EMP.		SEDE		FIL.		

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1918	1919	1919	1921				
267	Br	João Bernadino de Araújo	40:000	40:000	1:000	1:000				
134	Br	Eugenio Porto D. Figueiredo	40:000	40:000	1:000	1:000				
342	Br	Luiz Salazar de Veiga Pessoa Filho	40:000	40:000	225:000	225:000				
289	Br	João do Rego Filho			5:000	5:000				
045	Br	Arthur Rodrigues de Morais			5:000	5:000				
901	Br	Joaquim da Silva Peixoto			1:000	1:000				
		OUTROS			62:000	55:000				

COMENTÁRIOS: Industrialização do fumo. Em 1919 o Sr. João Bernardino de Araújo e sua mulher Isabel Fernandes de Araújo (bras.) abrem uma ind. de fumo com capital de 10:000 (5:000 cada) que entra em liquidação em 1921.

PERÍODO	1918 a 1928	COD.	029	EMP.	BALLALAI & Cia.		SEDE	Salvador		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	

CODIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1918	1928						
		Plínio Moscoso & Cia (FIRMA)	200:000	140:000						
004	Fr	Adolf Ballalai	200:000	200:000						

COMENTÁRIOS: Comércio e exportação de fumo.

PERÍODO	1918 a 1930	COD. 095	EMP. José Brandão Torres	SEDE Castro Alves	FIL. Itaberaba
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1918	1929	1930					
273	Br	José Brandão Torres	20:000	120:000	180:000					

COMENTÁRIOS: Compra de fumo, café, couros e peles.
1931 - última referência à firma.

PERÍODO 1918 a 1930	COD. 117	EMP. Luiz Barreto Filho & Cia.	SEDE Salvador	FIL. Almas/F. de Santana/Itaberaba/Rui Barbosa/St9 ~~Antônio de Jesus~~ Sta. Inês/Jaguaquara/Oeba/Jequié/ Alagoinhas.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1929	1930						
338	Br	Luiz de Oliveira Barreto Filho	800:000	800:000						
		Julio Mailhos (FIRMA)	200:000	200:000						

COMENTÁRIOS: Só possuímos estrutura de capital da firma a partir de 1929.
Exportação de produtos do país. // Julio Mailhos - Sociedade Coletiva (URUGUAI)
Rel. da Secret. de Agricultura - 1935 - Firma exportadora de fumo e café

PERÍODO	1918 a 1930	COD. 162	EMP. Robert Simon			SEDE Salvador			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1918	1930						
412	Al	Robert Simon	100:000	00:000						

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.
Falência em 1930 - reabilita-se posteriormente.

PERÍODO 1919 a 1921	COD. 028-1	EMP. ALAMIRO ROSSI & CIA.	SEDE STº ANT. DE JESUS	FIL. NAZARÉ	
PERÍODO 1921 a 1925	COD. 028-2	EMP. ALAMIRO ROSSI	SEDE NAZARÉ	FIL.	
PERÍODO 1925 a 1930	COD. 028-3	EMP. ALAMIRO ROSSI & CIA.	SEDE JAGUAQUARA	FIL.	STº ANT. DE JESUS SALVADOR
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC.	N O M E	1919	1921	1921	1925	1925	1927	1930	
010	ITA	ALAMIRO ROSSI	30:000	30:000	20:000	20:000	200:000	200:000	200:000	
		SCALDAFERRI, IRMÃOS	50:000	50:000						
132	ITA	EGIDIO PAPALEO					80:000	80:000	80:000	
202	ITA	FRANCISCO FURLATI					80:000	54:000		

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1919 a 1925	COD. 179	EMP. Vasconcelos e Ahrns			SEDE Salvador			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1919	1925							
146	Al	Eduardo Ahrns	6:000	6:000							
402	Dr	Pedro de Goes Vasconcelos	6:000	6:000							

COMENTÁRIOS: 1925 - último documento encontrado
Comissão e representação.

PERÍODO 1919 a 1925 COD. 041 EMP. Barbieri & Cia. SEDE Maracaã FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1919	1925						
098	Itl	Braz Barbieri.	25:000	61:750						
399	Itl	Prospero Militerni	25:000	41:500						

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1919 a 1926	COD.	020-1	EMP. Adalberto Pereira & Cia.	SEDE	Feira de Santana	FIL.
PERÍODO	1926 a 1930	COD.	020-2	EMP. Marinho Santos & Cia.	SEDE	Feira de Santana	FIL.
PERÍODO	a	COD.		EMP.	SEDE		FIL.
PERÍODO	a	COD.		EMP.	SEDE		FIL.
PERÍODO	a	COD.		EMP.	SEDE		FIL.
PERÍODO	a	COD.		EMP.	SEDE		FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1919	1923	1926	1926	1930			
001	Br	Adalberto Constâncio Pereira	90:000	90:000	90:000					
239	Br	Hermínio Francisco dos Santos	70:000	70:000	70:000	100:000	100:000			
252	Br	João Marinho Falcão		40:000	40:000	100:000	100:000			

COMENTÁRIOS: Comércio do fumo e outros produtos.

PERÍODO 1919 a 1930 COD. 047 EMP. Compagnie Generale des Tabacs SEDE Paris FIL. Salvador

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1919	1930						
		Banque Française pour le Brésil	950.000	950.000						
		Credit Mobilier Français	1.000.000	1.000.000						
		Banque de la Seine	100.000	100.000						
922	Fr	Boul Lloux-lafont, Marcel	1.000.000	1.000.000						
		Societé du Construction du Porto de Bahia	300.000	300.000						
		Banco Hipothecario do Brasil	200.000	200.000						
		Societé Central des Banques de Province	2.250.000	2.250.000						
		Crédit Foncier Nalgerie et de Tunisie	975.000	975.000						
		OUTROS	1.225.000	1.225.000						

COMENTÁRIOS: Indústria e exportação de fumo.
Capital em franco.

PERÍODO	1919 a 1930	COD. 151	EMP. TUDE SOUZA & CIA.	SEDE SALVADOR	FIL. PARIS
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1919	1930						
404	Desc	Plínio Tude de Souza	90:000	90:000						
155	Desc	Epiphanio Fernandes de Souza	90:000	90:000						
354	Ita	Miguel Bartilotti	50:000	50:000						
417	Desc	Ricardo Jenking Filho	20:000	20:000						
353	Desc	Manuel Coriolano Dantas	20:000	20:000						
385	Desc	Noé Rodrigues Nunes	15:000	15:000						
301	Desc	José Félix de Aquino	5:000	5:000						
433	Desc	Silio Machado Pedreira	10:000	10:000						

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1898 a 1906	COD. 180	EMP. Victor & Cia.				SEDE Salvador			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1898	1906							
455	Br	Victor Soledade	10:000	10:000							
401	Br	Pedro Soledade	0:000	0:000							

COMENTÁRIOS: Indústria do fumo (fabrico de charutos).

PERÍODO	1920 a 1921	COD.	134-1	EMP.	Osório e Latrilha			SEDE	Alagoinhas	FIL.	
PERÍODO	1921 a 1926	COD.	134-2	EMP.	J. Osorio & Cia.			SEDE	Alagoinhas	FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1920	1921	1921	1926				
253	Port	João Osório da Fonseca	20:000	20:000	30:000	30:000				
081	Br	Antonio Latrilha	0:000	0:000						
082	Port	Antonio da Costa Gatto			30:000	30:000				

COMENTÁRIOS: Exportação e indústria de fumo.
1926 - último documento encontrado.

PERÍODO	1920 a 1922	COD.	100	EMP.	Joviniano Pereira de Almeida		SEDE	V. Grande		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1920	1922						
314	Br	Joviniano Pereira de Almeida	7:000	7:000						

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo e outros produtos.
1922 - último documento encontrado.

PERÍODO	1920 a 1923	COD. 010	EMP. Antonio Farias	SEDE Jequié	FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1920	1923						
060	Br	Antonio Farias	25:000	25:000						

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo e outros produtos.

PERIODO 1920 a 1923*	COD. 076	EMP. Francisco de Macedo	SEDE F. de Santana	FIL.	
PERIODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERIODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERIODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERIODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERIODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CODIGO DO PROPRIETARIO	NAC	N O M E	1920	1923						
173	Desc	Franscisco de Macedo	50:000	50:000						

COMENTARIOS: Enfardação de fumo

* Último documento encontrado.

PERÍODO 1920 a 1925	COD. 015	EMP. Agostinho F. da Motta e Filho	SEDE F. de Santana	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1920	1925						
009	Br	Agostinho Froes da Motta	200:000	200:000						
144	Br	Eduardo Froes da Motta	50:000	50:000						

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1921 a 1926	COD. 036	EMP. Britto Souza & Cia.			SEDE Salvador			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1921	1926							
381	Br	Manuel T. de Britto Cosme	10:000	5:000							
130	Br	Ernestino Santiago de Souza	20:000	17:000							
131	Br	Emília Diniz Velloso	20:000	20:000							

COMENTÁRIOS: Indústria do fumo e comércio de fumo e outros produtos.

PERÍODO 1921 a 1928 COD. 051-1 EMP. Cia. Comercial Overbeck SEDE FIL.

PERÍODO 1928 a 1929 COD. 051-2 EMP. Overbeck, Steinbach & Cia.Ltda. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1921	1928	1928	1929				
465	Al	Wilhelm Overbeck	433:000	442:000	500:000	500:000				
235	Al	Hans Steinbach	250:000	258:000	600:000	600:000				
236	Al	Hans Kolbe	80:000	80:000						
137	Br	Eduardo Diniz Gonçalves	10:000	15:000						
464	Al	Wilhelm Hülsen	10:000	20:000						
138	Al	E. Brandmüller	10:000	45:000						
139	Br	Euthimio da Cruz Baptista	1:000	20:000						
146	Al	Eduardo Ahrns	1:000	5:000						
386	Br	Odylon Santos	1:000	1:000						
023	Br	Alecander von Uslar		100:000	100:000	100:000				
930	Br	Alda Neves		5:000						
931	Al	Walter Steinbach		5:000						

PERÍODO	1921 a 1930	COD 153	EMP. John. Jürgens & Cia.	SEDE R. Janeiro	FIL. Salvador
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1921	1926	1930					
278	Al	Johann Jürgens	300:000	300:000	300:000					
336	Br	Karl Michaelis	300:000	300:000	300:000					
024	Br	Augusto Goldschmidt		0:000	0:000					

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1921 a 1930	COD.	011	EMP. Arnaldo Pimentel de Sá			SEDE Cachoeira			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1921	1925	1930					
059	Br	Arnaldo Pimentel de Sá	10:000	10:000	10:000					

COMENTÁRIOS: Agente do fumo

PERÍODO	1922 a 1923	COD.	071-1	EMP. Flaviano Pinheiro			SEDE C. das Almas			FIL.	
PERÍODO	1925 a 1926	COD.	071-2	EMP. F. Pinheiro & Cia			SEDE C. das Almas			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E		1922	1925	1925	1926				
205	Br	Flaviano Pinheiro		5:000	5:000	25:000	25:000				
189	Br	Francisco de Assis Garrido				25:000	25:000				

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo e outros produtos. 1926 - último documento encontrado.

PERÍODO 1922 a 1930	COD.072	EMP. Francisco de Assis Garrido	SEDE Salvador	FIL. C. das Almas
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1922	1930						
189	Br	Francisco de Assis Garrido	25:000	25:000						

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO 1922 a 1930	COD. 104	EMP. J. Barreto de Araujo	SEDE Salvador	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1922	1930						
321	Br	Joaquim Barreto de Araujo	100:000	100:000						
	"									

COMENTÁRIOS: Exportaçao de fumo, cafe e outros produtos.//Relatório da Secretaria de Agricultura - 1935 - firma exportadora de fumo.
Castro, José - Est. Unidos do Brasil - O Estado da Bahia - Exportadores de fumo do Estado da Bahia, 1926 [illegible]

PERÍODOS 1922 a 1930	COD. 122	EMP. MANUEL MARTINS DE SOUZA	SEDE VILA DO RASO	FIL.
PERÍODOS a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODOS a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODOS a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODOS a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODOS a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CODIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1922	1930						
929	Br.	Manuel Martins de Souza	10:000	10:000						

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1923 a 1925	COD.	046	EMP.	Carvalho Fraga & Cia.		SEDE	S. Felix		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1923	1925						
044	Br	Argemiro de Carvalho	20:000	00:000						
328	Br	João da Fraga Dias	20:000	00:000						
329	Br	Joaquim Rabello de Moraes	20:000	00:000						

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1923 a 1930	COD. 105	EMP. Jovino Amancio & Cia.*	SEDE Rio Grande do Sul	FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1928	1930						
259	Br	Jovino Amancio	100:000	100:000						
260	Br	Jose Esteve	0:000	0:000						

COMENTÁRIOS: *A firma e sucessora de Jovino Amancio, da qual nao possuimos o capital.
Obj.: compra e venda de café, fumo, couro, em comissao e conta própria.
Só possuimos estrutura de capital a partir de 1928.//1931 - último documento encontrado.

PERÍODO 1924 a 1927	COD. 133-1	EMP. Oswaldo Jacques & Cia.	SEDE Jesus/Ilhéus	FIL. Salvador
PERÍODO 1927 a 1930	COD. 135-2	EMP. Jacques & Alves	SEDE Ilhéus	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1924	1927	1927	1930				
388	Br	Oswaldo Jacques da Silva	75:000	50:000	50:000	50:000				
926	Br	Mario Murtcy Sant'Anna	25:000	0:000						
255	Desc	José Maria Alves Dias			50:000	50:000				
	"									

COMENTÁRIOS: Compra e venda de produtos do país, tais como café, fumo, etc., a grosso e a retalho.

PERÍODO	1924 a 1928	COD.	085-1	EMP.	Hannibal Pedreira			SEDE S.Gonçalo dos Campos		FIL. Stº Amaro	
PERÍODO	1928 a 1930	COD.	085-2	EMP.	Hannibal Pedreira & Cia.			SEDE S.Gonçalo dos Campos		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.				SEDE		FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1924	1928	1928	1930				
232	Br	Hannibal Pedreira	50:000	50:000	190:000	190:000				
036	Br	Anacleto Gomes da Silva			10:000	10:000				

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO 1924 a 1930	COD. 085	EMP. J. Borba & Cia.	SEDE Cachoeira	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1924	1930						
325	Br	Júlio Idalino Borba	10:000	10:000						
246	Br	Idalina Ribeiro Borba	10:000	10:000						

COMENTÁRIOS: Indústria do fumo.

PERÍODO	1925 a 1930	COD.	009	EMP.	Alcides de Almeida e Cia.		SEDE	Muritiba		FIL.	Itaperaba
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.		EMP.			SEDE			FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1925	1930						
018	Br	Alcides de Almeida	50:000	50:000						
219	Br	Geraldino de Almeida	50:000	50:000						

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo e outros produtos.

PERÍODO 1925 a 1930	COD. 077	EMP. Falcão & Cia.	SEDE Cachoeira	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1925	1930						
318	Desc	Joaquim Falcão	25:000	25:000						
317	Desc	José Nascimento da Costa Falcão	25:000	25:000						

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO 1926 a 1928	COD. 022	EMP. Abbehusen & Martfeld	SEDE S. Félix	FIL. tro Alves, Conceição de Feira, Stº Antº de Jesus.
PERÍODO 1929 a 1930	COD.	EMP. Abbehusen	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1926	1928						
322	Al	Johann Hermann Abbehusen	10:000	10:000						
397	Br	Oscar Martfeld	30:000	30:000						

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO 1927 a 1930 COD. 098 EMP. João Martins e Irmãos SEDE F. de Santana FIL. Salvador

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

PERÍODO a COD. EMP. SEDE FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1927	1930						
250	Br	João Martins da Silva	250:000	250:000						
057	Br	Antenor Martins da Silva	50:000	50:000						
251	Br	José Martins da Silva	00:00	00:000						

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo e outros produtos.
1935 - última referência sobre a firma.

PERÍODO 1928 a 1929	COD. 068	EMP. Furiati e Orrico	SEDE Stº Antº de Jesus	FIL. Areia	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1928	1929						
202	Itl	Francisco Furiati	50:000	0:000						
203	Itl	Francisco Orrico	50:000	0:000						

COMENTÁRIOS: Comércio de compra e venda de gêneros do país.

PERÍODO 1928 a 1929	COD. 136	EMP. W. Behrmann	SEDE Salvador	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1928	1929						
461	A1	Wilhelm Behrmann	600:000	600:000						

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1928 a 1930	COD. 060	EMP. Elias Monteiro			SEDE Salvador			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
CODIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1928	1930							
141	Br	Elias Monteiro	20:000	20:000							

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo.

PERÍODO 1928 a 1930	COD. 091	EMP. J. H. Erwin & Cia. Ltda.	SEDE Salvador	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1928	1930						
303	Ame	James Hubert Erwin	5:000	5:000						
304	Ing	Julius Emil Lies	5:000	5:000						

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo.
1935 - Relatório da Secretaria de Agricultura: firma exportadora de fumo.

PERÍODO 1928 a 1930	COD. 097	EMP. Joaquim Cravo e Filho	SEDE Alagoinhas	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1928	1930						
917	Br	Joaquim da Silva Cravo	50:000	50:000						
916	Br	Mário da Silva Cravo	50:000	50:000						

COMENTÁRIOS: Importação e Exportação de gêneros do país. Entre os produtos exportados: fumo.

PERÍODO 1923 a 1930	COD. 106	EMP. K. F. Gansberg	SEDE Salvador	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1928	1930						
332	Al	Karl Friedriech Gansberg	10:000	10:000						

COMENTÁRIOS: Exportaçao de fumo.

PERÍODO	1928 a 1930	COD. 109	EMP. L. Holzgrefe				SEDE Salvador			FIL. C. das Almas	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.				SEDE			FIL.	
CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1928	1930							
341	A1	Ludwig Holzgrefe	100:000	100:000							

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1928 a 1930	COD. 130	EMP. Moscozo & Cia.	SEDE Salvador	FIL. Castro Alves
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1928	1930						
408	Br	Plínio Moscozo	500:000	500:000						
165	Br	Eurico Moscozo	100:000	100:000						

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERIODO	1928 a 1930	COD. 159	EMP. Ramiro Pimentel de Sá	SEDE Itabuna	FIL.	
PERIODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERIODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERIODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERIODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERIODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CODIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1928	1930						
424	Desc	Ramiro Pimentel de Sá	10:000	10:000						

COMENTÁRIOS: Agente de fumo.

PERIODO 1929 a 1930	COD. 017	EMP. ARNULPHO REBOUÇAS RODRIGUES & CIA	SEDE AMARGOSA	FIL.
PERIODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERIODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERIODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERIODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERIODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1929	1930						
055	Br	Arnulpho Rebouças Rodrigues	95:000	95:000						
056	Br	Arnaldo Rebouças Rodrigues	5:000	5:000						

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1929 a 1930	COD. 064	EMP. Franz Feuerherd	SEDE C. das Almas	FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1929	1930						
193	Al	Franz Feurherd	20:000	20:000	•					

COMENTÁRIOS: Exportação de produtos agrícolas do Estado.
Comercializava com fumo desde 1902.

PERÍODO 1929 a 1930	COD. 069	EMP. F. di Frani & Cia.	SEDE Jequié	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1929	1930						
207	Itl	Francisco di Frani	20:000	20:000						
447	Itl	Victoria Tedesco Petruccelli	30:000	30:000						

COMENTÁRIOS: Comércio de fumo e outros produtos.

PERÍODO 1929 a 1930	COD. 083	EMP. Grillo, Lamberti & Cia.	SEDE Jequié	FIL. Salvador/Poços.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1929	1930						
448	It	Vicente Grillo	100:000	100:000						
248	It	José Lamberti	100:000	100:000						
093	It	Braz Grillo	100:000	100:000						
103	It	Carlos Marotta	100:000	100:000						
206	It	Francisco Lamberti	100:000	100:000						

COMENTÁRIOS: Sucessora da firma Roberto Grillo & Cia.//Relatório da Secretaria de Agricultura - 1935 - firma exportadora de fumo e outros produtos.//Obs.:Alt.- 1938, 1939.//Firma existente a partir de 1922 com os seguintes sócios: Vicente Grillo, José Lamberti, Braz Orrico, Braz Grillo, João Cocorese, Carlos [illegible]

PERÍODO	1929 a 1930	COD. 145	EMP. Pedreira Souza & Cia. Ltda.	SEDE Cachoeira/S. Gonçalo dos Campos	FIL. S. Gonçalo dos Campos
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.
PERÍODO	a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1929	1930						
		Souza Miranda & Cia.	60:000	60:000						
		Cia. de Charutos Dannemann	70:000	70:000						
		Hannibal Pedreira & Cia.	50:000	50:000						
		Falcão & Cia.	20:000	20:000						

COMENTÁRIOS: Preparo de mangotes de fumo e a venda dos mesmo, por grosso, no Brasil e no estrangeiro.//Ficam pertencendo a sociedade as marças de mangotes de cada um dos sócios.//Sociedade Anonima na sua organização social, divide e subdivide o seu capital em ações, de valor convencional, que sao subscritas por pessoas, exclusivamente dotadas do elemento unico capaz, para o caso, do capital, tornando-se, por isto, uma sociedade de capital e nao de pessoas.

PERÍODO 1929 a 1930	COD. 168	EMP. Steinbach e von Uslar	SEDE Salvador	FIL. Stº Antonio/Amargosa.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1929	1930						
235	Al	Hans Steinbach	900:000	900:000						
023	Br	Alexander von Uslar	100:000	100:000						

COMENTÁRIOS: Exportação de fumo e outros produtos.

PERÍODO	1930 a 1930	COD. 092	EMP. J. Becker			SEDE Salvador			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		
PERÍODO	a	COD.	EMP.			SEDE			FIL.		

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1930	1930						
277	A1	Johann Jacob Becker	5:000	5:000						

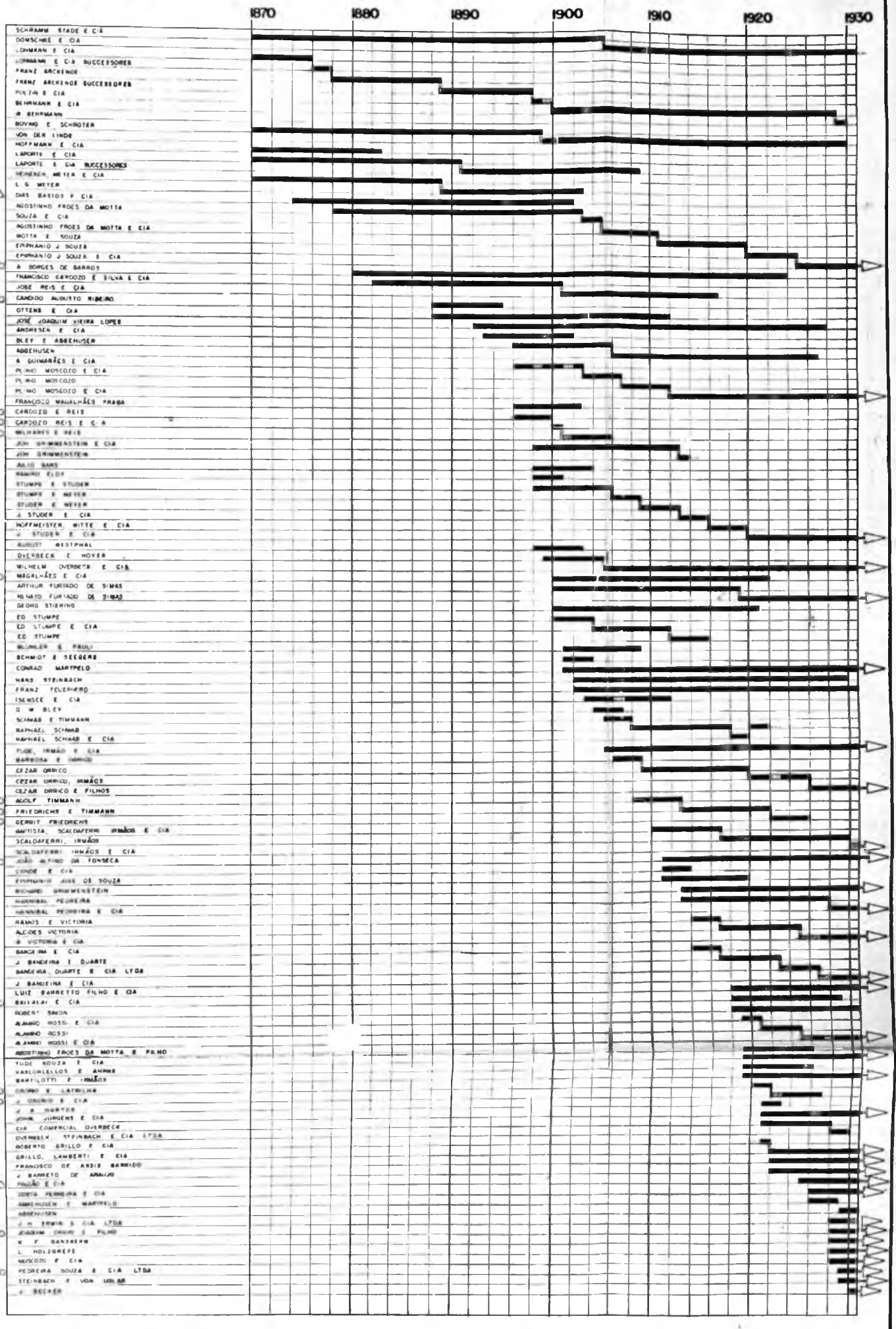
COMENTÁRIOS: Exportação de fumo

PERÍODO 1930 a 1930	COD. 148	EMP. Pimentel e Almeida	SEDE Muritiba	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	
PERÍODO a	COD.	EMP.	SEDE	FIL.	

CÓDIGO DO PROPRIETÁRIO	NAC	N O M E	1930	1930						
104	Br	Candido Pimentel Filho	10:000	10:000						
129	Br	Durval Almeida	10:000	10:000						

COMENTÁRIOS: Comércio de café, fumo e mais gêneros do país, por conta própria.

FIRMAS EXPORTADORAS DE FUMO



LEGENDA

- ALTERAÇÃO DE CONTRATO
- DISTRATO PARCIAL
- ALTERAÇÃO DE CONTRATO E DISTRATO PARCIAL
- AUSENCIA DE DOCUMENTAÇÃO SOBRE O INICIO E / OU TERMINO DA FIRMA
- A FIRMA CONTINUA APOS O PERIODO CONSIDERADO

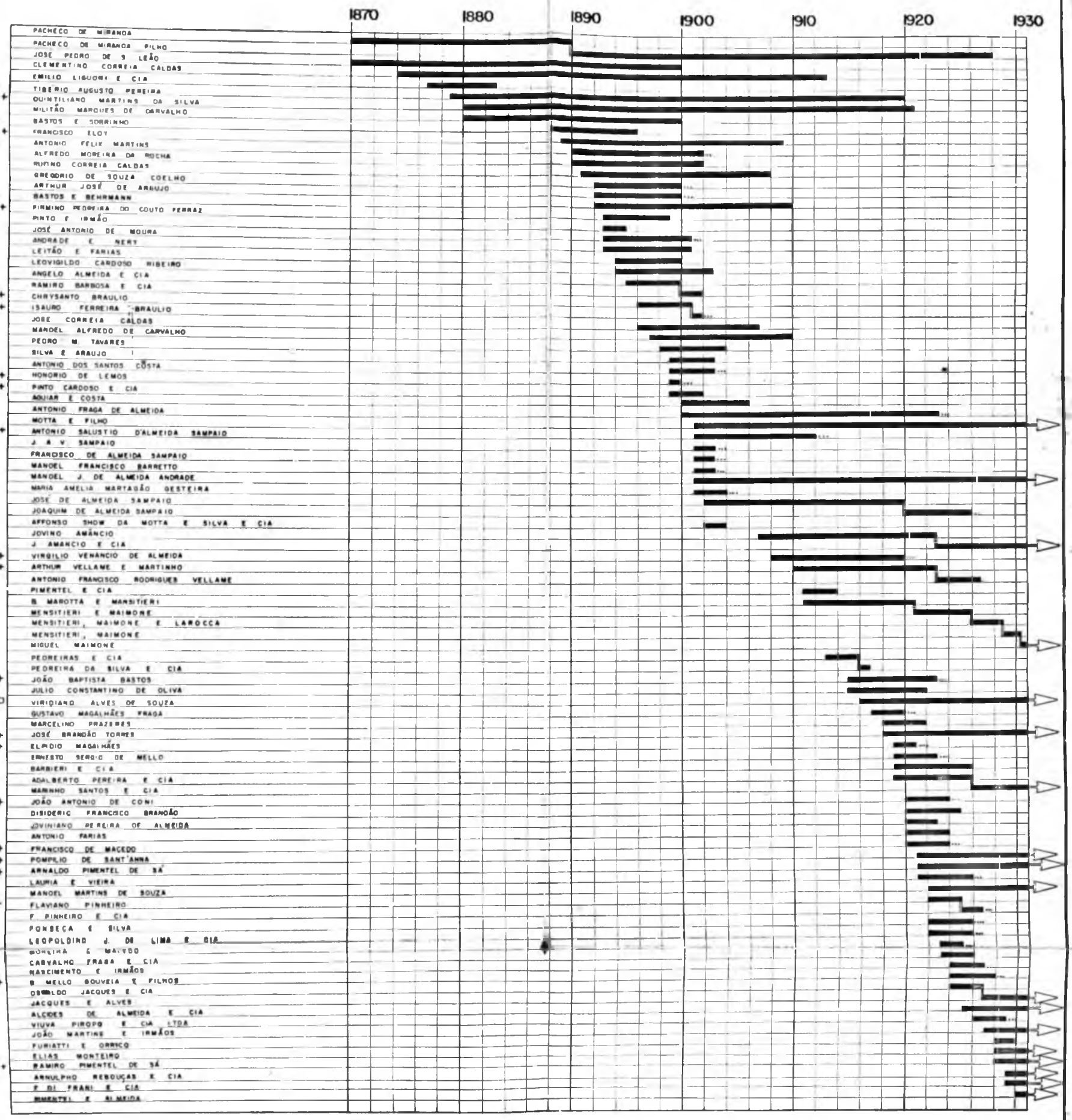
ATIVIDADES PARALELAS

- ○ COMERCIO
- △ MANUFATURA

FONTES:

LIVROS DE CONTRATOS E DISTRATOS 1888 – 1940
LIVROS DE MARCAS E REGISTROS 1888 — 1924
FALAS E RELATORIOS DE PRESIDENTES DA PROVINCIA 1870 – 1888
RELATORIOS DAS SECRETARIAS DE AGR IND COM VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS 1889 — 1930
PRESIDENCIA DA PROVINCIA — AGRICULTURA INDUSTRIA E COM — MANUSCRITOS 1888 – 1889
TABAKSVERKÄUFE 1888 – 1889 — CAMARA DE COMERCIO DE BREMEN
TABAKSHANDEL – BONYABAE 1888 — 1940 – CAMARA DE COMERCIO DE BREMEN
ALMEIDA, MIGUEL CALMON DUPIN E MEMORIA SOBRE A CULTURA DO TABACO, BAHIA, 1836
SILVA, PEDRO CELESTINO DA – MUNICIPIO DE CACHOEIRA BAHIA, 1888
BOES CALMON, F M DE VIDA ECONOMICO-FINANCEIRA DA BAHIA DE 1808 A 1888, BAHIA 1928
OVERBECK WILHELM-FÜNFZIG JAHRE DEUTSCHER VEREIN GERMANIA UND DEUTSCHTUM IN BAHIA, BERLIN, 1923
WESTPHALEN, BACH E BROHS 1928 — 1938 BAHIA
REGISTROS DE FIRMAS COMERCIAIS 1870 – 1940

FIRMAS QUE COMERCIALIZAVAM FUMO



LEGENDA

- ALTERAÇÃO DE CONTRATO
- DISTRATO PARCIAL
- ALTERAÇÃO DE CONTRATO E DISTRATO PARCIAL
- AUSENCIA DE DOCUMENTAÇÃO SOBRE O INICIO E/OU TERMINO DA FIRMA
- A FIRMA CONTINUA APÓS O PERIODO CONSIDERADO
- + AGENTE DE FUMO
- ++ ENFARDADOR DE FUMO

ATIVIDADES PARALELAS

- △ MANUFATURA
- □ EXPORTAÇÃO

FONTES:

LIVROS DE CONTRATOS E DISTRATOS 1868 - 1940

LIVROS DE MARCAS E REGISTRO 1848 — 1924

FALAS E RELATORIOS DE PRESIDENTES DA PROVINCIA 1870 — 1889

RELATORIOS DAS SECRETARIAS DE ADMINO COM VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS 1896 — 1935

PRESIDENCIA DA PROVINCIA — AGRICULTURA INDUSTRIA E COM — MANUSCRITOS 1859—1888

TABAKSVERKAUFE 1895 —1889 — CAMARA DE COMERCIO DE BREMEN

TABAKSHANDEL — ROHTABAK 1935 —1946 — CAMARA DE COMERCIO DE BREMEN

ALMEIDA, MIGUEL CALMON DUPIN E MEMORIA SOBRE A CULTURA DO TABACO, BAHIA, 1836

SILVA, PEDRO CELESTINO DA — MUNICIPIO DE CACHOEIRA BAHIA, 1938

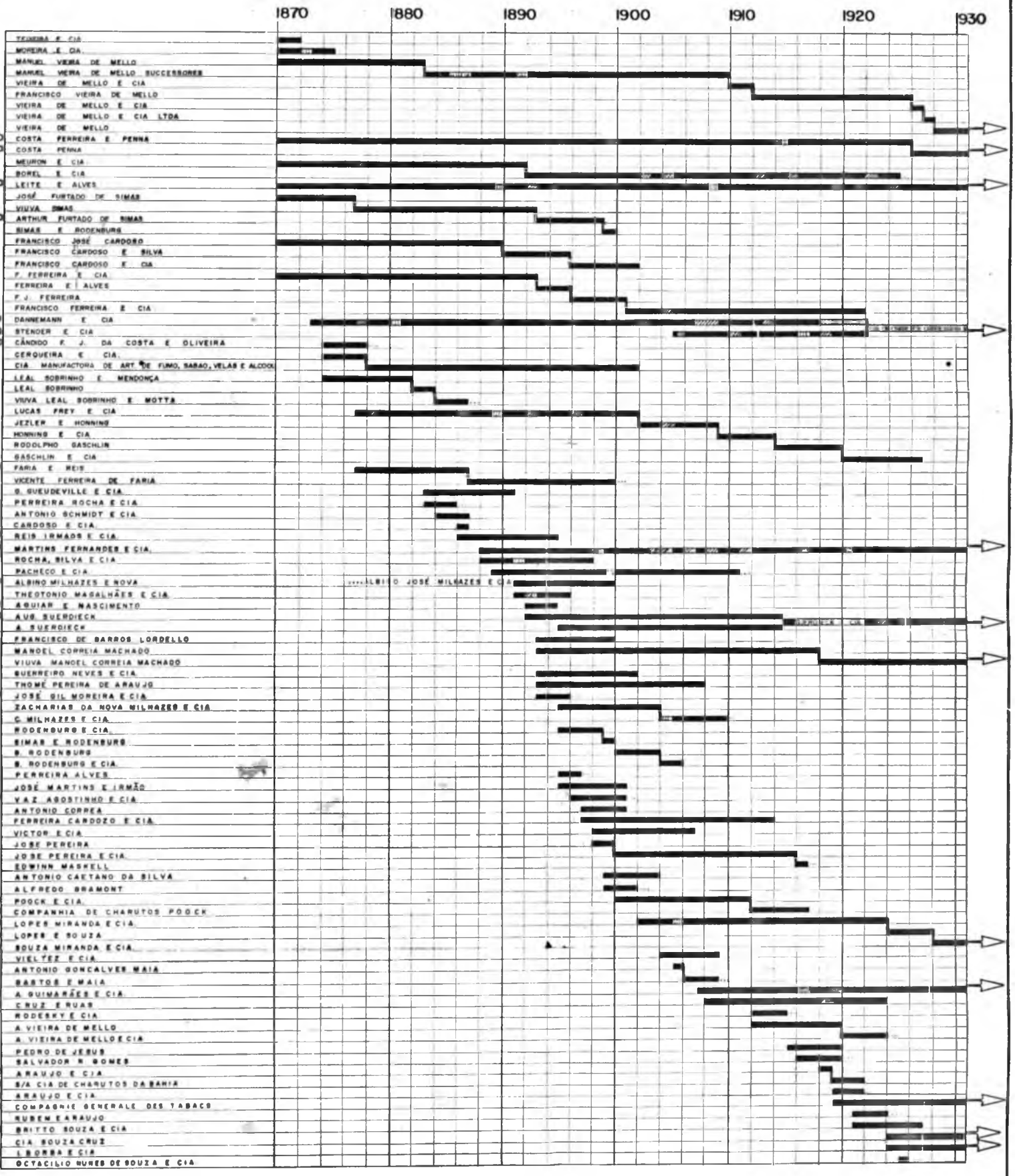
GOES CALMON, P M DE VIDA ECONOMICO—FINANCEIRA DA BAHIA DE 1808 A 1888, BAHIA 1955

OVERBECK WILHELM - PUNPZIG JAHRE DEUTSCHEN VEREIN GERMANIA UND DEUTSCHTUM IN BAHIA, BERLIN, 1925

WESTPHALEN, BACH E BROHN 1828 — 1928 BAHIA

REGISTROS DE FIRMAS COMERCIAIS 1870 — 1948

FIRMAS MANUFATUREIRAS DE FUMO



LEGENDA

- ALTERAÇÃO DE CONTRATO
- DISTRATO PARCIAL
- ALTERAÇÃO DE CONTRATO E DISTRATO PARCIAL
- AUSENCIA DE DOCUMENTAÇÃO SOBRE O INICIO E/OU TERMINO DA FIRMA
- A FIRMA CONTINUA APOS O PERIODO CONSIDERADO

ATIVIDADES PARALELAS

- ○ COMERCIO
- □ EXPORTAÇÃO

FONTES:

LIVROS DE CONTRATOS E DISTRATOS 1888 - 1940
LIVROS DE MARCAS E REGISTROS 1888 — 1924
FALAS E RELATORIOS DE PRESIDENTES DA PROVINCIA 1870 - 1888
RELATORIOS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA COMERCIO E OBRAS PUBLICAS 1896 — 1930
PRESIDENCIA DA PROVINCIA - AGRICULTURA INDUSTRIA E COM - MANUSCRITOS 1850-1889
TABAKSVERKAUFE 1895 — 1899 — CAMARA DE COMERCIO DE BREMEN
TABAKSHANDEL - BOMTABAK 1935 — 1946 - CAMARA DE COMERCIO DE BREMEN
ALMEIDA, MIGUEL CALMON DUPIN E MEMORIA SOBRE A CULTURA DO TABACO, BAHIA, 1838
SILVA, PEDRO CELESTINO DA - MUNICIPIO DE CACHOEIRA BAHIA, 1938
GOES CALMON, F. M. DE VIDA ECONOMICO-FINANCEIRA DA BAHIA DE 1808 A 1888, BAHIA 1928
BUSBECK WILHELM-FUNFZIG JAHRE DEUTSCHER VEREIN GERMANIA UND DEUTSCHTUM IN BAHIA, BERLIN, 1923
WESTPHALEN, BACH E KRONN 1920 — 1928 BAHIA
REGISTROS DE FIRMAS COMERCIAIS 1870 - 1948